



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume III - Requerimentos Apreciados - Tomo 1

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 470, de 2025, para "apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor."

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão

RELATOR: Senador Alessandro Vieira

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



Requerimentos Apreciados

| Número | Ementa | Data |
|--------|--|------------|
| 1/2025 | Requer que sejam convidados os seguintes Governadores e Secretários: Sr. Clécio Luís, Governador do Estado do Amapá; Sr. Cézar Vieira, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Amapá; Sr. Jerônimo Rodrigues, Governador do Estado da Bahia; Sr. Marcelo Werner Derschum Filho, Secretário de Segurança Pública da Bahia; Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; Sr. Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará; Sr. Antonio Roberto Cesário de Sá, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará; Sr. Paulo Dantas, Governador do Estado de Alagoas; Sr. Flávio Saraiva, Secretário de Segurança Pública de Alagoas; Sr. Jorginho Melo, Governador do Estado de Santa Catarina; Sr. Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina; Sr. Ratinho Júnior, Governador do Estado do Paraná; Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Segurança Pública do Paraná; Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Mario Ikeda, Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Sr. Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal; Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Sr. Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Tarcísio de Freitas, Governador do Estado de São Paulo; e Sr. Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo. | 04/11/2025 |
| 2/2025 | Requer o envio de convite aos Srs. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública; José Mucio Monteiro Filho, Ministro da Defesa; Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal; Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência Policial da Polícia Federal; Antônio Glauter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN); e Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). | 04/11/2025 |
| 3/2025 | Requer sejam convidados os especialistas Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça; Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Joana da Costa Martins Monteiro, Professora e pesquisadora; e Leandro Piquet Carneiro, Professor e pesquisador. | 04/11/2025 |

| Número | Ementa | Data |
|---------|--|------------|
| 4/2025 | Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, e em especial, sobre o controle de armas, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025). | 04/11/2025 |
| 5/2025 | Requer seja sugerida ao Presidente da Câmara dos Deputados a urgência na tramitação das proposições legislativas aprovadas no Senado Federal, relativas ao endurecimento das sanções aplicadas a adolescentes infratores (PL 1.473/2025) e ao "Pacote Anticrimes Violentos" (PL 4.809/2024). | 04/11/2025 |
| 6/2025 | Requer, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o envio de dados, relatórios e documentos de que dispõe o respectivo Ministério e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, abrangendo o período de 2021 a 2025. | 04/11/2025 |
| 7/2025 | Requer o envio de convite aos Senhores: Sr. Josmar Jozino, jornalista investigativo do portal UOL; Sr. Rafael Soares, jornalista investigativo do jornal O Globo; Sra Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado; Sr. Bruno Paes Manso, jornalista investigativo e pesquisador do NEV-USP; Sr. Allan de Abreu, jornalista investigativo da revista Piauí; Sr. Rodrigo Pimentel, articulista e consultor em segurança pública, para comparecerem a esta CPI. | 04/11/2025 |
| 19/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 20/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Andrei Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, para comparecer a esta CPI. | 18/11/2025 |
| 32/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 35/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 36/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 41/2025 | Requer, à Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado (CGCCO/SENASP), o envio de informações detalhadas sobre as facções criminosas no Brasil, o novo cangaço e as ações de combate ao crime organizado no Brasil. | 25/02/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|---------|---|------------|
| 43/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Delegado Uirá Ferreira do Nascimento, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 45/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Coronel Marcelo de Castro Corbage, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 50/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Comandante da Aeronáutica, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 51/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, Comandante da Marinha do Brasil, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 52/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Diretor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 53/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Antônio Fernando Souza Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 54/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 58/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. General Tomás Miguel Ribeiro Paiva, Comandante do Exército, para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 59/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Mário Luiz Sarrubbo, Secretário Nacional de Segurança Pública, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 60/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 63/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre relatórios, estudos ou avaliações internas sobre as medidas e a cooperação com outros órgãos de segurança pública e inteligência vigente, bem como outras medidas no sentido de promover o enfrentamento às organizações criminosas dentro e fora do Brasil, além de políticas de cooperação com entidades de segurança pública de outros países. | 26/11/2025 |

| Número | Ementa | Data |
|---------|---|------------|
| 64/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia, informações sobre as políticas públicas, planos e ações implementadas nos últimos cinco anos voltadas ao enfrentamento e monitoramento da atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário nacional, bem como relatórios, estudos ou levantamentos internos que tratem da presença e articulação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais federais e estaduais, além de informações sobre práticas de torturas dentro do sistema carcerário brasileiro. | 26/11/2025 |
| 65/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho, Comandante Militar da Amazônia, para comparecer a esta CPI. | 26/11/2025 |
| 66/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo.Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o encaminhamento de informações sobre o crime organizado na região amazônica. | 26/11/2025 |
| 67/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 72/2025 | Requer o envio de convite ao Sr. Carlos Rocha Sanches, Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 73/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, informações sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos. | 25/02/2026 |
| 83/2025 | Requer que sejam prestada pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso. | 26/11/2025 |
| 84/2025 | Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso. | 26/11/2025 |
| 85/2025 | Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso. | 26/11/2025 |
| 86/2025 | Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso sobre operações dos últimos cinco anos. | 26/11/2025 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|--|------------|
| 88/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso. | 26/11/2025 |
| 97/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso. | 26/11/2025 |
| 104/2025 | Requer a convocação do Senhor Thiego Raimundo dos Santos Silva, Deputado Estadual, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito. | 26/11/2025 |
| 105/2025 | Requer a disponibilização de um servidor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades. | 26/11/2025 |
| 106/2025 | Requer a disponibilização de dois servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para prestarem apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades. | 26/11/2025 |
| 107/2025 | Requer a disponibilização de servidor (Auditor) do Banco Central do Brasil (BACEN) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |
| 108/2025 | Requer a disponibilização de dois Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |
| 109/2025 | Requer a disponibilização de três servidores (um delegado de polícia, um agente de polícia e um perito) do Departamento de Polícia Federal (DPF) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |
| 110/2025 | Requer a disponibilização de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades. | 26/11/2025 |
| 111/2025 | Requer, ao Ministério Público Federal (MPF), a disponibilização de dois Procuradores da República para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |
| 112/2025 | Requer a disponibilização de servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |
| 113/2025 | Requer a disponibilização de servidor (Auditor Federal de Controle Externo) do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 114/2025 | Requer a disponibilização de dois servidores (Auditores Federais de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades. | 26/11/2025 |
| 115/2025 | Requer a convocação do Senhor Conrado Leister, Diretor Geral da Meta no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito. | 26/11/2025 |
| 116/2025 | Requer que seja convidada a Senhora Camila Nunes Dias, professora do Bacharelado em Políticas Públicas da UFABC. | 26/11/2025 |
| 117/2025 | Requer que seja convidada a senhora Letícia Cruxen Godinho, especialista no setor de segurança na América Latina. | 26/11/2025 |
| 118/2025 | Requer que seja convidado o senhor Maurício Stegeman Dieter, Professor Doutor do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo | 26/11/2025 |
| 119/2025 | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Edson Fachin, informações acerca do efetivo cumprimento da nova exigência da Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, no âmbito do Judiciário e do Plano Pena Justa, relativa à obrigatoriedade de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime prisional. | 26/11/2025 |
| 120/2025 | Requer o envio de convite à Sra. Vanessa Cavalieri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. | 26/11/2025 |
| 121/2025 | Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 123/2025 | Requer a convocação do Senhor Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 124/2025 | Requer a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 125/2025 | Requer a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, ex-diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 126/2025 | Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 131/2025 | Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master. | 25/02/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 135/2025 | Requer o envio de convite para comparecer a esta CPI às seguintes pessoas: Sr. Lucas de Moraes Gualtieri, Procurador Federal e Coordenador da Operação Trapiche (GAECO-MG); Sr. Christian Vianna de Azevedo, Oficial da Polícia Federal; Sr. Alberto Simonetti, Presidente da OABDF; Sra. Isabella Buium, especialista em compliance e criptoativos; Sra. Loretta Napoleoni, especialista sobre financiamento ao terrorismo; Sr. Emanuele Ottolenghi, especialista em redes de ameaças híbridas e financiamento do terrorismo; Sr. Armando Antão Cortez, Chefe do Secretariado para Análise Integral do Terrorismo Internacional (SAIT), Argentina. | 25/02/2026 |
| 137/2025 | Requer que seja convidado o Senhor Anthony Garotinho, ex-governador e ex-secretário de segurança do Rio de Janeiro, a comparecer a esta Comissão. | 09/12/2025 |
| 138/2025 | Requer a convocação do Senhor Rodrigo Bacellar, Deputado estadual do Rio de Janeiro. | 09/12/2025 |
| 139/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Edson Fachin, informações sobre os processos de concessão de escolta a magistrados e, especificamente, sobre o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira. | 25/02/2026 |
| 140/2026 | Requer a convocação do Senhor José Eugênio Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 141/2026 | Requer a convocação do Senhor Paulo Humberto Barbosa para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 142/2026 | Requer a convocação do Senhor Mario Umberto Degani para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 143/2026 | Requer a convocação do Senhor José Carlos Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 144/2026 | Requer que seja convidada a Sra. Viviane Barci de Moraes (advogada), para comparecer à esta CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 145/2026 | Requer que seja convidado o Sr. Paulo Humberto Barbosa, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 146/2026 | Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Alexandre de Moraes, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 147/2026 | Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 148/2026 | Requer que seja convidado o Sr. José Eugênio Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 149/2026 | Requer que seja convidado o Sr. José Carlos Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|--|------------|
| 155/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, do Banco Master S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026. | 25/02/2026 |
| 156/2026 | Requer que sejam convidados representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal. | 25/02/2026 |
| 157/2026 | Requer, à Diretoria-Geral do Senado Federal, o envio de informações sobre os registros de entrada e saída do Sr. Augusto Ferreira Lima, ex-sócio e ex-executivo do Banco Master, nas dependências do Senado Federal. | 25/02/2026 |
| 160/2026 | Requer a convocação do Sr. José Carlos Dias Toffoli Cônego para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 25/02/2026 |
| 161/2026 | Requer a convocação do Sr. José Eugênio Dias Toffoli, empresário. | 25/02/2026 |
| 162/2026 | Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, do quadro societário do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 163/2026 | Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, empresário. | 25/02/2026 |
| 164/2026 | Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master. | 25/02/2026 |
| 165/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social de Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026. | 25/02/2026 |
| 167/2026 | Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel. | 25/02/2026 |
| 171/2026 | Requer o envio de convite ao Sr. Guido Mantega para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 172/2026 | Requer o envio de convite ao Sr. Rui Costa, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 173/2026 | Requer o envio de convite ao Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central, para comparecer a esta CPI. | 25/02/2026 |
| 174/2026 | Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil, o envio de informações sobre a identificação dos passageiros que adentraram a área de embarque destinada à aviação geral e executiva nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Guarulhos, no ano de 2025, nos 90 minutos que antecederam quaisquer decolagens de quaisquer das aeronaves que especifica. | 25/02/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 175/2026 | Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e histórico de transferências de titularidade no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) vinculados a Daniel Vorcara, à empresa Viking Participações S.A. e ao Banco Master S.A., bem como a demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. | 25/02/2026 |
| 176/2026 | Requer, à Inframerica (Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek), informações sobre registros eletrônicos e físicos de controle de acesso (logs de catracas, cancelas e portarias) relativos às áreas de aviação executiva e hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, compreendendo todo o período do ano civil de 2025. | 25/02/2026 |
| 178/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de janeiro de 2026. | 25/02/2026 |
| 179/2026 | Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos. | 25/02/2026 |
| 180/2026 | Requer ao Banco Central o envio de processo, relatórios, comunicações e outras informações relacionadas à Reag Investimentos. | 25/02/2026 |
| 181/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor João Carlos Falbo Mansur, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025. | 25/02/2026 |
| 182/2026 | Requer a convocação do Sr. Paulo Henrique Costa, presidente afastado do Banco de Brasília (BRB). | 25/02/2026 |
| 183/2026 | Requer a convocação do Sr. Raphael Montenegro, ex-secretário de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro. | 25/02/2026 |
| 185/2026 | Requer a convocação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil. | 25/02/2026 |
| 187/2026 | Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel, empresário, advogado e pastor. | 25/02/2026 |
| 188/2026 | Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, empresário. | 25/02/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 189/2026 | Requer a convocação do Sr. Roberto Augusto Leme da Silva, apontado como responsável pela gestão das distribuidoras de combustíveis instrumentalizadas para a prática de lavagem de dinheiro. | 25/02/2026 |
| 190/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 15 de janeiro de 2026. | 25/02/2026 |
| 191/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de BK Instituição de Pagamento S.A. | 25/02/2026 |
| 192/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Fictor Invest LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2026. | 25/02/2026 |
| 193/2026 | Requer a convocação do Sr. Mohamad Hussein Mourad, apontado como comandante de um esquema de fraudes e lavagem de dinheiro articulado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). | 25/02/2026 |
| 195/2026 | Requer a convocação do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, economista e ex-ministro da Economia do Brasil. | 25/02/2026 |
| 196/2026 | Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB). | 25/02/2026 |
| 197/2026 | Requer convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin. | 25/02/2026 |
| 198/2026 | Requer a convocação Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania e ex-Deputado Federal. | 25/02/2026 |
| 199/2026 | Requer a convocação do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro de estado da Cidadania. | 25/02/2026 |
| 202/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Tirreno Participações Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026. | 25/02/2026 |
| 203/2026 | Requer a convocação do Sr. Francisco Emerson Maximiano, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin. | 25/02/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 205/2026 | Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o envio de informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e beneficiários finais vinculados à aeronave de prefixo PP-NLR e à empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A. | 11/03/2026 |
| 206/2026 | Requer, à empresa Prime Aviation Táxi Aéreo e Serviços LTDA (Prime You), o envio de informações sobre a identificação de passageiros relativos à aeronave Embraer Legacy 650, prefixo PP-NLR, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data. | 11/03/2026 |
| 210/2026 | Requer a convocação do Senhor Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital. | 11/03/2026 |
| 211/2026 | Requer, ao Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, o envio de informações correspondentes e o acesso aos dados e elementos de prova já colhidos nas investigações correlatas ao Banco Master S/A. | 11/03/2026 |
| 212/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 3 de março de 2026. Requerimento de idêntico teor ao REQ 308/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 11/03/2026 |
| 213/2026 | Requer que se proceda à quebra de sigilo telefônico e telemático do Senhor FABIANO CAMPOS ZETTEL, CPF nº 027.818.816-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 3 de março de 2026. | 11/03/2026 |
| 215/2026 | Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso. | 18/03/2026 |
| 216/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de King Participações Imobiliárias Ltda., referentes ao período de 6 de setembro de 2022 a 28 de fevereiro de 2026. | 11/03/2026 |
| 219/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO, CPF 094.378.048-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026. | 11/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|--|------------|
| 220/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de DANILO BERNDT TRENTA, CPF 008.583.431-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026. | 11/03/2026 |
| 222/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FABIANO CAMPOS ZETTEL, CPF 027.818.816-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026. | 11/03/2026 |
| 224/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de Ahmed Mohamad Oliveira, CPF 074.195.818-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026. Requerimento de idêntico teor ao REQ 307/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |
| 225/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de MOHAMAD HUSSEIN MOURAD, CPF 265.621.358-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026. | 11/03/2026 |
| 226/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO AUGUSTO LEME DA SILVA, CPF 215.652.438-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026. | 11/03/2026 |
| 228/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Compliance Zero. | 11/03/2026 |
| 229/2026 | Requer que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA. (CNPJ 39.665.366/0001-15), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 4 de março de 2026. | 11/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 230/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações detalhadas sobre os processos administrativos disciplinares que culminaram no afastamento dos servidores Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana. | 11/03/2026 |
| 231/2026 | Requer a convocação do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de fiscalização do Banco Central. | 11/03/2026 |
| 232/2026 | Requer a convocação do Senhor Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central. | 11/03/2026 |
| 235/2026 | Requer que seja convidado representante do Instituto Sou da Paz. | 11/03/2026 |
| 236/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa King Participações Imobiliárias, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026. | 11/03/2026 |
| 237/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações e documentos enviados pela Polícia Federal sobre o óbito de LUIZ PHILLIPI MACHADO DE MORAES MOURÃO, investigado na Operação "Compliance Zero". | 11/03/2026 |
| 238/2026 | Requer a convocação do Senhor Paulo Sérgio Neves de Souza, Servidor Público Federal. | 11/03/2026 |
| 239/2026 | Requer a convocação do Senhor Bellini Santana servidor do Banco Central e ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP). | 11/03/2026 |
| 240/2026 | Requer a convocação do Senhor Leonardo Augusto Furtado Palhares, administrador da empresa Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal Ltda. | 11/03/2026 |
| 241/2026 | Requer a convocação da Senhora Ana Claudia Queiroz de Paiva, sócia da empresa Super Empreendimentos e Participações S.A. | 11/03/2026 |
| 242/2026 | Requer a convocação do Sr. Marilson Roseno da Silva, Escrivão de Polícia Federal aposentado. | 11/03/2026 |
| 243/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026. | 11/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|--|------------|
| 244/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão "Sicário", referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026. | 11/03/2026 |
| 245/2026 | Requer a convocação da Sra. Martha Graeff, empresária e influenciadora digital. | 18/03/2026 |
| 248/2026 | Requer a convocação da Senhora Martha Graeff, influenciadora digital. | 18/03/2026 |
| 249/2026 | Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Governador do estado do Mato Grosso. | 18/03/2026 |
| 250/2026 | Requer o envio de convite ao Sr. Frederico Murta, Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, atual titular da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE) da Polícia Judiciária Civil daquele Estado, para comparecer a esta CPI. | 18/03/2026 |
| 252/2026 | Requer a convocação do Senhor Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 31/03/2026 |
| 253/2026 | Requer, à Comissão de Valores Imobiliários (CVM), à Receita Federal do Brasil, ao Banco Central do Brasil e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), o envio de informações e da identificação completa dos beneficiários finais de fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Banco Master ou pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), de janeiro de 2022 até o presente. | 18/03/2026 |
| 254/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026. Requerimento de idêntico teor ao REQ 306/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 255/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026. Requerimento de idêntico teor ao REQ 305/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |
| 259/2026 | Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024. Requerimento de idêntico teor ao REQ 304/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |
| 260/2026 | Requer a a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024. Requerimento de idêntico teor ao REQ 309/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |
| 262/2026 | Requer a convocação do Sr. Artur Martins de Figueiredo, sócio da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A. | 18/03/2026 |
| 263/2026 | Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor FLAVIO DANIEL AGUETONI, diretor da empresa PRIME AVIATION PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., CPF nº 286.491.528-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. | 18/03/2026 |
| 265/2026 | Requer a convocação do Sr. João Gustavo Haenel Neto, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A. | 18/03/2026 |
| 266/2026 | Requer a convocação do Sr. Flavio Daniel Aguetoni, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A. | 18/03/2026 |
| 267/2026 | Requer a convocação da Sra. Thatiane Garcia Silva, sócia da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A. | 18/03/2026 |
| 268/2026 | Requer a convocação do Senhor Rodolfo Garcia da Costa, sócio da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A. | 18/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 269/2026 | Requer a convocação do Sr. Marcus Vinicius da Mata, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A. | 18/03/2026 |
| 272/2026 | Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. Requerimento de idêntico teor ao REQ 303/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |
| 275/2026 | Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor José Pedro Gonçalves Taques, advogado, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso, a comparecer a esta Comissão, afim de prestar informações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito em razão denúncias relacionadas a possíveis irregularidades no sistema de crédito consignado no Estado de Mato Grosso. | 18/03/2026 |
| 276/2026 | Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.), referentes aos período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. Requerimento de idêntico teor ao REQ 302/2026 - CPICRIME, aprovado por votação nominal na 16ª reunião desta CPI em razão de decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes na Extensão no Habeas Corpus 268.954/DF. | 18/03/2026 |
| 284/2026 | Requer a convocação do Sr. Renato Dias de Brito Gomes, ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil. | 31/03/2026 |
| 287/2026 | Requer a convocação do Sr. Yan Felix Hirano, suposto facilitador da fase de colocação de recursos ilícitos no sistema financeiro formal. | 31/03/2026 |
| 290/2026 | Requer a convocação do Sr. Macário Ramos Júdice Neto, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. | 31/03/2026 |
| 295/2026 | Requer, ao Banco Centro do Brasil, o envio de informações sobre procedimentos findos ou em andamento que tenham instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Master como parte ou objeto, nos quais os servidores Paulo Sérgio Neves de Souza ou Belline Santana tenham, de qualquer forma, praticado atos de ofício. | 31/03/2026 |
| 296/2026 | Requer, ao Banco Central do Brasil, o envio de informações sobre o Processo nº 156967, em cujo bojo foi autorizada a transferência do controle societário do Banco Máxima S.A. e de sua controlada, Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, para Daniel Bueno Vorcaro, Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen. | 31/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|---|------------|
| 298/2026 | Requer, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o envio de informações acerca da operação de crédito e da subscrição de debêntures conduzidas pelo Banco, no valor total de R\$ 5,05 bilhões, destinadas à Concessionária Nova Rota do Oeste, para a duplicação da rodovia BR-163/MT. | 31/03/2026 |
| 299/2026 | Requer a convocação do Sr. Cláudio Bomfim de Castro e Silva, ex-Governador do Rio de Janeiro. | 31/03/2026 |
| 300/2026 | Requer, à Força Aérea Brasileira, o envio de informações com os dados dos planos de voos, do ano de 2025, das aeronaves Gulfstream G700 (prefixo aeronáutico PSMGG), Dassault Aviation Falcon 7X (prefixo aeronáutico PSFST), Gulfstream GV-SP/G550 (prefixo aeronáutico PRPSE) e Dassault Aviation Falcon 2000 (prefixo aeronáutico PPCFF). | 31/03/2026 |
| 301/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Kairos Fip EE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 20 de março de 2026. | 31/03/2026 |
| 302/2026 | Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A.), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. | 31/03/2026 |
| 303/2026 | Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. | 31/03/2026 |
| 304/2026 | Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participacoes e Servicos S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024. | 31/03/2026 |
| 305/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026. | 31/03/2026 |
| 306/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026. | 31/03/2026 |

| Número | Ementa | Data |
|----------|--|------------|
| 307/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, de Ahmed Mohamad Oliveira, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026. | 31/03/2026 |
| 308/2026 | Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 2 de março de 2026. | 31/03/2026 |
| 309/2026 | Requer a a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administracao de Bem Proprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024. | 31/03/2026 |
| 310/2026 | Requer a convocação do Exmo. Sr. Ibaneis Rocha Barros Junior Governador do Distrito Federal para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado. | 31/03/2026 |
| 313/2026 | Requer que sejam prestadas pelo Banco Central informações sobre a liquidação do Banco Master e o compartilhamento, na íntegra, dos documentos, pareceres técnicos, relatórios de supervisão, comunicações internas e demais elementos informativos relacionados à liquidação do Banco Master, inclusive aqueles que tenham sido classificados como sigilosos por decisão administrativa, com previsão de restrição de acesso pelo prazo de até 8 anos. | 08/04/2026 |



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

CPI do Crime Organizado

REQUERIMENTOS APRECIADOS

Emitido em 10/04/2026, às 00h48

Requerimentos:

1/2025, 2/2025, 3/2025, 4/2025, 5/2025, 6/2025, 7/2025, 19/2025, 20/2025, 32/2025, 35/2025, 36/2025, 41/2025, 43/2025, 45/2025, 50/2025, 51/2025, 52/2025, 53/2025, 54/2025, 58/2025, 59/2025, 60/2025, 63/2025, 64/2025, 65/2025, 66/2025, 67/2025, 72/2025, 73/2025, 83/2025, 84/2025, 85/2025, 86/2025, 88/2025, 97/2025, 104/2025, 105/2025, 106/2025, 107/2025, 108/2025, 109/2025, 110/2025, 111/2025, 112/2025, 113/2025, 114/2025, 115/2025, 116/2025, 117/2025, 118/2025, 119/2025, 120/2025, 121/2025, 123/2025, 124/2025, 125/2025, 126/2025, 131/2025, 135/2025, 137/2025, 138/2025, 139/2026, 140/2026, 141/2026, 142/2026, 143/2026, 144/2026, 145/2026, 146/2026, 147/2026, 148/2026, 149/2026, 155/2026, 156/2026, 157/2026, 160/2026, 161/2026, 162/2026, 163/2026, 164/2026, 165/2026, 167/2026, 171/2026, 172/2026, 173/2026, 174/2026, 175/2026, 176/2026, 178/2026, 179/2026, 180/2026, 181/2026, 182/2026, 183/2026, 185/2026, 187/2026, 188/2026, 189/2026, 190/2026, 191/2026, 192/2026, 193/2026, 195/2026, 196/2026, 197/2026, 198/2026, 199/2026, 200/2026, 201/2026, 202/2026, 203/2026, 205/2026, 206/2026, 210/2026, 211/2026, 212/2026, 213/2026, 215/2026, 216/2026, 218/2026, 219/2026, 220/2026, 222/2026, 224/2026, 225/2026, 226/2026, 228/2026, 229/2026, 230/2026, 231/2026, 232/2026, 233/2026, 235/2026, 236/2026, 237/2026, 238/2026, 239/2026, 240/2026, 241/2026, 242/2026, 243/2026, 244/2026, 245/2026, 248/2026, 249/2026, 250/2026, 252/2026, 253/2026, 254/2026, 255/2026, 259/2026, 260/2026, 262/2026, 263/2026, 265/2026, 266/2026, 267/2026, 268/2026, 269/2026, 272/2026, 275/2026, 276/2026, 284/2026, 287/2026, 290/2026, 295/2026, 296/2026, 298/2026, 299/2026, 300/2026, 301/2026, 302/2026, 303/2026, 304/2026, 305/2026, 306/2026, 307/2026, 308/2026, 309/2026, 310/2026, 313/2026



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de **em conjunto com sua equipe técnica das áreas de inteligência, investigação e sistema prisional**, apresentar uma visão geral sobre o crime organizado no Brasil, considerando sua experiência e conhecimento sobre o tema, as pessoas abaixo:

- o Senhor Clécio Luís, Governador do Estado do Amapá;
- o Senhor César Vieira, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Amapá;
- o Senhor Jerônimo Rodrigues, Governador do Estado da Bahia;
- o Senhor Marcelo Werner Derschum Filho, Secretário de Segurança Pública da Bahia;
- a Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco;
- o Senhor Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social de Pernambuco;
- o Senhor Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará;
- o Senhor Antonio Roberto Cesário de Sá, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará;
- o Senhor Paulo Dantas, Governador do Estado de Alagoas;
- o Senhor Flávio Saraiva, Secretário de Segurança Pública de Alagoas;
- o Senhor Jorginho Melo, Governador do Estado de Santa Catarina;
- o Senhor Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina;



- o Senhor Ratinho Júnior, Governador do Estado do Paraná;
- o Senhor Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Segurança Pública do Paraná;
- o Senhor Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul;
- o Senhor Mario Ikeda, Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul;
- o Senhor Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal;
- o Senhor Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal;
- o Senhor Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro;
- o Senhor Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- o Senhor Tarcísio de Freitas, Governador do Estado de São Paulo;
- o Senhor Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo precípua desta Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar a estrutura, a operação e as redes de influência das organizações criminosas que atuam no território nacional.

Considerando que o fenômeno do crime organizado transcende fronteiras estaduais, operando de forma sistêmica e em rede, a colaboração dos Governadores e gestores máximos da Segurança Pública dos Estados é indispensável. Os Secretários de Estado são as autoridades que detêm o diagnóstico preciso da realidade local, os dados de inteligência consolidados e a responsabilidade direta pela formulação e execução das políticas de enfrentamento. As equipes técnicas das áreas de inteligência, investigação e sistema prisional poderão apresentar informações precisas sobre os estados escolhidos.



A oitiva dos referidos profissionais fornecerá subsídios técnicos e estratégicos essenciais para que esta CPI possa compreender: 1. A atual dinâmica das facções criminosas em diferentes regiões do país; 2. Os entraves (financeiros, legais e operacionais) no combate à criminalidade; 3. As estratégias de inteligência e cooperação interestadual; 4. As políticas públicas que têm se mostrado eficazes e as que necessitam de aperfeiçoamento.

A contribuição dessas autoridades e técnicos é vital para a elaboração do relatório final desta Comissão, auxiliando na formulação de propostas legislativas e de políticas públicas efetivas em âmbito nacional.

A seleção dos estados acima listados não foi aleatória. Ela busca prover a esta CPI um panorama abrangente da segurança pública nacional, ouvindo tanto os gestores que enfrentam cenários de crise aguda quanto aqueles que implementam modelos de sucesso, bem como os que administram territórios logisticamente estratégicos para o crime.

Os Governadores e Secretários do Amapá, Bahia e Pernambuco gerenciam estados que, segundo dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública figuram entre aqueles com os maiores índices de Mortes Violentas Intencionais (MVI) do país. Já Ceará e Alagoas, em conjunto com Pernambuco, configuram os estados com maior número de homicídios a cada cem mil habitantes, de acordo com o Mapa da Segurança Pública do MJSP.

Seus depoimentos são cruciais para entender a natureza dos conflitos em curso, a predominância de guerras territoriais entre facções e quais os principais desafios para a redução drástica da letalidade violenta nessas regiões.

Os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná apresentam, historicamente, baixos índices de violência do Brasil. A oitiva de seus Governadores e Secretários é fundamental para que a CPI conheça as boas práticas de gestão, os modelos de integração policial e o uso de tecnologia que levaram a esses resultados, servindo como paradigma para outras unidades da federação.



É fato notório e público que os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro são as bases territoriais das duas maiores e mais influentes facções criminosas do país, cujas atuações há muito extrapolam as fronteiras estaduais, tornando-se um problema de dimensão nacional e transnacional. Na condição de responsáveis técnicos pela condução da política de segurança pública em seus respectivos estados, os Senhores Secretários possuem informações privilegiadas e uma visão estratégica fundamental para os trabalhos desta CPI. A oitiva dos convidados é imprescindível para que esta Comissão possa compreender, entre outros temas, as estratégias de inteligência em curso, as dificuldades operacionais enfrentadas, os gargalos no combate à lavagem de dinheiro por essas organizações e as ações de cooperação entre os estados e o Governo Federal.

Embora apresente taxa de homicídio controlada, o Distrito Federal é a sede do poder político e econômico. Seus gestores poderão detalhar as estratégias de combate à lavagem de dinheiro, à descapitalização das facções e à infiltração do crime organizado em setores da economia e do Estado.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir das experiências dos cargos que atualmente ocupam, as pessoas abaixo:

- o Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;
- o Exmo. Sr. José Mucio Monteiro Filho, Ministro de Estado da Defesa;
- o Exmo. Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal;
- o Exmo. Sr. Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência Policial da Polícia Federal;
- o Exmo. Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da SENAPEN;
- o Exmo. Sr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da ABIN.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o objetivo determinado de investigar a estrutura, a operação, as fontes de financiamento e as conexões do crime organizado no território nacional. Trata-se de um fenômeno complexo, multifacetado e transnacional, que corrói as instituições, fomenta a violência e desvia recursos vitais da sociedade brasileira.



O enfrentamento eficaz dessa modalidade criminosa não é tarefa de um único órgão, mas exige uma **atuação coordenada, sinérgica e robusta** de múltiplas esferas do Poder Executivo, abrangendo desde a inteligência estratégica até a repressão qualificada e o controle do sistema prisional.

O crime organizado moderno atua em diversas frentes: tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, contrabando, descaminho e infiltração em setores da economia e do próprio Estado.

Nesse contexto, a contribuição das autoridades acima convidadas é **imprescindível** para que este colegiado possa construir um diagnóstico fidedigno da ameaça e avaliar a eficácia das políticas públicas em vigor.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de possibilitar uma visão geral sobre o crime organizado no Brasil, considerando sua experiência e conhecimento sobre o tema, as pessoas abaixo:

- o Doutor Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça;
- o Doutor Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
- a Doutora Joana da Costa Martins Monteiro, Professora e pesquisadora;
- o Doutor Leandro Piquet Carneiro, Professor e pesquisador.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos o presente requerimento a fim de dar início aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito com cinco convidados com vasta experiência sobre o crime organizado no país.

Lincoln Gakiya é Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), e investiga o Primeiro Comando da Capital (PCC) desde o início da década de 2000. É um dos nomes que mais conhece a atuação da organização criminosa no Brasil.



Renato Sérgio de Lima é Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Professor do Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP. Possui graduação em Ciências Sociais (1995), mestrado (2000) e doutorado em Sociologia (2005) pela Universidade de São Paulo. Também possui Pós-Doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP (2010). Tem desenvolvido inúmeros projetos sobre violência, segurança pública, transparência e estatísticas públicas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, organização sem fins lucrativos, tem contribuído com estudos que trazem mais transparência e conhecimento sobre dados relacionados à violência e segurança pública. Este ano, o Fórum publicou *Follow the products: rastreamento de produtos e enfrentamento ao crime organizado no Brasil*, que apresenta dados preocupantes sobre a ampliação do crime organizado para a economia formal.

Joana Monteiro é professora da FGV/EBAPE e da FGV/EAESP, coordenadora do Centro de Ciência Aplicada a Segurança da FGV e co-fundadora do Leme, um laboratório para redução da violência. É doutora e mestre em economia pela PUC-Rio, bacharel em economia pela UFRJ e especialista em avaliação de políticas públicas com foco no impacto de ações do governo, especialmente na área de segurança pública e justiça criminal. Foi Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública (2015-2018) e coordenadora do Centro de Pesquisa do Ministério Público do Rio de Janeiro (2019-2020).

Leandro Piquet é professor do Instituto de Relações Internacionais e Coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo. É economista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ do Rio de Janeiro e fez seu pós-doutorado no Departamento de Ciência Política da USP. Foi membro do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro nos períodos de 2011-2016 e 2021-24. Integrou o Conselho Gestor da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2019-22), e o Conselho Municipal de Segurança Pública do município de São Paulo (2017-20).



Também coordenou o Conselho Consultivo do programa Brasília Vida Segura do Governo do Distrito Federal (2017-21).

Compreendemos que os especialistas acima contribuirão com uma visão panorâmica sobre o objeto desta CPI, de modo que contamos com o apoio dos pares para aprovação do Requerimento.

Sala da Comissão, 14 de outubro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, e em especial, sobre o controle de armas, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, e em especial, sobre o controle de armas, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025).

Nesses termos, requisita-se:

1. Dados sobre controles de armas: dados relativos à relação de armas com registro ativo (incluindo marca, modelo, calibre, país de fabricação, função - repetição, semiautomática ou automática; e categoria registrada), peças e acessórios; dados sobre armas



desviadas dos arsenais das forças de segurança e sobre armas apreendidas (por calibre, origem e localização).

2. Relatórios de Inteligência: Todos os relatórios de inteligência produzidos pela Pasta que mapeiem a atuação, a estrutura hierárquica, as áreas de influência e os métodos de operação das facções criminosas em território nacional e em suas conexões internacionais.
3. Dados Estatísticos Consolidados: Planilhas e relatórios estatísticos nacionais sobre apreensões de drogas (por tipo, quantidade e localização) e conflitos em áreas de fronteira.
4. Operações militares: Relatórios circunstanciados das principais operações voltadas ao combate ao narcotráfico, tráfico de armas e crimes transnacionais.
5. Planos Estratégicos: Cópia de todos os planos de ação e diretrizes estratégicas vigentes para o enfrentamento ao crime organizado, se houver.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é de natureza complexa, sistêmica e de abrangência nacional. As organizações criminosas evoluíram de grupos localizados para verdadeiras redes transnacionais que desafiam o Estado brasileiro, infiltrando-se na economia formal, corrompendo agentes públicos e impondo um regime de violência em vastas áreas do território.

O Ministério da Defesa tem como atribuições a política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa, políticas e estratégias setoriais de defesa e militares; doutrina, planejamento, organização, preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas; projetos especiais de interesse da defesa nacional; inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa; operações militares das Forças Armadas; relacionamento internacional de defesa. Ainda, de acordo



com a Estratégia Nacional de Defesa, uma das ações estratégicas de defesa é incrementar as capacidades das Forças Armadas para contribuir na prevenção e no enfrentamento às redes criminosas transnacionais.

Considerando o papel da pasta e das Forças Armadas, o acesso irrestrito aos documentos listados é condição indispensável para que esta CPI possa cumprir sua missão constitucional de apurar os fatos. O material requisitado fornecerá um diagnóstico completo da ameaça, subsidiará as oitivas de testemunhas e autoridades, e fundamentará a elaboração do Relatório Final, que deverá propor aperfeiçoamentos legislativos e de políticas públicas.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, seja sugerida ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, a urgência na tramitação das proposições legislativas aprovadas no Senado Federal, relativas ao endurecimento das sanções aplicadas a adolescentes infratores (PL 1.473/2025) e ao "Pacote Anticrimes Violentos" (PL 4.809/2024).

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Senado Federal aprovou dois projetos de lei relevantes que agora aguardam análise na Câmara dos Deputados, ambos focados no endurecimento da legislação penal e infracional.

O primeiro, conhecido como "Pacote Anticrimes Violentos" (PL 4.809/2024), propõe um aumento geral nas penas para crimes graves como homicídio, roubo qualificado e constituição de milícia, além de criar novos tipos penais, como a "resistência qualificada". Esta proposta também visa a garantir o cumprimento da pena em regime fechado de forma mais imediata, reduzindo a margem para regimes iniciais alternativos, e endurece a progressão de regime para membros de organizações criminosas, condicionando-a ao pagamento de multas.

Paralelamente, o segundo projeto (PL 1.473/2025) altera diretamente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A mudança mais significativa é a ampliação do tempo máximo de internação, que passaria dos atuais 3 anos



para até 10 anos em casos de atos infracionais graves, cometidos com violência ou equiparados a crimes hediondos. Além disso, a proposta revoga a regra da liberação compulsória automática aos 21 anos de idade, permitindo que o jovem adulto permaneça internado até o cumprimento total da medida socioeducativa estabelecida.

É fato notório que a cooptação de menores de idade para o cometimento de atos infracionais graves, incluindo homicídios, latrocínios e tráfico de drogas, é uma estratégia central dessas organizações para garantir a impunidade de seus líderes e a perpetuação de suas atividades ilícitas.

Nesse contexto, os projetos de lei já aprovados por esta Casa, cujo objetivo é o endurecimento das medidas aplicáveis aos adolescentes infratores em casos de crimes hediondos ou de grave violência, bem como o conjunto de medidas conhecido como "Pacote Anticrimes Violentos", representam ferramentas legislativas essenciais e inadiáveis para o enfrentamento eficaz a essa realidade.

A tempestiva aprovação dessas matérias na Câmara dos Deputados seria capaz de ajudar na desestabilização do crime organizado, que se beneficia diretamente da atual sensação de impunidade e da insuficiência das respostas estatais.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Justiça e Segurança Pública e seus órgãos vinculados (incluindo, mas não se limitando a: Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Polícia Rodoviária Federal - PRF, e Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN), relativos ao tema do crime organizado no Brasil, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Justiça e Segurança Pública e seus órgãos vinculados (incluindo, mas não se limitando a: Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Polícia Rodoviária Federal - PRF, e Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN), relativos ao tema do



crime organizado no Brasil, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025).

Nesses termos, requisita-se:

1. Relatórios de Inteligência: Todos os relatórios de inteligência produzidos pela Polícia Federal (PF) e demais órgãos de inteligência da Pasta que mapeiem a atuação, a estrutura hierárquica, as áreas de influência e os métodos de operação das facções criminosas em território nacional e em suas conexões internacionais.
2. Dados Estatísticos Consolidados: Planilhas e relatórios estatísticos nacionais sobre: a) Apreensões de drogas (por tipo, quantidade e localização); b) Apreensões de armas de fogo (por calibre, origem e localização); c) Crimes patrimoniais ligados a organizações criminosas (roubo de cargas, roubo a bancos, extorsão mediante sequestro); d) Conflitos em áreas de fronteira.
3. Operações Policiais: Relatórios circunstanciados das principais operações deflagradas pela Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal voltadas ao combate ao narcotráfico, tráfico de armas e crimes transnacionais.
4. Sistema Prisional: Dados consolidados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) sobre o número de presos faccionados, por estado, e os relatórios de inteligência penitenciária sobre a comunicação e o comando de crimes a partir dos presídios.
5. Cooperação Internacional: Cópia dos acordos, memorandos de entendimento e relatórios de cooperação técnica e de inteligência vigentes com organismos internacionais (como INTERPOL, EUROPOL, DEA, etc.) e países vizinhos.



6. Planos Estratégicos: Cópia de todos os planos de ação e diretrizes estratégicas vigentes para o enfrentamento ao crime organizado.
7. Dados sobre controles de armas: dados relativos à relação de armas com registro ativo (incluindo marca, modelo, calibre, país de fabricação, função - repetição, semiautomática ou automática; e categoria registrada), peças e acessórios; dados sobre armas SF/25244.12397-37 (LexEdit) 8aa5b7ff710107e7b3344945a2319ec7fdf21db5 Página: 1/3 04/11/2025 10:46:38 desviadas dos arsenais das forças de segurança e sobre armas apreendidas (por calibre, origem e localização).

JUSTIFICAÇÃO

O objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é de natureza complexa, sistêmica e de abrangência nacional. As organizações criminosas evoluíram de grupos localizados para verdadeiras redes transnacionais que desafiam o Estado brasileiro, infiltrando-se na economia formal, corrompendo agentes públicos e impondo um regime de violência em vastas áreas do território.

Os órgãos do Governo Federal, em especial o Ministério da Justiça e Segurança Pública, são os detentores primários das informações de inteligência e dos dados consolidados em nível nacional.

O acesso irrestrito a esses documentos é condição indispensável para que esta CPI possa cumprir sua missão constitucional de apurar os fatos. O material requisitado fornecerá um diagnóstico completo da ameaça, subsidiará as oitivas de



testemunhas e autoridades, e fundamentará a elaboração do Relatório Final, que deverá propor aperfeiçoamentos legislativos e de políticas públicas.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de compartilhar suas respectivas visões acerca do crime organizado, a partir de longa experiência no jornalismo investigativo, as pessoas abaixo:

- o Senhor Josmar Jozino, jornalista investigativo do portal UOL;
- o Senhor Rafael Soares, jornalista investigativo do jornal O Globo;
- a Senhora Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado;
- o Senhor Bruno Paes Manso, jornalista investigativo e pesquisador do NEV-USP;
- o Senhor Allan de Abreu, jornalista investigativo da revista Piauí;
- o Senhor Rodrigo Pimentel, articulista e consultor em segurança pública.

JUSTIFICAÇÃO

Para além das informações oficiais e dos dados de inteligência providos pelas autoridades públicas, é fundamental que este colegiado tenha acesso ao conhecimento acumulado por profissionais da imprensa que dedicaram anos de suas carreiras à cobertura especializada da área de segurança pública e à investigação jornalística do crime organizado.



Os convidados são reconhecidos nacionalmente por seu extenso histórico de cobertura policial e por reportagens e publicações de fôlego que revelaram importantes aspectos da atuação das facções, suas lideranças, métodos de operação e conexões. Suas apurações independentes frequentemente trazem à luz informações que não constam em relatórios formais, oferecendo uma perspectiva única e crucial para os trabalhos desta CPI.

A oitiva dos referidos jornalistas contribuirá imensamente para que os membros desta Comissão possam compreender as nuances do fenômeno investigado, corroborar informações e obter novos elementos que auxiliem na elucidação dos fatos e na formulação do relatório final.

Sala da Comissão, 3 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as iniciativas do COAF no combate à lavagem de dinheiro por organizações criminosas.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2025.

Senador Angelo Coronel
(PSD - BA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Andrei Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o combate ao crime organizado pela Polícia Federal.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2025.

Senador Angelo Coronel
(PSD - BA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, Cientista Político, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca da atuação do crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro é cientista político, ex-secretário de Direitos Humanos e professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Sua trajetória inclui relevante atuação internacional na defesa dos direitos humanos, tendo servido ao sistema da Organização das Nações Unidas como relator especial para a situação dos direitos humanos em Myanmar e, posteriormente, sido nomeado coordenador da Comissão Internacional de Inquérito para a Síria em 2011.[1]

Em 2012, foi escolhido como um dos sete integrantes da Comissão Nacional da Verdade, responsável por apurar e apresentar conclusões sobre violações de direitos ocorridas durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Sua experiência tanto nacional quanto internacional, bem como seu histórico de participação em organismos de proteção e promoção dos direitos humanos, o qualifica para contribuir com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Diante desse histórico e da sua reconhecida experiência na análise de contextos de violência e violações de direitos, Paulo Sérgio Pinheiro poderá trazer elementos relevantes para compreensão das dinâmicas de violação de direitos humanos ligadas à atuação do crime organizado.

[1]https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_S%C3%A9rgio_Pinheiro#Biografia

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação de organizações criminosas no sistema financeiro nacional, com foco nas medidas de prevenção, detecção e repressão a operações suspeitas e lavagem de dinheiro.

JUSTIFICAÇÃO

As investigações recentes revelaram o uso de “contas-bolsão” por organizações criminosas, incluindo o PCC, para movimentação dissimulada de valores e lavagem de dinheiro através de fintechs e instituições financeiras. Esse mecanismo, operado como um “cofre coletivo”, dificulta a identificação da origem e do destino dos recursos ilícitos, tendo motivado recente medida do Banco Central para proibir essa prática.

Considerando o papel central do COAF na prevenção e detecção de operações suspeitas e sua atuação estratégica no rastreamento financeiro de facções criminosas, faz-se necessária a oitiva do presidente do Conselho, Sr. Ricardo Saadi, a fim de esclarecer as medidas adotadas, os fluxos de investigação e o fortalecimento dos mecanismos de inteligência financeira no combate ao crime organizado.[1]



[1] <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/113586/galipoloescapa-de-convocacao-e-vai-ao-senado-falar-sobre-campos-neto>

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito obre as medidas adotadas pela Receita Federal para identificar, rastrear e desarticular estruturas financeiras utilizadas por organizações criminosas no país, inclusive no ambiente digital e no mercado de criptoativos.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem recente indica que o Ministério da Fazenda e a Receita Federal estão implementando uma estratégia nacional para atingir o braço financeiro do crime organizado, com medidas como o endurecimento das regras para criptoativos, modernização da regulamentação tributária e criação de delegacias especializadas de combate a crimes financeiros e lavagem de dinheiro. [1]

Tais ações visam desarticular estruturas utilizadas por facções criminosas para movimentação e ocultação de recursos ilícitos, inclusive no ambiente digital. Diante da relevância desse tema para os trabalhos desta CPI, mostra-se imprescindível convidar representante da Receita Federal para prestar esclarecimentos sobre as iniciativas em curso, os mecanismos de fiscalização e as



medidas de cooperação institucional destinadas a enfraquecer o financiamento do crime organizado no país.

[1] <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fazenda-mira-braco-financeiro-do-crime-e-vai-endurecer-regras-para-cripto/>

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Coordenador-Geral de Combate ao Crime Organizado, Gétulio Monteiro de Castro Teixeira, informações detalhadas sobre as facções criminosas no Brasil, o novo cangaço e as ações de combate ao crime organizado no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Coordenador-Geral de Combate ao Crime Organizado, Gétulio Monteiro de Castro Teixeira, informações detalhadas sobre as facções criminosas no Brasil, o novo cangaço e as ações de combate ao crime organizado no Brasil.

Nesses termos, requisita-se:

- Quantas facções criminosas estão atualmente ativas no território nacional, com a respectiva identificação, área de atuação e principais Estados de presença;
- Relato detalhado sobre como o **“Novo Cangaço”** tem atuado no **Estado do Ceará**, incluindo registros de ocorrências, modus operandi e possíveis vínculos com facções estruturadas;
- Quais **ações, programas, operações e políticas públicas** vêm sendo desenvolvidas pela CGCO e pela SENASP no combate ao crime



organizado em âmbito nacional, com destaque para as medidas específicas voltadas ao enfrentamento das facções interestaduais e do fenômeno do “Novo Cangaço”;

- Quais os **resultados obtidos** até o momento com tais ações, incluindo dados estatísticos e indicadores de desempenho, se disponíveis.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem como finalidade subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do crime organizado no Brasil, por meio da obtenção de informações oficiais da Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado (CGCO/SENASP).

Nos últimos anos, a expansão e diversificação das facções criminosas no país têm representado um dos maiores desafios à segurança pública e ao Estado Democrático de Direito. A ausência de informações sistematizadas e atualizadas sobre o número de facções ativas, sua área de influência e suas dinâmicas de atuação dificulta a formulação de políticas de enfrentamento eficazes.

Em especial, destaca-se a crescente incidência do fenômeno conhecido como “**Novo Cangaço**”, que vem se manifestando com violência extrema e uso de armamento pesado, notadamente no **Estado do Ceará**, o que exige atenção específica desta Comissão. Tais ações demonstram elevado grau de coordenação e planejamento, indicando a presença de redes criminosas organizadas e de alcance interestadual.

Dessa forma, é essencial que a CPI receba informações detalhadas sobre:

- o **quantitativo e a identificação das facções criminosas atualmente ativas no Brasil**;



- a atuação e o modo de operação do chamado “Novo Cangaço” no Estado do Ceará;
- e as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, por meio da SENASP e da CGCO, para o combate e repressão às organizações criminosas.

Esses dados são indispensáveis para o exercício da função fiscalizatória e investigativa do Parlamento, bem como para a elaboração de recomendações e proposições legislativas que contribuam para o fortalecimento da segurança pública e o enfrentamento estruturado do crime organizado no país.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Doutor Uirá Ferreira do Nascimento, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Estado do Rio de Janeiro.

JUSTIFICAÇÃO

A **Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado** tem por finalidade investigar a estrutura, o financiamento e a infiltração das organizações criminosas nos diversos setores do Estado brasileiro, buscando compreender suas dinâmicas, conexões e redes de sustentação.

O **Estado do Rio de Janeiro** enfrenta, há décadas, um quadro de elevada complexidade na área da segurança pública, marcado pela presença simultânea de **facções do tráfico de drogas e milícias**, que disputam o controle territorial de comunidades e impõem restrições à atuação estatal e à liberdade dos cidadãos.

A **Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro** é a principal instituição responsável pela investigação criminal e pela desarticulação das redes de apoio logístico e financeiro das facções criminosas. Nesse contexto, sua atuação é estratégica para o êxito das ações de repressão qualificada ao crime organizado.



A **recente operação no Complexo do Alemão**, conduzida em conjunto com outras forças de segurança, teve grande repercussão pública e revelou o alto grau de organização e poder bélico das facções criminosas que atuam naquela região. Torna-se, portanto, imprescindível que esta CPI ouça o **Diretor-Geral da Polícia Civil**, a fim de esclarecer os **aspectos investigativos, os resultados alcançados e os desafios enfrentados** durante e após a referida operação.

A presença do Delegado Uirá Ferreira Nascimento nesta Comissão permitirá aprofundar a análise sobre **as estratégias de inteligência policial**, os mecanismos de cooperação federativa e as necessidades institucionais da Polícia Civil para fortalecer o enfrentamento ao crime organizado.

Por essas razões, o presente requerimento se mostra **necessário e oportuno**, contribuindo para o aprimoramento dos trabalhos desta CPI e para a formulação de medidas legislativas e administrativas voltadas à proteção da sociedade e à recuperação da autoridade do Estado.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Tenente-Coronel Marcelo de Castro Corbage, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Estado do Rio de Janeiro.

JUSTIFICAÇÃO

A **Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado** tem por missão investigar a estrutura, as dinâmicas e os mecanismos de sustentação das organizações criminosas que atuam em território nacional, com foco na identificação de suas redes de influência, fontes de financiamento e estratégias de infiltração nas instituições públicas.

O **Estado do Rio de Janeiro** é, historicamente, um dos principais centros de atuação do crime organizado no país. Facções como o **Comando Vermelho**, o **Terceiro Comando Puro** e as **milícias** exercem domínio territorial sobre amplas regiões urbanas, afetando diretamente a segurança pública, a economia e o cotidiano da população fluminense.

Nesse contexto, o **Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE)** desempenha papel estratégico e decisivo nas ações de enfrentamento direto a



essas organizações, sendo reconhecido nacionalmente pela sua atuação técnica, disciplinada e de alto risco.

A **recente operação no Complexo do Alemão**, realizada no segundo semestre de 2025, mobilizou expressivo contingente policial e resultou em importantes apreensões, confrontos e investigações sobre o controle territorial exercido por facções criminosas naquela região. A oitiva do Comandante Marcelo de Castro Corbage permitirá que esta Comissão compreenda os **aspectos táticos, logísticos e estratégicos** da operação, os desafios enfrentados pelas forças de segurança e os resultados alcançados, contribuindo para o aprimoramento das políticas de combate ao crime organizado no Brasil.

A presença do Comandante do BOPE fornecerá a esta CPI **informações diretas de campo**, fundamentais para o entendimento da complexidade operacional das ações em áreas conflagradas e para a formulação de propostas legislativas voltadas ao fortalecimento da segurança pública e da integração entre as forças estaduais e federais.

Por essas razões, o presente requerimento se mostra **necessário e oportuno**, de modo a subsidiar os trabalhos desta CPI com informações técnicas, operacionais e estratégicas indispensáveis à compreensão e ao enfrentamento eficaz do crime organizado no território nacional.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Comandante da Aeronáutica, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura, a expansão e o poder de influência das organizações criminosas em território nacional, bem como suas conexões internacionais e fontes de financiamento. No contexto dessas investigações, é indispensável compreender o papel da Aeronáutica no enfrentamento ao tráfico aéreo e às operações ilícitas que utilizam o espaço aéreo brasileiro como rota estratégica para o crime organizado.

O Brasil, pela sua dimensão continental e por fazer fronteira com diversos países produtores de entorpecentes, enfrenta um desafio permanente no controle das aeronaves de pequeno e médio porte que transportam drogas, armas e valores ilícitos. A **Força Aérea Brasileira**, sob o comando do **Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno**, é responsável por fiscalizar, monitorar e, quando necessário, interceptar essas aeronaves, garantindo a soberania do espaço



aéreo nacional e o apoio às forças de segurança na repressão às atividades criminosas.

A Aeronáutica desempenha papel central na **Operação Ostium** e em outras ações conjuntas com a **Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública**, voltadas à vigilância de fronteiras e à neutralização de voos irregulares ou clandestinos ligados ao tráfico de drogas. O conhecimento técnico e estratégico do Comandante da Aeronáutica é, portanto, essencial para esta CPI compreender as medidas implementadas, os resultados alcançados e as dificuldades operacionais e logísticas enfrentadas pela Força Aérea no combate a essas ameaças.

A oitiva do Comandante Damasceno permitirá que esta Comissão aprofunde o entendimento sobre **a cooperação interinstitucional**, o **uso de tecnologia e inteligência aérea**, e os **protocolos de ação diante de atividades ilícitas no espaço aéreo**. Além disso, possibilitará identificar eventuais lacunas normativas ou orçamentárias que comprometem a atuação da Aeronáutica e das demais forças estatais no enfrentamento ao crime organizado.

Por essas razões, o presente requerimento representa uma medida de elevada relevância para os trabalhos desta Comissão, pois busca fortalecer o diagnóstico institucional e propor soluções concretas para a defesa da soberania nacional e o combate integrado às organizações criminosas que operam em solo e no ar.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, Comandante da Marinha do Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o propósito de investigar a estrutura e o poder das organizações criminosas no Brasil, suas conexões transnacionais, fontes de financiamento e mecanismos de expansão territorial. Nesse contexto, é fundamental compreender o papel desempenhado pelas Forças Armadas, em especial a Marinha do Brasil, na defesa do território nacional e na proteção das fronteiras marítimas, áreas sensíveis utilizadas por redes criminosas para o transporte de entorpecentes, armas e contrabando.

O tráfico marítimo representa uma das principais rotas do crime organizado internacional. Por meio de embarcações de pequeno e médio porte, quadrilhas ligadas a facções brasileiras e cartéis estrangeiros têm utilizado portos, estuários e áreas costeiras como corredores logísticos para o envio e recebimento de drogas, armas e produtos ilícitos. A Marinha do Brasil, sob o comando do Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, é responsável pela vigilância,



fiscalização e segurança das águas jurisdicionais brasileiras, exercendo papel essencial no bloqueio dessas rotas e na proteção da soberania nacional.

Além disso, a Marinha participa de diversas **operações conjuntas com a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério da Defesa**, com foco no enfrentamento ao narcotráfico, ao contrabando e às atividades ilegais em áreas portuárias e fluviais. O conhecimento técnico e estratégico do Comandante da Marinha é, portanto, de extrema relevância para o trabalho desta CPI, que busca compreender as dimensões logísticas e territoriais da criminalidade organizada no país.

A oitiva do Almirante Olsen permitirá à Comissão identificar **as principais vulnerabilidades na vigilância marítima**, os **desafios de recursos e infraestrutura** enfrentados pela Força Naval, e **as oportunidades de aprimoramento da cooperação interinstitucional** com os órgãos de segurança pública. Tais informações são fundamentais para o diagnóstico completo da atuação do Estado brasileiro no combate às organizações criminosas e para a proposição de medidas legislativas e estruturais que fortaleçam a defesa do território e a repressão ao crime.

Por essas razões, o presente requerimento se mostra medida necessária e oportuna para subsidiar os trabalhos investigativos desta CPI, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de segurança e para a proteção da soberania nacional frente às ameaças representadas pelo crime organizado.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada com o objetivo de investigar a atuação das organizações criminosas de caráter nacional e transnacional, com especial foco em suas estruturas de financiamento, mecanismos de lavagem de dinheiro e utilização do sistema financeiro para dissimular a origem ilícita de recursos.

Neste contexto, o convite do **Diretor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)** é medida absolutamente necessária, estratégica e coerente com os objetivos desta CPI.

O COAF, como Unidade de Inteligência Financeira do Estado brasileiro, possui a atribuição legal, conferida pela Lei nº 9.613/1998, de receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividades ilícitas, como a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e outros crimes correlatos, comunicando essas informações às autoridades competentes.



O convite do Diretor do COAF se justifica pelos seguintes fundamentos essenciais:

1. Papel central do COAF na detecção de fluxos financeiros ilícitos

O COAF é a principal unidade estatal de análise e disseminação de informações financeiras suspeitas, recebendo comunicações de operações atípicas de bancos, corretoras, imobiliárias, cartórios, entre outros setores obrigados. Tais informações são fundamentais para rastrear a engenharia financeira do crime organizado, especialmente em suas práticas de lavagem de dinheiro, ocultação patrimonial e financiamento de atividades criminosas.

2. Capacidade de identificar redes de empresas de fachada e intermediação ilícita

Organizações criminosas utilizam empresas de fachada, ONGs, instituições religiosas e redes de laranjas para movimentar recursos ilegais sob aparência de legalidade. O COAF detém relatórios e mapas de inteligência que identificam padrões de movimentações incompatíveis com a realidade econômica das instituições envolvidas, e essas informações são indispensáveis para o trabalho desta CPI.

3. Monitoramento de operações financeiras fragmentadas e triangulações

A estrutura das facções criminosas e de redes de corrupção sofisticadas se vale de estratégias de operações fracionadas, triangulações financeiras e uso de paraísos fiscais. O COAF é o órgão responsável por identificar esses padrões complexos de movimentações suspeitas, atuando como ponto de partida para investigações criminais.

4. Relação do COAF com investigações de tráfico de drogas, armas e corrupção



Diversas operações de grande repercussão nacional, que desarticularam esquemas de tráfico internacional, contrabando, milícias e corrupção institucional, tiveram origem em Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do COAF. O Diretor deverá esclarecer à CPI como essas informações são produzidas, processadas, compartilhadas com outros órgãos e quais são os desafios enfrentados pela unidade na detecção e combate ao financiamento do crime organizado.

5. Diagnóstico da estrutura institucional, recursos e autonomia do COAF

É essencial que o Diretor esclareça à CPI:

- O nível de autonomia técnica e operacional do COAF;
- As deficiências estruturais ou normativas que dificultam sua atuação;
- O volume de comunicações suspeitas relacionadas ao crime organizado recebidas nos últimos anos;
- O grau de articulação com a Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público e agências de inteligência nacionais e internacionais.

6. Prevenção de uso indevido do sistema financeiro para atividades criminosas

O COAF tem papel preventivo fundamental no bloqueio de recursos financeiros do crime organizado. A CPI precisa compreender quais medidas de aprimoramento legal e estrutural são necessárias para potencializar a atuação da unidade na antecipação de crimes de lavagem de dinheiro.

O convite do Diretor do COAF encontra respaldo no art. 58, §3º da Constituição Federal e na Lei nº 1.579/1952, que conferem às CPIs poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, incluindo a convocação obrigatória de agentes públicos para prestarem esclarecimentos.



Trata-se, portanto, de um convite indispensável para que esta CPI tenha acesso a um diagnóstico técnico e estratégico sobre as engrenagens financeiras que sustentam as organizações criminosas no Brasil, permitindo a formulação de propostas legislativas e institucionais sólidas para desarticular a base econômica dessas organizações.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Antônio Fernando Souza Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o propósito de investigar a atuação de organizações criminosas de abrangência nacional, incluindo suas estruturas logísticas, rotas de tráfico, mecanismos de financiamento e infiltração em setores públicos e privados.

Neste contexto, o convite do **Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF)** é medida absolutamente necessária, estratégica e coerente com os objetivos desta CPI.

A PRF, como órgão federal de segurança pública, é responsável pela fiscalização ostensiva das rodovias federais e pela repressão a crimes transnacionais, tráfico de drogas, armas, contrabando e transporte de integrantes de organizações criminosas. A malha rodoviária federal é um dos principais vetores logísticos utilizados pelas facções criminosas para a movimentação de cargas ilícitas e o escoamento de recursos financeiros.



O convite do Diretor-Geral da PRF se justifica pelos seguintes fundamentos:

1. Comando sobre a fiscalização das principais rotas logísticas do crime organizado

O crime organizado utiliza as rodovias federais como corredores estratégicos para o transporte de drogas, armas, munições, cigarros contrabandeados, produtos falsificados e valores em espécie oriundos de atividades ilícitas. Cabe ao Diretor-Geral esclarecer à CPI quais são as ações estruturadas da PRF para bloquear essas rotas, quais as dificuldades enfrentadas e quais operações de impacto foram realizadas nos últimos anos.

2. Dados sobre apreensões, operações integradas e resultados efetivos

A PRF desempenha papel central em grandes operações nacionais de combate ao tráfico e ao contrabando. O Diretor-Geral deverá prestar informações detalhadas sobre:

- Quantidade de drogas, armas e mercadorias apreendidas;
- Principais rotas mapeadas de atuação de facções;
- Operações conjuntas com a Polícia Federal, Forças Armadas e polícias estaduais;
- Casos de enfrentamento armado, emboscadas ou ações de represália de organizações criminosas contra agentes da PRF.

3. Diagnóstico das fragilidades logísticas e operacionais da PRF

É necessário que o Diretor-Geral apresente um panorama sobre:

- Efetivo disponível nas rodovias;
- Deficiências estruturais (viaturas, armamento, tecnologia de monitoramento);



- Necessidade de investimentos em inteligência e tecnologias de rastreamento de cargas;
- Limitações jurídicas e administrativas que dificultam o trabalho de repressão qualificada.

4. Articulação com outros órgãos de segurança pública e de inteligência

A atuação isolada da PRF não é suficiente para conter o crime organizado nas estradas. O Diretor-Geral deverá esclarecer à CPI como está a integração da corporação com a Polícia Federal, Receita Federal, Ministério da Justiça e agências de inteligência para ações coordenadas de combate às facções.

5. Transparência sobre os casos de infiltração, corrupção e cooptação de agentes

Sabidamente, o crime organizado busca cooptar ou corromper agentes públicos que atuam na fiscalização de cargas. O Diretor-Geral precisa esclarecer à CPI quais medidas de controle interno, corregedoria e inteligência têm sido adotadas para prevenir e reprimir casos de corrupção dentro da corporação.

6. Responsabilidade da PRF na proteção das fronteiras terrestres

Embora não seja seu papel institucional primário, a PRF desempenha função estratégica de apoio na repressão ao tráfico transfronteiriço em áreas de fronteira seca. O Diretor-Geral deve apresentar à CPI um diagnóstico sobre as ações da PRF nas regiões de fronteira, em especial nas rotas de entrada de drogas e armas.

O convite do Diretor-Geral da PRF encontra respaldo no art. 58, §3º da Constituição Federal, e no art. 2º da Lei nº 1.579/1952, que conferem às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, incluindo a convocação obrigatória de agentes públicos para prestarem esclarecimentos.



Dessa forma, sua oitiva é imprescindível para que esta CPI compreenda de forma técnica e direta qual é o grau de eficácia, desafios, limitações e estratégias da Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento ao crime organizado que utiliza a malha rodoviária federal como canal de expansão logística, financeira e territorial.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) de Inteligência (ABIN), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o objetivo de investigar a atuação das organizações criminosas no Brasil, com foco em suas estruturas de financiamento, rotas logísticas, mecanismos de lavagem de dinheiro e infiltração em setores públicos e privados.

Neste contexto, o convite do **Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)** é medida necessária, estratégica e absolutamente coerente com os objetivos desta CPI. A Receita Federal é um dos órgãos centrais do Estado brasileiro no combate aos crimes econômicos, financeiros e fiscais, tendo papel fundamental na detecção, investigação e repressão de redes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, contrabando, descaminho e blindagem patrimonial, práticas estruturantes da criminalidade organizada.

O convite se justifica por diversas razões:



1. Detenção de dados estratégicos sobre estruturas empresariais e financeiras do crime organizado

A Receita Federal, por meio de suas auditorias, cruzamentos de dados e fiscalizações, possui informações essenciais sobre empresas de fachada, movimentações financeiras incompatíveis, elisão fiscal ilícita, simulação de operações comerciais e patrimônio oculto de organizações criminosas. O comparecimento do Secretário permitirá à CPI compreender de que forma essas informações estão sendo utilizadas para desarticular as bases econômicas do crime organizado.

2. Acesso privilegiado a movimentações de comércio exterior (importações/exportações)

Facções criminosas e cartéis transnacionais utilizam esquemas de subfaturamento, superfaturamento, contrabando e descaminho para movimentar valores ilícitos, camuflar remessas de drogas, armas, ouro e outros bens. A Receita Federal é a responsável pela fiscalização aduaneira nos portos, aeroportos e fronteiras, sendo imprescindível que o Secretário esclareça à CPI as ações adotadas para impedir que a estrutura aduaneira do Brasil seja cooptada por redes criminosas.

3. Parcerias com órgãos de controle e repressão

A atuação integrada da Receita Federal com o COAF, a Polícia Federal, o Ministério Público e agências internacionais de controle é fundamental no enfrentamento ao crime organizado. O comparecimento do Secretário permitirá à CPI avaliar a efetividade dessa cooperação, identificar eventuais obstáculos institucionais e discutir a necessidade de aperfeiçoamento normativo.

4. Responsável pelo monitoramento e repressão a esquemas de lavagem de dinheiro



Embora a Receita Federal não tenha competência penal, seu trabalho de fiscalização tributária e patrimonial é uma das principais ferramentas para a detecção de operações fraudulentas que viabilizam a lavagem de capitais. A CPI precisa compreender se a estrutura atual da Receita está sendo suficiente para rastrear fluxos ilícitos e se existem gargalos legais que impedem uma atuação mais proativa.

5. Fiscalização sobre o uso de regimes tributários e incentivos por organizações criminosas

Há indícios de que redes criminosas utilizam brechas tributárias, incentivos fiscais e zonas de livre comércio para movimentar recursos e operações ilícitas sob aparência de legalidade. O Secretário deverá explicar como a Receita Federal está monitorando e coibindo esse tipo de prática.

6. Transparência sobre priorização e alocação de recursos para o combate ao crime organizado

O Secretário deverá esclarecer quais são as prioridades da Receita Federal no combate à criminalidade organizada, como estão sendo aplicados os recursos públicos destinados a operações de fiscalização especial e quais medidas de inteligência fiscal estão sendo implementadas para fortalecer o combate às redes criminosas.

O convite do Secretário Especial da Receita Federal encontra respaldo no art. 58, §3º da Constituição Federal e na Lei nº 1.579/1952, que conferem às CPIs poderes próprios de investigação, inclusive a convocação obrigatória de autoridades públicas para prestarem depoimentos presenciais.

Dada a complexidade do fenômeno do crime organizado, é imperativo que esta CPI ouça, de forma direta, a principal autoridade da Receita Federal, a



fim de identificar como o Estado está (ou não está) desmantelando a engrenagem financeira que sustenta essas organizações.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. General Tomás Miguel Ribeiro Paiva, Comandante do Exército, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como finalidade investigar a estrutura, o poder de expansão e as fontes de financiamento das organizações criminosas que atuam em território nacional. Em sua missão de compreender as causas e dinâmicas que fortalecem essas redes ilícitas, é imprescindível analisar também os desafios institucionais enfrentados pelo Estado brasileiro no controle territorial e na defesa de suas fronteiras.

O Exército Brasileiro desempenha papel fundamental nesse contexto, especialmente por meio das operações de fronteira, de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e das ações conjuntas com a Polícia Federal, a Receita Federal e outros órgãos de segurança pública. Essas operações são essenciais para coibir o ingresso de armas, munições e drogas que abastecem as facções criminosas em todo o país, além de impedir o contrabando e o tráfico de produtos que sustentam financeiramente o crime organizado.



Ouvir o Comandante do Exército permitirá a esta Comissão compreender as estratégias, limitações e resultados das ações conduzidas pelas Forças Terrestres no combate a essas ameaças. A presença do General Tomás Miguel Ribeiro Paiva contribuirá para elucidar como se dá a cooperação interinstitucional com os demais órgãos federais e estaduais, bem como os desafios operacionais e orçamentários que comprometem a eficácia dessas ações.

Além disso, a oitiva do Comandante do Exército se justifica pela necessidade de identificar eventuais fragilidades no sistema de vigilância e defesa territorial, especialmente nas regiões de fronteira, que são as principais portas de entrada do armamento pesado e dos entorpecentes utilizados por grupos criminosos. Trata-se de uma contribuição indispensável para que esta CPI formule diagnósticos precisos e apresente propostas concretas de fortalecimento da soberania nacional e do enfrentamento ao crime organizado em todas as suas dimensões.

Por essas razões, o presente requerimento representa uma medida necessária e oportuna para o êxito dos trabalhos desta Comissão, buscando compreender o papel das Forças Armadas no apoio à segurança pública e na defesa da integridade do território brasileiro frente às ameaças representadas pelas organizações criminosas.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Mário Luiz Sarrubbo, Secretário Nacional de Segurança Pública, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a atuação das organizações criminosas no Brasil, com foco em sua estrutura de comando, redes de financiamento, logística operacional, infiltração em órgãos públicos e estratégias de expansão territorial. Dentro desse escopo, a atuação da **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)**, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), é central e insubstituível.

A SENASP é responsável pela formulação e coordenação das políticas públicas nacionais de segurança, pelo fortalecimento da integração entre os entes federativos, e pela articulação de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento do crime organizado, à repressão qualificada à criminalidade violenta e à estruturação do **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**.

Diante da escalada da atuação das facções criminosas, milícias e redes de tráfico internacional, torna-se imprescindível que esta CPI convoque o **Secretário Nacional de Segurança Pública** para prestar esclarecimentos



detalhados sobre o papel da SENASP na formulação de políticas de combate ao crime organizado e sobre as ações concretas executadas para conter a expansão dessas organizações em território nacional.

O Secretário deverá apresentar à CPI um panorama técnico sobre a atuação da Secretaria nas seguintes frentes:

Primeiramente, é necessário compreender quais são as **estratégias nacionais de enfrentamento ao crime organizado coordenadas pela SENASP**, especialmente no que se refere à integração de dados e inteligência, operações conjuntas com estados, e medidas para o desmantelamento de núcleos logísticos e financeiros das organizações criminosas.

Outro ponto de extrema importância é a **gestão dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)**. O Secretário deverá esclarecer como esses recursos estão sendo aplicados para o fortalecimento das forças de segurança estaduais no combate ao crime organizado, quais critérios são utilizados para a destinação de verbas, e quais são os projetos estratégicos financiados pelo fundo para o desenvolvimento de tecnologias de repressão e inteligência.

Além disso, é imprescindível que o Secretário preste esclarecimentos sobre o funcionamento e a eficácia do **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, destacando as medidas efetivas de integração operacional e de informações entre as polícias civis, militares, federais, rodoviárias federais e as guardas municipais, no enfrentamento às organizações criminosas. A CPI precisa compreender os gargalos institucionais e normativos que impedem a plena articulação entre os entes federados e como a SENASP está atuando para superá-los.

A presença do Secretário é necessária também para que sejam esclarecidas as medidas tomadas pela SENASP no que diz respeito à **segurança nas fronteiras**, pontos de entrada de drogas, armas e mercadorias ilícitas. A CPI precisa avaliar a eficácia das ações coordenadas pela Secretaria, inclusive em parceria com



órgãos internacionais, para conter o fluxo transfronteiriço de produtos e recursos que alimentam as organizações criminosas no Brasil.

Outro ponto relevante é o papel da SENASP na **capacitação, supervisão e controle das atividades das polícias estaduais no combate ao crime organizado**, garantindo a adoção de protocolos de atuação baseados em inteligência e respeitando os direitos fundamentais, sem perder de vista a eficácia operacional.

O convite do Secretário Nacional de Segurança Pública encontra amparo no art. 58, §3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.579/1952, que conferem às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, incluindo a **convocação obrigatória de autoridades públicas para prestarem esclarecimentos**.

Dessa forma, o comparecimento do Secretário Nacional de Segurança Pública a esta CPI é imprescindível para a compreensão das estratégias, ações e desafios institucionais enfrentados pelo Governo Federal no combate à criminalidade organizada, permitindo que esta Comissão avalie a necessidade de aperfeiçoamentos legislativos, institucionais e operacionais na política nacional de segurança pública.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre ações de combate ao crime organizado no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada com o propósito de investigar a atuação das organizações criminosas de abrangência nacional e transnacional, com ênfase em suas estruturas de comando, redes de financiamento, rotas logísticas e infiltração em instituições públicas e privadas. Dentro desse escopo, um dos pontos mais críticos é o **controle exercido por facções criminosas sobre o sistema penitenciário brasileiro**, que se tornou, ao longo das últimas décadas, um dos principais núcleos de poder dessas organizações.

Neste contexto, o convite **d o** Secretário Nacional de Políticas Penais é medida indispensável para que esta CPI possa compreender de forma técnica, institucional e estratégica as ações adotadas pelo Governo Federal no enfrentamento ao domínio faccionado nas unidades prisionais do país.

O SENAPPEN, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é responsável pela administração do Sistema Penitenciário Federal e pela coordenação da política penitenciária nacional, incluindo a formulação de



diretrizes, apoio técnico e financeiro aos estados e supervisão das medidas de segurança, inteligência e combate ao crime organizado no ambiente prisional.

O convite do Secretário Nacional de Políticas Penais se impõe pelos seguintes fundamentos:

As facções criminosas utilizam os presídios como **quartéis-generais de comando estratégico**, de onde são articuladas operações criminosas, como tráfico de drogas, armas, extorsões, sequestros, “tribunais do crime”, e ataques coordenados a agentes públicos e civis. A CPI precisa compreender quais são as ações concretas implementadas pelo DEPEN para impedir que o encarceramento de líderes faccionados se transforme em um fator de fortalecimento das organizações criminosas.

O Secretário Nacional deverá esclarecer à CPI a política de **classificação e segregação de presos de alta periculosidade**, as estratégias de isolamento de lideranças, os protocolos de transferência de presos do sistema estadual para o federal e as medidas de prevenção à comunicação ilícita de presos com o ambiente externo, especialmente por meio de aparelhos celulares, advogados e visitas.

Outro ponto central é a **utilização dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN)**. A CPI precisa verificar como estão sendo aplicados os recursos federais destinados à modernização e fortalecimento da infraestrutura de segurança prisional, ao monitoramento eletrônico, à blindagem das comunicações e à capacitação das equipes de inteligência penitenciária nos estados.

O Secretário Nacional também é responsável pela **coordenação de operações integradas com as forças estaduais, federais e as agências de inteligência**. É imperioso que o Secretário esclareça quais ações de articulação estão em curso, qual é o nível de cooperação efetiva entre União e Estados



no combate ao crime organizado dentro dos presídios, e se existem gargalos institucionais ou normativos que impedem uma atuação mais eficaz.

Além disso, é essencial obter do Secretário um diagnóstico realista sobre a presença faccionada nos presídios estaduais, a atual capacidade de contenção do Sistema Penitenciário Federal, os desafios operacionais enfrentados pelo SENAPPEN e as propostas da gestão para reverter o quadro de domínio territorial das facções dentro das unidades prisionais.

O convite do Secretário Nacional encontra respaldo no art. 58, §3º da Constituição Federal, e no art. 2º da Lei nº 1.579/1952, que conferem às CPIs poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, incluindo a convocação obrigatória de agentes públicos para prestarem esclarecimentos.

Portanto, a presença do Secretário Nacional de Políticas Penais é fundamental para que esta CPI possa traçar um diagnóstico preciso sobre o papel do sistema penitenciário na sustentação do crime organizado no Brasil e identificar quais são as medidas institucionais, legislativas e operacionais necessárias para romper o ciclo de fortalecimento faccionado a partir dos presídios.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre relatórios, estudos ou avaliações internas sobre as medidas e a cooperação com outros órgãos de segurança pública e inteligência vigente, bem como outras medidas no sentido de promover o enfrentamento às organizações criminosas dentro e fora do Brasil, além de políticas de cooperação com entidades de segurança pública de outros países.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre relatórios, estudos ou avaliações internas sobre as medidas e a cooperação com outros órgãos de segurança pública e inteligência vigente, bem como outras medidas no sentido de promover o enfrentamento às organizações criminosas dentro e fora do Brasil, além de políticas de cooperação com entidades de segurança pública de outros países.

Nesses termos, requisita-se que sejam solicitadas informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre relatórios, estudos ou avaliações internas sobre as medidas e a cooperação com outros órgãos de



segurança pública e inteligência vigente, bem como outras medidas no sentido de promover o enfrentamento às organizações criminosas dentro e fora do Brasil, além de políticas de cooperação com entidades de segurança pública de outros países.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como finalidade central investigar a atuação de organizações criminosas com abrangência nacional, suas conexões interestaduais, fontes de financiamento, e, de forma especial, seu poder de **domínio territorial e social em áreas urbanas e rurais do Brasil**.

Nesse contexto, é imperativo que esta CPI tenha acesso a **informações produzidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública**, órgãos que estão na linha de frente do enfrentamento cotidiano às facções criminosas, milícias, organizações paramilitares e redes de narcotráfico e extorsão que atuam em diversas unidades da federação.

O **Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)**, na condição de órgão coordenador do **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)** e gestor de políticas públicas integradas, possui a competência legal para **consolidar, requisitar, sistematizar e compartilhar relatórios estaduais de inteligência, de estatística criminal e de avaliação territorial**.

As informações solicitadas por meio deste requerimento abrangem temas de altíssimo interesse público e investigativo, incluindo:

- **Comunidades dominadas por facções ou milícias**, onde o Estado perdeu sua presença institucional e a população vive sob controle armado ilegal;
- **Execuções sumárias**, com indícios de atuação de “tribunais do crime” ou grupos parapoliciais;



- **Extorsões sistemáticas contra comerciantes, transportadores, motoristas de aplicativo e moradores em geral;**
- **Cobranças ilegais de taxas por serviços como internet clandestina, botijões de gás, segurança, energia e transporte alternativo;**
- **Desaparecimentos forçados**, muitas vezes não oficialmente registrados por medo, coação ou conivência institucional;
- **Acordos informais de não intervenção por parte de forças públicas**, inclusive em áreas urbanas de grandes capitais, onde se observam zonas de exclusão de patrulhamento.

Estudos acadêmicos, investigações jornalísticas e até relatórios de organismos internacionais já apontaram a existência de "**territórios paralelos**", nos quais o Estado é substituído por comandos armados que impõem regras, executam penas, promovem serviços e dominam a economia local, em clara violação à Constituição Federal e à soberania nacional.

Ao requisitar ao MJSP o acesso aos relatórios das Secretarias Estaduais, esta Comissão não está apenas buscando estatísticas, mas **diagnósticos territoriais, mapeamentos de facções, áreas sob alerta e medidas (ou omissões) registradas em nível estadual**. Esses dados são fundamentais para que possamos identificar **padrões de atuação, áreas de expansão, dinâmicas de violência e redes de proteção institucional ao crime organizado**.

Adicionalmente, cabe ao MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, consolidar tais informações para subsidiar políticas públicas federais, convênios e repasses de recursos, sendo, portanto, o interlocutor legítimo e obrigatório deste requerimento.

Por todas essas razões, o presente requerimento é medida absolutamente necessária ao escopo investigativo desta CPI, configurando **instrumento de diagnóstico estratégico da presença e do**



impacto do crime organizado nos territórios brasileiros, e passo decisivo para a responsabilização institucional, a proposição de reformas legais e a restauração da autoridade do Estado nas áreas atualmente reféns da criminalidade organizada.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia, informações sobre as políticas públicas, planos e ações implementadas nos últimos cinco anos voltadas ao enfrentamento e monitoramento da atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário nacional, bem como relatórios, estudos ou levantamentos internos que tratem da presença e articulação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais federais e estaduais, além de informações sobre práticas de torturas dentro do sistema carcerário brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia, informações sobre as políticas públicas, planos e ações implementadas nos últimos cinco anos voltadas ao enfrentamento e monitoramento da atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário nacional, bem como relatórios, estudos ou levantamentos internos que tratem da presença e articulação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais



federais e estaduais, além de informações sobre práticas de torturas dentro do sistema carcerário brasileiro.

Nesses termos, requisita-se que sejam solicitadas informações ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) sobre as políticas públicas, planos e ações implementadas nos últimos cinco anos voltadas ao enfrentamento e monitoramento da atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário nacional, bem como relatórios, estudos ou levantamentos internos que tratem da presença e articulação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais federais e estaduais, além de informações sobre práticas de torturas dentro do sistema carcerário brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada com a finalidade de investigar a atuação de organizações criminosas de âmbito nacional, incluindo suas estruturas de comando, expansão territorial, fontes de financiamento e infiltração institucional. Um dos elementos mais críticos para a compreensão do poder dessas organizações é a sua presença e controle **dentro do sistema penitenciário brasileiro**.

É fato notório, amplamente reconhecido por autoridades e especialistas em segurança pública, que **os presídios brasileiros deixaram de ser apenas espaços de custódia penal para se tornarem verdadeiros centros de articulação e comando de facções criminosas**, que de dentro das celas coordenam assassinatos, extorsões, tráfico de drogas e armas, sequestros e ataques a instituições públicas.

O **Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)**, como órgão central do Sistema Penitenciário Federal e responsável pela coordenação da política penitenciária nacional, detém informações estratégicas sobre os protocolos de segurança, a classificação dos presos, os registros de líderes de



facções no sistema federal, bem como os programas de contenção da influência das facções nos presídios estaduais.

Da mesma forma, as **Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária** ou órgãos equivalentes possuem o controle direto sobre os estabelecimentos prisionais em seus respectivos estados, sendo responsáveis pela custódia, transferência e classificação dos internos, além da adoção (ou não) de medidas de segregação entre grupos rivais, monitoramento de comunicações ilícitas e controle de visitas.

Diante da capacidade de coordenação nacional das principais facções — como o PCC, o CV e outras organizações regionais —, torna-se imprescindível que esta Comissão obtenha, com urgência, **informações oficiais sobre:**

- A presença identificada de facções nas unidades prisionais;
- O número de presos por vínculo faccionado;
- A classificação de risco de lideranças dentro das cadeias;
- As estratégias de isolamento, contenção e inteligência utilizadas;
- Os episódios de rebeliões, mortes, fugas e ataques associados à disputa pelo controle prisional;
- O uso de tecnologias de bloqueio de sinal, monitoramento e escuta autorizada.

Essas informações permitirão a esta CPI traçar um diagnóstico realista da **simbiose existente entre o sistema prisional e o fortalecimento do crime organizado no Brasil**, além de avaliar o nível de omissão, cooptação ou incapacidade administrativa de alguns entes públicos diante dessa realidade.

É dever desta Comissão compreender por que o encarceramento, ao invés de enfraquecer as facções, muitas vezes serve como instrumento de sua



expansão, através de recrutamento, radicalização e fortalecimento da identidade criminal entre internos.

Por isso, o presente requerimento busca garantir o acesso a **dados essenciais para a responsabilização institucional e a formulação de políticas públicas sérias, eficazes e estruturantes**, que não apenas contenham o poder faccionado nas prisões, mas impeçam que ele continue se irradiando para fora dos muros, ameaçando a segurança da sociedade brasileira como um todo.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL
Gabinete Do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Luiz Gonzaga Viana Filho, Comandante Militar da Amazônia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos e as estratégias conjuntas de combate ao tráfico de drogas, armas e ao garimpo ilegal em áreas de fronteira.

JUSTIFICAÇÃO

Sua participação será de grande relevância para analisar as conexões do crime organizado que se expandem do eixo Sudeste para as regiões Norte e Amazônica, especialmente em rotas ilícitas que atravessam o Estado do Acre, utilizadas para o tráfico de drogas, armas e outros ilícitos transnacionais.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2025.

Senador Marcio Bittar
(PL - AC)





SENADO FEDERAL
Gabinete Do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o encaminhamento de informações sobre o crime organizado na região amazônica.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o encaminhamento de informações sobre o crime organizado na região amazônica.

Nesses termos, requisita-se:

1. Mapas atualizados das fronteiras do Acre, incluindo zona de maior risco de entrada e saída de drogas;
2. Relatórios de operações policiais e militares realizadas no estado nos últimos cinco anos;
3. Estatísticas sobre apreensão de drogas, prisões de organizações criminosas e rotas identificadas de tráfico;
4. Dados sobre a atuação de grupos criminosos que operam na Amazônia ocidental;
5. Cooperação entre estados fronteiriços e países vizinhos;



6. Operações conjuntas de fiscalização e combate ao crime organizado;
7. Rotas de tráfico de drogas na Região Amazônica;
8. Medidas preventivas e proposta para reforço da segurança pública e proteção das áreas de fronteiras;
9. Estratégias adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no combate às organizações criminosas atuantes na região amazônica.

JUSTIFICAÇÃO

A região Amazônica tem se tornado um foco crescente de atuação de facções criminosas e milícias, que exploram atividades ilícitas como tráfico de drogas, contrabando de armas, garimpo ilegal e invasões territoriais, comprometendo a soberania nacional, e a segurança pública. O Estado do Acre, situado em posição estratégica na fronteira tem se tornado um dos principais pontos de passagem e articulação de facções criminosas na Amazônia Legal, servindo de rota para o tráfico internacional de drogas e armas, além de ser alvo crescente de atividades ilegais como o garimpo e a ocupação territorial por grupos associados ao crime organizado.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2025.

Senador Marcio Bittar
(PL - AC)





SENADO FEDERAL
Gabinete Do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos e contribuir com os trabalhos da CPI no que se refere ao combate ao crime organizado e à segurança pública no Estado do Acre.

JUSTIFICAÇÃO

Sua participação será de grande relevância para analisar as conexões do crime organizado que se expandem do eixo Sudeste para a região Amazônica, especialmente em rotas ilícitas que atravessam o Estado do Acre, utilizadas para o tráfico de drogas, armas e outros ilícitos transnacionais

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2025.

Senador Marcio Bittar
(PL - AC)





SENADO FEDERAL
Gabinete Do Senador Marcio Bittar

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Carlos Rocha Sanches, Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos e contribuir com os trabalhos da CPI no que se refere ao combate ao crime organizado e à segurança pública no Estado do Acre e na região Amazônica.

JUSTIFICAÇÃO

Sua participação será de grande relevância para analisar as conexões do crime organizado que se expandem do eixo Sudeste para as regiões Norte e Amazônica, especialmente em rotas ilícitas que atravessam o Estado do Acre, utilizadas para o tráfico de drogas, armas e outros ilícitos transnacionais.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2025.

Senador Marcio Bittar
(PL - AC)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, informações sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, informações sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos.



Nesses termos, requisita-se que sejam solicitadas informações ao Ministério dos Transportes sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída com o objetivo de investigar a atuação e a expansão das organizações criminosas no território nacional, com foco em suas estruturas de financiamento, logística e infiltração em instituições públicas e privadas. Dentro desse escopo, a utilização dos **portos públicos federais como rotas estratégicas para o escoamento internacional de drogas e outros ilícitos** merece atenção prioritária desta CPI.

Os portos brasileiros, especialmente os administrados diretamente pelo Governo Federal ou por companhias públicas vinculadas ao **Ministério dos Transportes**, são áreas sensíveis do ponto de vista da segurança, da economia e da soberania nacional. Esses locais movimentam bilhões em cargas e representam um elo crucial nas cadeias globais de comércio. No entanto, essa mesma infraestrutura vem sendo explorada por organizações criminosas para o transporte de drogas — especialmente cocaína — com destino à Europa, África e outros mercados internacionais.

Relatórios de inteligência, investigações em curso e reportagens da imprensa nacional e estrangeira revelam que **as principais quadrilhas de tráfico internacional de entorpecentes operam com apoio logístico nos portos brasileiros**, muitas vezes valendo-se da fragilidade de controles, do uso de contêineres, da corrupção de agentes portuários e de empresas terceirizadas que atuam nos terminais.



Diante disso, torna-se imprescindível que esta Comissão obtenha, por meio deste requerimento, **acesso a informações detalhadas dos últimos cinco anos sobre:**

- Apreensões de drogas realizadas nos portos e aeroportos públicos federais;
- Operações consideradas suspeitas ou atípicas pelas administrações portuárias;
- Colaborações com autoridades aduaneiras, polícias ou agências internacionais;
- Medidas adotadas pelas Companhias Docas ou administrações portuárias para coibir o uso criminoso das estruturas portuárias federais.

Esses dados são fundamentais para que se compreenda **como o crime organizado utiliza os portos como corredores logísticos e canais de escoamento** da produção criminosa nacional, seja em direção ao exterior ou em rotas internas. Ao mesmo tempo, permitirão avaliar a eficácia das políticas públicas de fiscalização, a necessidade de reformas institucionais e o grau de vulnerabilidade das administrações portuárias à cooptação por facções criminosas.

A solicitação de tais informações ao Ministério dos Transportes está amparada no princípio da publicidade e no dever de colaboração entre os Poderes, sendo medida legítima e essencial para **aprimorar a segurança portuária, proteger a imagem do Brasil no comércio internacional e fortalecer o Estado no enfrentamento do tráfico transnacional de drogas.**



Trata-se, portanto, de uma providência absolutamente coerente com os objetivos desta CPI e indispensável à formulação de medidas estruturantes para a contenção da criminalidade organizada no Brasil.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
membro da Comissão





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – e prestadas em **caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – e prestadas em **caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

1 - Número total de instalações militares permanentes, bem como daquelas localizadas em zonas de fronteira.

2 - Número total de instalações militares provisórias, bem como daquelas localizadas em zonas de fronteira.

3 - Número do contingente que atua nas instalações militares permanentes, bem como do contingente que atua nas instituições militares permanentes localizadas em zonas de fronteira.



4 - Número do contingente que atua nas instalações militares provisórias, bem como do contingente que atua nas instituições militares provisórias localizadas em zonas de fronteira.

No caso da região Nordeste, por não haver zona de fronteira, evidentemente não há como separar (do total) as informações.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo o Brasil um País de dimensões continentais, evidentemente as Forças Armadas brasileiras desempenham papel relevante em cada local do território pátrio, inclusive no combate às facções criminosas.

O propósito deste Requerimento – e também os de teor semelhante apresentados para obtenção de informações das outras duas Forças – é mapear a distribuição regional de cada Força, tanto em termos de instalações permanentes e provisórias, quanto no número de militares que atuam em cada região, destacando-se, particularmente, as informações referentes às chamadas áreas de fronteira, extremamente delicadas quando o tema é Segurança Pública.

Sabidamente, as fronteiras nacionais – totalizam mais de dezessete mil quilômetros – são áreas muito utilizadas pelas facções criminosas (internas e, também do exterior) em seus negócios. Por elas, a título ilustrativo, penetram e saem drogas, armas, pedras preciosas, metais preciosos, madeiras e outros tantos produtos. Contrabando e descaminho são conceitos de crime intimamente ligados à existência das fronteiras entre Estados Nacionais.

O objetivo maior desta CPI é o de propiciar ao Brasil um amplo e macro panorama do funcionamento da atuação do crime organizado, bem como das instituições do Estado brasileiro que atuam no combate ao crime e seus agentes.

Nessa linha de raciocínio – e sem que corramos o risco de entregar aos criminosos informações preciosas (por isso a solicitação de que as informações sejam prestadas em caráter sigilosos) – formulamos o requerimento para que



a Força Aérea Brasileira nos forneça um mapa de sua atuação (unidades permanentes, provisórias e contingentes), para que a CPI possa conhecer a realidade da Força e sugerir modificações da distribuição regional – nos curto, médio e longo prazos – de acordo com as necessidades de combate ao crime e das possibilidades de recursos orçamentários da Aeronáutica.

Por quê? Porque, num território tão amplo como o do Brasil, as Forças Armadas são das instituições mais bem equipadas (ainda que reconheçamos a necessidade de serem ainda mais estruturadas) e, sem elas, é impossível cogitar uma Política Nacional de Segurança Pública realmente qualificada e eficaz.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, fornecimento das seguintes informações – **e prestadas em caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) .

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, fornecimento das seguintes informações – **e prestadas em caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) .

1 - Número total de instalações militares permanentes, bem como daquelas localizadas em zonas de fronteira.

2 - Número total de instalações militares provisórias, bem como daquelas localizadas em zonas de fronteira.

3 - Número do contingente que atua nas instalações militares permanentes, bem como do contingente que atua nas instituições militares permanentes localizadas em zonas de fronteira.



4 - Número do contingente que atua nas instalações militares provisórias, bem como do contingente que atua nas instituições militares provisórias localizadas em zonas de fronteira.

No caso da região Nordeste, por não haver zona de fronteira, evidentemente não há como separar (do total) as informações.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo o Brasil um País de dimensões continentais, evidentemente as Forças Armadas brasileiras desempenham papel relevante em cada local do território pátrio, inclusive no combate às facções criminosas.

O propósito deste Requerimento – e também os de teor semelhante apresentados para obtenção de informações das outras duas Forças – é mapear a distribuição regional de cada Força, tanto em termos de instalações permanentes e provisórias, quanto no número de militares que atuam em cada região, destacando-se, particularmente, as informações referentes às chamadas áreas de fronteira, extremamente delicadas quando o tema é Segurança Pública.

Sabidamente, as fronteiras nacionais – totalizam mais de dezessete mil quilômetros – são áreas muito utilizadas pelas facções criminosas (internas e, também do exterior) em seus negócios. Por elas, a título ilustrativo, penetram e saem drogas, armas, pedras preciosas, metais preciosos, madeiras e outros tantos produtos. Contrabando e descaminho são conceitos de crime intimamente ligados à existência das fronteiras entre Estados Nacionais.

O objetivo maior desta CPI é o de propiciar ao Brasil um amplo e macro panorama do funcionamento da atuação do crime organizado, bem como das instituições do Estado brasileiro que atuam no combate ao crime e seus agentes.

Nessa linha de raciocínio – e sem que corramos o risco de entregar aos criminosos informações preciosas (por isso a solicitação de que as informações sejam prestadas em caráter sigilosos) – formulamos o requerimento para que a



Marinha do Brasil nos forneça um mapa de sua atuação (unidades permanentes, provisórias e contingentes), para que a CPI possa conhecer a realidade da Força e sugerir modificações da distribuição regional – nos curto, médio e longo prazos – de acordo com as necessidades de combate ao crime e das possibilidades de recursos orçamentários da Marinha.

Por quê? Porque, num território tão amplo como o do Brasil, as Forças Armadas são das instituições mais bem equipadas (ainda que reconheçamos a necessidade de serem ainda mais estruturadas) e, sem elas, é impossível cogitar uma Política Nacional de Segurança Pública realmente qualificada e eficaz.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – e prestadas em **caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – e prestadas em **caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

1 - Número total de instalações militares permanentes (quarteis), bem como daquelas localizadas em zonas de fronteira.

2 - Número total de instalações militares provisórias, bem como daquelas localizadas em zonas de fronteira.

3 - Número do contingente que atua nas instalações militares permanentes (quarteis), bem como do contingente que atua nas instituições militares permanentes localizadas em zonas de fronteira.



4 - Número do contingente que atua nas instalações militares provisórias, bem como do contingente que atua nas instituições militares provisórias localizadas em zonas de fronteira.

No caso da região Nordeste, por não haver zona de fronteira, evidentemente não há como separar (do total) as informações.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo o Brasil um País de dimensões continentais, evidentemente as Forças Armadas brasileiras desempenham papel relevante em cada local do território pátrio, inclusive no combate às facções criminosas.

O propósito deste Requerimento – e também os de teor semelhante apresentados para obtenção de informações das outras duas Forças – é mapear a distribuição regional de cada Força, tanto em termos de instalações permanentes e provisórias, quanto no número de militares que atuam em cada região, destacando-se, particularmente, as informações referentes às chamadas áreas de fronteira, extremamente delicadas quando o tema é Segurança Pública.

Sabidamente, as fronteiras nacionais – totalizam mais de dezessete mil quilômetros – são áreas muito utilizadas pelas facções criminosas (internas e, também do exterior) em seus negócios. Por elas, a título ilustrativo, penetram e saem drogas, armas, pedras preciosas, metais preciosos, madeiras e outros tantos produtos. Contrabando e descaminho são conceitos de crime intimamente ligados à existência das fronteiras entre Estados Nacionais.

O objetivo maior desta CPI é o de propiciar ao Brasil um amplo e macro panorama do funcionamento da atuação do crime organizado, bem como das instituições do Estado brasileiro que atuam no combate ao crime e seus agentes.

Nessa linha de raciocínio – e sem que corramos o risco de entregar aos criminosos informações preciosas (por isso a solicitação de que as informações sejam prestadas em caráter sigilosos) – formulamos o requerimento para que o



Exército Brasileiro nos forneça um mapa de sua atuação (unidades permanentes, provisórias e contingentes), para que a CPI possa conhecer a realidade da Força e sugerir modificações da distribuição regional – nos curto, médio e longo prazos – de acordo com as necessidades de combate ao crime e das possibilidades de recursos orçamentários do Exército.

Por quê? Porque, num território tão amplo como o do Brasil, as Forças Armadas são das instituições mais bem equipadas (ainda que reconheçamos a necessidade de serem ainda mais estruturadas) e, sem elas, é impossível cogitar uma Política Nacional de Segurança Pública realmente qualificada e eficaz.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – **e prestadas em caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – **e prestadas em caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Nos últimos cinco anos (2019 até agora), contagem por região, em quantas operações de combate a todo tipo de crime (por exemplo, grilagem de terra, exploração ilegal de madeira, garimpo de pedras e metais preciosos, tráfico de drogas e/ou de armas, descaminho, contrabando) **autuou o Exército Brasileiro** (em áreas urbanas ou rurais).

As informações solicitadas acima deverão vir com os números totais, por região, bem como, em separado os números específicos dessas operações em



áreas de fronteira. Evidentemente, na região Nordeste, basta o total, por não haver fronteira territorial com outro Estado Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo o Brasil um País de dimensões continentais, evidentemente as Forças Armadas brasileiras desempenham papel relevante em cada local do território pátrio, inclusive no combate às facções criminosas.

O propósito deste Requerimento – e também os de teor semelhante apresentados para obtenção de informações das outras duas Forças – é quantificar a atuação do Exército, por região do País (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), destacando-se do total, particularmente, as informações referentes às chamadas áreas de fronteira, extremamente delicadas quando o tema é Segurança Pública.

Sabidamente, as fronteiras nacionais – totalizam mais de dezessete mil quilômetros – são áreas muito utilizadas pelas facções criminosas (internas e, também do exterior) em seus negócios. Por elas, a título ilustrativo, penetram e saem drogas, armas, pedras e metais preciosos, madeiras e outros tantos produtos. Contrabando e descaminho são conceitos de crime intimamente ligados à existência das fronteiras entre Estados Nacionais.

O objetivo maior desta CPI é o de propiciar ao Brasil – de um lado – amplo e macro panorama do funcionamento da atuação do crime organizado e – por outro – como as instituições do Estado brasileiro atuam no combate ao crime e seus agentes.

Nessa linha de raciocínio – **e sem que corramos o risco de entregar aos criminosos informações preciosas (por isso a solicitação de que as informações sejam prestadas em caráter sigiloso)** – formulamos o requerimento para que o Exército Brasileiro nos forneça dados sobre sua atuação nos últimos



cinco anos, para que a CPI possa conhecer a participação da Força em operações contra o crime organizado, em níveis nacionais e regionais.

Certamente essas informações possibilitarão compreender o papel do Exército no combate ao crime e, com base nelas, identificar maiores possibilidades de cooperação com as outras forças de Segurança Pública, assim como as necessidade de recursos orçamentários para ampliar a contribuição do Exército.

Por quê? Porque, num território tão amplo como o do Brasil, as Forças Armadas são daquelas instituições mais bem equipadas (ainda que reconheçamos a necessidade de serem ainda mais estruturadas) e, sem elas, é impossível cogitar uma Política Nacional de Segurança Pública realmente qualificada e eficaz.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – **e enviadas em caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, as seguintes informações – **e enviadas em caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Nos últimos cinco anos (2019 até agora), contagem por região, em **quantas operações de combate a todo tipo de crime** (por exemplo, transporte ilegal de madeira e/ou minerais e pedras preciosas, tráfico de drogas e/ou de armas, descaminho, contrabando) **autuou a Marinha do Brasil** (especialmente na costa litorânea).

As informações solicitadas acima deverão vir com os números totais, por região, bem como, em separado os números específicos dessas operações em **áreas de fronteira e na costa litorânea**.



JUSTIFICAÇÃO

Sendo o Brasil um País de dimensões continentais, evidentemente as Forças Armadas brasileiras desempenham papel relevante em cada local do território pátrio, inclusive no combate às facções criminosas.

O propósito deste Requerimento – e também os de teor semelhante apresentados para obtenção de informações das outras duas Forças – é quantificar a atuação da Marinha, por região do País (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), destacando-se do total, particularmente, as informações referentes às chamadas áreas de fronteira e a costa litorânea, zonas extremamente delicadas quando o tema é Segurança Pública.

Sabidamente, a costa litorânea e as fronteiras nacionais – totalizam mais de dezessete mil quilômetros – são áreas muito utilizadas pelas facções criminosas (internas e, também do exterior) em seus negócios. Por elas, a título ilustrativo, penetram e saem drogas, armas, pedras e metais preciosos, madeiras e outros tantos produtos. Contrabando e descaminho são conceitos de crime intimamente ligados à existência das fronteiras entre Estados Nacionais.

O objetivo maior desta CPI é o de propiciar ao Brasil – de um lado – amplo e macro panorama do funcionamento da atuação do crime organizado e – por outro – como as instituições do Estado brasileiro atuam no combate ao crime e seus agentes.

Nessa linha de raciocínio – **e sem que corramos o risco de entregar aos criminosos informações preciosas (por isso a solicitação de que as informações sejam enviadas em caráter sigiloso)** – formulamos o requerimento para que a Marinha do Brasil nos forneça dados sobre sua atuação nos últimos sete anos, para que a CPI possa conhecer a participação da Força em operações contra o crime organizado, em níveis nacionais e regionais.

Certamente essas informações possibilitarão compreender o papel da Marinha no combate ao crime e, com base nelas, identificar maiores possibilidades



de cooperação com as outras forças de Segurança Pública, assim como as necessidade de recursos orçamentários para ampliar a contribuição da Marinha do Brasil.

Por quê? Porque, num território tão amplo como o do Brasil, as Forças Armadas são daquelas instituições mais bem equipadas (ainda que reconheçamos a necessidade de serem ainda mais estruturadas) e, sem elas, é impossível cogitar uma Política Nacional de Segurança Pública realmente qualificada e eficaz.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea, por intermédio do Ministério da Defesa, as informações externadas a seguir – e enviadas em **caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea, por intermédio do Ministério da Defesa, as informações externadas a seguir – e enviadas em **caráter sigiloso**, agregadas por cada uma das cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Nos últimos cinco anos (2019 até agora), contagem por região, em **quantas operações de combate a todo tipo de crime** (por exemplo, grilagem de terra, desmatamento e transporte ilegal de madeira, garimpo ilegal de pedras e minerais e preciosos, tráfico de drogas e/ou de armas, descaminho, contrabando) **autuou a Força Aérea do Brasil**.

As informações solicitadas acima deverão vir com os números totais, por região, bem como, em separado, os números específicos dessas operações em **áreas de fronteira e na costa litorânea** .



JUSTIFICAÇÃO

Sendo o Brasil um País de dimensões continentais, evidentemente as Forças Armadas brasileiras desempenham papel relevante em cada local do território pátrio, inclusive no combate às facções criminosas.

O propósito deste Requerimento – e também os de teor semelhante apresentados para obtenção de informações das outras duas Forças – é quantificar a atuação da Força Aérea, por região do País (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), destacando-se do total, particularmente, as informações referentes às chamadas **áreas de fronteira** e a **costa litorânea**, zonas extremamente delicadas quando o tema é Segurança Pública.

Sabidamente, a **costa litorânea** e as **fronteiras nacionais** – totalizam mais de dezessete mil quilômetros – são áreas muito utilizadas pelas facções criminosas (internas e, também do exterior) em seus negócios. Por elas, a título ilustrativo, penetram e saem drogas, armas, pedras e metais preciosos, madeiras e outros tantos produtos. Contrabando e descaminho são conceitos de crime intimamente ligados à existência das fronteiras entre Estados Nacionais.

O objetivo maior desta CPI é o de propiciar ao Brasil – de um lado – amplo e macro panorama do funcionamento da atuação do crime organizado e – por outro – como as instituições do Estado brasileiro atuam no combate ao crime e seus agentes.

Nessa linha de raciocínio – **e sem que corramos o risco de entregar aos criminosos informações preciosas (por isso a solicitação de que as informações sejam enviadas em caráter sigiloso)** – formulamos o requerimento para que a Força Aérea do Brasil nos forneça dados sobre sua atuação nos últimos sete anos, para que a CPI possa conhecer a participação da Força em operações contra o crime organizado, em níveis nacional e regionais.

Certamente essas informações possibilitarão compreender o papel da Força Aérea no combate ao crime e, com base nelas, identificar maiores



possibilidades de cooperação com as outras forças de Segurança Pública, assim como as necessidades de recursos orçamentários para ampliar a contribuição da Força Aérea do Brasil.

Por quê? Porque, num território tão amplo como o do Brasil, as Forças Armadas são daquelas instituições mais bem equipadas (ainda que reconheçamos a necessidade de serem ainda mais estruturadas) e, sem elas, é impossível cogitar uma Política Nacional de Segurança Pública realmente qualificada e eficaz.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2025.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Thiago Raimundo dos Santos Silva, Deputado Estadual, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) possui a missão constitucional de mergulhar na complexidade do crime organizado nacional, dissecando suas estruturas, conexões e, primordialmente, suas fontes de financiamento. O objetivo é claro: entender como essa força criminosa atua para corromper instituições e desviar recursos vitais da nação.

O crime organizado demonstra notável sofisticação, atuando em diversas frentes, com a lavagem de dinheiro e a infiltração em setores da economia formal sendo estratégias centrais.

Neste cenário investigativo, a oitiva do Senhor Thiago, conhecido como "TH Joias", torna-se essencial.

O Sr. Thiago foi indiciado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro por crimes graves ligados a facções. O suposto uso de um negócio legítimo, como o



comércio de joias, para lavar e movimentar milhões em nome dessas facções, é um ponto de interesse central para esta CPI.

Nesse contexto, a contribuição do Senhor Thiago é imprescindível para que esta CPI possa construir um diagnóstico fidedigno da ameaça representada pela infiltração econômica do crime organizado e, com base em informações concretas, avaliar a eficácia das políticas públicas de combate à lavagem de dinheiro em vigor no País.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de um servidor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão, até o encerramento de suas atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria de inteligência financeira, prevenção à lavagem de dinheiro e investigação de operações financeiras suspeitas, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de um servidor do COAF permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão, segurança



na análise e interpretação das informações recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas no âmbito financeiro.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de dois servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para prestarem apoio técnico-investigativo a esta Comissão, até o encerramento de suas atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria de segurança pública, policiamento e investigação criminal, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de dois servidores da Polícia Rodoviária Federal permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão, segurança na análise e interpretação das informações



recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de servidor (Auditor) do Banco Central do Brasil (BACEN) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria financeira, bancária e regulatória, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de um Auditor do Banco Central do Brasil permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão, segurança na análise e interpretação das informações recebidas, bem



como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas no âmbito financeiro.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de dois Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria fiscal, contábil e investigativa, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de dois Auditores Fiscais da Receita Federal permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade,



precisão, segurança na análise e interpretação das informações recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de três servidores (um delegado de polícia, um agente de polícia e um perito) do Departamento de Polícia Federal (DPF) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe multidisciplinar, especializada e com conhecimento específico no universo das investigações criminais, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de servidores do Departamento de Polícia Federal, incluindo delegado, agente e perito, permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os



recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão e segurança no tratamento das informações.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão, até o encerramento de suas atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em mercado de capitais, regulação financeira, valores mobiliários e fiscalização de operações no ambiente regulado, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo



celeridade, precisão, segurança na análise e interpretação das informações recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades, manipulações de mercado e outras práticas ilícitas relacionadas ao sistema financeiro e ao mercado de capitais.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, ao Ministério Público Federal (MPF) a disponibilização de dois Procuradores da República para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os procuradores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e jurídicos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico no âmbito jurídico e investigativo, que possa prestar suporte técnico e jurídico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de dois Procuradores da República permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade,



precisão, segurança na análise e interpretação das informações recebidas, bem como na elaboração de encaminhamentos e recomendações legais.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria de controle externo, auditoria pública e processos administrativos, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de um servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão, segurança na análise e interpretação



das informações recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas envolvendo recursos públicos.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de servidor (Auditor Federal de Controle Externo) do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria de controle externo, auditoria pública e fiscalização de recursos públicos, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de um Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão, segurança na análise e interpretação



das informações recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas envolvendo recursos públicos.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, ouvido o Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Crime organizado, a disponibilização de dois servidores (Auditores Federais de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Requeiro, ainda, que os servidores sejam apresentados de imediato, devendo-lhes ser mantidos os acessos aos sistemas, ferramentas e informações de seu órgão, para uso exclusivo e nos limites da investigação parlamentar conduzida por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a complexidade e o volume de dados e informações que serão recebidos por esta CPI, faz-se necessária a análise célere e aprofundada de materiais técnicos e investigativos. Para tanto, é imprescindível a formação de uma equipe especializada, com conhecimento específico em matéria de controle interno, auditoria pública e fiscalização de recursos públicos, que possa prestar suporte técnico à relatoria e aos trabalhos desta Comissão.

O apoio de dois Auditores Federais de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União permitirá que a CPI utilize de maneira mais eficiente os recursos disponíveis, garantindo celeridade, precisão, segurança na análise e



interpretação das informações recebidas, bem como na identificação de possíveis irregularidades e práticas ilícitas envolvendo recursos públicos.

Diante disso, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, essencial para o adequado desempenho das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Conrado Leister, diretor geral da Meta no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O objetivo é o de oferecer esclarecimentos sobre a possível utilização sistemática das plataformas digitais da Meta (Facebook e Instagram) como veículos para a disseminação de atividades criminosas e como fonte de financiamento para o crime organizado.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação fundamenta-se na necessidade imperativa de investigar a possível utilização sistemática das plataformas digitais da Meta (Facebook e Instagram) como veículos para a disseminação de atividades criminosas e como fonte de financiamento para o crime organizado.

A urgência desta oitiva baseia-se em recentes e graves revelações publicadas pela imprensa, com base em documentos internos da própria empresa. Tais documentos indicam que a Meta obteve um faturamento de aproximadamente US\$ 16 bilhões em 2024 proveniente da veiculação de anúncios de golpes e produtos proibidos. Este valor representaria cerca de 10% da receita anual total da companhia.



Para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ponto nevrálgico da investigação é a natureza desses anúncios, que expuseram milhões de usuários a golpes de comércio eletrônico, investimentos falsos, cassinos ilegais e venda de produtos médicos proibidos.

Anúncios dessa natureza poderiam constituir fontes de receita e métodos de lavagem de capitais para facções e organizações criminosas, objeto de investigação desta Comissão.

A exibição diária de 15 bilhões de anúncios classificados como de "alto risco" sugere não se tratar de fraudes amadoras e isoladas, mas sim de uma atuação sistemática e industrial por parte de redes criminosas estruturadas.

A própria pesquisa da Meta, segundo a reportagem, indica que seus produtos se tornaram um " pilar da economia global de fraudes".

Causa profunda estranheza e agrava a situação o fato de que, segundo os documentos, a Meta tem plena ciência do problema. A empresa teria optado por um modelo de negócios que monetiza o risco, já que a Meta só bloquearia contas de anunciantes quando seu algoritmo indicasse 95% de certeza de fraude.

Caso o sistema aponte um anunciante como "provável golpista" (com menor grau de certeza), a empresa não o bloqueia; ao contrário, aplica taxas maiores como forma de penalidade, essencialmente lucrando sobre a atividade suspeita.

Considerando que esta CPI tem como escopo investigar as atividades do crime organizado, é imprescindível apurar a dimensão da utilização das plataformas da Meta por essas redes criminosas para aplicar golpes na população brasileira, financiar suas atividades e lavar dinheiro.

A convocação do representante da Meta no Brasil é vital para que esta Comissão obtenha dados e informações sobre:



- O volume financeiro movimentado por anúncios fraudulentos e de atividades ilegais no território nacional;
- As medidas concretas (e não apenas algorítmicas) adotadas pela empresa para identificar e reportar às autoridades brasileiras os anunciantes que se enquadram em atividades típicas de crime organizado;
- Os dados que a empresa possui sobre a identidade desses anunciantes e as contas de destino dos valores arrecadados.

O depoimento é, portanto, essencial para o desenvolvimento dos trabalhos desta CPI.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Camila Nunes Dias, professora do Bacharelado em Políticas Públicas da UFABC, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre criminalidade organizada, segurança pública e sistema prisional brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

A Professora Doutora Camila Caldeira Nunes Dias, docente do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) é reconhecida especialista em criminalidade organizada e sistema prisional brasileiro, possuindo formação acadêmica sólida: graduação em Ciências Sociais com licenciatura plena (2002), mestrado (2005) e doutorado (2011) em Sociologia, todos pela Universidade de São Paulo (USP).

Sua expertise abrange áreas diretamente relacionadas ao objeto desta CPI, especialmente: sistema prisional, criminalidade organizada, segurança pública, violência criminal e redes criminais em regiões de fronteira. Trata-se de conhecimento técnico-científico fundamental para a compreensão dos mecanismos de funcionamento, expansão e enraizamento do crime organizado no território nacional.



A contribuição da convidada especialmente relevante por sua abordagem sociológica do fenômeno criminal, que permite à CPI compreender não apenas os aspectos jurídico-penais, mas também as dinâmicas sociais, institucionais e territoriais que propiciam o fortalecimento das organizações criminosas. Seu conhecimento sobre o sistema prisional é particularmente estratégico, considerando que as unidades prisionais constituem importantes centros de articulação e comando de facções criminosas.

Ademais, sua experiência com redes criminais em regiões de fronteira oferece subsídios essenciais para a análise das conexões internacionais do crime organizado e dos desafios à soberania e segurança nacional.

Por tais razões, a presença da convidada enriquecerá sobremaneira os trabalhos desta CPI, fornecendo elementos técnicos e acadêmicos indispensáveis à elaboração de diagnósticos precisos e à formulação de proposições legislativas efetivas no combate ao crime organizado.

Ante o exposto, requer-se a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2025.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Letícia Cruxen Godinho, especialista no setor de segurança na América Latina, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre criminalidade organizada, segurança pública e sistema prisional.

JUSTIFICAÇÃO

A convidada Letícia Cruxen Godinho é especialista em segurança pública, tendo atuado no Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Possui formação em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e desenvolveu trabalhos sobre Setor de Segurança na América Latina.

Além disso, a convidada possui experiência no estudo do combate ao crime organizado transnacional, tráfico de drogas, corrupção e terrorismo. Sua área de atuação e pesquisa em Segurança Internacional é particularmente relevante para esta CPI, considerando que o crime organizado brasileiro opera em redes transnacionais, especialmente nas regiões de fronteira e em conexão com organizações criminosas de outros países latino-americanos e de outros continentes. A compreensão das dinâmicas (nacionais e internacionais) do crime



organizado é essencial para o aprimoramento das políticas públicas de segurança e para a cooperação internacional no enfrentamento dessas ameaças.

Diante do exposto, requer-se a aprovação do presente requerimento de convite.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2025.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Maurício Stegeman Dieter, Professor Doutor do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Largo de São Francisco, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre criminalidade organizada, segurança pública e sistema prisional brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

O Professor Doutor Mauricio Stegemann Dieter, docente do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Largo de São Francisco, é Coordenador do Centro de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminais da Universidade de São Paulo (CPECC), posição que lhe confere liderança acadêmica e técnica no campo das ciências criminais. Sua atuação como professor convidado em programas de Mestrado e Doutorado na Guatemala, Colômbia e Inglaterra demonstra reconhecimento internacional de sua expertise.

Sua contribuição é especialmente relevante para esta CPI por suas linhas de pesquisa, que incluem: Política Criminal e Princípios Penais Aplicados, Criminologia Crítica e Criminologia Contemporânea e Política Criminal. Tais áreas proporcionam análise aprofundada sobre os processos de criminalização, a violência do sistema de justiça criminal brasileiro e estratégias



para enfrentamento do crime organizado fundamentadas em evidências científicas e perspectiva crítica.

O Professor Dieter desenvolve pesquisas sobre os desafios impostos pela sociedade contemporânea no tocante à criminalidade organizada, as possibilidades e limites da política criminal e as distintas opções de solução propiciadas pela criminologia. Seu conhecimento sobre redução da letalidade e violência do sistema de justiça criminal brasileiro é particularmente estratégico para os trabalhos desta Comissão.

Ademais, sua experiência como advogado criminalista e parecerista confere-lhe visão prática e aplicada dos problemas relacionados ao crime organizado, complementando sua sólida formação teórica e acadêmica.

A perspectiva do convidado, aliando rigor científico, experiência internacional e conhecimento das realidades brasileiras, oferecerá subsídios fundamentais para que esta CPI possa elaborar diagnósticos precisos e propor soluções legislativas efetivas, equilibradas e constitucionalmente adequadas no enfrentamento ao crime organizado.

Diante do exposto, requer-se a aprovação do presente requerimento de convite.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2025.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Sergio Moro

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Edson Fachin, informações acerca do efetivo cumprimento da nova exigência da Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, no âmbito do Judiciário e do Plano Pena Justa, relativa à obrigatoriedade de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime prisional.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Edson Fachin, informações acerca do efetivo cumprimento da nova exigência da Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, no âmbito do Judiciário e do Plano Pena Justa, relativa à obrigatoriedade de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime prisional.

Tendo em vista que a referida lei reintroduziu a obrigatoriedade do exame criminológico para progressão de regime, tornando o requisito expresso no § 1º do art. 112 da Lei de Execuções Penais - LEP, e visando subsidiar a atuação desta CPI, faz-se necessário colher informações a respeito do efetivo cumprimento da referida norma no âmbito do judiciário em geral bem como no âmbito do Plano Pena Justa, elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

À luz das competências do CNJ e dos impactos estruturais decorrentes da exigência do exame criminológico, solicita-se, respeitosamente, o envio das seguintes informações que permitam:



1. verificar a existência de orientações internas, notas técnicas, resoluções, diretrizes ou recomendações que o CNJ adotou sobre o tema, informando como está sendo aplicada, no âmbito do Poder Judiciário em geral, a exigência do exame criminológico para decisão de progressão de regime;
2. coletar dados específicos sobre a aplicação dessa exigência no contexto do Plano Pena Justa, indicando os impactos observados na análise dos pedidos de progressão de regime e eventuais medidas de padronização adotadas; e
3. conhecer dados estatísticos sobre a aplicação concreta do exame criminológico para fins de progressão de regime dos condenados, contendo o número de exames realizados desde a edição da Lei nº 14.843/2024 tanto em presídios estaduais quanto em penitenciárias federais.

Caso as informações acima não estejam disponíveis de forma imediata, solicita-se respeitosamente que sejam diligenciados os meios necessários para a referida coleta junto aos tribunais competentes, em virtude da elevada relevância que o exame criminológico possui como instrumento eficaz de equilíbrio entre reinserção social, prevenção do crime e proteção da sociedade.

JUSTIFICAÇÃO

Apresento o presente requerimento para solicitar, respeitosamente, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informe como está sendo cumprida a Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, conhecida como Lei Sargento PM Dias, que trouxe mudanças significativas na execução penal ao restringir as chamadas “saidinhas temporárias” e ao instituir a obrigatoriedade do exame criminológico para progressão de regime prisional.

Essa alteração legislativa buscou fortalecer os mecanismos de avaliação da real capacidade de reinserção social do apenado, garantindo maior segurança à sociedade e maior efetividade às decisões judiciais. O exame criminológico, por sua natureza técnica e multidisciplinar, é capaz de fornecer subsídios concretos ao magistrado, evitando que a progressão de regime se torne um ato meramente formal e desprovido de análise aprofundada sobre o comportamento e as condições do preso.

Em debate realizado no âmbito desta CPI do CRIME ORGANIZADO, na data de hoje, com a participação do Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes,



indaguei se está havendo o efetivo cumprimento da norma aprovada por este Congresso Nacional, inclusive com a derrubada do veto aposto pelo Presidente da República. O Parlamento Brasileiro reforçou o seu compromisso no fortalecimento das regras relativas à segurança pública e combate ao crime, mas é preciso que a norma escrita seja aplicada na prática da atividade judicial.

A coleta de informações pelo CNJ ou por meio de diligências junto aos tribunais é fundamental para que esta CPI possa compreender como a exigência do exame criminológico vem sendo efetivamente aplicada, especialmente no âmbito do Plano Pena Justa, que foi instituído com o objetivo de racionalizar e aprimorar a execução penal no país.

Em virtude do exposto, solicito o apoio dos demais pares desta CPI para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2025.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Vanessa Cavalieri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre criminalidade organizada e segurança pública.

JUSTIFICAÇÃO

A Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro apresenta expertise sobre aspectos cruciais relacionados ao aliciamento e recrutamento de adolescentes por organizações criminosas. Com aproximadamente 20 anos de atuação na área de infância e juventude, já julgou diversos casos envolvendo menores infratores.

A atuação da magistrada revela-se essencial para a compreensão de um dos pilares estratégicos do crime organizado contemporâneo: o recrutamento sistemático de adolescentes e jovens como força de trabalho ilícita. Além disso, pretende-se entender as diversas dimensões do crime, como as estratégias de aliciamento digital, o perfil evolutivo dos jovens infratores, a conexão entre evasão



escolar e criminalidade, os crimes digitais como porta de entrada e as lacunas legislativas e operacionais.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2025.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

A partir da deflagração da Operação Compliance Zero, a Polícia Federal revelou um sofisticado esquema de emissão de títulos sem lastro, manipulação contábil, criação de carteiras de crédito fictícias e circulação de ativos simulados.

O controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso quando tentava deixar o país em jato particular e seus sócios, entre eles Henrique Souza e Silva Peretto, Augusto Ferreira Lima, Luiz Antônio Bull, Alberto Félix de Oliveira Neto, André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, todos são apontados como núcleo operacional de uma engrenagem que teria movimentado bilhões de reais por meio de empresas de fachada, veículos financeiros artificiais e documentos fraudulentos ^{[1][2]}.



Entre 2024 e 2025, o BRB realizou R\$ 16,7 bilhões em operações com o Master, sendo R\$ 12,2 bilhões relativos à aquisição de carteiras de crédito que, segundo o Ministério Público Federal, incluiriam ativos fictícios, inflados ou sem lastro. Há indícios de gestão fraudulenta, decisões temerárias e possível exposição deliberada de um banco público a risco bilionário. Também chama atenção a operação política que pretendia a aquisição, pelo BRB, de 58% do capital do Banco Master, posteriormente barrada pela justiça por ausência de autorização legislativa e risco ao patrimônio público.

Os desdobramentos da Operação *Carbono Oculto*, conduzida pelo Ministério Público de São Paulo, acrescentam nova gravidade: estruturas financeiras vinculadas a Vorcaro teriam sido utilizadas para lavagem de recursos do PCC, mediante contratos simulados, notas infladas, triangulações com operadores da Faria Lima e uso do Clube Atlético-MG como vetor de reinserção de valores ilícitos no sistema financeiro. Essa conexão demonstra infiltração do crime organizado no mercado financeiro formal e risco direto à segurança pública.

Diante da soma de indícios, fraudes bilionárias, manipulação de ativos, conluio entre agentes públicos e privados, uso de banco público para absorver prejuízos, risco sistêmico e possível atuação do PCC dentro da estrutura financeira investigada, torna-se indispensável investigação legislativa aprofundada.

Assim, requeiro a convocação de Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master, para comparecer à essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos narrados, assegurando a transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

[1] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/compliance-zero-veja-o-que-disseram-os-alvos-da-operacao-que-investiga-fraudes-financeiras.gh.html>



[2] <https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/saiba-quem-sao-os-presos-na-operacao-contr-o-banco-master>

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

A partir da deflagração da Operação *Compliance Zero*, a Polícia Federal revelou um sofisticado esquema de emissão de títulos sem lastro, manipulação contábil, criação de carteiras de crédito fictícias e circulação de ativos simulados.

O controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso quando tentava deixar o país em jato particular e seus sócios, entre eles Henrique Souza e Silva Peretto, Augusto Ferreira Lima, Luiz Antônio Bull, Alberto Félix de Oliveira Neto, André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, todos são apontados como núcleo operacional de uma engrenagem que teria movimentado bilhões de reais por meio de empresas de fachada, veículos financeiros artificiais e documentos fraudulentos^[1].



Além das prisões, o juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou o afastamento dos cargos, por 60 dias, de: Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB) e Dario Oswaldo Garcia, diretor financeiro do BRB^[2].

O BRB, instituição financeira sob controle do Governo do Distrito Federal, realizou entre 2024 e 2025 transferências que somam R\$ 16,7 bilhões ao grupo Master. Documentos do Ministério Público Federal indicam que uma parcela expressiva desses valores, aproximadamente R\$ 12,2 bilhões, está vinculada à aquisição de carteiras de crédito posteriormente consideradas fictícias ou sem respaldo real. Os indícios de gestão fraudulenta, violação de controles internos e tomada de decisões temerárias por dirigentes do BRB reforçam a necessidade de esta CPI ouvir os empresários envolvidos com esse suposto esquema fraudulento.

A Operação *Carbono Oculto*, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo, aponta que estruturas financeiras ligadas a Daniel Vercaro teriam sido utilizadas para movimentar e dissimular recursos da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). As investigações referem-se a contratos simulados, empresas de fachada, operações artificiais conduzidas por intermediários da Faria Lima, além de transações envolvendo o Clube Atlético Mineiro, que teriam servido para reinserir no sistema financeiro valores provenientes da atividade criminosa da facção.

Tais indícios demonstram que o esquema investigado extrapola o âmbito bancário e alcança o núcleo de atuação do crime organizado nacional, afetando não apenas a integridade do sistema financeiro, mas também a segurança pública e a credibilidade das instituições estatais.

Assim, requeiro a convocação de Sr. Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master para comparecer à essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos narrados, assegurando a



transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

[1] <https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/saiba-quem-sao-os-presos-na-operacao-contra-o-banco-master>

[2] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/compliance-zero-veja-o-que-disseram-os-alvos-da-operacao-que-investiga-fraudes-financeiras.ghtml>

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

A partir da deflagração da Operação *Compliance Zero*, a Polícia Federal revelou um sofisticado esquema de emissão de títulos sem lastro, manipulação contábil, criação de carteiras de crédito fictícias e circulação de ativos simulados.

O controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso quando tentava deixar o país em jato particular e seus sócios, entre eles Henrique Souza e Silva Peretto, Augusto Ferreira Lima, Luiz Antônio Bull, Alberto Félix de Oliveira Neto, André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, todos são apontados como núcleo operacional de uma engrenagem que teria movimentado bilhões de reais por meio de empresas de fachada, veículos financeiros artificiais e documentos fraudulentos^[1].



Além das prisões, o juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou o afastamento dos cargos, por 60 dias, de: Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB) e Dario Oswaldo Garcia, diretor financeiro do BRB^[2].

O BRB, instituição financeira sob controle do Governo do Distrito Federal, realizou entre 2024 e 2025 transferências que somam R\$ 16,7 bilhões ao grupo Master. Documentos do Ministério Público Federal indicam que uma parcela expressiva desses valores, aproximadamente R\$ 12,2 bilhões, está vinculada à aquisição de carteiras de crédito posteriormente consideradas fictícias ou sem respaldo real. Os indícios de gestão fraudulenta, violação de controles internos e tomada de decisões temerárias por dirigentes do BRB reforçam a necessidade de esta CPI ouvir os empresários envolvidos com esse suposto esquema fraudulento.

A Operação *Carbono Oculto*, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo, aponta que estruturas financeiras ligadas a Daniel Vorcaro teriam sido utilizadas para movimentar e dissimular recursos da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). As investigações referem-se a contratos simulados, empresas de fachada, operações artificiais conduzidas por intermediários da Faria Lima, além de transações envolvendo o Clube Atlético Mineiro, que teriam servido para reinserir no sistema financeiro valores provenientes da atividade criminosa da facção.

Tais indícios demonstram que o esquema investigado extrapola o âmbito bancário e alcança o núcleo de atuação do crime organizado nacional, afetando não apenas a integridade do sistema financeiro, mas também a segurança pública e a credibilidade das instituições estatais.

Assim, requeiro a convocação de Sr. Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master para comparecer à essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos narrados, assegurando a



transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

[1] <https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/saiba-quem-sao-os-presos-na-operacao-contr-o-banco-master>

[2] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/compliance-zero-veja-o-que-disseram-os-alvos-da-operacao-que-investiga-fraudes-financeiras.ghml>

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

A partir da deflagração da Operação Compliance Zero, a Polícia Federal revelou um sofisticado esquema de emissão de títulos sem lastro, manipulação contábil, criação de carteiras de crédito fictícias e circulação de ativos simulados.

O controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso quando tentava deixar o país em jato particular e seus sócios, entre eles Henrique Souza e Silva Peretto, Augusto Ferreira Lima, Luiz Antônio Bull, Alberto Félix de Oliveira Neto, André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, todos são apontados como núcleo operacional de uma engrenagem que teria movimentado bilhões de reais por meio de empresas de fachada, veículos financeiros artificiais e documentos fraudulentos^{[1][2]}.



Além das prisões, o juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou o afastamento dos cargos, por 60 dias, de: Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB) e Dario Oswaldo Garcia, diretor financeiro do BRB.

A PF afirma que as fraudes podem alcançar R\$ 12 bilhões, tendo apreendido inclusive valores em espécie e comunicações internas que indicam tentativa de destruição de provas e reorganização do esquema.

Paralelamente, o BRB teria transferido R\$ 16,7 bilhões ao grupo Master entre 2024 e 2025, sendo R\$ 12,2 bilhões referentes à aquisição de carteiras de crédito supostamente performadas, parte das quais se revelou fictícia ou sem lastro. Há indícios formalizados pelo Ministério Público de gestão fraudulenta no BRB, envolvendo possível exposição deliberada de um banco público a ativos tóxicos.

Mesmo após a crise, há contradições relevantes sobre a substituição de mais de R\$ 10 bilhões dessas carteiras, cuja efetiva recuperação permanece incerta. Soma-se a isso a tentativa, posteriormente vetada judicialmente, de aquisição de 58% do capital do Banco Master pelo BRB operação articulada politicamente e que poderia comprometer severamente o patrimônio público do Distrito Federal.

A gravidade se intensifica com evidências apontadas pela Operação *Carbono Oculto*, conduzida pelo Ministério Público de São Paulo, segundo as quais estruturas financeiras operadas por Vorcaro foram utilizadas para ocultar e reinserir no sistema valores oriundos do PCC, por meio de contratos simulados, notas infladas e complexas triangulações com operadores da Faria Lima.

Informações da investigação indicam ainda o uso do Clube Atlético-MG como vetor de lavagem, mediante transações incompatíveis com a realidade econômica e que mascaravam a origem ilícita dos recursos. Tais elementos conectam diretamente o esquema do Banco Master ao crime organizado de maior abrangência no país, demonstrando que o caso transcende mera fraude bancária



e alcança dimensões de segurança pública e infiltração criminal no sistema financeiro nacional.

Diante desse conjunto de informações, emissão de títulos sem lastro, manipulação de ativos, fraude em carteiras de crédito, conluio entre executivos privados e gestores públicos, risco sistêmico, possível uso de banco público para mascarar perdas e indícios robustos de lavagem de dinheiro em benefício do PCC, resta evidente a necessidade urgente de aprofundamento investigativo por esta CPI do Crime Organizado.

Os fatos revelados pelo Banco Central, Ministério Público, Polícia Federal e decisões judiciais apontam para uma das maiores operações financeiras fraudulentas da história recente, com potencial dano bilionário ao patrimônio público e ameaça direta à integridade do sistema financeiro nacional.

A elucidação plena desses acontecimentos é condição indispensável para a transparência institucional, a responsabilização dos envolvidos, a proteção do patrimônio público e o enfrentamento do crime organizado em suas ramificações financeiras.

Assim, requeiro a convocação de Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master para comparecer à essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos narrados, assegurando a transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

[1] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/compliance-zero-veja-o-que-disseram-os-alvos-da-operacao-que-investiga-fraudes-financeiras.gh.html>



[2] <https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/saiba-quem-sao-os-presos-na-operacao-contr-o-banco-master>

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, ex-diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia do Banco Master, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

A partir da deflagração da Operação Compliance Zero, a Polícia Federal revelou um sofisticado esquema de emissão de títulos sem lastro, manipulação contábil, criação de carteiras de crédito fictícias e circulação de ativos simulados.

O principal acusado e até pouco tempo controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso quando tentava deixar o país em jato particular e seus sócios, entre eles Henrique Souza e Silva Peretto, Augusto Ferreira Lima, Luiz Antônio Bull, Alberto Félix de Oliveira Neto, André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, todos são apontados como núcleo operacional de uma



engrenagem que teria movimentado bilhões de reais por meio de empresas de fachada, veículos financeiros artificiais e documentos fraudulentos^{[1][2]}.

Além das prisões, o juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou o afastamento dos cargos, por 60 dias, de: Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB) e Dario Oswaldo Garcia, diretor financeiro do BRB.

O BRB, instituição financeira sob controle do Governo do Distrito Federal, realizou entre 2024 e 2025 transferências que somam R\$ 16,7 bilhões ao grupo Master. Documentos do Ministério Público Federal indicam que uma parcela expressiva desses valores, aproximadamente R\$ 12,2 bilhões, está vinculada à aquisição de carteiras de crédito posteriormente consideradas fictícias ou sem respaldo real. Os indícios de gestão fraudulenta, violação de controles internos e tomada de decisões temerárias por dirigentes do BRB reforçam a necessidade de esta CPI ouvir os empresários envolvidos com esse suposto esquema fraudulento.

A Operação *Carbono Oculto*, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo, aponta que estruturas financeiras ligadas a Daniel Vercaro teriam sido utilizadas para movimentar e dissimular recursos da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). As investigações referem-se a contratos simulados, empresas de fachada, operações artificiais conduzidas por intermediários da Faria Lima, além de transações envolvendo o Clube Atlético Mineiro, que teriam servido para reinserir no sistema financeiro valores provenientes da atividade criminosa da facção.

Tais indícios demonstram que o esquema investigado extrapola o âmbito bancário e alcança o núcleo de atuação do crime organizado nacional, afetando não apenas a integridade do sistema financeiro, mas também a segurança pública e a credibilidade das instituições estatais.

Assim, requeiro a convocação de Sr. Luiz Antônio Bull, diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia do Master para comparecer à



essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos narrados, assegurando a transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

[1] <https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/saiba-quem-sao-os-presos-na-operacao-contr-o-banco-master>

[2] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/compliance-zero-veja-o-que-disseram-os-alvos-da-operacao-que-investiga-fraudes-financeiras.ghtml>

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

A partir da deflagração da Operação Compliance Zero, a Polícia Federal revelou um sofisticado esquema de emissão de títulos sem lastro, manipulação contábil, criação de carteiras de crédito fictícias e circulação de ativos simulados.

O principal executivo do Banco Master, Daniel Vorcaro, preso quando tentava deixar o país em jato particular e seus sócios, entre eles Henrique Souza e Silva Peretto, Augusto Ferreira Lima, Luiz Antônio Bull, Alberto Félix de Oliveira Neto, André Felipe de Oliveira Seixas Maia e Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, todos são apontados como núcleo operacional de uma engrenagem que teria movimentado bilhões de reais por meio de empresas de fachada, veículos financeiros artificiais e documentos fraudulentos^{[1][2]}.



Além das prisões, o juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília, determinou o afastamento dos cargos, por 60 dias, de: Paulo Henrique Costa, presidente do Banco de Brasília (BRB) e Dario Oswaldo Garcia, diretor financeiro do BRB.

Entre 2024 e 2025, o BRB realizou operações que somam R\$ 16,7 bilhões com o Master, incluindo R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito posteriormente identificadas como fictícias ou sem lastro. Tais fatos indicam possível gestão fraudulenta e violação de controles internos, razão pela qual devem ser convocados os ex e atuais dirigentes do BRB que participaram das operações ou as autorizaram.

A Operação *Carbono Oculto*, conduzida pelo Ministério Público de São Paulo, identificou que estruturas financeiras ligadas a Daniel Vorcaro e seus sócios teriam sido usadas para lavagem de dinheiro da facção criminosa conhecida como PCC, por meio de empresas de fachada, contratos artificiais e triangulações com operadores da Faria Lima, incluindo transações envolvendo o Clube Atlético-MG. Esses elementos conectam o esquema à atuação do crime organizado no sistema financeiro nacional.

Assim, requeiro a convocação de Sr. Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master para comparecer à essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos narrados, assegurando a transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

[1] <https://www.metropoles.com/colunas/mirelle-pinheiro/saiba-quem-sao-os-presos-na-operacao-contra-o-banco-master>



[2] <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/compliance-zero-veja-o-que-disseram-os-alvos-da-operacao-que-investiga-fraudes-financeiras.ghtml>

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Preso pela Polícia Federal na noite de segunda-feira, 17/11/2025, quando embarcava rumo a Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, detém 20,2% das ações da SAF do Atlético -MG.

A participação foi adquirida por meio do FIP Galo Forte, com cerca de R\$ 300 milhões investidos entre 2023 e 2024. A origem desses recursos já era alvo de investigação do Ministério Público de São Paulo, no desdobramento da operação Carbono Oculto, que apura possível lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio ligados ao PCC.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2025.

Senador Marcos do Val
(PODEMOS - ES)
Senador





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Sr Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir das experiências dos cargos que atualmente ocupam, as pessoas abaixo:

- o Senhor Lucas de Moraes Gualtieri, Procurador Federal e Coordenador da Operação Trapiche (GAECO-MG);
- o Senhor Christian Vianna de Azevedo, Oficial da Polícia Federal;
- o Senhor Alberto Simonetti, Presidente da OABDF;
- a Senhora Isabella Buium, Especialista em compliance e criptoativos;
- a Senhora Loretta Napoleoni, Especialista sobre financiamento ao terrorismo;
- o Senhor Emanuele Ottolenghi, Especialista em redes de ameaças híbridas e financiamento do terrorismo;
- o Senhor Armando Antão Cortez, Chefe do Secretariado para a Análise Integral do Terrorismo Internacional (SAIT), Argentina.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações criminosas e suas possíveis conexões com estruturas nacionais e transnacionais. Considerando a complexidade crescente dos fenômenos relacionados ao crime organizado, faz-se necessária a oitiva de especialistas e autoridades com comprovada experiência em áreas diretamente relacionadas ao objeto da CPI.

O crime organizado contemporâneo apresenta características multifacetadas, envolvendo desde dinâmicas de financiamento ilícito até o uso



de mecanismos híbridos de lavagem de ativos, criptoativos, redes transnacionais e atividades associadas a ameaças à segurança pública e institucional. Nesse sentido, a contribuição de profissionais com trajetória reconhecida em análise estratégica, investigação criminal, cooperação internacional e mecanismos de prevenção é de fundamental importância para o adequado esclarecimento dos temas sob exame.

A participação das referidas autoridades contribuirá para o embasamento técnico dos trabalhos, ampliando a capacidade da CPI de formular diagnósticos qualificados e propor medidas eficazes de prevenção, repressão e fortalecimento das instituições.

Diante do exposto, justifica-se o presente requerimento.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2025.

Senador Hamilton Mourão
(REPUBLICANOS - RS)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Anthony Garotinho, ex-governador e ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro, a comparecer a esta Comissão, a fim de para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) possui a missão constitucional de mergulhar na complexidade do crime organizado nacional, dissecando suas estruturas, conexões e, primordialmente, suas fontes de financiamento. O objetivo é claro: entender como essa força criminosa atua para corromper instituições e desviar recursos vitais da nação.

O crime organizado demonstra notável sofisticação, atuando em diversas frentes, com a lavagem de dinheiro e a infiltração em setores da economia formal sendo estratégias centrais.

Diante desse cenário investigativo, a oitiva do Senhor Anthony Garotinho mostra-se de elevada relevância para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que, por sua trajetória institucional e experiência à frente do Poder Executivo estadual e da Secretaria de Segurança Pública, detém conhecimento qualificado sobre a dinâmica de atuação do crime organizado e suas possíveis conexões com agentes públicos.



A contribuição do Senhor Anthony Garotinho é, portanto, imprescindível para que esta CPI possa aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de infiltração do crime organizado nas estruturas estatais, subsidiando a construção de um diagnóstico fidedigno da gravidade do fenômeno e permitindo a avaliação da eficácia das políticas públicas atualmente adotadas no enfrentamento ao crime organizado e à corrupção institucional.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Rodrigo Bacellar, Deputado, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) possui a missão constitucional de mergulhar na complexidade do crime organizado nacional, dissecando suas estruturas, conexões e, primordialmente, suas fontes de financiamento. O objetivo é claro: entender como essa força criminosa atua para corromper instituições e desviar recursos vitais da nação.

O crime organizado demonstra notável sofisticação, atuando em diversas frentes, com a lavagem de dinheiro e a infiltração em setores da economia formal sendo estratégias centrais.

Nesse cenário investigativo, a oitiva do Senhor Rodrigo Bacellar, Deputado, revela-se essencial para o adequado esclarecimento dos fatos em apuração.

A contribuição do Senhor Rodrigo Bacellar é imprescindível para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa construir um diagnóstico fidedigno acerca da ameaça representada pela infiltração econômica do crime organizado



e, a partir de informações concretas e qualificadas, avaliar a eficácia das políticas públicas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro atualmente em vigor no País.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Sergio Moro

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Edson Fachin, informações sobre os processos de concessão de escolta a magistrados e, especificamente, sobre o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Edson Fachin, informações sobre os processos de concessão de escolta a magistrados e, especificamente, sobre o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira.

Em reunião realizada por esta CPI do Crime Organizado no dia 25 de novembro de 2025, que contou com a presença do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Sr. Lincoln Gakiya, foi debatido acerca do necessário fornecimento de segurança por parte do Estado aos agentes da lei que atuam ou atuaram no enfrentamento ao crime organizado.

O risco enfrentado por magistrados, promotores e policiais que combatem o crime organizado não se extingue necessariamente com a aposentadoria. No ano de 2025, tivemos o exemplo trágico do assassinato de Ruy



Ferraz Fontes, que foi Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo entre 2019 a 2022, tendo o crime sido atribuído ao PCC numa espécie de retaliação ao trabalho do policial contra a organização criminosa. Ele, já aposentado, não contava com qualquer proteção policial.

Durante os debates nesta CPI, foi destacado o caso do Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira. Durante sua carreira de juiz, ele foi responsável por processos difíceis contra integrantes do crime organizado, sofrendo ameaças e risco constante por sua coragem em aplicar a lei contra líderes do tráfico de drogas em Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil. Depois de aposentado, permaneceu algum tempo com escolta, mas que depois foi retirada sem que aparentemente houvesse demonstração da cessação de risco. Há notícia de que ele teria solicitado ao CNJ o restabelecimento da escolta.

Recentemente, foi publicada a Lei nº 15.245, de 2025, oriunda de projeto de lei de minha autoria, que garante expressamente a proteção pessoal aos agentes da lei, da ativa ou mesmo aposentados, que se encontrem em situação de risco decorrente do exercício de sua função de enfrentamento à criminalidade organizada.

Entre as conclusões do debate, entendeu-se, de maneira unânime, que o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado tem mérito, amparo legal e deveria ser analisado com atenção pelo CNJ.

Em vista do exposto, solicita-se, respeitosamente, que o CNJ:

1. informe quais os procedimentos administrativos atualmente vigentes para análise e concessão de escolta a magistrados aposentados sob risco em razão de sua atuação funcional, bem como de seus familiares;
2. informe se houve alteração desses procedimentos em vista das mudanças normativas previstas na Lei nº 15.245, de 2025; e



3. informe sobre a existência e o processamento do pedido de restabelecimento da escolta policial ao Juiz aposentado Odilon de Oliveira, bem como sobre a eventual decisão tomada, posicionando-se esta Comissão favoravelmente ao pleito.

JUSTIFICAÇÃO

Em reunião realizada por esta CPI do Crime Organizado no dia 25 de novembro de 2025, que contou com a presença do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Sr. Lincoln Gakiya, foi debatido acerca da segurança fornecida pelo Estado aos agentes da lei que atuam ou atuaram no enfrentamento ao crime organizado, nos termos transcritos a seguir:

(...) **O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) - *Foi mencionado aqui o Juiz Odilon de Oliveira. Ele, de fato, teve uma carreira destacada no Judiciário, em Campo Grande, em Ponta Porã também. Foi meu colega. Decretou a prisão de vários traficantes. Eu já ouvi até de traficantes de que ele acabou decretando a prisão que havia um rancor, de fato, e uma ordem de retaliação. Ele se aposentou, e em 2018 cortaram a escolta dele, sob um pretexto, a meu ver, equivocado de que ele teria se candidatado a um cargo eletivo, como se isso fosse uma falta moral ou uma falta funcional - ele já havia se aposentado. E há pedido no CNJ de revisão para que seja restabelecida a escolta dele. Eu gostaria de perguntar a opinião de V. Exa.: qual é a sua opinião sobre essa pretensão, sobre essa necessidade da escolta do Juiz Odilon?*

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) - *Olha, Senador, eu sou favorável a que se restitua a escolta ao Juiz Odilon. Ele, de fato, determinou o confisco, o sequestro de bens de inúmeros traficantes internacionais, inclusive do Fernandinho Beira-Mar, do Rafaat e outros, que o juraram de morte. O Juiz Odilon chegou a morar no fórum em Campo Grande, ele teve que fazer isso, ele abdicou da sua vida familiar para poder se dedicar a essa função.*

E eu penso assim: eu também já critiquei, inclusive abertamente, o fato de a escolta ter sido retirada porque o Juiz Odilon, na sua aposentadoria, decidiu disputar uma



campanha eleitoral. Se eu me aposentar no ano que vem, Senadores, se eu quiser advogar, eu acho que é um direito meu, e, se eu quiser me candidatar a algum cargo, já adianto que não o farei, não é o meu perfil, mas, se eu quiser me candidatar a algum cargo, eu tenho o direito, não é verdade? Eu tenho hoje 34, vou completar 35 anos de serviço público, fora os 14 anos de iniciativa privada que eu já tenho, em carteira registrada. Então não é o fato de eu ter uma outra função particular depois da aposentadoria que vai diminuir o meu risco e que vai deixar o Estado sem oferecer essa proteção. Eu acho que a proteção independe da função que o Dr. Odilon queira exercer: se ele quiser advogar, ele precisa de proteção; se ele quiser seguir a carreira política, também precisaria de proteção. Essa é a minha opinião.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) -

Eu quero fazer aqui um breve parêntese: já que existe um pedido de revisão dessa escolta junto ao CNJ; e já que essa suspensão da escolta foi feita por uma outra gestão do CNJ; e já que o Ministro Fachin é um Ministro sensível a essas necessidades da magistratura, eu vou fazer um requerimento e pedir até para incluir em pauta amanhã, para que esta Comissão possa recomendar, ou sugerir, ou pelo menos opinar no sentido favorável ao restabelecimento da escolta do Juiz Odilon de Oliveira, junto ao CNJ - e claro que vai ter uma avaliação lá de mérito em relação a isso.

Mas eu compartilho do entendimento do Promotor Lincoln Gakiya, porque o que não dá é o juiz, é o promotor, é o policial... Aí ele se envolve no enfrentamento do crime organizado, aí de repente ele se aposenta, e é dado um tchauzinho para ele, e simplesmente ele se vira? Enfim, eu acho que é uma injustiça, é algo que foi feito em 2018 e, então, eu não estou criticando o CNJ atual. A meu ver há uma avaliação equivocada, e nós poderíamos nos manifestar nesse sentido junto ao CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) - *Senador, o senhor providencie o requerimento, que será deliberado na pauta. (...) E eu concordo em gênero, número e grau que deve ser restabelecida essa escolta.*

O SR. LINCOLN GAKIYA - *Só tem uma observação, se o senhor me permite, Senador, que eu me esqueci de dizer: o Odilon se aposentou aos 70 anos de idade, que era já*



o que a gente chama de "expulsória". Nós não tínhamos uma modificação ainda para 75, e ele ficou até os 70 anos porque ele sabia que ele teria escolta enquanto estivesse na ativa. Então, ele saiu da magistratura porque ele foi expulso. Não havia a lei dos 75 anos, que foi para atender os Ministros do Supremo, na verdade.

Resta evidente que a ausência dessa proteção gera um claro efeito intimidatório sobre todo o sistema de justiça, enfraquecendo o enfrentamento às organizações criminosas.

O juiz federal aposentado Odilon de Oliveira é reconhecido nacionalmente por sua atuação firme e destemida no combate ao crime organizado, tendo, ao longo de mais de três décadas de magistratura, condenado líderes de organizações criminosas de grande porte, inclusive envolvidos com o tráfico internacional de drogas, bem como desmantelado complexos esquemas de lavagem de dinheiro.

Em decorrência dessa trajetória, o magistrado foi alvo de reiteradas ameaças e atentados, permanecendo por mais de vinte anos sob escolta da Polícia Federal. Desde a retirada da proteção, em 2018, sua situação de vulnerabilidade se intensificou, obrigando-o a viver em condições de severa restrição de mobilidade e segurança.

Cabe destacar que este Congresso Nacional aprovou recentemente lei de minha autoria - Lei nº 15.245, de 29 de outubro de 2025, que reforçou a proteção a agentes públicos e seus familiares ameaçados por organizações criminosas, evidenciando a necessidade de revisão e transparência dos mecanismos de proteção institucional a autoridades que se encontram sob risco concreto em razão de sua atuação funcional pretérita.

Diante disso, o presente requerimento busca colher informações sobre os procedimentos e a efetividade das medidas de proteção adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça destinadas a magistrados que enfrentam e enfrentaram o crime organizado, bem como colher informações específicas sobre o pedido de



restabelecimento da escolta do Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira, além de endossar o pleito.

Do exposto, conto com o apoio dos parlamentares membros desta CPI do Crime Organizado para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 2026.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Eugênio Dias Toffoli, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado examinar as **formas contemporâneas de atuação das organizações criminosas**, com especial atenção aos **mecanismos utilizados para ocultação, dissimulação e reinserção de recursos de origem ilícita na economia formal**, notadamente por meio de atividades econômicas vulneráveis à lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, ganharam relevo fatos recentemente noticiados pela imprensa, em especial reportagem publicada pelo portal *Metrópoles*, em 21 de janeiro de 2026 (<https://www.metrolopes.com/colunas/andreza-matais/resort-ligado-a-dias-toffoli-tem-cassino-com-maquina-de-aptas-e-blackjack>), que aponta a possível exploração de **jogos de azar em resort localizado no Estado do Paraná**, inclusive com a realização de jogos de cartas com apostas em dinheiro e a atuação de “dealers”, práticas que **não se encontram autorizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro**. A matéria é acompanhada de registro



audiovisual realizado no local, circunstância que reforça a necessidade de adequada apuração dos fatos.

A experiência acumulada em investigações nacionais e internacionais demonstra que a **exploração de jogos de azar ilegais** constitui atividade **frequentemente associada à lavagem de dinheiro**, em razão da intensa circulação de recursos, da dificuldade de rastreamento financeiro e da possibilidade de ocultação da real origem dos valores movimentados, sobretudo quando inserida em estruturas empresariais formalmente constituídas.

A reportagem também descreve circunstâncias que agravam o quadro noticiado, como a **ausência de controle de acesso ao estabelecimento** e a **presença de crianças em ambiente de apostas**, fatos que, se confirmados, podem ensejar responsabilizações em múltiplas esferas e demandam atuação articulada dos órgãos de persecução penal e de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Diante desse cenário, foram **encaminhados ofícios ao Ministério Público do Estado do Paraná e à Polícia Civil do Estado do Paraná**, com o objetivo de dar ciência dos fatos e provocar a adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições legais.

Nesse sentido, a oitiva dos **atuais e anteriores proprietários e administradores do Resort Tayayá** mostra-se necessária para **esclarecer o período de início das atividades noticiadas, verificar a participação de cada um dos envolvidos e apurar o grau de conhecimento que detinham acerca dos fatos**, permitindo a adequada reconstrução da dinâmica dos acontecimentos.

Da mesma forma, a participação de representantes do **Ministério Público** e das **polícias civil e federal** permitirá a esta Comissão obter informações qualificadas sobre as providências já adotadas pelas autoridades competentes e avaliar a existência de **eventual vínculo entre os fatos noticiados e a atuação**



de organizações criminosas, inclusive no que se refere a possíveis práticas de lavagem de dinheiro ou outros delitos correlatos.

Registre-se, ainda, que, em atenção à praxe adotada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e visando à adequada organização dos trabalhos, optou-se pela apresentação das convocações em requerimentos individualizados, bem como pela formulação de requerimento próprio para os convites a representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal, de modo a facilitar a apreciação, a deliberação e a votação pelo Colegiado.

Ante o exposto, entende-se que o presente requerimento contribui de forma consistente para o cumprimento da finalidade constitucional desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao buscar o esclarecimento de fatos relevantes e a adequada apuração de possíveis conexões com o crime organizado.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

Senador Magno Malta
(PL - ES)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF263385123824, em ordem cronológica:

1. Sen. Magno Malta
2. Sen. Carlos Portinho



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Humberto Barbosa, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado examinar as **formas contemporâneas de atuação das organizações criminosas**, com especial atenção aos **mecanismos utilizados para ocultação, dissimulação e reinserção de recursos de origem ilícita na economia formal**, notadamente por meio de atividades econômicas vulneráveis à lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, ganharam relevo fatos recentemente noticiados pela imprensa, em especial reportagem publicada pelo portal *Metrópoles*, em 21 de janeiro de 2026 (<https://www.metrolopes.com/colunas/andreza-matais/resort-ligado-a-dias-toffoli-tem-cassino-com-maquina-de-aptas-e-blackjack>), que aponta a possível exploração de **jogos de azar em resort localizado no Estado do Paraná**, inclusive com a realização de jogos de cartas com apostas em dinheiro e a atuação de “dealers”, práticas que **não se encontram autorizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro**. A matéria é acompanhada de registro



audiovisual realizado no local, circunstância que reforça a necessidade de adequada apuração dos fatos.

A experiência acumulada em investigações nacionais e internacionais demonstra que a **exploração de jogos de azar ilegais** constitui atividade **frequentemente associada à lavagem de dinheiro**, em razão da intensa circulação de recursos, da dificuldade de rastreamento financeiro e da possibilidade de ocultação da real origem dos valores movimentados, sobretudo quando inserida em estruturas empresariais formalmente constituídas.

A reportagem também descreve circunstâncias que agravam o quadro noticiado, como a **ausência de controle de acesso ao estabelecimento** e a **presença de crianças em ambiente de apostas**, fatos que, se confirmados, podem ensejar responsabilizações em múltiplas esferas e demandam atuação articulada dos órgãos de persecução penal e de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Diante desse cenário, foram **encaminhados ofícios ao Ministério Público do Estado do Paraná e à Polícia Civil do Estado do Paraná**, com o objetivo de dar ciência dos fatos e provocar a adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições legais.

Nesse sentido, a oitiva dos **atuais e anteriores proprietários e administradores do Resort Tayayá** mostra-se necessária para **esclarecer o período de início das atividades noticiadas, verificar a participação de cada um dos envolvidos e apurar o grau de conhecimento que detinham acerca dos fatos**, permitindo a adequada reconstrução da dinâmica dos acontecimentos.

Da mesma forma, a participação de representantes do **Ministério Público** e das **polícias civil e federal** permitirá a esta Comissão obter informações qualificadas sobre as providências já adotadas pelas autoridades competentes e avaliar a existência de **eventual vínculo entre os fatos noticiados e a atuação**



de organizações criminosas, inclusive no que se refere a possíveis práticas de lavagem de dinheiro ou outros delitos correlatos.

Registre-se, ainda, que, em atenção à praxe adotada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e visando à adequada organização dos trabalhos, optou-se pela apresentação das convocações em requerimentos individualizados, bem como pela formulação de requerimento próprio para os convites a representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal, de modo a facilitar a apreciação, a deliberação e a votação pelo Colegiado.

Ante o exposto, entende-se que o presente requerimento contribui de forma consistente para o cumprimento da finalidade constitucional desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao buscar o esclarecimento de fatos relevantes e a adequada apuração de possíveis conexões com o crime organizado.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

Senador Magno Malta
(PL - ES)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF263896178730, em ordem cronológica:

1. Sen. Magno Malta
2. Sen. Carlos Portinho



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Mario Umberto Degani, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado examinar as **formas contemporâneas de atuação das organizações criminosas**, com especial atenção aos **mecanismos utilizados para ocultação, dissimulação e reinserção de recursos de origem ilícita na economia formal**, notadamente por meio de atividades econômicas vulneráveis à lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, ganharam relevo fatos recentemente noticiados pela imprensa, em especial reportagem publicada pelo portal *Metrópoles*, em 21 de janeiro de 2026 (<https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/resort-ligado-a-dias-toffoli-tem-cassino-com-maquina-de-apostas-e-blackjack>), que aponta a possível exploração de **jogos de azar em resort localizado no Estado do Paraná**, inclusive com a realização de jogos de cartas com apostas em dinheiro e a atuação de “dealers”, práticas que **não se encontram autorizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro**. A matéria é acompanhada de **registro**



audiovisual realizado no local, circunstância que reforça a necessidade de adequada apuração dos fatos.

A experiência acumulada em investigações nacionais e internacionais demonstra que a **exploração de jogos de azar ilegais** constitui atividade **frequentemente associada à lavagem de dinheiro**, em razão da intensa circulação de recursos, da dificuldade de rastreamento financeiro e da possibilidade de ocultação da real origem dos valores movimentados, sobretudo quando inserida em estruturas empresariais formalmente constituídas.

A reportagem também descreve circunstâncias que agravam o quadro noticiado, como a **ausência de controle de acesso ao estabelecimento** e a **presença de crianças em ambiente de apostas**, fatos que, se confirmados, podem ensejar responsabilizações em múltiplas esferas e demandam atuação articulada dos órgãos de persecução penal e de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Diante desse cenário, foram **encaminhados ofícios ao Ministério Público do Estado do Paraná e à Polícia Civil do Estado do Paraná**, com o objetivo de dar ciência dos fatos e provocar a adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições legais.

Nesse sentido, a oitiva dos **atuais e anteriores proprietários e administradores do Resort Tayayá** mostra-se necessária para **esclarecer o período de início das atividades noticiadas, verificar a participação de cada um dos envolvidos e apurar o grau de conhecimento que detinham acerca dos fatos**, permitindo a adequada reconstrução da dinâmica dos acontecimentos.

Da mesma forma, a participação de representantes do **Ministério Público** e das **polícias civil e federal** permitirá a esta Comissão obter informações qualificadas sobre as providências já adotadas pelas autoridades competentes e avaliar a existência de **eventual vínculo entre os fatos noticiados e a atuação**



de organizações criminosas, inclusive no que se refere a possíveis práticas de lavagem de dinheiro ou outros delitos correlatos.

Registre-se, ainda, que, em atenção à praxe adotada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e visando à adequada organização dos trabalhos, optou-se pela apresentação das convocações em requerimentos individualizados, bem como pela formulação de requerimento próprio para os convites a representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal, de modo a facilitar a apreciação, a deliberação e a votação pelo Colegiado.

Ante o exposto, entende-se que o presente requerimento contribui de forma consistente para o cumprimento da finalidade constitucional desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao buscar o esclarecimento de fatos relevantes e a adequada apuração de possíveis conexões com o crime organizado.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

Senador Magno Malta
(PL - ES)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF263328723227, em ordem cronológica:

1. Sen. Magno Malta
2. Sen. Carlos Portinho



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Carlos Dias Toffoli, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado examinar as **formas contemporâneas de atuação das organizações criminosas**, com especial atenção aos **mecanismos utilizados para ocultação, dissimulação e reinserção de recursos de origem ilícita na economia formal**, notadamente por meio de atividades econômicas vulneráveis à lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, ganharam relevo fatos recentemente noticiados pela imprensa, em especial reportagem publicada pelo portal *Metrópoles*, em 21 de janeiro de 2026 (<https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/resort-ligado-a-dias-toffoli-tem-cassino-com-maquina-de-apostas-e-blackjack>), que aponta a possível exploração de **jogos de azar em resort localizado no Estado do Paraná**, inclusive com a realização de jogos de cartas com apostas em dinheiro e a atuação de “dealers”, práticas que **não se encontram autorizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro**. A matéria é acompanhada de **registro audiovisual realizado no local**, circunstância que reforça a necessidade de adequada apuração dos fatos.



A experiência acumulada em investigações nacionais e internacionais demonstra que a **exploração de jogos de azar ilegais** constitui atividade **frequentemente associada à lavagem de dinheiro**, em razão da intensa circulação de recursos, da dificuldade de rastreamento financeiro e da possibilidade de ocultação da real origem dos valores movimentados, sobretudo quando inserida em estruturas empresariais formalmente constituídas.

A reportagem também descreve circunstâncias que agravam o quadro noticiado, como a **ausência de controle de acesso ao estabelecimento** e a **presença de crianças em ambiente de apostas**, fatos que, se confirmados, podem ensejar responsabilizações em múltiplas esferas e demandam atuação articulada dos órgãos de persecução penal e de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Diante desse cenário, foram **encaminhados ofícios ao Ministério Público do Estado do Paraná e à Polícia Civil do Estado do Paraná**, com o objetivo de dar ciência dos fatos e provocar a adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições legais.

Nesse sentido, a oitiva dos **atuais e anteriores proprietários e administradores do Resort Tayayá** mostra-se necessária para **esclarecer o período de início das atividades noticiadas, verificar a participação de cada um dos envolvidos e apurar o grau de conhecimento que detinham acerca dos fatos**, permitindo a adequada reconstrução da dinâmica dos acontecimentos.

Da mesma forma, a participação de representantes do **Ministério Público** e das **polícias civil e federal** permitirá a esta Comissão obter informações qualificadas sobre as providências já adotadas pelas autoridades competentes e avaliar a existência de **eventual vínculo entre os fatos noticiados e a atuação de organizações criminosas**, inclusive no que se refere a possíveis práticas de lavagem de dinheiro ou outros delitos correlatos.



Registre-se, ainda, que, em atenção à praxe adotada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e visando à adequada organização dos trabalhos, optou-se pela apresentação das convocações em requerimentos individualizados, bem como pela formulação de requerimento próprio para os convites a representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal, de modo a facilitar a apreciação, a deliberação e a votação pelo Colegiado.

Ante o exposto, entende-se que o presente requerimento contribui de forma consistente para o cumprimento da finalidade constitucional desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao buscar o esclarecimento de fatos relevantes e a adequada apuração de possíveis conexões com o crime organizado.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

Senador Magno Malta
(PL - ES)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF266239038532, em ordem cronológica:

1. Sen. Magno Malta
2. Sen. Carlos Portinho



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a comparecer à esta CPI do Crime Organizado a Sra. Viviane Barci de Moraes (advogada).

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como objetivo investigar a estrutura e a influência das organizações criminosas em território nacional, suas ramificações institucionais e seus mecanismos de interferência em processos políticos e democráticos.

O presente requerimento funda-se na necessidade de esclarecimento público de fatos relevantes que envolvem a atuação do Banco Master, instituição financeira privada cujas operações, segundo informações amplamente divulgadas e formalizadas em representação criminal, revelam um padrão de condutas reiteradas e coordenadas, que, em tese, guardam similitude com o modus operandi característico de organizações criminosas, notadamente no que diz respeito à utilização de influência institucional, intermediação informal junto a órgãos de controle e tentativa de blindagem decisória.

Conforme os elementos amplamente divulgados nos meios de imprensa do Brasil, a Sra. Viviane Barci de Moraes manteve contrato de



prestação de serviços advocatícios de elevado valor econômico com o Banco Master, envolvendo atuação direta ou indireta perante diversos órgãos públicos estratégicos, como Banco Central do Brasil, COAF, Receita Federal e PGFN. Tais circunstâncias, por si só, não configuram ilícito, mas assumem especial relevância quando contextualizadas em um ambiente de potencial captura institucional e sobreposição entre interesses privados e a esfera pública.

Meu gabinete enviou ofícios à todas as instituições acima citadas, tendo sido respondido que em nenhum momento houve a participação da Sra. Viviane Barci de Moraes, em ação junto à estes órgãos públicos, fato que nos causa estranheza, pois o escritório que ela representa foi contratado a peso de ouro para atuar junto a estes organismos estatais.

O Convite feito nesse momento, trata-se de medida típica de uma CPI que busca lançar luz sobre engrenagens decisórias pouco transparentes, identificar eventuais padrões estruturais de atuação e compreender como determinadas instituições privadas conseguem, de forma recorrente, acessar centros sensíveis de poder estatal, fenômeno que a experiência comparada demonstra ser recorrente em esquemas de criminalidade organizada de colarinho branco.

O comparecimento da convidada contribuirá para o esclarecimento dos fatos, para o fortalecimento da credibilidade das instituições e para a reafirmação do compromisso desta Casa Legislativa com a verdade, a legalidade e a proteção do interesse público, valores essenciais em um Estado Democrático de Direito.

Assim, requeiro a convocação da Sra. Viviane Barci de Moraes (advogada) para comparecer à essa CPI, a fim de prestar esclarecimentos sobre



fatos narrados, assegurando a transparência, a responsabilização dos envolvidos, a defesa do patrimônio público e a proteção do sistema financeiro nacional.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF261101465005, em ordem cronológica:

1. Sen. Eduardo Girão
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Magno Malta



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. Paulo Humberto Barbosa.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagens da imprensa nacional indicam que o Resort Tayayá, empreendimento turístico de alto padrão que manteve, até recentemente, vínculos societários com empresas de familiares do Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, teve seu controle integral adquirido pelo advogado Paulo Humberto Barbosa, advogado com reconhecida atuação profissional em favor de empresas do grupo J&F, controlado pelos irmãos Batista.

A referida transação, assim como outras situações conexas envolvendo o empreendimento, fundos de investimento e cadeias financeiras relacionadas, encontra-se sob escrutínio público e investigativo, inclusive no âmbito de apurações que dizem respeito ao chamado caso Banco Master. Esse contexto confere especial relevância institucional à necessidade de esclarecimentos acerca dos termos do negócio, da estrutura jurídica adotada e da origem dos recursos empregados.



Diante da envergadura econômica da operação, da natureza dos vínculos profissionais do adquirente e do fato de que tais eventos integram o conjunto de situações atualmente sob investigação, mostra-se plenamente justificada a oitiva do advogado responsável pela aquisição, a fim de contribuir para a transparência, a elucidação dos fatos e o adequado desenvolvimento dos trabalhos desta CPI.

A oitiva do advogado Paulo Humberto Barbosa permitirá que esta Comissão compreenda, com maior clareza, os fatos, as escolhas empresariais realizadas e o contexto em que se deram tais operações, contribuindo para afastar dúvidas, reduzir ruídos institucionais e fortalecer a confiança da sociedade no funcionamento regular das instituições democráticas.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF268327978156, em ordem cronológica:

1. Sen. Eduardo Girão
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Magno Malta



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. Ministro do STF Alexandre de Moraes.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento decorre de fatos graves e objetivamente documentados, que apontam, em tese, para a existência de um padrão de atuação articulado, reiterado e pouco transparente, envolvendo instituição financeira privada, contratos advocatícios de elevado valor econômico, atuação perante órgãos públicos estratégicos e interlocuções informais com autoridades de alto escalão do Estado.

Conforme consta de diversas publicações jornalísticas, há notícias de que o Ministro Alexandre de Moraes realizou contatos diretos com o Presidente do Banco Central do Brasil para tratar de assuntos de interesse do Banco Master, instituição com a qual sua esposa, a advogada Viviane Barci de Moraes, mantinha contrato profissional de expressiva relevância econômica, abrangendo atuação perante órgãos públicos sensíveis.

Ocorre que os fatos que justificaram o meu requerimento de oitiva da Sra. Viviane Barci de Moraes, bem como da sua quebra de sigilo bancário,



não se encerram em sua esfera pessoal ou profissional, mas estão diretamente relacionados à possível atuação institucional do Ministro Alexandre de Moraes, conforme amplamente noticiado. Há registros de interlocuções do Ministro com o Presidente do Banco Central do Brasil tratando de assuntos de interesse direto do Banco Master, no mesmo período em que sua esposa mantinha contrato advocatício de elevado valor econômico com a referida instituição.

A CPI do Crime Organizado tem como missão constitucional investigar estruturas, métodos e padrões, inclusive quando estes se apresentam sob aparência de legalidade formal e envolvem autoridades situadas no vértice da estrutura estatal. A relevância do cargo ocupado pelo requerido não afasta, mas ao contrário, reforça a necessidade de transparência e de esclarecimento público, em respeito ao princípio republicano segundo o qual ninguém está acima do escrutínio institucional.

Trata-se de medida necessária, proporcional e institucionalmente responsável, voltada a esclarecer: a natureza das interlocuções realizadas; os limites entre atuação institucional e interesses privados; e a eventual existência de sobreposição indevida entre funções públicas e relações privadas relevantes.

Ouvir o Ministro Alexandre de Moraes é passo indispensável para que esta CPI cumpra integralmente seu dever constitucional, contribuindo para a preservação da credibilidade das instituições, para o fortalecimento da democracia e para a confiança da sociedade de que o Estado não pode ser capturado, direta ou indiretamente, por interesses privados organizados.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF265962438823, em ordem cronológica:

1. Sen. Eduardo Girão
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Magno Malta



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. Ministro do STF Dias Toffoli.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão foi instituída com a elevada missão de lançar luz sobre a atuação de organizações criminosas, estruturas financeiras complexas e eventuais redes de proteção institucional que possam estar dificultando ou comprometendo a efetividade das investigações no país. Nesse contexto, é dever do Parlamento agir com serenidade, responsabilidade e absoluto respeito às instituições, sem renunciar a seu papel constitucional de fiscalização.

Fatos recentes, amplamente noticiados pela imprensa investigativa e detalhados em documentos já encaminhados a órgãos de controle, revelam a existência de relações societárias e econômicas indiretas envolvendo familiares próximos do Ministro Dias Toffoli, notadamente em empreendimento de alto padrão conhecido como Resort Tayayá, localizado no Estado do Paraná. Tais vínculos, conforme registros públicos, coexistiram temporalmente com aportes financeiros realizados por fundos de investimento inseridos em cadeias de capital posteriormente associadas às investigações do Banco Master.



Importa registrar, com a cautela que o tema exige, que não se formula qualquer imputação de ilicitude penal ao Ministro, nem se antecipa juízo de valor. Contudo, a circunstância de o próprio Ministro atuar como relator de procedimentos sensíveis no Supremo Tribunal Federal relacionados ao Banco Master, somada à existência de interesses econômicos familiares conectados, ainda que de forma indireta, ao mesmo ecossistema financeiro investigado, gera dúvidas legítimas quanto à imparcialidade objetiva, conceito amplamente reconhecido pela doutrina, pela jurisprudência e pelos princípios que regem a magistratura.

Além dos vínculos societários e econômicos indiretos já descritos, a condução do inquérito envolvendo o Banco Master pelo Ministro Dias Toffoli foi marcada por decisões processuais e administrativas pouco usuais em investigações criminais de alta complexidade. Entre elas, destacam-se a avocação excepcional do procedimento para o Supremo Tribunal Federal, a imposição de grau máximo de sigilo e a centralização de atos relevantes sob a relatoria, circunstâncias que suscitaram debates públicos e institucionais sobre a adequação dessas medidas e seus impactos sobre a transparência e a previsibilidade do devido processo legal.

Some-se a isso a adoção de providências atípicas quanto à custódia e ao tratamento de provas apreendidas, com a determinação de que materiais sensíveis permanecessem sob guarda e supervisão diretamente vinculadas ao Supremo Tribunal Federal, em detrimento do fluxo técnico ordinário conduzido pela Polícia Federal. Embora tais decisões possam encontrar justificativa formal no exercício da jurisdição, sua excepcionalidade, quando analisada em conjunto com o contexto relacional e econômico subjacente, reforça a percepção pública de concentração incomum de poderes decisórios, circunstância que recomenda especial prudência institucional.

Esses elementos adicionais, quando analisados em conjunto com os vínculos familiares, societários e econômicos anteriormente descritos, não autorizam conclusões precipitadas nem imputações pessoais. Contudo, revelam um quadro institucional sensível, no qual se acumulam fatos objetivos suficientes



para justificar o comparecimento do Ministro Dias Toffoli perante esta Comissão, em ambiente respeitoso e republicano, a fim de prestar esclarecimentos e contribuir para o restabelecimento pleno da confiança pública nas instituições.

Com efeito, a imparcialidade judicial, especialmente na mais alta Corte do país, não se limita à ausência de interesse direto. Ela exige também a preservação da aparência de neutralidade, elemento essencial para a confiança da sociedade no sistema de Justiça. Quando surgem fatos públicos e documentados que colocam essa aparência sob questionamento, o silêncio institucional não fortalece as instituições, ao contrário, fragiliza-as.

O convite ora proposto não afronta a separação dos Poderes, não configura juízo acusatório e tampouco pretende submeter o Poder Judiciário a constrangimento indevido. Ao contrário, representa gesto republicano de maturidade institucional, oferecendo ao próprio Ministro a oportunidade de prestar esclarecimentos diretos, dissipar dúvidas, reafirmar sua independência e contribuir para o fortalecimento da confiança pública nas instituições.

A história republicana demonstra que o diálogo transparente entre os Poderes, especialmente em momentos de tensão institucional, é sinal de força não de fraqueza. Esta CPI não busca confrontos, mas esclarecimentos. Não busca prejulgamentos, mas luz. Não busca personalizar investigações, mas compreender estruturas e dinâmicas que possam ter sido capturadas pelo crime organizado.

Diante do exposto, entende-se que o comparecimento a convite dessa CPI do Ministro Dias Toffoli, em ambiente respeitoso e institucional, servirá ao interesse público, à estabilidade democrática e ao próprio prestígio do Supremo Tribunal Federal.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF266276693337, em ordem cronológica:

1. Sen. Eduardo Girão
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Magno Malta



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. José Eugênio Dias Toffoli. .

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com a missão constitucional de apurar a atuação de organizações criminosas, esquemas financeiros complexos e eventuais estruturas de ocultação patrimonial que possam comprometer a efetividade da persecução penal e a confiança da sociedade nas instituições republicanas. O exercício desse dever impõe ao Parlamento agir com firmeza, mas também com equilíbrio, respeito institucional e responsabilidade democrática.

Reportagens amplamente divulgadas pela imprensa nacional, revelaram que irmãos do Ministro Dias Toffoli participaram, por meio da pessoa jurídica Maridt Participações, do quadro societário do Resort Tayayá, empreendimento turístico de alto padrão, durante período recente e relevante do ponto de vista econômico. Trata-se de participação que envolveu valores expressivos, compatíveis com empreendimentos milionários, e que se deu em contexto no qual fundos e investidores associados ao mesmo empreendimento



passaram a ser relacionados, em apurações públicas, ao chamado caso Banco Master.

Fatos como a participação societária em empreendimento de grande porte, relações com fundos inseridos no mesmo universo financeiro hoje sob investigação e vínculos familiares diretos com autoridade pública que atua, no Supremo Tribunal Federal, como relator de procedimentos sensíveis relacionados ao Banco Master, suscitam dúvidas legítimas que extrapolam o âmbito estritamente privado, atraindo o interesse público e político desta Comissão.

Causa especial perplexidade, ainda segundo informações públicas e registros acessíveis, o fato de que a pessoa jurídica Maridt Participações figurou como sócio do Resort Tayayá, teve como endereço-sede um imóvel residencial de padrão simples, aparentemente incompatível com a envergadura econômica das operações empresariais a ela vinculadas. Essa residência é de José Eugênio Dias Toffoli (irmão do Ministro Dias Tóffoli). Tal circunstância, embora não configure por si só qualquer ilegalidade, revela-se objetivamente estranha quando confrontada com a movimentação de valores milionários, com participações societárias relevantes em empreendimento de alto padrão e com a inserção do negócio em cadeias financeiras hoje sob investigação por possíveis ilícitos de elevada complexidade.

A utilização de residência modesta como sede formal de empresa envolvida em negócios de elevado valor agregado reforça, portanto, a necessidade de esclarecimentos diretos por parte de seus sócios, principalmente quando a esposa José Eugênio Dias Toffoli, afirma que naquele local jamais funcionou qualquer empresa.

É importante destacar que o convite ora formulado não encerra juízo de culpabilidade, não antecipa conclusões e não pretende imputar, a priori, qualquer prática ilícita aos convidados. Trata-se de medida compatível com o papel constitucional desta CPI, que busca compreender como determinadas estruturas empresariais foram organizadas, quais foram as decisões tomadas, quais relações



foram estabelecidas e se houve, ou não, convergência com arquiteturas financeiras que hoje se encontram sob escrutínio público e institucional.

A oitiva de José Eugênio Dias Toffoli permitirá que esta Comissão compreenda, com maior clareza, os fatos, as escolhas empresariais realizadas e o contexto em que se deram tais operações, contribuindo para afastar dúvidas, reduzir ruídos institucionais e fortalecer a confiança da sociedade no funcionamento regular das instituições democráticas.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF269920292827, em ordem cronológica:

1. Sen. Eduardo Girão
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Magno Malta



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. José Carlos Dias Toffoli.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagens jornalísticas confiáveis apontam que os senhores José Carlos e José Eugênio foram sócios, por meio da pessoa jurídica *Maridt Participações*, de parcela significativa do empreendimento Resort Tayayá, localizado em Ribeirão Claro (PR), entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2025, período no qual ocorreram transações envolvendo fundos e empresários posteriormente associados, pela imprensa e por órgãos de persecução, ao caso de irregularidades envolvendo o Banco Master.

A participação dos irmãos do Ministro, embora encerrada em 2025, ocorreu em meio a transações em que um fundo de investimento que adquiriu participação no empreendimento tinha como dono figura que, segundo reportagens, era cunhado do controlador do Banco Master, instituição financeira que hoje é objeto de investigação que tramita no Supremo Tribunal Federal sob relatoria de seu irmão, o Ministro Dias Toffoli.



Essa sequência de eventos, qualidade societária em empreendimento de alto valor econômico, relações com fundos dentro do mesmo universo financeiro investigado, e conexões familiares com autoridade pública que atua diretamente no caso em foro privilegiado, suscita dúvidas legítimas acerca de possíveis interconexões que ultrapassam o âmbito privado, motivando o interesse público por esclarecimentos. É dever desta CPI examinar não apenas indícios pontuais, mas o contexto mais amplo de relações que possam impactar, de forma direta ou indireta, a integridade das instituições e a confiança da sociedade nas decisões relativas a investigações sensíveis.

O convite ora formulado não embute juízo de culpabilidade nem pretende imputar, a priori, qualquer prática de ilícito por parte do Sr. José Carlos Dias Toffoli. Trata-se de medida coerente com os princípios de transparência, responsabilidade pública e participação democrática, no sentido de ouvir responsáveis por decisões econômicas e escolhas empresariais que, conforme amplamente noticiado, se cruzaram com fatos de interesse nacional no bojo das investigações sobre o Banco Master.

A oitiva de José Carlos Dias Toffoli permitirá que esta Comissão compreenda, com maior clareza, os fatos, as escolhas empresariais realizadas e o contexto em que se deram tais operações, contribuindo para afastar dúvidas, reduzir ruídos institucionais e fortalecer a confiança da sociedade no funcionamento regular das instituições democráticas.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF267640661280, em ordem cronológica:

1. Sen. Eduardo Girão
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Magno Malta



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa BANCO MASTER S.A., CNPJ nº 33.923.798/0001-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026.

Para a transferência de sigilo telemático, solicita-se que sejam utilizados, como identificadores válidos, os números resultantes da transferência de sigilo telefônico.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de



imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.



e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.

f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no



Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e E-mail ou telefone cadastrado para recuperação de senha.

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário);



logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento articula-se com os objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de compreender a estrutura financeira utilizada pelo crime organizado para infiltrar-se no Sistema Financeiro Nacional e nas instituições de Estado. As investigações em curso pela Polícia Federal apresentam evidências de que a liquidação do Banco Master S.A. e de outras instituições financeiras decorre de um amplo esquema de fraudes e desvio de recursos, com infiltração no setor público e a conexão com facções criminosas.

De acordo com o Banco Central, as instituições vinculadas ao referido grupo sofreram intervenção e liquidação motivadas por uma grave crise de liquidez, relevantes violações às normas do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o comprometimento irreversível de sua saúde financeira. O esquema estruturou-se na captação de recursos via emissão de Certificados de Depósito Bancário (CDB's), apoiando-se na garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com a transferência, na prática, do risco de uma eventual insolvência para o sistema de proteção bancária coletiva, enquanto atraía investidores sob a falsa percepção de segurança absoluta. Ao mesmo tempo, o banco revendia créditos de terceiros para instituição financeira pública, mantendo o fluxo de recursos.

A instituição ainda operava com a concessão de empréstimos fictícios a pessoas jurídicas. Os recursos provenientes desses empréstimos eram redirecionados para fundos de investimento administrados pela gestora Reag (atual CBSF DTVM) — entidade sob investigação na Operação Carbono Oculto por supostas conexões com facções criminosas. Dentro dessa estrutura, o capital transitava por múltiplas camadas de ativos com baixa liquidez e valores



artificialmente inflados. O ciclo se encerrava com o retorno dos recursos ao sistema de origem, configurando uma operação de circularidade financeira destinada a mascarar rombos patrimoniais e simular solidez contábil.

Para compreender a necessidade imperiosa desta medida cautelar, é fundamental dissecar a função que o Banco Master desempenhou como a 'bomba de sucção' e posterior 'distribuidor' de recursos ilícitos. A quebra dos sigilos da instituição financeira é a medida basal para rastrear o caminho do dinheiro (*follow the money*) e identificar a destinação final dos recursos captados fraudulentamente.

Essas operações ocorriam à vista dos órgãos de controle, evidenciando uma falha sistêmica na fiscalização e processo sancionatório, além do possível envolvimento de agentes públicos.

A investigação depara-se com indícios veementes de que o mercado de serviços advocatícios e de consultoria foi instrumentalizado para conferir aparência de legalidade a saídas financeiras que, na verdade, remuneravam a compra de blindagem jurídica e política.

Nessa linha, a divulgação da existência de contratos milionários com escritórios advocatícios com trânsito nos órgãos de cúpula do poder, sem a efetiva comprovação de serviços jurídicos substanciais prestados, demonstra a necessidade de realizar a quebra dos sigilos da instituição financeira, a fim de se averiguar quais pagamentos foram realizados com esse fim e a quem.

A título de exemplo, cite-se o contrato de valor mensal de R\$ 3,6 milhões celebrado com Barci de Moraes Sociedade de Advogados, escritório cuja única atuação processual comprovada se deu em uma queixa-crime, mas que possui como sócia a esposa de magistrado da Suprema Corte. Outra contratação pela instituição financeira, ainda que a banca tenha deixado recentemente o caso, envolve Warde Advogados, escritório que já foi vinculado à ex-esposa do relator do caso no STF.



Um dos objetivos desta CPI é analisar o alastramento da criminalidade organizada em setores econômicos lícitos e no setor público, de sorte que as investigações do Banco Master ajudarão a evidenciar em qual grau as instituições estatais estão comprometidas.

A quebra do sigilo bancário constitui a pedra angular desta investigação financeira. Diante da existência de contratos que somam centenas de milhões de reais, como o referido anteriormente, cujo valor global é estimado em R\$ 129 milhões, e outros envolvendo bancas como Warde Advogados e triangulações com a Rangel Advocacia, é imprescindível acessar os extratos analíticos do Banco Master para verificar a realidade financeira dessas operações.

A simples existência de notas fiscais não comprova a licitude da transação; é o rastro bancário que revelará se houve o efetivo pagamento, quem foram os beneficiários finais e se ocorreram saques em espécie subsequentes, técnica comum para apagar o rastro do dinheiro e realizar pagamentos indevidos a agentes públicos.

É imperativo rastrear se os recursos utilizados para honrar esses contratos de "prioridade absoluta" tiveram como origem os aportes fraudulentos vindos dos fundos da Reag/PCC, o que configuraria a fase de integração da lavagem de dinheiro. Além disso, a análise bancária permitirá identificar se o Banco Master realizou pagamentos a empresas de fachada utilizadas apenas para triangular recursos para autoridades, desviando-se das travas de compliance tradicionais.

Complementarmente, a quebra do sigilo fiscal servirá para confrontar a movimentação financeira real com as declarações oficiais prestadas ao Fisco. O acesso às declarações (DIPJ, DCTF, ECF) permitirá verificar se a estrutura de despesas do Banco Master é compatível com uma instituição financeira em operação regular ou se há uma desproporção injustificável em rubricas de serviços de terceiros e consultorias.



O cruzamento de dados fiscais é essencial para detectar a simulação de despesas operacionais usadas para drenar o caixa da instituição antes da intervenção do Banco Central. Igualmente, o acesso às declarações de operações imobiliárias (DOI e DIMOB) é indispensável.

Note-se que parte dos recursos desviados pode ter sido convertida em ativos reais e imóveis de alto padrão para blindagem patrimonial. A quebra fiscal do Banco Master permitirá identificar se a instituição alienou ativos a preços vil ou adquiriu bens superfaturados de empresas ligadas ao esquema, operações típicas de lavagem de capitais.

A quebra dos sigilos telefônico e telemático justifica-se pela natureza moderna da organização criminosa e pela necessidade de provar o elemento subjetivo do tipo penal: o dolo e o ajuste prévio. O mapeamento de redes a partir dos dados telefônicos permitirá reconstruir a teia de contatos da diretoria do Banco Master, identificando a frequência, o timing e a duração das comunicações com operadores financeiros, advogados lobistas e gabinetes de autoridades em Brasília.

É crucial verificar a coincidência temporal entre ligações telefônicas e as datas das transferências bancárias milionárias ou de decisões judiciais favoráveis à instituição, o que constituiria prova indiciária robusta de tráfico de influência e exploração de prestígio.

No que tange ao sigilo telemático, a medida é a única capaz de fornecer a prova negativa da prestação de serviços. Em contratos de consultoria jurídica que envolvem cifras de R\$ 129 milhões, não é crível que não haja um tráfego imenso de e-mails, pareceres, minutas e arquivos de trabalho.

O acesso aos servidores de e-mail corporativo e aos repositórios de nuvem (Google Drive, iCloud) visa a demonstrar a inexistência desses arquivos. A ausência de entregáveis digitais nessas plataformas será a prova cabal de que os contratos eram simulados e serviam apenas para acobertar pagamentos por influência.



Adicionalmente, os registros de geolocalização (Google Timeline, Waze, metadados de fotos) constituem prova técnica irrefutável para confrontar álibis e identificar reuniões clandestinas entre executivos do banco e agentes públicos, muitas vezes não registradas em agendas oficiais. Por fim, os históricos de pesquisa e navegação são essenciais para demonstrar o pré-conhecimento de operações policiais ou a busca por mecanismos de ocultação de capital em paraísos fiscais.

Importa destacar que o objetivo aqui não é o de criminalizar a essencial função da advocacia quando exercida para as finalidades que a Constituição lhe atribui, mas examinar em quais casos o pretenso serviço jurídico mascarou objetivos espúrios, como lavagem de dinheiro e tráfico de influência.

Para além da identificação da transferência de valores a escritórios de advocacia em possível desvio de finalidade, a quebra dos sigilos possibilitará apurar como e se ocorreu a lavagem de capitais no âmbito da instituição financeira, com seus respectivos beneficiários.

Sob a ótica das tipologias de lavagem de dinheiro, aliás, organismos internacionais como o GAFI alertam explicitamente para o risco do uso de advogados e consultores como *gatekeepers* na estruturação de esquemas de lavagem, realidade essa devidamente considerada neste caso.

Diante desse contexto, a aprovação do presente requerimento é medida de rigor para o êxito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 29 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a apuração dos fatos noticiados pela imprensa e de eventual vínculo dessas condutas com a atuação do crime organizado, as pessoas abaixo:

- representante do Ministério Público do Estado do Paraná;
- representante da Polícia Civil do Estado do Paraná;
- representante da Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Compete à Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado examinar as **formas contemporâneas de atuação das organizações criminosas**, com especial atenção aos **mecanismos utilizados para ocultação, dissimulação e reinserção de recursos de origem ilícita na economia formal**, notadamente por meio de atividades econômicas vulneráveis à lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, ganharam relevo fatos recentemente noticiados pela imprensa, em especial reportagem publicada pelo portal *Metrópoles*, em 21 de janeiro de 2026 (<https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/resort-ligado-a-dias-toffoli-tem-cassino-com-maquina-de-apostas-e-blackjack>), que aponta a possível exploração de **jogos de azar em resort localizado no Estado do Paraná**, inclusive com a realização de jogos de cartas com apostas em dinheiro e a atuação de “dealers”, práticas que **não se encontram autorizadas**



pelo ordenamento jurídico brasileiro. A matéria é acompanhada de **registro audiovisual realizado no local**, circunstância que reforça a necessidade de adequada apuração dos fatos.

A experiência acumulada em investigações nacionais e internacionais demonstra que a **exploração de jogos de azar ilegais** constitui atividade **frequentemente associada à lavagem de dinheiro**, em razão da intensa circulação de recursos, da dificuldade de rastreamento financeiro e da possibilidade de ocultação da real origem dos valores movimentados, sobretudo quando inserida em estruturas empresariais formalmente constituídas.

A reportagem também descreve circunstâncias que agravam o quadro noticiado, como a **ausência de controle de acesso ao estabelecimento** e a **presença de crianças em ambiente de apostas**, fatos que, se confirmados, podem ensejar responsabilizações em múltiplas esferas e demandam atuação articulada dos órgãos de persecução penal e de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Diante desse cenário, foram **encaminhados ofícios ao Ministério Público do Estado do Paraná e à Polícia Civil do Estado do Paraná**, com o objetivo de dar ciência dos fatos e provocar a adoção das providências cabíveis no âmbito de suas atribuições legais.

Nesse sentido, a oitiva dos **atuais e anteriores proprietários e administradores do Resort Tayayá** mostra-se necessária para **esclarecer o período de início das atividades noticiadas, verificar a participação de cada um dos envolvidos e apurar o grau de conhecimento que detinham acerca dos fatos**, permitindo a adequada reconstrução da dinâmica dos acontecimentos.

Registre-se, ainda, que, em atenção à praxe adotada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e visando à adequada organização dos trabalhos, optou-se pela apresentação das convocações em requerimentos individualizados, bem como pela formulação de requerimento próprio para



os convites a representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal, de modo a facilitar a apreciação, a deliberação e a votação das matérias pelo Colegiado.

Ante o exposto, entende-se que o presente requerimento contribui de forma consistente para o cumprimento da finalidade constitucional desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao buscar o esclarecimento de fatos relevantes e a adequada apuração de possíveis conexões com o crime organizado.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)

Senador Magno Malta
(PL - ES)





Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF262741870941, em ordem cronológica:

1. Sen. Magno Malta
2. Sen. Carlos Portinho



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Diretora do Senado Federal, Ilana Trombka, informações sobre os registros de entrada e saída do Sr. AUGUSTO FERREIRA LIMA, ex-sócio e ex-executivo do Banco Master, nas dependências desta Casa Legislativa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Diretora do Senado Federal, Ilana Trombka, informações sobre os registros de entrada e saída do Sr. AUGUSTO FERREIRA LIMA, ex-sócio e ex-executivo do Banco Master, nas dependências desta Casa Legislativa.

Nesses termos, requisita-se:

1. **Histórico de Acessos:** A listagem completa de todas as entradas e saídas registradas em nome do referido senhor, compreendendo o período de **janeiro de 2022 até a presente data;**
2. **Destinos Declarados:** A identificação precisa de quais gabinetes parlamentares, comissões ou órgãos administrativos foram indicados como destino em cada visita;
3. **Autorizações:** O nome dos servidores ou parlamentares que autorizaram a entrada ou liberaram o acesso na portaria;



4. **Horários:** A discriminação exata dos horários de entrada e saída em cada ocasião.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como escopo investigar a estrutura e o financiamento de organizações criminosas e suas ramificações no sistema financeiro. Nesse contexto, é fato público e notório — amplamente veiculado pela imprensa e objeto de operações recentes da Polícia Federal (Operação *Compliance Zero*) — o envolvimento da instituição financeira Banco Master em supostas fraudes bilionárias e irregularidades que culminaram em sua liquidação extrajudicial pelo Banco Central.

O Sr. Augusto Ferreira Lima, na qualidade de ex-sócio e ex-executivo do referido banco (e posteriormente ligado ao Banco Voiter/Pleno), é figura central nas investigações sobre a gestão fraudulenta da instituição. Há indícios de que a organização possa ter buscado apoio político para legitimar suas operações ou obter vantagens indevidas.

Portanto, o mapeamento do trânsito do Sr. Augusto Lima nesta Casa Legislativa é diligência imprescindível para esclarecer se houve articulação política, *lobby* ou tráfico de influência visando à proteção dos interesses do grupo econômico sob investigação. A identificação dos gabinetes visitados permitirá a esta CPI traçar a rede de relacionamentos do investigado e confrontar tais dados com o quanto já apurado em sede de investigação.

Sala da Comissão, 30 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Carlos Dias Toffoli, Cônego, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no *modus operandi*, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva de José Carlos Dias Toffoli, José Eugênio Dias Toffoli e Mario Umberto Degani baseia-se em indícios que conectam transações imobiliárias e societárias a elementos sob investigação no âmbito da segurança pública e do sistema financeiro. Os três possuíam relações societárias com a Maridt Participações S.A. ou com a DGEP Empreendimentos e Participações Ltda., pessoas jurídicas que detinham participação no Tayayá Aqua Resort, em



Ribeirão Claro (PR). A Maridt e a DGEP transferiram suas cotas do resort Tayayá para o Arleen Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a PHD Holding.

A intermediação de negócios envolvendo o Arleen, administrado pela CBSF DTVM (antiga Reag Trust), traz o tema para o centro do escopo da CPI. A Reag foi alvo da *Operação Carbono Oculto*, que apurou relações de lavagem de dinheiro com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Ainda, segundo as notícias, o fundo Arleen tinha como único cotista cunhado do proprietário do Banco Master. A liquidação do Banco Master por fraudes e o fato de o processo ter como relator um Ministro com vínculos familiares diretos com os sócios da Maridt Participações S.A. e da DGEP levantam suspeitas sobre a utilização de influência institucional para fins privados, o que pode configurar um braço de apoio logístico ou político para estruturas criminosas. Destaque-se também a existência de notícias demonstrando que o estilo de vida dos familiares do Ministro é incompatível com a negociação milionária envolvendo o resort.

Ainda, a denúncia de existência de um cassino com mesas de *blackjack* e apostas em dinheiro num resort que opera supostamente sem licença ambiental configura, em tese, a prática de contravenção penal ou crime, dependendo da tipificação, o que se alinha ao objetivo da CPI de investigar atividades econômicas que servem de suporte para o crime organizado.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Eugênio Dias Toffoli, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no *modus operandi*, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva de José Carlos Dias Toffoli, José Eugênio Dias Toffoli e Mario Umberto Degani baseia-se em indícios que conectam transações imobiliárias e societárias a elementos sob investigação no âmbito da segurança pública e do sistema financeiro. Os três possuíam relações societárias com a Maridt Participações S.A. ou com a DGEP Empreendimentos e Participações Ltda., pessoas jurídicas que detinham participação no Tayayá Aqua Resort, em



Ribeirão Claro (PR). A Maridt e a DGEP transferiram suas cotas do resort Tayayá para o Arleen Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a PHD Holding.

A intermediação de negócios envolvendo o Arleen, administrado pela CBSF DTVM (antiga Reag Trust), traz o tema para o centro do escopo da CPI. A Reag foi alvo da *Operação Carbono Oculto*, que apurou relações de lavagem de dinheiro com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Ainda, segundo as notícias, o fundo Arleen tinha como único cotista cunhado do proprietário do Banco Master. A liquidação do Banco Master por fraudes e o fato de o processo ter como relator um Ministro com vínculos familiares diretos com os sócios da Maridt Participações S.A. e da DGEP levantam suspeitas sobre a utilização de influência institucional para fins privados, o que pode configurar um braço de apoio logístico ou político para estruturas criminosas. Destaque-se também a existência de notícias demonstrando que o estilo de vida dos familiares do Ministro é incompatível com a negociação milionária envolvendo o resort.

Ainda, a denúncia de existência de um cassino com mesas de *blackjack* e apostas em dinheiro num resort que opera supostamente sem licença ambiental configura, em tese, a prática de contravenção penal ou crime, dependendo da tipificação, o que se alinha ao objetivo da CPI de investigar atividades econômicas que servem de suporte para o crime organizado.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Augusto Ferreira Lima ainda figura no quadro societário como Diretor do BANCO MASTER S/A, cuja liquidação extrajudicial foi determinada pelo Banco Central. É também investigado no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura a prática do crime de organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013) voltada à prática de gestão fraudulenta de instituição financeira (art. 4º da Lei nº 7.492/86), induzimento ou manutenção em erro de investidor (art. 6º da Lei nº 7.492/86), uso de informação privilegiada e manipulação de mercado (art. 27-C da Lei nº 6.385/76) e lavagem de capitais (art. 1º da Lei nº 9.613/98). Segundo notícias, em 2024, o Sr. Augusto Lima formalizou sua retirada da estrutura societária e da gestão executiva do Banco Master. Subsequentemente, em junho de 2025, o referido empresário procedeu à aquisição do Banco Voiter S.A, atual Banco



Pleno S.A., entidade então integrante do conglomerado do Master. O Banco Central ratificou a transferência em 24 de julho de 2025.

Por conseguinte, sua convocação se mostra imperiosa para averiguar a incidência do crime organizado em setores lícitos da economia, bem como a falha sistêmica ou intencional dos mecanismos de *Compliance* e Prevenção à Lavagem de Dinheiro. Nesse sentido, nos termos dos itens II, "a" e "d", do Plano de Trabalho, rogamos o apoio dos nobres Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Daniel Bueno Vorcaro, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

No escopo desta Comissão, inclui-se averiguar a penetração do crime organizado em setores econômicos lícitos, a exemplo do sistema financeiro, nos termos do item II, "a" e "d" do Plano de Trabalho. Deste modo, propomos a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, controlador do Banco Master. A convocação se dá em razão das investigações que envolveriam a atuação do convocado em um esquema envolvendo instituições financeiras e a possível prática do crime de organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013) voltada à prática de gestão fraudulenta de instituição financeira (art. 4º da Lei nº 7.492/86), induzimento ou manutenção em erro de investidor (art. 6º da Lei nº 7.492/86), uso de informação privilegiada e manipulação de mercado (art. 27-C da Lei nº 6.385/76) e lavagem de capitais (art. 1º da Lei nº 9.613/98). Há, ainda, um possível envolvimento de facções criminosas, diante das operações realizadas entre o Banco



Master e a Reag Trust, atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, investigada também no curso da Operação Carbono Oculto.

A presença do Sr. Daniel Vorcaro nesta Comissão também se revela imperiosa para esclarecer a falha sistêmica — ou intencional — dos mecanismos de *Compliance* e PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) da instituição sob sua controladoria. É necessário apurar se houve a prática da Cegueira Deliberada (*Willful Blindness*), por meio da qual a gestão do banco teria optado por ignorar a origem criminosa de aportes bilionários para inflar artificialmente seus balanços e, subsequentemente, tentar transferir esses ativos de origem ilícita para instituições públicas (como o BRB), sem ignorar ainda a clara sobrecarga irresponsável e ilegal sobre o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), lesando a higidez do mercado e a poupança popular.

Nesses termos, rogamos o apoio dos colegas para aprovar este requerimento de convocação.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Angelo Antonio Ribeiro da Silva, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Angelo Antonio Ribeiro da Silva figura como Diretor das instituições BANCO MASTER S/A, MASTER HOLDING FINANCEIRA S.A., BANCO MASTER MULTIPLO S.A., BANCO MASTER DE INVESTIMENTO S.A., e MASTER S/A CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS, as quais tiveram suas liquidações extrajudiciais determinadas pelo Banco Central. É também investigado no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura a prática do crime de organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013) voltada à prática de gestão fraudulenta de instituição financeira (art. 4º da Lei nº 7.492/86), induzimento ou manutenção em erro de investidor (art. 6º da Lei nº 7.492/86), uso de informação privilegiada e manipulação de mercado (art. 27-C da Lei nº 6.385/76) e lavagem de capitais (art. 1º da Lei nº 9.613/98). Por conseguinte, sua convocação se mostra imperiosa para averiguar a incidência do crime organizado em setores lícitos



da economia, bem como a falha sistêmica ou intencional dos mecanismos de *Compliance* e Prevenção à Lavagem de Dinheiro das instituições sob sua Diretoria.

Nesse sentido, nos termos dos itens II, "a" e "d", do Plano de Trabalho, rogamos o apoio dos nobres Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 27 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social de Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 34.829.992/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026.

Para a transferência de sigilo telemático, solicita-se que sejam utilizados, como identificadores válidos, os números resultantes da transferência de sigilo telefônico.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.



b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.



d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.

f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na



'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e E-mail ou telefone cadastrado para recuperação de senha.

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante



número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

JUSTIFICAÇÃO

Reside entre os objetivos desta CPI apurar as estruturas de tomada de decisão e *modus operandi* das organizações criminosas, a fim de identificar soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor. Desde o ano passado, com o desenrolar da Operação Carbono Oculto, resta em evidência o envolvimento de instituições financeiras com a criminalidade organizada. Nesses termos, o objeto do presente requerimento é a quebra dos sigilos da Reag Trust DTVM S.A. (atual CBSF DTVM S.A.).

Em agosto de 2025, a Operação Carbono Oculto encontrou ligações da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) com executivos da Faria Lima. Dentre as 42 gestoras de fundos de investimento envolvidas na investigação, apura-se o uso de fundos administrados pela Reag Trust para adquirir e ocultar bens decorrentes de uma complexa prática de crimes envolvendo desvio e adulteração de combustíveis. Segundo notícias, cerca de mil postos de combustíveis movimentaram R\$ 52 bilhões irregularmente.

A Reag Trust, agora sob o nome CBSF, foi liquidada pelo Banco Central sob o fundamento de graves violações às normas que regem as atividades do Sistema Financeiro Nacional. Há suspeitas no âmbito da Operação *Compliance Zero* de que a gestora administrava fundos fraudulentos ligados ao Banco Master, que operava com a concessão de empréstimos fictícios a pessoas jurídicas. Os



recursos provenientes desses empréstimos eram redirecionados para os fundos administrados pela Reag. Dentro dessa estrutura, o capital transitava por múltiplas camadas de ativos com baixa liquidez e valores artificialmente inflados. O ciclo se encerrava com o retorno dos recursos ao sistema de origem, configurando uma operação de circularidade financeira destinada a mascarar rombos patrimoniais e simular solidez contábil, em operação típica de esquemas de lavagem de capitais.

O ciclo da lavagem de dinheiro operacionaliza-se por meio de um processo tripartite e sucessivo que visa a conferir lastro legítimo a ativos de origem ilícita. Inicia-se pela colocação, fase de maior vulnerabilidade na qual o capital é introduzido no sistema financeiro; prossegue para a ocultação (ou estratificação), em que transações complexas e pulverizadas são utilizadas para romper a trilha de auditoria e dificultar o rastreamento; e culmina na integração, estágio em que os recursos, já desvinculados de sua gênese criminoso, são incorporados à economia formal mediante investimentos em setores sólidos. Esse mecanismo de dissimulação não apenas mascara a prática de infrações penais, mas também compromete a integridade do sistema financeiro e distorce a livre concorrência.

No âmbito das estratégias de dissimulação, a utilização de bancas de advocacia destaca-se pela manipulação de honorários profissionais e pela exploração do sigilo profissional inerente à categoria. O esquema operacionaliza-se, frequentemente, mediante a celebração de contratos de prestação de serviços jurídicos fictícios ou deliberadamente sobrevalorizados, nos quais o pagamento de vultosos honorários serve como veículo para a transferência de recursos ilícitos sob o manto da legalidade. Adicionalmente, as contas bancárias dos escritórios podem ser instrumentalizadas como "contas de passagem" para movimentações financeiras complexas, simulando depósitos judiciais ou transações corporativas, o que dificulta a rastreabilidade pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) em virtude da proteção legal e constitucional conferida à relação entre advogado e cliente.



O presente requerimento tem como escopo apurar se isso ocorreu no âmbito da Reag Trust (CBSF). Notícias indicam que um dos fundos administrados pela Reag registrou uma dívida de R\$ 122 milhões com advogados e outra de R\$ 10,7 milhões com consultoria sem comprovação dos serviços. Nesses termos, a quebra dos sigilos da instituição financeira é a medida basal para rastrear o caminho do dinheiro (*follow the money*) e identificar a destinação final dos recursos captados fraudulentamente.

A quebra do sigilo bancário constitui a pedra angular desta investigação financeira. Diante da existência de contratos que somam centenas de milhões de reais, como o referido anteriormente, é imprescindível acessar os extratos analíticos da gestora de fundos para verificar a realidade financeira dessas operações.

A simples existência de notas fiscais não comprova a licitude da transação; é o rastro bancário que revelará se houve o efetivo pagamento, quem foram os beneficiários finais e se ocorreram saques em espécie subsequentes, técnica comum para apagar o rastro do dinheiro e realizar pagamentos indevidos a agentes públicos. A análise bancária permitirá identificar se a instituição realizou pagamentos a empresas de fachada utilizadas apenas para triangular recursos para autoridades, desviando-se das travas de *compliance* tradicionais.

Complementarmente, a quebra do sigilo fiscal servirá para confrontar a movimentação financeira real com as declarações oficiais prestadas ao Fisco. O acesso às declarações (DIPJ, DCTF, ECF) permitirá verificar se a estrutura de despesas da Reag/CBSF é compatível com uma instituição financeira em operação regular ou se há uma desproporção injustificável em rubricas de serviços de terceiros e consultorias.

O cruzamento de dados fiscais é essencial para detectar a simulação de despesas operacionais usadas para drenar o caixa da instituição antes da



intervenção do Banco Central. Igualmente, o acesso às declarações de operações imobiliárias (DOI e DIMOB) é indispensável.

Note-se que parte dos recursos desviados pode ter sido convertida em ativos reais e imóveis de alto padrão para blindagem patrimonial. A quebra fiscal permitirá identificar se a instituição alienou ativos a preços vil ou adquiriu bens superfaturados de empresas ligadas ao esquema, operações típicas de lavagem de capitais.

A quebra dos sigilos telefônico e telemático justifica-se pela natureza moderna da organização criminosa e pela necessidade de provar o elemento subjetivo do tipo penal: o dolo e o ajuste prévio. O mapeamento de redes a partir dos dados telefônicos permitirá reconstruir a teia de contatos da diretoria da gestora, identificando a frequência, o timing e a duração das comunicações com operadores financeiros, advogados lobistas e gabinetes de autoridades em Brasília.

É crucial verificar a coincidência temporal entre ligações telefônicas e as datas das transferências bancárias milionárias ou de decisões judiciais favoráveis à instituição, o que constituiria prova indiciária robusta de tráfico de influência e exploração de prestígio, considerando ainda que um dos objetivos desta CPI é analisar o alastramento da criminalidade organizada em setores econômicos lícitos e no setor público, de sorte que as investigações da Reag/CBSF ajudarão a evidenciar em qual grau as instituições estatais estão comprometidas.

No que tange ao sigilo telemático, a medida é a única capaz de fornecer a prova negativa da prestação de serviços. Em contratos de consultoria jurídica que envolvem cifras de R\$ 122 milhões, não é crível que não haja um tráfego imenso de e-mails, pareceres, minutas e arquivos de trabalho.

O acesso aos servidores de e-mail corporativo e aos repositórios de nuvem (Google Drive, iCloud) visa a demonstrar a inexistência desses arquivos. A ausência de entregáveis digitais nessas plataformas será a prova cabal de que



os contratos eram simulados e serviam apenas para acobertar pagamentos por influência.

Adicionalmente, os registros de geolocalização (Google Timeline, Waze, metadados de fotos) constituem prova técnica irrefutável para confrontar álibis e identificar reuniões clandestinas entre executivos do banco e agentes públicos, muitas vezes não registradas em agendas oficiais. Por fim, os históricos de pesquisa e navegação são essenciais para demonstrar o pré-conhecimento de operações policiais ou a busca por mecanismos de ocultação de capital em paraísos fiscais.

Importa destacar que o objetivo aqui não é o de criminalizar a essencial função da advocacia quando exercida para as finalidades que a Constituição lhe atribui, mas examinar em quais casos o pretense serviço jurídico mascarou objetivos espúrios, como lavagem de dinheiro e tráfico de influência.

Para além da identificação da transferência de valores a escritórios de advocacia em possível desvio de finalidade, a quebra dos sigilos possibilitará apurar como e se ocorreu a lavagem de capitais no âmbito da instituição financeira, com seus respectivos beneficiários.

Sob a ótica das tipologias de lavagem de dinheiro, aliás, organismos internacionais como o GAFI alertam explicitamente para o risco do uso de advogados e consultores como *gatekeepers* na estruturação de esquemas de lavagem, realidade essa devidamente considerada neste caso e que ajudará na formulação da legislação apropriada.

Diante desse contexto, a aprovação do presente requerimento é medida de rigor para o êxito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 29 de janeiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Fabiano Campos Zettel, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão foi instituída com a elevada finalidade de investigar a atuação de organizações criminosas, seus mecanismos de financiamento, eventuais interpostas pessoas e possíveis redes de influência que possam comprometer a regularidade do sistema financeiro e a efetividade da persecução penal no país. No cumprimento desse mister constitucional, impõe-se ao Parlamento agir com responsabilidade, equilíbrio e respeito às garantias individuais, sem abdicar de seu dever fiscalizatório.

Nesse contexto, fatos recentes, amplamente noticiados pela imprensa e decorrentes do avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da segunda fase da Operação Compliance Zero, apontam para a existência de vínculos pessoais, familiares e negociais relevantes envolvendo o Sr. Fabiano Campos Zettel, cunhado do empresário Daniel Vorcaro, este último citado como figura central em apurações que investigam supostas irregularidades financeiras, estruturas societárias complexas e possíveis práticas ilícitas no setor bancário.



As informações divulgadas indicam que o Sr. Fabiano Campos Zettel teria participado, direta ou indiretamente, de relações empresariais e operações financeiras que se inserem no contexto mais amplo investigado pela referida operação policial. Tais elementos, ainda que não autorizem conclusões antecipadas nem imputações pessoais, revelam a necessidade de esclarecimentos objetivos sobre a natureza dessas relações, sua extensão e eventual conexão com os fatos apurados pela Polícia Federal.

Importa registrar, desde logo, que o convite ora proposto não possui caráter acusatório, não representa juízo de culpabilidade e tampouco implica presunção de ilicitude. Trata-se, antes, de medida compatível com o papel institucional desta Comissão, voltada à elucidação de fatos de interesse público e à compreensão das dinâmicas que podem estar sendo utilizadas para ocultar, dissimular ou facilitar a circulação de recursos de origem possivelmente ilícita.

A experiência demonstra que investigações envolvendo crimes financeiros de alta complexidade frequentemente se valem de estruturas familiares, societárias e contratuais que dificultam a identificação dos reais beneficiários e a rastreabilidade dos fluxos de capital. Nesse cenário, o comparecimento de pessoas mencionadas em investigações em curso, ainda que na condição de terceiros ou vinculados por laços familiares, mostra-se instrumento legítimo e necessário para o esclarecimento dos fatos.

Além disso, a repercussão pública das notícias relacionadas à Operação Compliance Zero, somada à relevância econômica e institucional dos agentes investigados, tem gerado questionamentos legítimos por parte da sociedade quanto à extensão e às ramificações dessas práticas. O silêncio institucional diante de tais questionamentos não contribui para o fortalecimento da confiança pública; ao contrário, alimenta especulações e fragiliza a credibilidade das instituições.

A convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel, portanto, insere-se em um esforço republicano de transparência, permitindo que o próprio convidado apresente sua versão dos fatos, esclareça eventuais dúvidas e contribua para a



correta compreensão do contexto investigado, em ambiente respeitoso, técnico e institucional.

Diante do exposto, entende-se que a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel para comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito mostra-se adequado, proporcional e alinhado ao interesse público, contribuindo para o esclarecimento dos fatos investigados, para a transparência institucional e para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Assinam eletronicamente o documento SF268365979835, em ordem cronológica:

1. Sen. Magno Malta
2. Sen. Carlos Portinho
3. Sen. Eduardo Girão



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. Guido Mantega.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação justifica-se diante de reportagens amplamente divulgadas pela imprensa nacional que apontam a atuação direta do Sr. Guido Mantega como articulador de encontro ocorrido entre o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o empresário Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, reunião esta realizada, segundo amplo acervo de matérias veiculadas na imprensa, fora da agenda oficial e em período no qual a referida instituição financeira já se encontrava sob investigação por supostas irregularidades de grande vulto. Segundo noticiado, o próprio Presidente da República afirmou que o encontro ocorreu a pedido de Guido Mantega, o que confere especial relevância institucional ao papel desempenhado pelo convocado nos fatos ora sob apuração.

A atuação de intermediários políticos em favor de agentes econômicos investigados, especialmente quando envolve acesso privilegiado a autoridades do mais alto nível do Poder Executivo, constitui elemento que pode indicar a existência de redes de influência, tráfico de acesso institucional ou eventual utilização indevida de estruturas do Estado, circunstâncias que se inserem



diretamente no objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, voltada a apurar a atuação de organizações criminosas e seus mecanismos de infiltração e proteção no âmbito público e privado.

Nesse contexto, a oitiva do Sr. Guido Mantega revela-se imprescindível para esclarecer as circunstâncias do referido encontro, os motivos que o ensejaram, a natureza de sua relação com os dirigentes do Banco Master, bem como eventuais atuações anteriores ou posteriores que possam guardar nexos com os fatos investigados por esta CPI. Trata-se de medida necessária para assegurar a transparência, a correta apuração dos fatos e o pleno exercício do poder investigatório do Senado Federal, em respeito ao interesse público e ao dever constitucional de fiscalização.

Diante disso, reputa-se indispensável a convocação do Sr. Guido Mantega para que preste esclarecimentos formais perante esta Comissão, contribuindo para a elucidação completa dos fatos e para o adequado encaminhamento das investigações conduzidas no âmbito da CPI do Crime Organizado.

Sala da Comissão, 6 de fevereiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. Rui Costa (Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento de convite, decorre de reportagens amplamente divulgadas que apontam a participação de Rui Costa no encontro fora da agenda oficial do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, em novembro de 2024, reunião na qual estava presente Daniel Vorcaro (ex-presidente do Banco Master, quando essa instituição já era alvo de investigações por supostas irregularidades financeiras).

Com efeito, na condição de Ministro-Chefe da Casa Civil, responsável pela coordenação política do governo e pela gestão da agenda presidencial, o Sr. Rui Costa detém atribuições diretas relacionadas à organização, controle e formalização de compromissos institucionais do Chefe do Poder Executivo.

Diante disso, torna-se imprescindível que esta Comissão obtenha esclarecimentos acerca dos critérios adotados para a realização da referida reunião, da forma como ela foi solicitada, autorizada e registrada, bem como sobre eventuais comunicações internas, pareceres ou alertas produzidos no âmbito da Casa Civil a



respeito da conveniência institucional do encontro. A ausência de registro formal em agenda oficial, somada à presença de agentes privados sob investigação, impõe a necessidade de apuração rigorosa, sob pena de comprometimento dos princípios da publicidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa.

A oitiva do Sr. Rui Costa é, portanto, essencial para esclarecer se foram observados os protocolos institucionais adequados, se houve avaliação prévia de riscos administrativos e políticos e se a Casa Civil adotou providências posteriores diante da repercussão pública dos fatos. Trata-se de medida necessária para o completo esclarecimento das circunstâncias investigadas por esta CPI, bem como para a preservação da transparência e da integridade das instituições da República.

Sala da Comissão, 6 de fevereiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer à esta CPI do Crime Organizado o Sr. Gabriel Galípolo (Presidente do Banco Central).

JUSTIFICAÇÃO

A convocação ora requerida fundamenta-se em informações veiculadas pela imprensa nacional segundo as quais o Sr. Gabriel Galípolo, atual presidente do Banco Central, esteve presente em reunião realizada em novembro de 2024, no Palácio do Planalto, que contou com a participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de Daniel Vorcara, investigado no escândalo do Banco Master, bem como de outros agentes públicos, entre eles o Ministro-Chefe da Casa Civil Rui Costa, em contexto no qual a instituição financeira já se encontrava sob investigação por supostas irregularidades de elevada gravidade.

A presença de dirigente do Banco Central do Brasil em encontro dessa natureza, envolvendo agente econômico investigado, suscita questionamentos legítimos quanto à finalidade institucional da reunião, ao seu conteúdo e aos limites da atuação de autoridades monetárias em situações sensíveis do ponto de vista regulatório e investigativo.



Considerando que o Banco Central exerce função essencial na supervisão, fiscalização e estabilidade do sistema financeiro nacional, é imprescindível que esta Comissão tenha pleno esclarecimento acerca das razões que motivaram a participação do Sr. Gabriel Galípolo no referido encontro, da natureza das informações eventualmente discutidas, da inexistência ou não de pedidos, pressões ou tratativas relacionadas a procedimentos regulatórios, bem como das providências adotadas posteriormente no âmbito da autoridade monetária.

A oitiva pretendida não se dirige à atividade técnica do Banco Central em si, mas à necessidade de assegurar transparência institucional e afastar quaisquer dúvidas sobre eventual interferência política ou econômica indevida em processos de fiscalização e controle do sistema financeiro, temas diretamente relacionados ao objeto desta CPI.

Assim, a convocação do Sr. Gabriel Galípolo mostra-se medida indispensável para o adequado esclarecimento dos fatos, o fortalecimento da confiança pública nas instituições e o pleno exercício do poder investigatório do Senado Federal.

Sala da Comissão, 6 de fevereiro de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Gerente de Inteligência da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ana Regina das Neves, informações sobre a identificação dos passageiros que adentraram a área de embarque destinada à aviação geral e executiva nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Guarulhos, no ano de 2025, nos 90 minutos que antecederam quaisquer decolagens de quaisquer das seguintes aeronaves de que cuida este requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Gerente de Inteligência da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ana Regina das Neves, informações sobre a identificação dos passageiros que adentraram a área de embarque destinada à aviação geral e executiva nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Guarulhos, no ano de 2025, nos 90 minutos que antecederam quaisquer decolagens de quaisquer das seguintes aeronaves de que cuida este requerimento.

Nesses termos, requisitam-se as informações *retro* mencionadas a respeito das aeronaves vinculadas:

1. à PS-MGG Administração de Bem Próprio S.A. (CNPJ 49.040.895/0001-87), em especial a de prefixo PS-MGG,



modelo Gulfstream GVIII-G700, com data de validade do CVA para 20/06/2026;

2. à Viking Participações LTDA (CNPJ 07.875.796/0001-75), em especial: a) a de prefixo PR-PSE, modelo Gulfstream GV-SP, com data de validade do CVA para 07/11/2026; b) a de prefixo PP-CFF, modelo Dassault Aviation Falcon 2000, com CVA vencido em 06/09/2025 e; c) a de prefixo PS-FST, modelo Dassault Aviation Falcon 7X, com data de validade do CVA para 05/07/2026.
3. a Daniel Bueno Vorcaro (CPF 062.098.326-44); ou
4. a Fabiano Campos Zettel (CPF 027.818.816-86).

Ressaltamos que por “vínculo” entende-se a propriedade, ainda que compartilhada, a responsabilidade pela operação, ou o uso frequente de alguma forma identificado.

JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas têm por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito na medida em que faz parte do escopo delimitado no plano de trabalho a investigação de envolvidos com a criminalidade organizada no Brasil.

Segundo informações divulgadas na imprensa, altas autoridades da República teriam se utilizado de aeronaves particulares de propriedade de investigados por crimes graves e de difícil elucidação. É necessário averiguar se teria havido apenas a utilização das aeronaves – o que por si só é grave – ou se de fato houve viagens que reuniram, de forma extraoficial, as referidas autoridades e os investigados, em especial aqueles no âmbito da Operação *Compliance Zero*.

A CPI, por ter poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, tem legitimidade para requerer tal medida, considerando que neste caso



o afastamento parcial do direito à intimidade e à vida privada é justificado pela impossibilidade de se obter as informações aqui requeridas por meios menos gravosos.

Sala da Comissão, 5 de fevereiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Tiago Sousa Pereira, informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e histórico de transferências de titularidade no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) vinculados a Daniel Vorcaro, à empresa Viking Participações S.A. e ao Banco Master S.A., bem como a demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Tiago Sousa Pereira, informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e histórico de transferências de titularidade no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) vinculados a Daniel Vorcaro, à empresa Viking Participações S.A. e ao Banco Master S.A., bem como a demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Nesses termos, requisita-se:



1. A listagem completa de todas as aeronaves (prefixos e modelos) que constem ou tenham constado no RAB durante o ano de 2025, tendo como proprietário, explorador ou operador o Sr. Daniel Vorcaro ou as pessoas jurídicas Viking Participações S.A. e Banco Master S.A, bem como as demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio;
2. O histórico de transferências (extrato de inteiro teor) de cada aeronave identificada, detalhando datas de alienação, compradores, valores envolvidos e eventuais registros de gravames ou ônus (alienação fiduciária/reserva de domínio) realizados em 2025;
3. Informações sobre o Beneficiário Final (UBO) declarado junto à ANAC pelas empresas mencionadas, bem como por quaisquer outras PJs que figurem como operadoras das aeronaves vinculadas ao grupo econômico em questão;
4. Cópia dos documentos de exportação ou pedidos de reserva de marca para aeronaves que tenham sido enviadas ao exterior ou registradas em outros países pelo grupo durante o referido período.

JUSTIFICAÇÃO

A presente requisição é fundamental para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa mapear o patrimônio e a rede de mobilidade de Daniel Vorcaro, figura central nas investigações relativas ao chamado "Escândalo do Banco Master". A análise das movimentações no RAB durante o ano de 2025 é crucial, pois coincide com o período de intensificação de transações financeiras atípicas e reorganizações societárias que são objeto de apuração por este Colegiado.

A identificação precisa das aeronaves e de seus operadores é o único meio de garantir a rastreabilidade de ativos de alto valor e verificar se houve



tentativa de dissipação patrimonial ou ocultação de bens através de interpostas pessoas (laranjas) ou estruturas offshore. O interesse público na elucidação dos fatos que envolvem o sistema financeiro nacional sobrepõe-se, neste caso, ao sigilo de dados comerciais, conforme as prerrogativas constitucionais de investigação das CPIs.

Sala da Comissão, 5 de fevereiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Inframerica (Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek), Jorge Arruda Filho, informações sobre registros eletrônicos e físicos de controle de acesso (logs de catracas, cancelas e portarias) relativos às áreas de aviação executiva e hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, compreendendo todo o período do ano civil de 2025.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Inframerica (Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek), Jorge Arruda Filho, informações sobre registros eletrônicos e físicos de controle de acesso (logs de catracas, cancelas e portarias) relativos às áreas de aviação executiva e hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, compreendendo todo o período do ano civil de 2025.

Nesses termos, requisita-se:

1. O envio dos logs integrais de acesso (entradas e saídas) em todos os pontos de controle (catracas e biometria) que dão acesso ao pátio e ao setor de hangares;



2. A relação de placas de veículos e identificação de condutores captados pelos sistemas de monitoramento e cancelas de acesso às vias internas da aviação executiva;
3. A identificação completa (nome e CPF) de todas as pessoas que registraram entrada nos referidos pontos de controle, vinculando-as aos respectivos horários de movimentação entre 01/01/2025 e 31/12/2025.

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida é imperativa para o deslinde das investigações conduzidas por esta CPI, que apura ramificações de organizações criminosas e sua interface com o sistema financeiro. O período de 2025 é o recorte cronológico em que se concentram as transações mais sensíveis e os movimentos societários sob suspeita no âmbito do "Escândalo do Banco Master".

A requisição visa a confrontar os registros de acesso perimetral com a malha de passageiros de aeronaves operadas por Daniel Vorcaro e suas respectivas pessoas jurídicas. A medida busca identificar a presença física de interlocutores, operadores e possíveis beneficiários cujos nomes podem ter sido omitidos de manifestos de voo oficiais, mas que deixaram rastros de identificação ao cruzar as catracas e cancelas da concessionária para acessar os hangares.

Sala da Comissão, 5 de fevereiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social de Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, CNPJ nº 34.829.992/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de janeiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros;



Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs



de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.

f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados



cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e Email ou telefone cadastrado para recuperação de senha..

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz,



documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

j) telemático (7), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

k) telemático (8), oficiando-se a empresa Bytedance Brasil Tecnologia Ltda para que forneça, a respeito da plataforma TikTok: dados cadastrais (nome, e-mail e telefone); logs de acesso com IP, data, hora e fuso horário; conteúdo de mensagens diretas, vídeos publicados e rascunhos; e lista de seguidores e contas seguidas.

JUSTIFICAÇÃO

A quebra dos sigilos fiscal e bancário da Reag Investimentos S.A., somada ao acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do COAF, fundamenta-se juridicamente no art. 198, §1º, do CTN e na Lei Complementar nº 105/2001, com respaldo no Tema 990 do STF. Todavia, a complexidade do crime organizado exige a extensão da medida aos sigilos telefônico e telemático, com base no art. 5º, XII, da Constituição Federal e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). Tais medidas são cruciais para transpor a barreira dos dados numéricos e alcançar a dinâmica das comunicações, permitindo que a CPI identifique não apenas o rastro do dinheiro, mas a cadeia de comando e a coordenação logística entre agentes do mercado financeiro e organizações criminosas.



A justa causa para essa incursão excepcional na intimidade da investigada reside na gravidade dos fatos revelados pela Operação Carbono Oculto, que apura esquemas de lavagem de dinheiro vinculados ao Primeiro Comando da Capital (PCC). A citação de fundos administrados pela Reag em contextos de ocultação patrimonial exige que esta Comissão verifique se a estrutura da empresa foi utilizada como instrumento de engenharia financeira para o crime. O acesso aos dados telemáticos e registros de conexão (arts. 7º e 10 da Lei 12.965/2014) é indispensável para comprovar o elemento subjetivo do ilícito, distinguindo eventuais falhas de compliance de uma colaboração deliberada com o narcotráfico.

Sob o aspecto técnico, a análise isolada de extratos bancários é insuficiente para desarticular facções que utilizam tecnologias de criptografia e aplicativos de mensageria para gerir ativos. O cruzamento dos dados de comunicações com a movimentação financeira permitirá à CPI identificar padrões de fracionamento, o uso de "laranjas" e a interposição de pessoas jurídicas de forma muito mais precisa. Ao mapear o fluxo telemático no período de 2020 a 2025, a investigação poderá confrontar as justificativas formais das transações com o teor real das tratativas, revelando a existência de consórcios criminosos destinados à lavagem de capitais em larga escala.

Politicamente, a medida é imperativa para proteger a integridade do Sistema Financeiro Nacional diante de um crescimento patrimonial atípico e alarmante. O fato de a Reag ter multiplicado seus recursos sob gestão de R\$ 25 bilhões para R\$ 341 bilhões em apenas cinco anos — período marcado por sua liquidação extrajudicial e comunicações do Banco Central — impõe o dever de fiscalização máxima pelo Senado Federal. A CPI não pode ignorar que a magnitude desses valores, se contaminada por recursos espúrios, confere ao crime organizado um poder de desestabilização institucional que ultrapassa a segurança pública, atingindo a própria soberania econômica do país.

Por fim, a delimitação temporal e subjetiva da medida atende aos requisitos de proporcionalidade e necessidade exigidos pelo Poder Judiciário



para a validade das provas colhidas por CPIs. A investigação destes cinco anos específicos é a única via capaz de esclarecer como uma estrutura formal do mercado financeiro pôde apresentar tamanha expansão em meio a suspeitas de infiltração por facções criminosas. Portanto, a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático configura-se como ferramenta técnica essencial para que esta Comissão cumpra seu papel constitucional, expondo as entranhas do financiamento do crime organizado e propondo reformas que impeçam a utilização de gestoras de investimentos para o branqueamento de capitais.

Sala da Comissão, 30 de janeiro de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)
Presidente da CPI do Crime Organizado





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação de João Carlos Falbo Mansur fundamenta-se na necessidade constitucional desta CPI de obter informações de quem esteve à frente de uma das maiores gestoras de ativos do país. Na condição de fundador e principal dirigente da Reag Investimentos (atual CBSF DTVM), sua oitiva é essencial para que o Parlamento compreenda as razões técnicas e administrativas que levaram à liquidação extrajudicial da instituição pelo Banco Central em janeiro de 2026. A presença do gestor visa oferecer transparência sobre os processos de governança e as práticas operacionais de uma entidade que movimentou cifras vultosas, garantindo que esta Comissão cumpra seu papel de fiscalização com base em dados primários e diretos.

Tecnicamente, o depoimento de Mansur é indispensável para esclarecer os mecanismos de controle e conformidade adotados pela gestora diante do crescimento exponencial de seus ativos sob gestão, que saltaram de R\$ 25 bilhões para R\$ 341 bilhões em cinco anos. Diante das menções à Reag em investigações complexas, como as operações Compliance Zero e Carbono Oculto,



cabe ao depoente detalhar as salvaguardas institucionais que visavam impedir o uso do sistema financeiro para finalidades ilícitas. Sua contribuição ajudará a CPI a entender como estruturas do mercado de capitais se comportam diante de tentativas de infiltração por redes externas, sendo um passo fundamental para a instrução técnica deste inquérito parlamentar.

Do ponto de vista político, esta convocação reafirma o compromisso do Senado Federal com a integridade do Sistema Financeiro Nacional e com o esclarecimento de fatos que possuem elevado impacto no interesse público. A cooperação do senhor João Carlos Falbo Mansur é vista como um ato de responsabilidade institucional, permitindo que o Poder Legislativo avalie a eficácia da regulação atual e identifique eventuais lacunas que necessitem de ajustes normativos. Sem antecipar juízos ou imputar condutas, esta oitiva busca coletar subsídios para o aperfeiçoamento das leis de prevenção e repressão a ilícitos financeiros, assegurando que o mercado financeiro brasileiro permaneça hígido e protegido de vulnerabilidades estruturais.

Sala da Comissão, 30 de janeiro de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)
Presidente da CPI do Crime Organizado



REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, Gabriel Muricca Galípolo, solicitação de remessa, pelo Banco Central do Brasil, do processo administrativo e de informações relacionadas à Reag Investimentos, para fins de instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, Gabriel Muricca Galípolo, solicitação de remessa, pelo Banco Central do Brasil, do processo administrativo e de informações relacionadas à Reag Investimentos, para fins de instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia integral do processo administrativo instaurado pelo Banco Central do Brasil em face da Reag Investimentos, incluindo autos de fiscalização, relatórios técnicos, pareceres, notas internas, despachos decisórios e demais documentos que subsidiaram a decretação da liquidação extrajudicial da instituição.



2. Relatórios de supervisão, fiscalização e monitoramento produzidos pelo Banco Central do Brasil relativos à Reag Investimentos, especialmente aqueles que indiquem irregularidades operacionais, falhas de governança, descumprimento de normas prudenciais ou indícios de ilícitos financeiros.

3. Comunicações formais encaminhadas pelo Banco Central a outros órgãos de controle e persecução penal (Polícia Federal, Ministério Público Federal, COAF ou autoridades judiciais), referentes à Reag Investimentos ou a seus dirigentes, inclusive aquelas que tenham dado origem ou subsídio às investigações das Operações Compliance Zero e Carbono Oculto.

4. Relatórios, notas técnicas ou pareceres que tratem da evolução patrimonial da Reag Investimentos entre 2020 e 2025, com indicação dos fatores considerados relevantes pelo órgão regulador no acompanhamento desse crescimento.

JUSTIFICAÇÃO

A requisição do processo administrativo instaurado pelo Banco Central em face da Reag Investimentos (atual CBSF DTVM) fundamenta-se no art. 58, §3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 1.579/1952, que conferem às CPIs poderes de instrução próprios das autoridades judiciais para o acesso a documentos sob sigilo. Juridicamente, a medida é indispensável para que o Parlamento exerça sua função de controle externo sobre o Sistema Financeiro Nacional, analisando a legalidade e a extensão das "graves violações" que motivaram a liquidação extrajudicial da instituição em janeiro de 2026. O acesso aos autos, incluindo pareceres técnicos e despachos decisórios, permitirá à CPI desvendar a engenharia financeira utilizada para burlar normas e verificar se a estrutura da gestora foi intencionalmente convertida em instrumento de fraude e ocultação de ativos.



Tecnicamente, o compartilhamento dessas informações é vital para correlacionar os achados da supervisão bancária com os indícios colhidos nas Operações Carbono Oculto e Compliance Zero, que apontam o uso de fundos da Reag para a lavagem de dinheiro da facção criminosa PCC. Ao analisar os relatórios de fiscalização e as comunicações enviadas ao COAF e à Polícia Federal, esta Comissão poderá identificar se o crescimento patrimonial atípico da instituição — de R\$ 25 bilhões para R\$ 341 bilhões — foi viabilizado por uma política deliberada de "cegueira operante" em relação à origem ilícita dos recursos. Essa integração de dados é a única via capaz de rastrear o fluxo telemático e financeiro que sustenta a infiltração de redes criminosas no mercado de capitais.

Do ponto de vista político e institucional, a medida visa salvaguardar a soberania econômica e a higidez do mercado financeiro brasileiro contra a infiltração do crime organizado de alta complexidade. A magnitude das irregularidades apuradas pelo Banco Central exige que o Senado Federal atue com rigor máximo para diagnosticar falhas regulatórias. Portanto, a remessa integral do processo administrativo não é apenas um ato de instrução probatória, mas um imperativo de interesse público para que esta CPI possa propor reformas estruturais que impeçam a cooptação de instituições financeiras formais por organizações criminosas, garantindo a proteção dos investidores e a integridade das instituições nacionais.

Sala da Comissão, 30 de janeiro de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)
Presidente da CPI do Crime Organizado





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor João Carlos Falbo Mansur, CPF nº 116.687.758-24, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.



f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e



configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e Email ou telefone cadastrado para recuperação de senha..

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

j) telemático (7), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome



de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

k) telemático (8), oficiando-se a empresa Bytedance Brasil Tecnologia Ltda para que forneça, a respeito da plataforma TikTok: dados cadastrais (nome, e-mail e telefone); logs de acesso com IP, data, hora e fuso horário; conteúdo de mensagens diretas, vídeos publicados e rascunhos; e lista de seguidores e contas seguidas.

JUSTIFICAÇÃO

A quebra dos sigilos bancário e fiscal de João Carlos Mansur, acrescida do acesso aos Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), fundamenta-se juridicamente nos arts. 198 do CTN e na LC nº 105/2001. Contudo, a sofisticação das evidências colhidas nas Operações Compliance Zero e Carbono Oculto exige a imediata extensão da medida aos sigilos telefônico e telemático, com base no art. 5º, XII, da Constituição Federal e nos arts. 7º e 10 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). O acesso aos metadados, registros de conexão e comunicações eletrônicas é a única via técnica capaz de desvendar a coordenação entre a gestão de ativos da Reag e as necessidades de ocultação patrimonial de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC).

A justa causa para tais medidas é reforçada por fatos recentes e notórios: a decretação, pelo Banco Central, da liquidação extrajudicial da Reag em 15 de janeiro de 2026, motivada por "graves violações às normas do Sistema Financeiro Nacional". Investigações da Polícia Federal apontam que fundos geridos por Mansur teriam sido utilizados para inflar artificialmente o patrimônio líquido do Banco Master em transações bilionárias, visando ocultar rombos e viabilizar



operações fraudulentas. Sem o acesso ao conteúdo das comunicações telemáticas do investigado, esta CPI ficaria impedida de identificar as ordens diretas e o conluio que sustentaram esse crescimento patrimonial atípico, que saltou de R\$ 25 bilhões para R\$ 341 bilhões em cinco anos.

O envolvimento de João Carlos Mansur no "Caso Master" revela uma simbiose perigosa entre o mercado financeiro e a economia ilícita, onde estruturas de investimento foram, em tese, convertidas em lavanderias de capital para o crime organizado. Notícias de janeiro de 2026 confirmam que a PF cumpriu 42 mandados de busca e apreensão autorizados pelo STF contra Mansur e outros executivos, confiscando bens de luxo e dinheiro em espécie que evidenciam a magnitude do esquema. A quebra do sigilo telemático permitirá rastrear a origem real das decisões de investimento e confirmar se a Reag atuava como um braço financeiro deliberado para a integração de ativos espúrios no setor formal, especialmente no segmento de combustíveis.

Sob a ótica política e institucional, a medida é imperativa para que o Senado Federal exerça seu poder de fiscalização sobre o que o Ministério da Fazenda já classificou como a "maior fraude bancária da história brasileira". O avanço sobre os dados telefônicos e telemáticos de Mansur não é apenas um instrumento de prova, mas uma barreira de defesa da integridade do mercado de capitais nacional contra a infiltração de facções criminosas.

Por fim, a delimitação temporal entre 2020 e 2025 assegura a proporcionalidade do requerimento, focando no período de ascensão e colapso das estruturas geridas pelo investigado. A medida busca colher evidências da participação ativa em crimes de gestão fraudulenta e lavagem de capitais, sendo indispensável para que esta CPI. Assim, a quebra ampla de sigilos é o único caminho



para que a verdade real seja restabelecida e a responsabilidade de João Carlos Mansur seja devidamente apurada no âmbito deste inquérito parlamentar.

Sala da Comissão, 30 de janeiro de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)
Presidente da CPI do Crime Organizado





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Henrique Costa, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no *modus operandi*, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva do sr. Paulo Henrique Costa é fundamental para investigar a participação do ex-gestor em operações fraudulentas que visavam a aquisição do Banco Master pelo BRB, bem como a possível facilitação da infiltração de capitais ilícitos no sistema financeiro público. A medida é imprescindível para o esclarecimento de fatos conexos à Operação Compliance Zero e à Operação Carbono Oculto, que investigam a infiltração do crime organizado no sistema financeiro nacional e a lavagem de capitais por meio



de instituições bancárias e gestoras de recursos, além da infiltração do crime organizado nas instituições do Estado Brasileiro.

A tentativa de compra do Banco Master pelo BRB foi descrita por investigadores como uma operação de "salvamento" de uma instituição privada combatida utilizando recursos públicos. O BRB aceitou ativos fraudulentos e "papéis podres" no valor de R\$ 12,2 bilhões sem a realização de auditorias prévias adequadas.

Assim, é imperiosa a convocação do ex-gestor para desvendar como o crime organizado utiliza gestores de instituições financeiras para validar ativos ilícitos e ocultar patrimônio, utilizando a capilaridade e a credibilidade do BRB para mascarar a origem de recursos provenientes de atividades criminosas. Há ainda muito a esclarecer a respeito das aquisições oculta de ações do BRB feitas por Daniel Vorcaro e João Carlos Mansur (executivo da REAG investimentos), utilizando fundos intermediários para ocultar a identidade dos reais compradores.

Desse modo, o presente requerimento se alinha ao escopo desta CPI.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Raphael Montenegro, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no *modus operandi*, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: **a infiltração do crime organizado** em estruturas econômicas e **institucionais**.

Nesses termos, a necessidade da oitiva do Sr. Raphael Montenegro é baseada, dentre outras coisas, no depoimento do Sr. Anthony Garotinho perante esta CPI em 16/12/2025, onde foram trazidos elementos contundentes que reforçam a tese de uma organização criminosa sistêmica instalada no Governo do Rio de Janeiro.

O depoente descreveu um cenário onde o crime "subiu de patamar", alcançando níveis de decisão estratégica. Garotinho destacou que a infiltração não



é mais apenas periférica, mas central, envolvendo o vazamento de informações sigilosas e a proteção de interesses de facções dentro da máquina pública.

No depoimento foi exposto detalhadamente o caso de Wilton Carlos Rabello Quintanilha, vulgo "**Abelha**", um dos principais líderes do Comando Vermelho, que deixou o Complexo de Gericinó pela porta da frente, apesar de possuir mandados de prisão ativos. O depoente classificou o episódio como um indicativo claro de que o sistema foi manipulado para favorecer lideranças do crime organizado.

A justificativa oficial de "erro de comunicação" ou "falha no sistema" para a soltura de Abelha em julho de 2021 é confrontada por investigações da Polícia Federal (Operação Fuas). Vídeos mostram o criminoso apertando a mão de autoridades da SEAP ao deixar a unidade prisional.

Destaca-se que Raphael Montenegro, então Secretário da SEAP nomeado por Cláudio Castro, foi preso sob a acusação de negociar tréguas e benefícios com lideranças criminosas em troca de influência política e paz em territórios dominados. De acordo com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a soltura de "Abelha" fez parte de uma grande troca de favores entre o traficante e o então secretário Raphael Montenegro.

Assim, é imperiosa a convocação do ex-secretário para que esta CPI cumpra seu papel de desvendar a teia de proteção que permite ao crime organizado infiltrar-se nas mais altas esferas do Estado do Rio de Janeiro. Desse modo, o presente requerimento se alinha ao escopo desta CPI.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é uma medida indispensável para o avanço das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Crime Organizado. A integridade do Sistema Financeiro Nacional é uma barreira fundamental contra a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades ilícitas. Portanto, a oitiva do responsável pela autoridade monetária do país durante o período de 2019 a 2024 é crucial para esclarecer se eventuais falhas ou omissões na regulação e fiscalização bancária permitiram a infiltração e a expansão de organizações criminosas.

O recente colapso do Banco Master, instituição envolvida em um esquema de fraudes que pode alcançar R\$ 17 bilhões, conforme apurado pela Operação Compliance Zero da Polícia Federal, serve como o principal nexo causal para esta convocação. Investigações revelaram que o Banco Master teria movimentado cerca de R\$ 2,8 bilhões em operações de câmbio para uma empresa suspeita de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC). A apuração de fatos de tal gravidade está no cerne das competências desta CPI, e o depoimento



do então chefe do órgão fiscalizador é essencial para compreender a dimensão da contaminação do sistema financeiro pelo crime organizado.

Durante a gestão do Sr. Roberto Campos Neto, foram editadas resoluções que, na prática, promoveram uma desregulação do sistema, como a Resolução nº 4.656/2018, que flexibilizou a criação de fintechs de crédito, e a Resolução nº 4.966/2021, que alterou as regras de provisionamento. É imperativo que esta Comissão compreenda a lógica e as motivações por trás dessas mudanças normativas e avalie se elas, inadvertidamente ou não, criaram um ambiente de menor controle que foi explorado por agentes do crime. A aparente falha na supervisão consolidada entre o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que permitiu a atuação de estruturas financeiras opacas, também precisa ser minuciosamente examinada.

Diante do exposto, a oitiva do Sr. Roberto Campos Neto não visa antecipar juízo de valor, mas sim coletar informações técnicas e estratégicas que são vitais para o cumprimento da missão constitucional desta CPI. Seu testemunho poderá fornecer um panorama sobre a robustez dos mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro, a eficácia da fiscalização bancária sob sua gestão e as vulnerabilidades do sistema financeiro que podem estar sendo exploradas por facções criminosas. A convocação é, portanto, uma medida que se impõe para o completo esclarecimento dos fatos e para o eventual aprimoramento da legislação de combate ao crime organizado no Brasil.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor João Carlos Falbo Mansur, empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no modus operandi, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva João Carlos Falbo Mansur por ter sido fundador e presidente do Grupo Reag Capital Holding até setembro de 2025.

Segundo a investigação da Operação Carbone Oculto, Roberto Augusto Leme da Silva, conhecido pelo apelido Beto Louco, e Mohamad Hussein Mourad, o Primo, dois empresários do setor de combustível de São Paulo e suspeitos de integrarem o PCC, teriam utilizado o BK Bank para lavar dinheiro de fundos da Reag. O banco é apontado como central na operação do crime organizado ligado ao setor de combustíveis.



Além disso, apurou-se que João Mansur e Daniel Vorcaro compraram ações do BRB por meio de fundos e estruturas intermediárias, para dificultar que fossem identificados. A suspeita é de que pretendiam lucrar de forma ilegal com a liquidação do Banco Master.

Portanto, por há fortes indícios de que João Mansur utilizou a Reag para administrar e estruturar fundos suspeitos e com movimentação atípica, com o intuito de inflar resultados e omitir riscos. Ao que tudo indica, esses fundos também foram utilizados por integrantes do crime organizado.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Roberto Augusto Leme da Silva "Beto Louco", empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do empresário Roberto Augusto Leme da Silva, conhecido como "Beto Louco", é peça-chave para aprofundar as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a infiltração do crime organizado no coração do sistema financeiro e na política nacional. Apontado como co-líder, ao lado de Mohamad Hussein Mourad, de um esquema bilionário operado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), o depoimento do Sr. Leme da Silva é fundamental para desvendar a complexa engenharia de lavagem de dinheiro e corrupção que permitiu a expansão da maior facção criminosa do país.

As investigações da Operação Carbono Oculto revelaram que "Beto Louco" era o responsável pela gestão das distribuidoras de combustíveis Copape e Aster, instrumentalizadas para a prática de fraudes fiscais, falsificação de documentos e lavagem de capitais. O esquema, que movimentou R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, utilizava uma vasta rede de postos de combustíveis e fundos de investimento para ocultar a origem ilícita dos recursos, demonstrando uma



atuação sofisticada no mercado financeiro, com epicentro na Avenida Faria Lima, em São Paulo.

De especial relevância para esta CPI são as revelações de que a organização criminosa liderada por “Beto Louco” e seu sócio mantinha estreitas conexões com altas autoridades da República. Depoimentos e investigações apontam para o pagamento de mais de R\$ 400 milhões em propinas a políticos e autoridades, incluindo um ministro do Supremo Tribunal Federal e senadores, para garantir a operação do esquema e evitar a cassação de licenças. A oitiva do Sr. Leme da Silva é, portanto, essencial para confirmar e detalhar essas denúncias, expondo a rede de proteção e cumplicidade que permitiu a atuação do PCC em larga escala.

Atualmente foragido e em negociação de um acordo de delação premiada com o Ministério Público de São Paulo, Roberto Augusto Leme da Silva possui informações que podem ser decisivas para o sucesso desta Comissão. Sua convocação é uma medida imperativa para que o Congresso Nacional cumpra seu dever de investigar e combater a infiltração do crime organizado nas instituições, esclarecendo as conexões entre o poder público, o sistema financeiro e a maior organização criminosa do Brasil.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa REAG TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (REAG DTVM S.A.), CNPJ nº 34.829.992/0001-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 15 de janeiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento



de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade subsidiar a investigação parlamentar com a necessária robustez jurídica e profundidade analítica, inserindo-se no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do crime organizado e suas ramificações no sistema financeiro nacional, na cooptação de agentes públicos e na utilização de estruturas jurídicas complexas para a lavagem de capitais.

A investigação depara-se com indícios veementes de que o sistema de justiça e o mercado de serviços advocatícios estariam sendo instrumentalizados para conferir aparência de legalidade a fluxos financeiros de origem espúria,



oriundos de instituições financeiras sob intervenção e liquidação extrajudicial, notadamente o Banco Master.

A liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (antiga Reag Trust DTVM) foi determinada pelo Banco Central em janeiro de 2026, em decorrência de seu envolvimento direto nas irregularidades investigadas no chamado caso Banco Master.

As apurações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Banco Central identificaram que a Reag operava como uma engrenagem essencial para a movimentação de recursos ilícitos ligados ao conglomerado do Master.

Seus fundos foram possivelmente utilizados como instrumentos de ocultação patrimonial, funcionando como verdadeiras “caixas-pretas” que dificultavam a rastreabilidade das operações.

Foram detectadas transações bilionárias irregulares, estimadas em aproximadamente R\$ 11,5 bilhões, que apontam para práticas de lavagem de dinheiro e descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional. A atuação da Reag, portanto, não se limitou a uma relação comercial com o Master, mas configurou participação ativa em um esquema de fraude sistêmica.

O envolvimento da Reag/CBSF em práticas irregulares não se restringe ao episódio do Banco Master. A instituição já havia sido alvo da Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto de 2025, que apura um esquema de lavagem de dinheiro associado ao PCC no mercado financeiro.

Segundo o Ministério Público, estima-se que cerca de US\$ 10 bilhões tenham sido movimentados por meio de fundos de investimento, muitos deles estruturados como fundos exclusivos, com apenas um cotista. Esses veículos foram apontados pelos investigadores como possíveis “fundos de fachada”, criados para dissimular a origem e a destinação dos valores.



Diante da gravidade das evidências, o Banco Central concluiu que a permanência da instituição no mercado representava risco à estabilidade financeira e à confiança do sistema, razão pela qual decretou sua liquidação.

O acesso às declarações fiscais e às informações bancárias, assim, permitirá o cotejo entre o fluxo financeiro real e a formalização tributária. A análise das Notas Fiscais revelará a descrição dos serviços prestados, considerando-se que descrições genéricas em notas milionárias sem comprovação de efetiva prestação de serviços são fortes indícios de lavagem de dinheiro.

Por fim, importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa BK INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., CNPJ nº 16.814.330/0001-50, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade subsidiar a investigação parlamentar com a necessária robustez jurídica e profundidade analítica, inserindo-se no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do crime organizado e suas ramificações no sistema financeiro nacional, na cooptação de agentes públicos e na utilização de estruturas jurídicas complexas para a lavagem de capitais.

A investigação depara-se com indícios veementes de que o sistema de justiça e o mercado de serviços financeiros estariam sendo instrumentalizados para conferir aparência de legalidade a fluxos financeiros de origem espúria, oriundos de organizações criminosas, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC).



As apurações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público identificaram que o BK Bank operava como uma engrenagem essencial para a movimentação de recursos ilícitos ligados ao PCC. A instituição, sob a roupagem de fintech e emissora de cartões de benefícios, teria sido utilizada como instrumento de ocultação patrimonial, funcionando como verdadeira “caixa-preta” que dificultava a rastreabilidade das operações.

Foram detectadas transações bilionárias irregulares, estimadas em dezenas de bilhões de reais, que apontam para práticas de lavagem de dinheiro e descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional. A atuação do BK Bank, portanto, não se limitou a uma relação comercial com entes públicos e privados, mas configurou participação ativa em um esquema de fraude sistêmica.

O envolvimento do BK Bank em práticas irregulares não se restringe ao episódio da administração de cartões de auxílio-alimentação para servidores públicos. A instituição já havia sido alvo de reportagens investigativas e operações policiais que apuram um esquema de lavagem de dinheiro associado ao PCC no mercado financeiro. Segundo o Ministério Público, estima-se que bilhões de reais tenham sido movimentados por meio de contratos e operações de fachada, criados para dissimular a origem e a destinação dos valores.

Diante da gravidade das evidências, o Banco Central e os órgãos de persecução penal concluíram que a permanência da instituição no mercado representava risco à estabilidade financeira e à confiança do sistema, razão pela qual determinaram bloqueios judiciais e aprofundaram as investigações.

O acesso às declarações fiscais e às informações bancárias, assim, permitirá o cotejo entre o fluxo financeiro real e a formalização tributária. A análise das notas fiscais e dos contratos revelará a descrição dos serviços prestados, considerando-se que descrições genéricas em operações milionárias sem comprovação de efetiva prestação de serviços são fortes indícios de lavagem de dinheiro.



Por fim, importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FICTOR INVEST LTDA., CNPJ nº 12.536.691/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa FICTOR INVEST LTDA., CNPJ nº 12.536.691/0001-06, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

1. bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.



2. fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da



Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade subsidiar a investigação parlamentar com a necessária robustez jurídica e profundidade analítica, inserindo-se no contexto da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do crime organizado e suas ramificações no sistema financeiro nacional, na cooptação de agentes públicos e na utilização de estruturas jurídicas complexas para a lavagem de capitais.

A investigação depara-se com indícios veementes de que o sistema de justiça e o mercado de serviços advocatícios estariam sendo instrumentalizados para conferir aparência de legalidade a fluxos financeiros de origem espúria, oriundos de instituições financeiras sob intervenção e liquidação extrajudicial, notadamente o Banco Master.

A abertura de inquérito pela Polícia Federal para investigar o Grupo Fictor insere-se no contexto da crise sistêmica desencadeada pelo colapso do Banco Master. Em novembro de 2025, na véspera da liquidação extrajudicial do Master pelo Banco Central, a Fictor anunciou uma proposta de aquisição da instituição, prevendo aporte imediato de R\$ 3 bilhões, em parceria com supostos investidores estrangeiros.

O Banco Central classificou tal anúncio como uma “cortina de fumaça”, entendendo que se tratava de uma manobra para postergar medidas regulatórias e desviar o foco da gravidade da situação do Master, já em estado de insolvência.

A investigação da Polícia Federal apura indícios de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, incluindo gestão fraudulenta, apropriação indébita financeira, emissão de títulos sem lastro equiparados a valores mobiliários e operação de instituição financeira sem autorização. Esses elementos reforçam a



percepção de que a Fictor não atuava de forma periférica, mas sim como parte integrante da engrenagem que sustentava o esquema fraudulento do Master.

O nexo causal entre a Fictor e o Banco Master é, portanto, forte. A atuação da Fictor, seja pela tentativa de aquisição do Master, seja pela utilização de fundos e operações financeiras paralelas, enquadra-se nos elementos típicos da lavagem de dinheiro previstos na Lei nº 9.613/1998, além de configurar violação normativa grave à Lei nº 4.595/1964, que disciplina o Sistema Financeiro Nacional.

Nesse cenário, tanto a liquidação extrajudicial quanto o pedido de recuperação judicial da Fictor revelam não apenas a fragilidade de sua estrutura financeira, mas também sua participação ativa e estruturante no emaranhado de operações irregulares ligadas ao Banco Master. A decisão do Banco Central e a investigação da Polícia Federal encontram sólido fundamento jurídico e atendem ao interesse público de preservar a higidez do Sistema Financeiro Nacional, proteger investidores e coibir práticas ilícitas que comprometem a ordem econômica e a confiança pública.

Diante disso, se faz necessária a apuração dos fatos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O acesso às declarações fiscais e às informações bancárias, assim, permitirá o cotejo entre o fluxo financeiro real e a formalização tributária. A análise das Notas Fiscais revelará a descrição dos serviços prestados, considerando-se que descrições genéricas em notas milionárias sem comprovação de efetiva prestação de serviços são fortes indícios de lavagem de dinheiro.

Por fim, importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo



bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Mohamad Hussein Mourad, empresário conhecido como “O Primo”, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do empresário Mohamad Hussein Mourad, conhecido como “O Primo”, é imprescindível para o avanço das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a infiltração do crime organizado em diversas esferas do Estado e da economia. Considerado o “epicentro” de um esquema bilionário de fraudes e lavagem de dinheiro articulado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), o depoimento do Sr. Mourad é crucial para que esta CPI possa mapear a estrutura e o modus operandi de uma das mais sofisticadas redes criminosas em atuação no país.

As investigações da Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto de 2025, revelaram que o Sr. Mourad comandava um esquema que movimentou R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, utilizando cerca de 1.000 postos de combustíveis em 10 estados para lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e adulteração de combustíveis. A complexa rede de empresas de fachada, distribuidoras e transportadoras, muitas



delas em nome de familiares, demonstra a profundidade da infiltração do PCC no setor de combustíveis, um dos mais estratégicos para a economia nacional.

De particular interesse para esta Comissão é a conexão direta do esquema liderado por Mohamad Hussein Mourad com o sistema financeiro, incluindo instituições investigadas no colapso do Banco Master. Relatórios de inteligência apontam que o Sr. Mourad utilizou o Banco Trustee, instituição ligada ao escândalo do Banco Master, para realizar operações de lavagem de dinheiro, como a aquisição de imóveis em nome de laranjas. Essa conexão evidencia como a fragilidade regulatória do sistema financeiro, investigada por esta CPI, foi explorada para dar aparência de legalidade a recursos oriundos do crime.

Por fim, a convocação do Sr. Mourad se torna ainda mais urgente diante das notícias de que ele, atualmente foragido, negocia um acordo de delação premiada com o Ministério Público de São Paulo. Informações indicam que o material apresentado por sua defesa inclui provas do pagamento de mais de R\$ 400 milhões em propinas a políticos e autoridades para garantir a continuidade de suas operações criminosas. A oitiva do empresário é, portanto, uma oportunidade única para que esta CPI tenha acesso a informações que podem desvendar uma ampla rede de corrupção e cumplicidade de agentes públicos com o crime organizado.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)



REQUERIMENTO Nº _____ DE 2026 - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1.579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Excelentíssimo Senhor Paulo Guedes, Ex-Ministro da Economia, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do Ex-Ministro da Economia, Paulo Guedes, é de fundamental importância para aprofundar as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a infiltração do crime organizado nas estruturas do Estado e do sistema financeiro. A oitiva se justifica pela necessidade de esclarecer como as políticas de desregulamentação e a falta de supervisão durante sua gestão (2019-2022) criaram um ambiente propício para a expansão de esquemas de lavagem de dinheiro, como o revelado no colapso do Banco Master.

Durante o período em que o Sr. Paulo Guedes esteve à frente do Ministério da Economia, foram implementadas políticas que, sob o pretexto de modernizar e aumentar a competitividade, fragilizaram os mecanismos de controle do sistema financeiro. A redução do papel de bancos públicos, o incentivo à criação de fintechs com regulação branda e o fortalecimento irrestrito do mercado de capitais abriram brechas que foram exploradas por organizações criminosas. O caso do Banco Master, que operou R\$ 2,8 bilhões em câmbio para uma empresa investigada por lavar dinheiro para o PCC, é um exemplo emblemático de como essa frouxidão regulatória permitiu que o crime organizado se infiltrasse na economia formal.

Adicionalmente, o histórico do Ex-Ministro levanta questionamentos que merecem ser aprofundados por esta CPI. Em 2019, investigações da Operação Lava Jato revelaram que uma empresa de sua propriedade, a GPG, realizou pagamentos a uma empresa de fachada utilizada para distribuição de propinas e lavagem de dinheiro. Embora o Sr. Guedes não tenha sido denunciado, a menção de sua empresa em um esquema de corrupção, somada à sua posterior blindagem pela força-tarefa, gera a necessidade de esclarecimentos sobre suas relações com agentes envolvidos em ilícitos. É imperativo que esta Comissão compreenda por que um ator central do sistema financeiro, com tal histórico, não foi devidamente investigado.



Por fim, a revelação de que o Sr. Paulo Guedes mantinha uma offshore em paraíso fiscal enquanto ocupava o cargo de Ministro da Economia e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) configura um claro conflito de interesses. Durante sua gestão, o CMN alterou regras que diminuíram a transparência sobre remessas de recursos ao exterior, beneficiando diretamente detentores de offshores. A oitiva do Ex-Ministro é, portanto, crucial para que esta CPI possa entender a extensão de seu envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro, sua responsabilidade na criação de um ambiente regulatório permissivo ao crime organizado e os possíveis conflitos de interesse que marcaram sua gestão.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)



REQUERIMENTO Nº DE – CPI CRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor **Edison Antônio Costa Britto Garcia**, procurador federal da AGU, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no modus operandi, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva **Edison Antônio Costa Britto Garcia**, atual presidente do Conselho Administrativo do Banco de Brasília – BRB. Edison Garcia foi indicado pelo governo do DF para suceder a Marcelo Talarico no cargo, após as suspeitas que envolvem a relação entre o Banco Master e o BRB.

Ademais, Edison Garcia foi presidente do INSS entre 2018 e 2019, período em que Alexandre Guimarães, investigado pela CPMI do INSS, era diretor. Quando deixou a autarquia, Edison foi nomeado como presidente da Sociedade de Economia Mista Companhia Energética de Brasília - CEB Holding e convidou Alexandre Guimarães para compor sua equipe.

Por isso, dada as relações entre envolvidos no esquema que acometeu o INSS com o crime organizado, bem como na profunda e suspeita relação entre o BRB e o Banco Master, também investigado por manter tais ligações, Edison Garcia, como presidente do Conselho Administrativo do BRB e ex-presidente do INSS, pode esclarecer eventuais conexões de envolvidos em ambos os esquemas.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)



REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Danilo Berndt Trento, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no modus operandi, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva de **Danilo Berndt Trento** baseia-se em indícios que conectam transações realizadas por meio das empresas **BSF GESTAO EM SAUDE LTDA** – CNPJ 20.595.406/0001-71 e **T5 PARTICIPAÇÕES LTDA** – CNPJ 36.715.592/0001-75, das quais foi sócio até março de 2024, quando transferiu a sociedade para **Francine da Rosa**.

A BSF GESTÃO EM SAÚDE também já esteve no nome de **Francisco Emerson Maximiano**, investigado juntamente com Danilo Trento pela CPI da Pandemia. Segundo foi apurado naquela comissão, ambos utilizaram a empresa para lavar dinheiro dos proventos do esquema de fraudes da Covaxin. Conforme RIFs enviados à CPMI do INSS, a empresa recebeu R\$ 9,9 milhões de um fundo da **Trustee DTVM**, o qual é responsável pela administração de ativos do Banco Master.

Além disso, conforme RIFs enviados à CPMI do INSS, a T5 PARTICIPAÇÕES realizou pagamento de R\$ 700 mil para o **BK Bank** e de R\$ 90 mil para a **TAP (TÁXI AÉREO PIRACICABA)**, empresas investigadas por suas relações com o crime organizado.

A investigação aponta que o BK Bank era utilizado para lavagem de dinheiro do crime organizado (PCC) e movimentou bilhões em operações suspeitas. O BK Bank compartilha o mesmo CNPJ da **Berlin Finance**, empresa envolvida na cadeia de lavagem de dinheiro do esquema investigado pela CPI da Pandemia e que enviou recursos vultosos (R\$ 500 mil e R\$ 700 mil) para a **Primarcial Holding**, empresa ligada a Danilo Trento.

De outro lado, o ex-piloto da **TAXI AÉREO PIRACICABA**, **Mauro Mattosino**, fez um video denunciando as viagens nas quais levava dinheiro ilícito nas



aeronaves. Danilo Trento é mencionado na denúncia e teria sido transportado pelo piloto em algumas oportunidades.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues
(PT-AP)



REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro de Estado da Cidadania.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no *modus operandi*, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva de João Inácio Ribeiro Roma Neto baseia-se em indícios que conectam o ex-ministro ao banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master, e ao banqueiro Augusto Lima, ex-diretor do Banco Master e proprietário do Banco Pleno, investigados no âmbito da Operação Compliance Zero, que apura a prática dos crimes de organização criminosa voltada à prática de gestão fraudulenta de instituição financeira, induzimento ou manutenção em erro de investidor, uso de informação privilegiada e manipulação de mercado, e lavagem de capitais.

Importante destacar a proximidade do Sr. João Roma com o sr. Ronaldo Bento, tendo este substituído aquele no Ministério da Cidadania em



2022. Não se pode olvidar, ainda, que Ronaldo Bento consta como um dos diretores do Banco Pleno, de propriedade de Augusto de Lima, e recentemente liquidado pelo Banco Central. A medida é imprescindível para o esclarecimento de fatos conexos à Operação Compliance Zero e à Operação Carbono Oculto, que investigam a infiltração do crime organizado no sistema financeiro nacional e a lavagem de capitais por meio de instituições bancárias e gestoras de recursos, além da infiltração do crime organizado nas instituições do Estado Brasileiro

Assim, é imperiosa a convocação do ex-ministro para que preste esclarecimentos sobre a incidência do crime organizado em estruturas institucionais, de modo que o presente requerimento alinha ao objetivo da CPI.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)



REQUERIMENTO Nº DE – CPI CRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora **Letícia Caetano dos Reis** para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando as graves irregularidades apuradas no processo de liquidação do Banco Master, controlado por Daniel Vorcaro, e as denúncias de fraudes previdenciárias que envolvem vultosos recursos públicos, revela-se imprescindível aprofundar as investigações acerca da rede de relacionamentos e possíveis beneficiários das operações realizadas pela instituição.

Letícia Caetano dos Reis é sócio-administradora do escritório de Flávio Bolsonaro, além de ser irmã de Alexandre Caetano dos Reis, investigado por ser sócio do “Careca do INSS”. Dado o envolvimento entre figuras ligadas ao “Careca do INSS” com o crime organizado e PCC, há que se aprofundar investigação acerca de Letícia Caetano dos Reis.

Ademais, reportagens veiculadas pela imprensa nacional apontam para vínculos indiretos entre o Banco Master e pessoas ligadas ao entorno político de Flávio Bolsonaro, sugerindo a possibilidade de que seu escritório tenha mantido relações financeiras ou recebido vantagens indevidas em decorrência das práticas ilícitas investigadas.

Há registro de doações vultosas de campanha de Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, para a campanha de Jair Bolsonaro, o que eleva as suspeitas sobre a família Flávio Bolsonaro.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras, permitindo verificar a existência de fluxos de recursos entre o Banco Master e o escritório de Flávio Bolsonaro, seja de forma direta ou indireta.



Tal providência é essencial para proteger o interesse público, garantir a efetividade da investigação e afastar qualquer hipótese de ocultação patrimonial ou favorecimento indevido, constituindo instrumento legítimo para o esclarecimento dos fatos e eventual responsabilização dos envolvidos.

Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)



REQUERIMENTO Nº _____ DE 2026 - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1.579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ahmed Mohamad Oliveira, ex-ministro do Trabalho e Previdência, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do ex-ministro Ahmed Mohamad Oliveira é imprescindível para o avanço das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura a infiltração do crime organizado em órgãos públicos e a sua relação com fraudes bilionárias contra o Estado brasileiro. O depoimento do Sr. Oliveira é crucial para que esta CPI possa aprofundar as investigações sobre o esquema de descontos ilegais em benefícios previdenciários, que vitimou mais de 650 mil aposentados e pensionistas, e que tem conexões diretas com a atuação de organizações criminosas.

Ahmed Mohamad Oliveira, que ocupou os mais altos cargos da administração pública na área previdenciária, incluindo a presidência do INSS e o comando do Ministério do Trabalho e Previdência, é apontado pela Polícia Federal como um dos "pilares institucionais" do esquema. Sua atuação foi decisiva para o funcionamento e a blindagem da fraude operada pela Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), que desviou mais de R\$ 640 milhões dos cofres públicos.

As investigações da Operação Sem Desconto revelaram que o ex-ministro autorizou repasses ilegais e recebeu vantagens indevidas enquanto ocupava cargos estratégicos. Planilhas apreendidas e mensagens de WhatsApp indicam o recebimento de propina, com pagamentos que chegam a R\$ 100 mil. A autorização para o repasse de R\$ 15,3 milhões à Conafer, sem a devida comprovação das filiações, permitiu a retomada e a ampliação da fraude, demonstrando a sua participação ativa no esquema.

Diante da gravidade dos fatos, que incluem a prisão de diversos integrantes da cúpula do INSS e a utilização de tornozeleira eletrônica pelo próprio ex-ministro, a oitiva de Ahmed Mohamad Oliveira nesta CPI é medida que se impõe. É fundamental que ele preste esclarecimentos sobre sua participação no esquema, as relações com



a Conafer e outros envolvidos, e as falhas nos mecanismos de controle do INSS que permitiram a sangria dos recursos da Previdência Social. A convocação do ex-ministro é, portanto, indispensável para que esta Comissão possa cumprir seu papel de investigar e combater a atuação do crime organizado no seio do Estado brasileiro.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues
(PT-AP)



REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa TIRRENO PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 30.521.060/0001-10, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos

a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a



Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

Considerando as graves irregularidades apuradas no processo de liquidação do Banco Master, controlado por Daniel Vercaro, e as denúncias de fraudes previdenciárias que envolvem vultosos recursos públicos, revela-se imprescindível aprofundar as investigações acerca da rede de relacionamentos e possíveis beneficiários das operações realizadas pela instituição.

A Tirreno foi o veículo utilizado para a originação de supostos créditos no valor de R\$ 12,2 bilhões, que foram posteriormente vendidos pelo Banco Master ao BRB. Auditorias indicam que tais créditos (Cédulas de Crédito Bancário - CCBs) eram, na verdade, "papéis podres" sem lastro real, forjados para inflar os balanços do Master e extrair recursos da instituição pública. A empresa pertence a indivíduos com ligações diretas com o Banco Master e seus controladores. A quebra de sigilo é necessária para identificar o fluxo financeiro entre a Tirreno e os sócios do Master, confirmando se a empresa funcionou como um duto para o desvio de recursos e pagamento de vantagens indevidas

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras.

Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos



investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues
(PT-AP)



REQUERIMENTO Nº DE – CPI CRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor **Francisco Emerson Maximiano**, Empresário, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o Plano de Trabalho e o Requerimento de Instalação, esta CPI tem como escopo a investigação da atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no Brasil, com foco no modus operandi, estruturas de tomada de decisão e lavagem de capitais. A convocação de investigados ou testemunhas deve guardar estrita relação com o fato determinado: a infiltração do crime organizado em estruturas econômicas e institucionais.

Nesses termos, a necessidade da oitiva de **Francisco Emerson Maximiano** baseia-se em indícios que conectam transações realizadas por meio **BSF GESTAO EM SAUDE LTDA** – CNPJ 20.595.406/0001-71, empresa que era sócio até durante as investigações da CPI da Pandemia. Posteriormente, a empresa passou para o nome de **Danilo Berndt Trento** e, em seguida, para **Francine da Rosa**, que compõe o quadro societário da empresa atualmente e aparenta ser utilizada como laranja pelos verdadeiros proprietários da empresa, Danilo Trento e Francisco Maximiano.

A CPI da Pandemia apurou que Francisco Maximiano e Danilo Trento eram sócios e utilizaram a BSF GESTÃO EM SAÚDE para lavar o dinheiro resultante do esquema de fraudes da Covaxin. Além disso, a empresa também é investigada pela CPMI do INSS por transações com envolvidos no esquema.

Conectando ao escopo da CPI do Crime Organizado, dados de RIFs do COAF enviados à CPMI do INSS apontam que a **BSF** recebeu R\$ 9,9 milhões de um fundo da **Trustee DTVM**, responsável pela administração de ativos do **Banco Master**, de **Daniel Vorcaro**. A Operação Compliance Zero da Polícia Federal detectou diversas transações do Banco Master envolvendo o fundo da **Reag Investimentos**, pertencente a **João Carlos Falbo Mansur**, o que gera suspeita nas empresas que mantinham relações com o Banco Master e o com os seus investidores.

Além disso, o sócio de Francisco Maximiano também possui outras conexões com o crime organizado. Segundo dados dos RIFs enviados à CPMI do INSS, a **T5 PARTICIPAÇÕES**, empresa de **Danilo Trento**, realizou pagamento de R\$ 700 mil para o **BK Bank** e de R\$ 90 mil para a **TAP (TÁXI AÉREO PIRACICABA)**, empresas investigadas por suas relações com o PCC. A investigação aponta que o **BK Bank** foi utilizado para lavagem de dinheiro do crime organizado (PCC) e



movimentou bilhões em operações suspeitas. Ocorre que o BK Bank compartilha o mesmo CNPJ da **Berlin Finance**, empresa utilizada por Francisco Maximiano e Danilo Trento na cadeia de lavagem de dinheiro do esquema investigado pela CPI da Pandemia.

Portanto, por terem feito parte da mesma organização criminosa no passado e apresentarem conexões com empresas envolvidas com o crime organizado, faz-se mister aprofundar a investigação de Francisco Maximiano e Danilo Trento.

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2026.

Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Tiago Chagas Faierstein, informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e beneficiários finais vinculados à aeronave de prefixo PP-NLR e à empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Tiago Chagas Faierstein, informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e beneficiários finais vinculados à aeronave de prefixo PP-NLR e à empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

Nesses termos, requisita-se:

1. A listagem completa de todos os proprietários, exploradores ou operadores (incluindo cotistas de contratos de compartilhamento) que constem ou tenham constado no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) durante o ano de 2025 e 2026, relativos à aeronave de prefixo PP-NLR;



2. O histórico de transferências (extrato de inteiro teor) da referida aeronave, detalhando datas de alienação, compradores, valores envolvidos e eventuais registros de gravames ou ônus;
3. A lista de passageiros de cada voo realizado pela aeronave de 01/01/2025 até a presente data, com base nas informações oficiais fornecidas pela operadora.

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida é imperativa para o deslinde das investigações conduzidas por esta CPI, que apura ramificações de organizações criminosas e sua interface com o sistema financeiro nacional.

Informações divulgadas pela imprensa e indícios colhidos no âmbito da Operação Compliance Zero sugerem que altas autoridades da República teriam se utilizado de aeronaves particulares — como o Embraer Legacy 650, prefixo PP-NLR — vinculadas a investigados por crimes graves e de difícil elucidação. Torna-se essencial averiguar se tais deslocamentos reuniram, de forma extraoficial, as referidas autoridades e os principais operadores do grupo econômico liderado por Daniel Vorcaro .

A análise das movimentações no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) durante o ano de 2025 é crucial, pois coincide com o período de intensificação de transações financeiras atípicas e reorganizações societárias sob apuração. A utilização de estruturas complexas de "propriedade compartilhada" pela empresa Prime You (Prime Aviation Participações e Serviços S.A.) e suas subsidiárias pode configurar, em tese, um mecanismo de opacidade para ocultar os reais beneficiários e usuários do ativo.

A identificação precisa dos detentores de cotas e da malha de passageiros é o único meio de garantir a rastreabilidade de ativos de alto valor e



verificar se houve tentativa de dissipação patrimonial ou ocultação de bens através de interpostas pessoas ou estruturas de compartilhamento.

A CPI, por deter poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, tem legitimidade para requerer tal medida, considerando que o afastamento parcial do direito à intimidade é justificado pela impossibilidade de se obter as informações por meios menos gravosos e pelo superior interesse público na elucidação dos fatos que envolvem o sistema financeiro nacional.

Sala da Comissão, 20 de fevereiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da PRIME AVIATION TÁXI AÉREO E SERVIÇOS LTDA. (PRIME YOU), Marcus Matta, informações sobre a identificação de passageiros relativos à aeronave Embraer Legacy 650, prefixo PP-NLR, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da PRIME AVIATION TÁXI AÉREO E SERVIÇOS LTDA. (PRIME YOU), Marcus Matta, informações sobre a identificação de passageiros relativos à aeronave Embraer Legacy 650, prefixo PP-NLR, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data.

Nesses termos, requisita-se:

1. Envio integral das Listas de Passageiros e Manifestos de Voo, compreendendo todos os trechos operados entre 01/01/2025 e a presente data, contendo a identificação completa (nome, CPF/Passaporte e nacionalidade) de todos os ocupantes, incluindo passageiros principais, convidados e tripulação ;
2. Relatório detalhado de Movimentação de Aeronave (Log de Voo), especificando datas, horários de decolagem e pouso, aeródromos



de origem e destino, e o tempo de permanência em cada localidade visitada no período supracitado ;

3. Cópia dos Contratos de Prestação de Serviço, ordens de serviço ou contratos de intercâmbio/compartilhamento que fundamentaram a utilização da aeronave pelos Srs. Daniel Bueno Vorcaro, Sandra Habib ou empresas do grupo Prime You/Fractions.

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida é imperativa para o deslinde das investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura ramificações de organizações criminosas e sua interface com o sistema financeiro nacional.

Segundo informações divulgadas na imprensa, altas autoridades da República teriam se utilizado de aeronaves particulares vinculadas a investigados por crimes graves e de difícil elucidação. No caso específico da aeronave PP-NLR (Embraer Legacy 650), operada pela Prime Aviation, é necessário averiguar se teria havido viagens que reuniram, de forma extraoficial, as referidas autoridades e os investigados.

O recorte cronológico, partindo do início de 2025, compreende o período em que se concentram as transações mais sensíveis e os movimentos societários sob suspeita no contexto do escândalo do Banco Master. A requisição visa a confrontar a malha de passageiros com os registros de movimentação de Daniel Vorcaro e suas respectivas pessoas jurídicas.

Busca-se identificar a presença física de interlocutores e operadores cujos nomes podem ter sido omitidos de manifestos de voo simplificados, mas que constam obrigatoriamente nos registros mantidos pelas operadoras para fins de auditoria da ANAC . A medida é fundamental para verificar se houve tentativa de dissipação patrimonial ou ocultação de benefícios através de estruturas de propriedade compartilhada .



A CPI, por deter poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, possui legitimidade para requerer tal medida, considerando que o afastamento parcial do direito à intimidade é justificado pela impossibilidade de se obter tais informações por meios menos gravosos e pelo interesse público na elucidação dos fatos .

Sala da Comissão, 20 de fevereiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento nº 470 de 2025, que instituiu esta CPI, estabelece como escopo fundamental a investigação da atuação, expansão e do funcionamento de organizações criminosas no território nacional, com foco em seu *modus operandi* de infiltração em setores lícitos da economia e nas estruturas de tomada de decisão do Estado.

Nesse contexto, a oitiva do Senhor Vladimir Timerman revela-se peça indispensável para a instrução dos trabalhos, uma vez que o depoente detém conhecimento técnico e histórico profundo sobre uma das maiores fraudes bancárias da história do país: o esquema bilionário do Banco Master.

O colapso de referida instituição demonstrou a existência de uma rede de influência de amplitude extraordinária que capturou agentes públicos e desmoralizou instituições de fiscalização.

Vladimir Timerman atuou por anos como importante denunciante das fraudes no Master e da manipulação de mercado promovida pela instituição,



mapeando vínculos entre fundos de investimento e empresas *offshore* quando tais alertas eram tratados como meras excentricidades.

Contudo, a deflagração da Operação Compliance Zero pela Polícia Federal e a subsequente liquidação do Master pelo Banco Central validaram o foco das denúncias de Timerman, desvelados os graves fatos que indicam a potencial prática de crimes como gestão fraudulenta, uso de informação privilegiada e organização criminosa.

É imperativo que esta CPI aprofunde a investigação sobre os indícios de que o Banco Master teria servido de plataforma para a lavagem de capitais de facções criminosas. Informações colhidas no âmbito da Operação Carbone Oculto apontam que a administradora Reag Trust (atual CBSF DTVM), peça central no ecossistema do Master, é suspeita de realizar investimentos e operacionalizar recursos oriundos do tráfico de drogas para o PCC (Primeiro Comando da Capital) por meio da emissão sistemática de CDBs.

A expertise de Timerman é vital para explicar como ativos podres e empresas em recuperação judicial tinham seus valores inflados artificialmente para dilatar o balanço do banco, criando a aparência de uma solidez inexistente que lesou centenas de milhares de investidores.

Ademais, a convocação deve elucidar como a rede de influência do Master logrou êxito em manter a instituição operando normalmente mesmo após diversos ofícios de alerta do Banco Central e reuniões de emergência com a diretoria da autarquia.

Timerman possui elementos para detalhar a tentativa de transferência desses ativos contaminados para o setor público através de negociações suspeitas com o BRB e a pressão política exercida no Congresso Nacional para blindar o produto Credcesta.

Por fim, urge esclarecer os vínculos entre o financiamento de empreendimentos imobiliários de luxo, como o resort Tayayá, e fundos cujos



cotistas possuem ligações diretas com a cúpula do Banco Master, o que pode configurar manobras de estratificação patrimonial e exploração de prestígio. Pela relevância técnica do depoimento e pela gravidade dos indícios de simbiose entre o crime organizado e o sistema financeiro, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 24 de fevereiro de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações correspondentes e o acesso aos dados e elementos de prova já colhidos nas investigações correlatas ao Banco Master S/A, aptos a embasar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações correspondentes e o acesso aos dados e elementos de prova já colhidos nas investigações correlatas ao Banco Master S/A, aptos a embasar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O objeto central desta Comissão Parlamentar de Inquérito é a investigação da estrutura, do financiamento e das ramificações de organizações criminosas no Brasil, com ênfase no *modus operandi* utilizado para a lavagem de capitais e a captura de instituições lícitas da economia.

No curso das atividades instrutórias, emergiu um conjunto de fatos de extrema gravidade envolvendo o conglomerado financeiro Banco Master S/A,



cujo colapso e subsequente liquidação extrajudicial revelaram indícios de fraudes bilionárias e conexões diretas com facções criminosas.

A deflagração da Operação Compliance Zero pela Polícia Federal, em novembro de 2025, marcou o início da desarticulação de um esquema de corrupção sistêmica e fraude financeira no Banco Master. A investigação apura crimes de organização criminosa, gestão fraudulenta de instituição financeira, induzimento de investidores ao erro, manipulação de mercado e lavagem de capitais. O controlador da instituição, Daniel Bueno Vorcaro, foi preso preventivamente, e o Banco Central do Brasil determinou a liquidação extrajudicial da entidade após identificar um rombo patrimonial cujas estimativas alcançam R\$ 17 bilhões.

A desintegração do grupo ocorreu em cascata, atingindo diversas frentes do conglomerado. Em novembro de 2025, o Banco Master sofreu liquidação imediata devido à insolvência, fraudes contábeis e ao elevado risco sistêmico que representava. Simultaneamente, o Banco Letsbank (antigo BlueBank) teve suas atividades encerradas por comprometimento de liquidez e falhas graves de gestão.

O processo continuou em janeiro de 2026 com a liquidação da CBSF DTVM (antiga Reag Trust), sob forte suspeita de atuar na lavagem de dinheiro para o PCC, e culminou, em fevereiro de 2026, com a queda do Banco Pleno (antigo Voiter), motivada pela deterioração de liquidez e reiterada infringência de normas regulatórias.

A gravidade dos fatos é ampliada pela tentativa de transferência de ativos ilícitos e passivos podres para instituições públicas, como o Banco de Brasília (BRB). As investigações preliminares sugerem que a gestão do Banco Master utilizou-se de "cegueira deliberada" (willful blindness) para ignorar a origem criminosa de aportes bilionários que inflavam artificialmente o balanço da instituição, visando a facilitar o "socorro" prestado pelo banco estatal do Distrito Federal e, assim, socializar o prejuízo privado com o erário.



O interesse desta CPI é aguçado pela relação entre o escândalo do Banco Master e a Operação Carbono Oculto, conduzida pelo Ministério Público de São Paulo. Esta operação identificou que a gestora Reag Trust (posteriormente rebatizada como CBSF DTVM) atuava como uma espécie de "lavanderia" para a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), operando no setor de combustíveis e utilizando fundos de investimento para ocultar patrimônio oriundo do tráfico de drogas.

A conexão com o Banco Master dava-se por meio de operações estruturadas entre a instituição financeira e fundos administrados pela Reag, como o Hans 95 e o Bravo 95. Tais fundos recebiam recursos espúrios e os transformavam em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) do Master, gerando uma rentabilidade fictícia e garantindo a integração dos ativos ao sistema bancário formal. Estima-se que mais de R\$ 11,5 bilhões tenham sido movimentados nesse esquema, envolvendo triangulações complexas com operadoras da Faria Lima e investimentos em setores variados.

A CPI também investiga indícios de que o trânsito de autoridades da República em aeronaves particulares vinculadas a Daniel Vorcaro e Fabiano Zettel teria servido como canal para articulações extraoficiais em favor do Banco Master. Requerimentos anteriores solicitando a lista de passageiros de aeronaves como o Gulfstream GVIII-G700 (prefixo PS-MGG) e o Dassault Falcon 7X (prefixo PS-FST) objetivam mapear a rede de influência do grupo, que incluía jantares, festas e encontros frequentes com autoridades do alto escalão em Brasília.

Notícias veiculadas pela imprensa e relatórios da Polícia Federal indicam que Daniel Vorcaro teve ao menos dez encontros presenciais com o então relator do caso no STF, Ministro Dias Toffoli, além de visitas constantes à cúpula do Banco Central e a gabinetes parlamentares. A saída do Ministro Toffoli da relatoria, após a revelação de que mensagens no celular de Vorcaro mencionavam seu nome e de que familiares do magistrado haviam realizado negócios imobiliários com fundos ligados ao banco, reforça a necessidade de a CPI acessar os dados,



informações e elementos de prova já colhidos para compreender a extensão dos tentáculos políticos e econômicos do grupo controlador da instituição financeira.

As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem, por mandamento constitucional, "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais" (Art. 58, § 3º, CF). Essa atribuição confere ao Parlamento a capacidade de requisitar documentos, determinar quebras de sigilo e acessar dados protegidos, desde que o faça de forma fundamentada e em atenção ao princípio da proporcionalidade. Nesse sentido, o compartilhamento de provas entre o Judiciário e o Legislativo é uma medida de cooperação que visa à eficácia da justiça e à integridade do Estado.

Diferentemente de uma investigação criminal estrita, a CPI busca a responsabilidade política e administrativa, identificando falhas regulatórias e propondo alterações legislativas que impeçam a repetição de fraudes sistêmicas. Portanto, a atuação parlamentar não invade a esfera de competência do STF, mas a complementa sob uma ótica fiscalizatória.

A cooperação interinstitucional solicitada não oferece risco ao avanço das investigações conduzidas pela Polícia Federal sob a supervisão do Ministro André Mendonça. Antes, o compartilhamento de provas no Brasil é uma prática consolidada e incentivada pelo princípio da eficiência administrativa. O compartilhamento ora requisitado não implica a quebra da confidencialidade para o público externo.

Pelo contrário, esta Comissão Parlamentar de Inquérito assume a responsabilidade solidária pela preservação do segredo de justiça, comprometendo-se a adotar protocolo de acesso restrito para o manuseio dos elementos de prova compartilhados. O sigilo dos dados será mantido entre os Senadores membros da CPI e os servidores devidamente credenciados, todos sujeitos ao dever de reserva profissional e às sanções administrativas, cíveis e penais em caso de descumprimento.



Para tanto, o acesso às mídias e documentos sigilosos será realizado exclusivamente em ambiente controlado e seguro nas dependências do Senado Federal, sem a permissão para extração de cópias não autorizadas ou circulação de dados fora do sistema criptografado de custódia da Comissão. A medida visa a garantir que a comunhão de provas entre o Supremo Tribunal Federal e o Poder Legislativo ocorra sem qualquer solução de continuidade na proteção dos direitos fundamentais dos investigados ou na eficácia das diligências em curso.

Com a deflagração de duas fases da Operação Compliance Zero e a liquidação das instituições, os atos ostensivos de busca e apreensão já foram realizados. O acesso da CPI agora volta-se para a análise dos dados, informações e elementos de prova já colhidos, o que não interfere na estratégia de oitivas e perícias em curso. Contudo, caso se entenda pela inviabilidade de acesso aos dados e informações na forma requerida, formula-se pedido subsidiário de acesso às partes que o Relator julgar adequadas.

O Ministro André Mendonça, ao assumir a relatoria do Inquérito 5026 e da PET 15198, inaugurou uma fase de maior transparência e integração institucional. Em decisões proferidas em fevereiro de 2026, o Ministro assentou fundamentos que corroboram diretamente o presente pleito. Ao determinar que a Presidência do Congresso Nacional devolvesse à CPMI do INSS os dados de quebra de sigilo de Daniel Vorcaro, o Ministro Mendonça reafirmou a autonomia das CPIs, destacando que "eventual limitação ao exercício dessas prerrogativas deve encontrar fundamento constitucional expreso, sob pena de esvaziamento das competências investigativas conferidas à minoria do Parlamento".

O magistrado reconheceu que a custódia e a análise do material probatório obtido pela CPI são indissociáveis do poder de investigar, e que a manutenção desses dados sob o controle de autoridades externas ao colegiado investigativo configura uma restrição indevida à sua autonomia funcional. Esse entendimento, à toda evidência, aplica-se por analogia ao presente pedido.



A decisão do Ministro Mendonça de dar "carta branca" à Polícia Federal para realizar perícias sem as restrições anteriormente impostas e de autorizar o compartilhamento interno de informações na corporação demonstra um compromisso com a celeridade. Em seu voto, enfatizou que a "integração de esforços entre investigação parlamentar e investigação estatal concretiza o princípio da eficiência administrativa promovendo a racionalização da atividade investigativa". Este diálogo interinstitucional é o que se pretende reforçar.

O acesso da CPI aos dados, informações e elementos de prova já colhidos evitará a dispersão de elementos probatórios e permitirá que o Legislativo exerça seu papel de controle de forma orgânica, permitindo a reconstrução dos fluxos financeiros e das redes de influência que garantiram a sobrevida artificial do Banco Master e a ocultação de seus vínculos com o crime organizado.

Considerando os princípios da celeridade e da reserva de jurisdição, este requerimento formula dois pedidos sucessivos.

O pedido principal é pela concessão de acesso aos dados, informações e elementos de prova já colhidos e formalmente documentados nos autos da Petição nº 15198 e do Inquérito nº 5026, bem como em seus apensos e mídias digitais. Este acesso justifica-se pela pertinência temática total entre o objeto da CPI e os crimes investigados no STF, bem como pela necessidade de a Comissão analisar o cenário de forma sistêmica, capturando as conexões entre o crime organizado, o sistema financeiro e o poder político.

Sucessivamente, caso o Ministro Relator entenda que o acesso a tais elementos possa, neste momento, comprometer diligências sigilosas ainda não concluídas, requer-se o acesso às partes dos procedimentos que S. Exa. julgar apropriadas e passíveis de compartilhamento. Este pedido subsidiário contempla, portanto, o acesso parcial ou progressivo aos dados e provas, preservando-se apenas os atos cuja publicidade imediata seja deletéria à colheita de provas futuras.



A investigação sobre as fraudes no Banco Master e sua relação com o crime organizado é um teste para a resiliência das instituições brasileiras. Não se pode admitir que o sistema financeiro seja capturado por facções criminosas ou que o sistema de justiça seja instrumentalizado para garantir a impunidade de esquemas bilionários que lesam a poupança popular e o erário.

A CPI do Crime Organizado reafirma seu compromisso com a cooperação harmoniosa entre os Poderes. O pedido de informações formulado não busca a sobreposição ou o conflito, mas a integração de esforços para que a verdade seja restabelecida. Trata-se de um instrumento previsto pela Constituição de 1988 que deve ser usado com vigor neste momento crítico da vida nacional. O compartilhamento dessas informações permitirá que este Colegiado cumpra sua missão fiscalizatória, propondo soluções legislativas que impeçam que episódios dessa natureza venham a se repetir no futuro.

Por fim, reitera-se que o compartilhamento pretendido é pautado pela lealdade institucional. Caso S. Exa. entenda necessário, a CPI coloca-se à disposição para o estabelecimento de condições específicas de acesso, de modo que o exercício da fiscalização parlamentar ocorra em perfeita harmonia com a reserva de jurisdição e a segurança das investigações da Polícia Federal.

Ante o exposto, submeto o presente requerimento à aprovação dos ilustres membros desta Comissão.

Sala da Comissão, 2 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal do Senhor FABIANO CAMPOS ZETTEL, CPF nº 027.818.816-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 3 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações



Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

As reportagens indicam, ainda, que Zettel mantém vínculo familiar direto com o controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, bem como teria ocupado posições executivas em empresas com relações patrimoniais e negociais relevantes com o grupo econômico investigado. Consta, igualmente, a existência de movimentações societárias envolvendo aquisição de ativos de elevado valor e possível participação em estruturas empresariais que orbitam o conglomerado sob investigação.

Esses elementos, ainda que sujeitos à apuração definitiva pelas autoridades competentes, revelam **pertinência temática objetiva e conexão direta com o escopo investigativo desta CPI**, especialmente no que diz respeito



à eventual interposição de pessoas físicas, circulação atípica de recursos, ocultação patrimonial ou dissimulação de beneficiários finais.

A quebra de sigilo ora requerida não possui natureza punitiva nem antecipatória de juízo de culpa. Trata-se de medida instrutória típica e constitucionalmente autorizada às Comissões Parlamentares de Inquérito, destinada a permitir: (i) o rastreamento de fluxos financeiros eventualmente relacionados às operações do Banco Master; (ii) a identificação de transações cruzadas com pessoas físicas ou jurídicas já investigadas; (iii) a verificação de compatibilidade entre movimentação financeira e capacidade econômica declarada; (iv) a análise de eventual utilização de estruturas empresariais para fragmentação ou ocultação de ativos.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal reconhece que as CPIs detêm poderes próprios de autoridade judicial para determinar a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, desde que haja fundamentação concreta, delimitação temporal e pertinência temática, requisitos plenamente atendidos no presente caso.

A proximidade estrutural de Fabiano Campos Zettel com o núcleo empresarial investigado, sua inclusão formal em medidas cautelares da Operação *Compliance Zero* e sua eventual participação em estruturas societárias relacionadas ao grupo sob apuração constituem elementos objetivos suficientes para justificar a medida instrutória requerida.

Diante disso, as quebras de sigilo mostram-se necessárias, proporcionais e adequadas à finalidade constitucional desta Comissão, que é



esclarecer os fatos, delimitar responsabilidades e proteger a integridade do sistema financeiro e das instituições republicanas.

Sala da Comissão, 3 de março de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que proceda-se à quebra de sigilo telefônico e telemático do Senhor FABIANO CAMPOS ZETTEL, CPF nº 027.818.816-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2024 a 3 de março de 2026.

Para a transferência de sigilo telemático, solicita-se que sejam utilizados, como identificadores válidos, os números resultantes da transferência de sigilo telefônico.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

b) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

c) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs



de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.

d) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

e) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados



cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

f) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Dados cadastrais; Registros de conexão (IPs); informações do aparelho; versão da APP; data e horário do registro; status de conexão; última conexão com data, hora e porta lógica; endereço de email; registros de acessos IPs desde janeiro de 2024 e IP da última conexão; histórico de mudança de números; Nomes dos grupos, seus administradores, integrantes dos grupos com seus respectivos números de telefones e fotos - lista de grupos; agenda de contatos simétricos e assimétricos; e toda a atividade realizada de mensagens privadas e em grupo.

g) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud,



incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

h) telemático (7), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito apura a existência de estrutura organizada voltada à prática de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, gestão fraudulenta, manipulação de mercado e possível lavagem de capitais no contexto das operações relacionadas ao Banco Master, objeto da denominada Operação *Compliance Zero*, conduzida pela Polícia Federal com supervisão do Supremo Tribunal Federal.

Conforme amplamente noticiado por veículos de imprensa de circulação nacional, Fabiano Campos Zettel foi alvo de mandado de prisão temporária no âmbito da referida operação, tendo sido detido por determinação judicial, com apreensão de passaporte e imposição de restrições cautelares. A medida foi fundamentada na necessidade de preservação da instrução investigativa, diante de sua proximidade estrutural com o núcleo empresarial sob apuração.



As reportagens indicam, ainda, que Zettel mantém vínculo familiar direto com o controlador do Banco Master, Daniel Vorcaro, bem como teria ocupado posições executivas em empresas com relações patrimoniais e negociais relevantes com o grupo econômico investigado. Consta, igualmente, a existência de movimentações societárias envolvendo aquisição de ativos de elevado valor e possível participação em estruturas empresariais que orbitam o conglomerado sob investigação.

Esses elementos, ainda que sujeitos à apuração definitiva pelas autoridades competentes, revelam **pertinência temática objetiva e conexão direta com o escopo investigativo desta CPI**, especialmente no que diz respeito à eventual interposição de pessoas físicas, circulação atípica de recursos, ocultação patrimonial ou dissimulação de beneficiários finais.

A quebra de sigilo ora requerida não possui natureza punitiva nem antecipatória de juízo de culpa. Trata-se de medida instrutória típica e constitucionalmente autorizada às Comissões Parlamentares de Inquérito, destinada a permitir: (i) o rastreamento de fluxos financeiros eventualmente relacionados às operações do Banco Master; (ii) a identificação de transações cruzadas com pessoas físicas ou jurídicas já investigadas; (iii) a verificação de compatibilidade entre movimentação financeira e capacidade econômica declarada; (iv) a análise de eventual utilização de estruturas empresariais para fragmentação ou ocultação de ativos.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal reconhece que as CPIs detêm poderes próprios de autoridade judicial para determinar a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, desde que haja fundamentação concreta, delimitação temporal e pertinência temática, requisitos plenamente atendidos no presente caso.

A proximidade estrutural de Fabiano Campos Zettel com o núcleo empresarial investigado, sua inclusão formal em medidas cautelares da Operação *Compliance Zero* e sua eventual participação em estruturas societárias relacionadas



ao grupo sob apuração constituem elementos objetivos suficientes para justificar a medida instrutória requerida.

Diante disso, as quebras de sigilo mostram-se necessárias, proporcionais e adequadas à finalidade constitucional desta Comissão, que é esclarecer os fatos, delimitar responsabilidades e proteger a integridade do sistema financeiro e das instituições republicanas.

Sala da Comissão, 3 de março de 2026.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Pedro Gonçalves Taques, advogado, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação fundamenta-se na necessidade imperiosa de esclarecer a extensão das atividades ilícitas atribuídas ao grupo controlador do Banco Master, recentemente alvo de severas medidas judiciais no âmbito da Operação Compliance Zero.

O Senhor Pedro Taques, detentor de extensa trajetória na vida pública — tendo exercido com destaque os mandatos de Senador da República e de Governador de Estado, além de sua pretérita e reconhecida atuação no Ministério Público —, detém uma visão privilegiada e técnica sobre os mecanismos de funcionamento do Estado e as formas de interação entre o sistema financeiro e a administração pública.

Sua colaboração com esta CPI trará ao Colegiado um depoimento de altíssimo valor probatório, especialmente no que concerne ao complexo ecossistema de empréstimos consignados voltados a servidores públicos.



Soma-se a isso o fato de que o Senhor Pedro Taques passou a representar entidades sindicais de servidores públicos estaduais em denúncias relacionadas a irregularidades no sistema de crédito consignado operado no Estado de Mato Grosso. Conforme amplamente noticiado pela imprensa mato-grossense ao longo de 2025, Taques afirmou haver fortes indícios de fraudes em contratos firmados com a empresa Capital Consig, que teriam causado prejuízos financeiros estimados a cerca de 14 mil servidores públicos estaduais. As denúncias apresentadas indicam ainda que tais operações teriam contado com a intermediação financeira e operacional do conglomerado Banco Master e de empresas e agentes a ele associados, que teriam atuado na estruturação, viabilização e circulação dessas operações de crédito consignado. Na condição de advogado dos sindicatos, protocolou representações e denúncias perante diversos órgãos de controle, incluindo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Contas do Estado e o Banco Central do Brasil.

É essencial que esta Comissão compreenda, sob a ótica de quem geriu a máquina pública e legislou em matérias sensíveis, como a referida instituição financeira logrou êxito em operar vultosas carteiras de crédito consignado, muitas vezes em cenários de fragilidade regulatória ou mediante estratégias de captação agressiva que agora são apontadas como fraudulentas pela Polícia Federal.

O depoimento de Pedro Taques permitirá rastrear se a gestão de tais ativos serviu de anteparo para a ocultação de recursos ilícitos ou se houve o uso de influência política para a manutenção de contratos em detrimento do interesse público e da proteção da poupança popular.

Ademais, a oitiva se justifica pela urgência em confrontar a paralisia investigativa imposta por decisões que suspenderam requerimentos desta CPI, enquanto as autoridades policiais avançam na identificação de danos bilionários e na existência de milícias privadas.

A experiência de Estado do convocado auxiliará ainda este Parlamento a identificar falhas sistêmicas nos mecanismos de compliance e a propor medidas



legislativas que impeçam que instituições financeiras utilizem o crédito público como ferramenta de estratificação patrimonial de organizações criminosas.

Diante da relevância institucional do depoimento e do compromisso do convocado com a transparência pública, a aprovação deste requerimento é medida que se impõe para a garantia do êxito dos trabalhos desta Comissão.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador SERGIO MORO

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal da empresa KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA., CNPJ nº 47.855.227/0001-82, referentes ao período de 6 de setembro de 2022 a 28 de fevereiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado tem por missão investigar estruturas empresariais e financeiras utilizadas para a sustentação e operacionalização de organizações criminosas, bem como as práticas ilícitas correlatas.

No âmbito da **Operação Compliance Zero**, deflagrada pela **Polícia Federal (PF)** e autorizada por decisão do **Ministro André Mendonça**, do **Supremo Tribunal Federal**, foram reunidos indícios consistentes da atuação de uma organização criminosa articulada em torno de um esquema de ameaças, monitoramento ilegal de dados e outras práticas delituosas, vinculadas ao grupo liderado pelo empresário **Daniel Vorcaro**, fundador e controlador do



Banco Master, que comandou uma fraude bancária de proporções bilionárias - estimada em quase **R\$ 40 bilhões** - em moldes comparáveis à atuação de um verdadeiro gangster.

A decisão judicial, que nesta data decretou a prisão preventiva do banqueiro **Daniel Vorcaro**, fundamentada nos elementos constantes dos autos da investigação, registra que o investigado, de forma direta e também por intermédio de terceiros, estruturou um núcleo operacional — denominado internamente “A Turma” — destinado à vigilância, à coleta de informações e ao monitoramento contínuo de críticos, jornalistas e adversários, com a finalidade de intimidar e neutralizar manifestações contrárias aos interesses da organização criminosa sob sua liderança.

Consta ainda da peça decisória que **Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão**, conhecido como “Sicário”, teria coordenado operacionalmente tais atividades, recebendo **remuneração aproximada de R\$ 1 milhão por mês** pelo conjunto de serviços ilícitos, conforme narrado pela PF.

As investigações indicam que uma das empresas utilizadas para operacionalizar e recepcionar os recursos destinados a remunerar essas atividades foi a **KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.**, cujo capital social e movimentações financeiras são objeto de forte suspeita de utilização como instrumento de fachada para a circulação de valores ilícitos que sustentaram a atuação do núcleo de intimidação, monitoramento ilegal de sistemas sigilosos e coleta de dados em órgãos públicos e internacionais, inclusive mediante acesso indevido a bases como as da **Polícia Federal** e de organismos como **FBI e INTERPOL**.

Mensagens interceptadas e juntadas aos autos revelam que, sob ordens diretas de Vorcaro, foram realizados pagamentos milionários à “KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.” para custear as atividades do grupo, que incluíam ainda planejamento de ações contra adversários, com relatos de intenções



de agressão física a jornalistas críticos, o que denota o caráter grave, violento e criminoso das práticas em apuração.

A investigação policial em curso descreve crimes e indícios de participação em organização criminosa, ameaça, corrupção, lavagem de dinheiro, violação de sigilo funcional e invasão de sistemas restritos, entre outros delitos atribuídos aos membros do esquema.

Diante da gravidade dos fatos e da clara indicação de que a **KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.** foi utilizada como meio de circulação de valores suspeitos e potencial instrumento de ocultação patrimonial e operacionalização de pagamentos ilícitos ao núcleo de intimidação e monitoramento, torna-se imprescindível a autorização desta CPI para a **quebra de sigilo fiscal, bancário e elaboração pelo COAF de Relatório de Inteligência Financeira (RIF)** da referida empresa, no período de 6 de setembro de 2022 (abertura da empresa) até 28 de fevereiro de 2026.

Tal medida é necessária para permitir a completa identificação da origem e do destino dos recursos movimentados pela empresa, o mapeamento de sua rede de relações financeiras e societárias, e o adequado esclarecimento dos fatos sob investigação por esta Comissão, subsidiando a responsabilização dos envolvidos e o fortalecimento das ações de combate ao crime organizado e à corrupção.

Do exposto, conto com o apoio dos parlamentares membros para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, **CPF 156.305.876-68**, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de favorecimento institucional e omissão no âmbito do Ministério da Economia durante a gestão de PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, no que tange à fiscalização e regulação de instituições financeiras envolvidas em esquemas de lavagem de dinheiro do crime organizado.

Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto apontam que a REAG Investimentos e o Banco Master atuaram como veículos para a lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) e para a realização de fraudes bilionárias contra o sistema financeiro e o patrimônio público, incluindo o desvio de recursos do INSS e a venda de créditos podres ao BRB.



A ascensão meteórica dessas instituições e a ausência de mecanismos eficazes de controle e fiscalização por parte dos órgãos subordinados ao Ministério da Economia, como a CVM e o próprio COAF, levantam suspeitas sobre a existência de uma rede de proteção política e institucional. A quebra de sigilo de Paulo Guedes é necessária para verificar se houve qualquer tipo de vantagem indevida ou fluxo financeiro que justifique a leniência que permitiu a consolidação de um esquema que conecta o sistema financeiro formal ao crime organizado.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO, **CPF 094.378.048-93**, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de lavagem de dinheiro e atuação do crime organizado no mercado financeiro, tendo como figura central FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO, sócio-proprietário da Precisa Medicamentos.

Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto e da CPI da Pandemia apontam que as empresas de Francisco Maximiano foram utilizadas como veículos para a lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) e para a realização de fraudes bilionárias contra o sistema financeiro e o patrimônio público. A Precisa Medicamentos, envolvida em escândalos de corrupção no Ministério da Saúde, possui conexões financeiras com a REAG Investimentos e



o Banco Master, instituições identificadas como braços financeiros da facção criminosa na Faria Lima.

A quebra de sigilo de Francisco Maximiano é fundamental para rastrear o fluxo financeiro entre suas empresas, a REAG, o Banco Master e os operadores do PCC, identificando os beneficiários finais das operações e a extensão da infiltração do crime organizado em contratos públicos e no sistema financeiro formal.

A medida baseia-se em indícios que conectam transações realizadas por meio BSF GESTAO EM SAUDE LTDA – CNPJ 20.595.406/0001-71, empresa que era sócio até durante as investigações da CPI da Pandemia. Posteriormente, a empresa passou para o nome de Danilo Berndt Trento e, em seguida, para Francine da Rosa, que compõe o quadro societário da empresa atualmente e aparenta ser utilizada como laranja pelos verdadeiros proprietários da empresa, Danilo Trento e Francisco Maximiano.

A CPI da Pandemia apurou que Francisco Maximiano e Danilo Trento eram sócios e utilizaram a BSF GESTÃO EM SAÚDE para lavar o dinheiro resultante do esquema de fraudes da Covaxin. Além disso, a empresa também é investigada pela CPMI do INSS por transações com envolvidos no esquema.

Conectando ao escopo da CPI do Crime Organizado, dados de RIFs do COAF enviados à CPMI do INSS apontam que a BSF recebeu R\$ 9,9 milhões de um fundo da Trustee DTVM, responsável pela administração de ativos do Banco Master, de Daniel Vorcaro. A Operação Compliance Zero da Polícia Federal detectou diversas transações do Banco Master envolvendo o fundo da Reag Investimentos, pertencente a João Carlos Falbo Mansur, o que gera suspeita nas empresas que mantinham relações com o Banco Master e o com os seus investidores.

Além disso, o sócio de Francisco Maximiano também possui outras conexões com o crime organizado. Segundo dados dos RIFs enviados à CPMI do INSS, a T5 PARTICIPAÇÕES, empresa de Danilo Trento, realizou pagamento de R



\$ 700 mil para o BK Bank e de R\$ 90 mil para a TAP (TÁXI AÉREO PIRACICABA), empresas investigadas por suas relações com o PCC. A investigação aponta que o BK Bank foi utilizado para lavagem de dinheiro do crime organizado (PCC) e movimentou bilhões em operações suspeitas. Ocorre que o BK Bank compartilha o mesmo CNPJ da Berlin Finance, empresa utilizada por Francisco Maximiano e Danilo Trento na cadeia de lavagem de dinheiro do esquema investigado pela CPI da Pandemia.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de **DANILO BERNDT TRENTO**, CPF **008.583.431-93**, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações



Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de lavagem de dinheiro e atuação do crime organizado no mercado financeiro, tendo como figura central DANILO BERNDT TRENTA, apontado como sócio oculto da Precisa Medicamentos e diretor da Primarcial Holding.

Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto e da CPI da Pandemia apontam que as empresas de Danilo Trento foram utilizadas como veículos para a lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) e para a realização de fraudes bilionárias contra o sistema financeiro e o patrimônio público. A Primarcial Holding, sob o comando de Trento, possui conexões financeiras com a REAG Investimentos e o Banco Master, instituições identificadas como braços financeiros da facção criminosa na Faria Lima.



A quebra de sigilo de Danilo Trento é fundamental para rastrear o fluxo financeiro entre suas empresas, a REAG, o Banco Master e os operadores do PCC, identificando os beneficiários finais das operações e a extensão da infiltração do crime organizado em contratos públicos e no sistema financeiro formal.

A medida baseia-se em indícios que conectam transações realizadas por meio das empresas BSF GESTAO EM SAUDE LTDA – CNPJ 20.595.406/0001-71 e T5 PARTICIPAÇÕES LTDA – CNPJ 36.715.592/0001-75, das quais foi sócio até março de 2024, quando transferiu a sociedade para Francine da Rosa.

A BSF GESTÃO EM SAÚDE também já esteve no nome de Francisco Emerson Maximiano, investigado juntamente com Danilo Trento pela CPI da Pandemia. Segundo foi apurado naquela comissão, ambos utilizaram a empresa para lavar dinheiro dos proventos do esquema de fraudes da Covaxin. Conforme RIFs enviados à CPMI do INSS, a empresa recebeu R\$ 9,9 milhões de um fundo da Trustee DTVM, o qual é responsável pela administração de ativos do Banco Master.

Além disso, conforme RIFs enviados à CPMI do INSS, a T5 PARTICIPAÇÕES realizou pagamento de R\$ 700 mil para o BK Bank e de R\$ 90 mil para a TAP (TÁXI AÉREO PIRACICABA), empresas investigadas por suas relações com o crime organizado.

A investigação aponta que o BK Bank era utilizado para lavagem de dinheiro do crime organizado (PCC) e movimentou bilhões em operações suspeitas. O BK Bank compartilha o mesmo CNPJ da Berlin Finance, empresa envolvida na cadeia de lavagem de dinheiro do esquema investigado pela CPI da Pandemia e que enviou recursos vultosos (R\$ 500 mil e R\$ 700 mil) para a Primarcial Holding, empresa ligada a Danilo Trento.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos



investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FABIANO CAMPOS ZETTEL, **CPF 027.818.816-86**, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de lavagem de dinheiro e atuação do crime organizado no mercado financeiro, tendo como figura central FABIANO CAMPOS ZETTEL, empresário e cunhado de Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master.

Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto apontam que Fabiano Zettel possui conexões financeiras diretas com a REAG Investimentos e o Banco Master, instituições identificadas como braços financeiros do Primeiro Comando da Capital (PCC) na Faria Lima. A investigação aponta que fundos de investimento controlados por Zettel, como o fundo Arleen, foram utilizados para



realizar operações financeiras com pivôs da Carbono Oculto, servindo como duto para a lavagem de recursos de origem ilícita.

A quebra de sigilo de Fabiano Zettel é fundamental para rastrear o fluxo financeiro entre seus fundos, a REAG, o Banco Master e os operadores do PCC, identificando os beneficiários finais das operações e a extensão da infiltração do crime organizado no sistema financeiro formal através de estruturas familiares e religiosas.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de **Ahmed Mohamad Oliveira, CPF 074.195.818-00**, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de fraudes previdenciárias e atuação do crime organizado no mercado financeiro, tendo como figura central JOSÉ CARLOS OLIVEIRA, ex-ministro do Trabalho e Previdência e ex-presidente do INSS.

A REAG Investimentos, parceira constante do Banco Master em operações de fundos, foi alvo da Operação Carbono Oculto, que investiga a lavagem de dinheiro para o PCC. Há uma linha investigativa que apura se a REAG servia como um duto para integrar o dinheiro das fraudes do INSS e do crime organizado (PCC) ao sistema financeiro formal, utilizando a estrutura do Banco Master para dar aparência de legalidade às transações. Essa conexão entre



REAG, Banco Master e Crime Organizado (PCC) se adequa ao disposto no plano de trabalho desta CPI, devendo-se apurar, ainda, o beneficiamento do Banco Master e, conseqüentemente, do PCC no esquema de fraudes do INSS.

Não se trata aqui de discutir matéria afeta à CPMI do INSS, já em andamento, mas sim de aprofundar as investigações a respeito da infiltração do crime organizado nas instituições públicas, o que passa pela apuração da utilização do Banco Master para lavagem de capitais do PCC por meio, inclusive, dos descontos fraudulentos relacionados ao INSS.

Além disso, sua atuação como " pilar institucional " de esquemas de desvios de recursos do INSS reforça a necessidade de investigar sua atuação e possíveis fluxos financeiros indevidos. A quebra de sigilo de José Carlos Oliveira é fundamental para rastrear o fluxo financeiro entre suas atividades públicas, a REAG, o Banco Master e os operadores do PCC, identificando os beneficiários finais das operações e a extensão da infiltração do crime organizado na administração pública e no sistema financeiro.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo



bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de MOHAMAD HUSSEIN MOURAD, **CPF 265.621.358-42** referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de lavagem de dinheiro e atuação direta do crime organizado no mercado financeiro, tendo como figura central MOHAMAD HUSSEIN MOURAD, conhecido pelo apelido de “Primo”.

Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto apontam que Mohamad Hussein Mourad é um dos principais operadores financeiros do Primeiro Comando da Capital (PCC) na Faria Lima.



De particular interesse para esta Comissão é a conexão direta do esquema liderado por Mohamad Hussein Mourad com o sistema financeiro, incluindo instituições investigadas no colapso do Banco Master. Relatórios de inteligência apontam que o Sr. Mourad utilizou o Banco Trustee, instituição ligada ao escândalo do Banco Master, para realizar operações de lavagem de dinheiro, como a aquisição de imóveis em nome de laranjas. Essa conexão evidencia como a fragilidade regulatória do sistema financeiro, investigada por esta CPI, foi explorada para dar aparência de legalidade a recursos oriundos do crime.

A quebra de sigilo de Mohamad Hussein Mourad é fundamental para rastrear o fluxo financeiro entre suas atividades, a REAG, o Banco Master e os operadores do PCC, identificando os beneficiários finais das operações e a extensão da infiltração do crime organizado no sistema financeiro formal.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP) e no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO AUGUSTO LEME DA SILVA, **CPF 215.652.438-62** referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

JUSTIFICAÇÃO

A presente medida revela-se imprescindível para o esclarecimento de graves indícios de lavagem de dinheiro e atuação direta do crime organizado no mercado financeiro, tendo como figura central ROBERTO AUGUSTO LEME DA SILVA, conhecido pelo apelido de “Beto Louco”.

Investigações no âmbito da Operação Carbono Oculto apontam que Roberto Augusto Leme da Silva é um dos principais operadores financeiros do Primeiro Comando da Capital (PCC) na Faria Lima. “Beto Louco” é peça-chave para aprofundar as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a infiltração do crime organizado no coração do sistema financeiro e na política nacional. Apontado como co-líder, ao lado de Mohamad Hussein Mourad, de



um esquema bilionário operado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), o depoimento do Sr. Leme da Silva é fundamental para desvendar a complexa engenharia de lavagem de dinheiro e corrupção que permitiu a expansão da maior facção criminosa do país.

As investigações da Operação Carbono Oculto revelaram que “Beto Louco” era o responsável pela gestão das distribuidoras de combustíveis Copape e Aster, instrumentalizadas para a prática de fraudes fiscais, falsificação de documentos e lavagem de capitais. O esquema, que movimentou R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, utilizava uma vasta rede de postos de combustíveis e fundos de investimento para ocultar a origem ilícita dos recursos, demonstrando uma atuação sofisticada no mercado financeiro, com epicentro na Avenida Faria Lima, em São Paulo.

A quebra de sigilo de Roberto Augusto Leme da Silva é fundamental para rastrear o fluxo financeiro entre suas atividades, a REAG, o Banco Master e os operadores do PCC, identificando os beneficiários finais das operações e a extensão da infiltração do crime organizado no sistema financeiro formal.

Diante dos indícios levantados, a medida mostra-se proporcional e adequada, pois visa assegurar a transparência e a rastreabilidade das movimentações financeiras. Importa destacar que a presente medida não configura devassa indiscriminada, pois se limita a dados diretamente relacionados aos fatos investigados, excluindo informações de natureza pessoal ou profissional que não guardem pertinência com o objeto da CPI.

Ante o exposto, demonstrada a pertinência temática, a materialidade indiciária e a imprescindibilidade da prova, requer-se a aprovação deste requerimento para que sejam expedidas as ordens de transferência de sigilo



bancário e fiscal, com a imediata remessa dos dados para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Compliance Zero.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Compliance Zero.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia dos relatórios de análise e informação produzidos no âmbito da Operação Compliance Zero que descrevem a atuação dos servidores do Banco Central, Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana, como “consultores informais e contínuos” de Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master.
2. Acesso aos elementos de prova que indicam o recebimento de vantagens indevidas pelos referidos servidores, incluindo cópias de contratos simulados, como o firmado entre Bellini Santana e a empresa Varajo Consultoria Empresarial, e as mensagens de WhatsApp que autorizam e operacionalizam os pagamentos.
3. Compartilhamento das análises de dados telemáticos e financeiros que demonstram a troca de informações privilegiadas entre os servidores do Banco



Central e a diretoria do Banco Master, incluindo alertas sobre fiscalizações e orientações para atuação em processos administrativos.

4. Informações sobre o andamento do Inquérito Policial, incluindo oitivas realizadas, perícias concluídas e outras diligências que possam ser compartilhadas sem prejuízo ao curso das investigações.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é “apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias”. A presente requisição de informações à Polícia Federal é medida essencial para o cumprimento deste mister, uma vez que as investigações da Operação Compliance Zero revelam uma das mais sofisticadas facetas do crime organizado: a captura de instituições de Estado para a lavagem de dinheiro e a garantia da impunidade.

As investigações apontam que o Banco Master, instituição financeira de grande porte, teria movimentado R\$ 2,8 bilhões para uma empresa suspeita de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC). Para garantir a continuidade de suas operações e se proteger da fiscalização, o banco teria corrompido altos servidores do Banco Central, como Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana. Este modus operandi – a infiltração em órgãos estatais e a corrupção de agentes públicos – é uma característica central da atuação das grandes facções criminosas no Brasil e, portanto, está diretamente relacionado ao objeto desta CPI.

O compartilhamento das informações colhidas pela Polícia Federal não representa um desvio de finalidade, mas uma necessária e salutar cooperação entre os Poderes para o desmantelamento de complexas redes criminosas. O



acesso aos relatórios, perícias e elementos de prova permitirá a esta Comissão compreender como o crime organizado se infiltra no sistema financeiro, quais são as vulnerabilidades dos órgãos de controle e como a corrupção de agentes públicos facilita a lavagem de dinheiro em larga escala. Trata-se de matéria de inequívoca pertinência temática com o escopo desta CPI.

É importante esclarecer que o presente requerimento não exorbita os limites do plano de trabalho desta CPI, que estabelece como escopo o ingresso do crime organizado nos mercados aparentemente lícitos, fenômeno conhecido como “novos ilegalismos”. Vejamos, o trecho retirado do referido plano de trabalho:

“Merecerá atenção especial o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, conhecido como ‘novos ilegalismos’, torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores e advogados, bem como a criação de empresas de fachada para efetivar a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas das facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.”

Destaca-se, ainda, que entre os eixos temáticos estabelecidos no plano de trabalho constam: a) lavagem de dinheiro; b) corrupção ativa e passiva em todos os setores e esferas. Nesse sentido, a CPI do Crime Organizado possui capacidade de investigar as ilegalidades decorrentes das operações do Banco Master e da infiltração de criminosos nas instituições públicas e nos mercados lícitos.

A presente requisição, portanto, visa aprofundar a investigação sobre a estrutura e o funcionamento do crime organizado, focando em sua dimensão mais sofisticada e perigosa: a capacidade de operar dentro do próprio Estado. A colaboração da Polícia Federal é indispensável para que esta Comissão possa cumprir seu papel constitucional de propor o aperfeiçoamento da legislação e



fortalecer as instituições no combate às facções que ameaçam a segurança e a economia do país.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 1º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência dos seguintes sigilos da empresa Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA. (CNPJ 39.665.366/0001-15), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 4 de março de 2026.

1. **Sigilo Bancário:** Todas as informações sobre movimentações financeiras, incluindo extratos de contas correntes e de investimento, aplicações financeiras, transferências (TED, DOC, PIX), depósitos, saques e quaisquer outras operações realizadas junto a instituições financeiras no Brasil e no exterior.

2. **Sigilo Fiscal:** Todas as informações constantes das bases de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, incluindo Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF), e Declaração de Operações com Cartões de Crédito (DECRED).

3. **Sigilo Telefônico:** Registros de todas as chamadas telefônicas (originadas e recebidas), com data, hora, duração e número de destino/origem, junto a todas as operadoras de telefonia fixa e móvel do país.



4. **Sigilo Telemático:** Dados cadastrais e registros de conexão (data, hora, endereço IP) junto aos provedores de aplicação de internet, incluindo Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp), Google, Telegram, Apple e Twitter.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é “apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias”. Um dos pilares para a expansão e o fortalecimento dessas organizações é a sua capacidade de lavar o dinheiro proveniente de atividades ilícitas e de capturar instituições do Estado para garantir a continuidade de suas operações. A presente requisição de transferência de sigilos se insere diretamente neste escopo investigativo.

Investigações da Polícia Federal, no âmbito da Operação Compliance Zero, apontam que a empresa Varajo Consultoria Empresarial foi utilizada como peça-chave em um esquema de corrupção que beneficiava diretamente o Banco Master, instituição financeira que, segundo as mesmas investigações, movimentou R\$ 2,8 bilhões para uma empresa suspeita de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC). A Varajo teria sido o veículo para o pagamento de propina a Bellini Santana, então chefe de um departamento estratégico do Banco Central, em troca de informações privilegiadas.

A quebra dos sigilos da Varajo Consultoria é, portanto, uma medida que não visa apenas apurar um ato de corrupção isolado, mas sim desvendar o modus operandi de uma organização criminosa que, para garantir a lavagem de seus ativos, corrompe agentes públicos e se infiltra no coração do Sistema Financeiro Nacional. A análise dos dados bancários, fiscais e telemáticos permitirá rastrear a origem e o destino dos recursos que transitaram pela empresa, confirmando sua conexão com o esquema maior de lavagem de dinheiro e,



consequentemente, com o financiamento e a expansão do PCC, objeto central desta CPI.

Em suma, a medida é imprescindível para que esta Comissão possa mapear a engenharia financeira que sustenta o crime organizado, identificar os pontos de vulnerabilidade do Estado e propor o aperfeiçoamento da legislação. A transferência dos sigilos da Varajo não representa um desvio de finalidade, mas um aprofundamento necessário na investigação de como as facções criminosas operam, se financiam e se expandem, utilizando-se da corrupção e da lavagem de dinheiro como ferramentas essenciais para sua atuação.

É importante esclarecer que o presente requerimento não exorbita os limites do plano de trabalho desta CPI, que estabelece como escopo o ingresso do crime organizado nos mercados aparentemente lícitos, fenômeno conhecido como “novos ilegalismos”. Vejamos, o trecho retirado do referido plano de trabalho:

“Merecerá atenção especial o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, conhecido como ‘novos ilegalismos’, torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores e advogados, bem como a criação de empresas de fachada para efetivar a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas das facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.”

Destaca-se, ainda, que entre os eixos temáticos estabelecidos no plano de trabalho constam: a) lavagem de dinheiro; b) corrupção ativa e passiva em todos os setores e esferas. Nesse sentido, a CPI do Crime Organizado possui capacidade de investigar as ilegalidades decorrentes das operações do Banco Master e da infiltração de criminosos nas instituições públicas e nos mercados lícitos.



Assim, entendendo-se pela pertinência temática e compreendendo a relevância da presente medida para o cumprimento do plano de trabalho desta CPI, apresenta-se este requerimento.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações detalhadas sobre os processos administrativos disciplinares que culminaram no afastamento dos servidores Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana, para fins de instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações detalhadas sobre os processos administrativos disciplinares que culminaram no afastamento dos servidores Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana, para fins de instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia integral dos processos administrativos disciplinares (PADs) instaurados em face de Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de Fiscalização, e Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (Desup).



2. Relatórios e pareceres da Corregedoria do Banco Central que fundamentaram a decisão de afastar administrativamente os referidos servidores de suas funções em janeiro de 2026.

3. Informações sobre todas as medidas de controle e apuração interna adotadas pelo Banco Central desde a deflagração da Operação Compliance Zero, em novembro de 2025, para investigar a conduta de seus servidores no caso Banco Master.

4. Detalhamento de eventuais outras investigações internas em curso que apurem a participação de outros servidores do Banco Central em esquemas de corrupção ou favorecimento a instituições financeiras investigadas por esta CPI.

JUSTIFICAÇÃO

O objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito é “apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias”. A presente requisição de informações ao Banco Central do Brasil se insere diretamente neste escopo, ao buscar esclarecer como uma das mais importantes instituições do Estado brasileiro foi infiltrada por um esquema criminoso com conexões com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

As investigações da Operação Compliance Zero revelaram que o Banco Master, utilizado para lavar dinheiro do PCC, teria corrompido os servidores Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana, que ocupavam posições estratégicas na área de fiscalização e supervisão do Banco Central. A captura de agentes públicos em órgãos de controle é um dos principais mecanismos que permitem a expansão e o fortalecimento do crime organizado, pois garante a impunidade e a continuidade de suas operações ilícitas. A investigação deste *modus operandi* é, portanto, matéria de absoluta pertinência temática com os trabalhos desta CPI.

O acesso aos processos administrativos disciplinares que culminaram no afastamento dos referidos servidores não representa um desvio de finalidade,



mas uma medida indispensável para que esta Comissão possa compreender a extensão da vulnerabilidade do Banco Central à infiltração criminosa. A análise da documentação permitirá avaliar a robustez dos mecanismos de controle interno e de compliance da autarquia, bem como a adequação e a celeridade da resposta institucional ao escândalo. Trata-se de um aprofundamento necessário na investigação de como as facções criminosas operam para capturar o Estado.

É importante esclarecer que o presente requerimento não exorbita os limites do plano de trabalho desta CPI, que estabelece como escopo o ingresso do crime organizado nos mercados aparentemente lícitos, fenômeno conhecido como “novos ilegalismos”. Vejamos, o trecho retirado do referido plano de trabalho:

“Merecerá atenção especial o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, conhecido como ‘novos ilegalismos’, torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores e advogados, bem como a criação de empresas de fachada para efetivar a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas das facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.”

Destaca-se, ainda, que entre os eixos temáticos estabelecidos no plano de trabalho constam: a) lavagem de dinheiro; b) corrupção ativa e passiva em todos os setores e esferas. Nesse sentido, a CPI do Crime Organizado possui capacidade de investigar as ilegalidades decorrentes das operações do Banco Master e da infiltração de criminosos nas instituições públicas e nos mercados lícitos.

Por fim, a requisição se justifica pelo dever de fiscalização do Poder Legislativo sobre a administração pública. É imperativo que esta CPI investigue as falhas que permitiram a corrupção de altos servidores do Banco Central e proponha medidas legislativas para fortalecer a integridade e a autonomia da instituição. A colaboração do Banco Central é essencial para que esta Comissão possa cumprir seu



papel constitucional de combater o crime organizado em todas as suas dimensões, incluindo sua perigosa infiltração no aparelho de Estado.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-Diretor de Fiscalização do Banco Central, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação dos srs. Bellini Santana e Paulo Sérgio é medida indispensável para o avanço das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Crime Organizado.

Conforme informações divulgadas em 04 de março de 2026, a Polícia Federal realizou a nova fase da Operação Compliance Zero, o que culminou – dentre outras coisas – na imposição de medidas coercitivas contra os Srs. Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, teriam atuado como consultores informais de Daniel Vercaro, facilitando a operação de compra do então Banco Máxima (posteriormente renomeado como Banco Master) e divulgando informações sigilosas para o banqueiro, a fim de municiá-lo a respeito das operações realizadas pelo Banco Central.

Diante do exposto as oitivas dos Srs. Bellini Santana e Paulo Sérgio Neves de Sousa são primordiais para que esta Comissão apure a infiltração do crime organizado nas instituições públicas, como o Banco Central.



É importante esclarecer que essa convocação não exorbita os limites do plano de trabalho desta CPI, que estabelece como escopo o ingresso do crime organizado nos mercados aparentemente lícitos, fenômeno conhecido como “novos ilegalismos”. Vejamos, o trecho retirado do referido plano de trabalho:

“Merecerá atenção especial o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, conhecido como ‘novos ilegalismos’, torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores e advogados, bem como a criação de empresas de fachada para efetivar a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas das facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.”

Destaca-se, ainda, que entre os eixos temáticos estabelecidos no plano de trabalho constam: a) lavagem de dinheiro; b) corrupção ativa e passiva em todos os setores e esferas. Nesse sentido, a CPI do Crime Organizado possui capacidade de investigar as ilegalidades decorrentes das operações do Banco Master e da infiltração de criminosos nas instituições públicas e nos mercados lícitos.

Imperioso relembrar que as investigações revelaram que o Banco Master teria movimentado cerca de R\$ 2,8 bilhões em operações de câmbio para uma empresa suspeita de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Importante esclarecer que não há desconhecimento quanto à decisão do Ministro André Mendonça, proferida em razão da Petição nº 22049/2026, no âmbito do Inquérito 5.026/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal. Na referida decisão, o Ministro entende que haveria certo “desvio de finalidade” desta CPI, ao aprovar a convocação do ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.



Do mesmo modo, seria possível inferir – em uma análise menos detalhada – que a razão de decidir do Ministro André Mendonça vetaria, também, a convocação dos servidores do BACEN aqui expostos. Todavia, conforme demonstrado acima, há clara correlação entre o escopo desta CPI e as apurações do esquema criminoso orquestrado no Banco Central. Repise-se, o Banco Master movimentou valores de uma empresa acusada de lavagem de capitais o PCC – a maior organização criminosa do país.

À medida que as investigações avançam e constatarem o envolvimento de servidores do Banco Central do Brasil nas operações fraudulentas do Banco Master, tem-se, por conseguinte, a avocação da competência desta CPI para apurar tais fatos, posto que relacionados à infiltração do crime organizado nas instituições públicas.

Diante do exposto e dos novos fatos que surgiram, as oitivas do Srs. Bellini Santana e Paulo Sérgio são primordiais para que esta Comissão apure a infiltração do crime organizado nas instituições públicas, como o Banco Central.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação dos srs. Bellini Santana e Paulo Sérgio é medida indispensável para o avanço das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Crime Organizado.

Conforme informações divulgadas em 04 de março de 2026, a Polícia Federal realizou a nova fase da Operação Compliance Zero, o que culminou – dentre outras coisas – na imposição de medidas coercitivas contra os Srs. Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana que, de acordo com o relatório da Polícia Federal, teriam atuado como consultores informais de Daniel Vorcario, facilitando a operação de compra do então Banco Máxima (posteriormente renomeado como Banco Master) e divulgando informações sigilosas para o banqueiro, a fim de municiá-lo a respeito das operações realizadas pelo Banco Central.



Diante do exposto as oitivas dos Srs. Bellini Santana e Paulo Sérgio Neves de Sousa são primordiais para que esta Comissão apure a infiltração do crime organizado nas instituições públicas, como o Banco Central.

É importante esclarecer que essa convocação não exorbita os limites do plano de trabalho desta CPI, que estabelece como escopo o ingresso do crime organizado nos mercados aparentemente lícitos, fenômeno conhecido como “novos ilegalismos”. Vejamos, o trecho retirado do referido plano de trabalho:

“Merecerá atenção especial o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, conhecido como ‘novos ilegalismos’, torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores e advogados, bem como a criação de empresas de fachada para efetivar a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas das facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.”

Destaca-se, ainda, que entre os eixos temáticos estabelecidos no plano de trabalho constam: a) lavagem de dinheiro; b) corrupção ativa e passiva em todos os setores e esferas. Nesse sentido, a CPI do Crime Organizado possui capacidade de investigar as ilegalidades decorrentes das operações do Banco Master e da infiltração de criminosos nas instituições públicas e nos mercados lícitos.

Imperioso lembrar que as investigações revelaram que o Banco Master teria movimentado cerca de R\$ 2,8 bilhões em operações de câmbio para uma empresa suspeita de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Importante esclarecer que não há desconhecimento quanto à decisão do Ministro André Mendonça, proferida em razão da Petição nº 22049/2026, no âmbito do Inquérito 5.026/DF, que tramita no Supremo Tribunal Federal. Na referida decisão, o Ministro entende que haveria certo “desvio de finalidade” desta



CPI, ao aprovar a convocação do ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Do mesmo modo, seria possível inferir – em uma análise menos detalhada – que a razão de decidir do Ministro André Mendonça vetaria, também, a convocação dos servidores do BACEN aqui expostos. Todavia, conforme demonstrado acima, há clara correlação entre o escopo desta CPI e as apurações do esquema criminoso orquestrado no Banco Central. Repise-se, o Banco Master movimentou valores de uma empresa acusada de lavagem de capitais o PCC – a maior organização criminosa do país.

À medida que as investigações avançam e constatarem o envolvimento de servidores do Banco Central do Brasil nas operações fraudulentas do Banco Master, tem-se, por conseguinte, a avocação da competência desta CPI para apurar tais fatos, posto que relacionados à infiltração do crime organizado nas instituições públicas.

Diante do exposto e dos novos fatos que surgiram, as oitivas do Srs. Bellini Santana e Paulo Sérgio são primordiais para que esta Comissão apure a infiltração do crime organizado nas instituições públicas, como o Banco Central.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Valdemar da Costa Neto, Presidente do Partido Liberal (PL), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do sr. Valdemar da Costa Neto se justifica pelas recentes declarações dele em entrevista ao Canal Livre, da Rede Bandeirantes. Na referida entrevista o ora convocado discorreu sobre as doações de campanha feitas pelo sr. Fabiano Zettel ao ex-presidente Jair Bolsonaro, ao governador Tacísio de Freitas e ao Partido Liberal (PL) nas eleições presidenciais de 2022.

Como se sabe, Fabiano Zettel é cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Ambos são investigados na operação Compliance Zero, que investiga fraudes na instituição financeira. A investigação aponta para sua participação em crimes contra o Sistema Financeira Nacional.

Destaca-se que há uma clara linha investigativa a respeito da utilização da REAG para lavagem de dinheiro do PCC, bem como são claras também as relações da REAG com o Banco Master, ajudando a movimentar recursos de forma atípica, inflar resultados e ocultar riscos do referido banco.



Dessa forma, a investigação de Fabiano Zettel e das suas doações de campanha são compatíveis com o escopo delimitado no plano de trabalho desta CPI.

Ato contínuo, faz-se necessário ouvir o sr. Valdemar da Costa Neto para que preste esclarecimentos sobre as doações de campanha realizadas por Zettel ao Partido Liberal (PL) e à campanha de Jair Bolsonaro. Destaca-se que o presidente do Partido apontou em entrevista que Zettel “deu 3 milhões na campanha do Bolsonaro (...) deu diretamente na conta do Bolsonaro (...) na conta do partido também entrava dinheiro”.

Considerando a necessidade de se investigar a infiltração do crime organizado nas instituições públicas brasileiras, é salutar que essa CPI aprove o requerimento de convocação do sr. Valdemar, ante suas declarações de que um dos investigados da Compliance Zero doou valores à campanha de Jair Bolsonaro e ao Partido Liberal (PL).

Nesses termos, contamos com o apoio dos Senadores na aprovação deste requerimento, uma vez que a referida oitiva é crucial para desvendar a infiltração do crime organizado nas instituições públicas brasileiras.

Sala da Comissão, 3 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante Instituto Sou da Paz, a comparecer a esta Comissão, a fim de contribuir com informações para a construção de políticas públicas de segurança e prevenção da violência.

JUSTIFICAÇÃO

Com quase três décadas de atuação dedicada à segurança pública e à defesa do Estado Democrático de Direito, o Instituto Sou da Paz é uma referência no debate sobre segurança pública. Tem como missão "contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção da violência, pautadas por valores de democracia, justiça social e direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da difusão de práticas inovadoras nessa área". Considerando seus valores de defesa do Estado Democrático de Direito e dos direitos humanos, postura republicana, transparência e honestidade nas relações, estímulo à cooperação entre atores diversos, alteridade e coerência, compromisso com a luta antirracista e contra a discriminação de gênero, respeito às necessidades profissionais e pessoais, postura construtiva e capacidade de



inovação e compromisso com o resultado e o impacto do trabalho, reputamos importante convidar a instituição para contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa KING PARTICIPACOES IMOBILIARIAS LTDA, CNPJ nº 47.855.227/0001-82, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.



f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e



configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e Email ou telefone cadastrado para recuperação de senha.

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

j) telemático (7), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome



de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

k) telemático (8), oficiando-se a empresa Bytedance Brasil Tecnologia Ltda para que forneça, a respeito da plataforma TikTok: dados cadastrais (nome, e-mail e telefone); logs de acesso com IP, data, hora e fuso horário; conteúdo de mensagens diretas, vídeos publicados e rascunhos; e lista de seguidores e contas seguidas.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo a decretação da quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA, diante da existência de elementos informativos que indicam a possível utilização da referida pessoa jurídica como instrumento para movimentação de recursos vinculados a atividades de organização criminosa investigada no âmbito da denominada **Operação Compliance Zero**, conduzida pela Polícia Federal.

As informações que fundamentam o presente pedido constam de decisão proferida pelo Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Petição nº 15.556, instaurada a partir de representação da Polícia Federal para adoção de medidas cautelares no âmbito de investigação criminal. Na referida decisão, o Ministro relator consignou a existência de robustos indícios da atuação de uma estrutura organizada voltada à prática de crimes financeiros, corrupção, lavagem de dinheiro, ocultação patrimonial e obstrução da justiça, estruturada em múltiplos núcleos operacionais.



Segundo registrado na decisão judicial, essa estrutura criminosa teria sido financiada pelo empresário Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, que, conforme apontam os elementos colhidos na investigação, mantinha aparato clandestino voltado à obtenção de informações sigilosas, monitoramento de indivíduos e intimidação de adversários ou potenciais denunciante.

Entre os operadores centrais da estrutura investigada figurava Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão, identificado nas investigações pelo codinome “Sicário”. Conforme descrito na decisão judicial, Mourão seria responsável pela coordenação de um núcleo especializado em atividades de monitoramento clandestino, coleta de informações sigilosas e execução de ações destinadas à neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses do grupo investigado.

De acordo com os elementos probatórios mencionados na decisão, Mourão receberia pagamentos mensais da ordem de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** provenientes de Daniel Vorcaro, valores destinados ao financiamento das atividades desempenhadas por esse núcleo de intimidação e obstrução da justiça. Tais pagamentos, segundo consignado nos autos, eram operacionalizados por intermédio de pessoas ligadas ao empresário e registrados em comunicações eletrônicas entre integrantes da organização.

Nesse contexto, consta expressamente na decisão judicial que **parte desses recursos teria sido transferida para a empresa KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA**, a qual teria sido utilizada como instrumento financeiro para operacionalizar o custeio das atividades conduzidas pelo referido núcleo. Em mensagens eletrônicas citadas na decisão, integrantes da organização discutem a realização desses pagamentos mensais, inclusive com o compartilhamento de comprovantes de transferência bancária no valor aproximado de R\$ 1 milhão destinados à conta bancária vinculada à referida empresa.

As investigações também revelaram que Mourão coordenava uma estrutura interna denominada “A Turma”, composta por indivíduos responsáveis



por atividades de vigilância, coleta clandestina de informações e monitoramento de pessoas consideradas adversárias do grupo investigado.

Diante desses elementos, verifica-se a existência de **indícios concretos de que a empresa KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA pode ter sido utilizada como instrumento para movimentação de recursos destinados ao financiamento de atividades ilícitas**, consistentes na obtenção clandestina de informações, monitoramento de indivíduos e execução de ações de intimidação contra adversários da organização investigada.

A utilização de pessoas jurídicas para a movimentação e dissimulação de recursos constitui prática recorrente em estruturas criminosas complexas, permitindo a fragmentação das responsabilidades operacionais e a ocultação da origem e destinação de valores ilícitos. Nessa perspectiva, a identificação da real dinâmica financeira e operacional da empresa mencionada revela-se essencial para o esclarecimento dos fatos investigados.

Nesse contexto, a **quebra dos sigilos bancário e fiscal** mostram-se necessárias para rastrear a movimentação financeira da empresa, identificar eventuais fluxos de recursos ilícitos e verificar a existência de vínculos econômicos com pessoas físicas ou jurídicas relacionadas à estrutura criminosa investigada.

Da mesma forma, a **quebra dos sigilos telefônico e telemático** revela-se medida investigativa indispensável para a identificação de eventuais comunicações mantidas entre os integrantes da organização, bem como para a verificação da possível utilização de plataformas digitais, serviços de mensagens ou armazenamento em nuvem para coordenação das atividades ilícitas descritas nas investigações.

Cumprе destacar que organizações criminosas estruturadas frequentemente utilizam múltiplos canais de comunicação digital para coordenar suas atividades e ocultar provas, razão pela qual o acesso a dados telemáticos constitui instrumento investigativo fundamental para a reconstrução da dinâmica



operacional da organização e para a identificação de seus integrantes e financiadores.

No plano jurídico-constitucional, a adoção das medidas investigativas ora requeridas encontra amparo no **art. 58, §3º, da Constituição Federal**, que confere às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, permitindo a determinação de diligências e a requisição de documentos e informações necessários à elucidação dos fatos investigados. No mesmo sentido, o **art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal** autoriza a decretação de quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático quando presentes elementos mínimos que indiquem a pertinência da medida para a investigação parlamentar.

No caso concreto, encontram-se presentes **os requisitos de necessidade, adequação e proporcionalidade da medida cautelar**, uma vez que existem indícios objetivos de utilização da empresa KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA na movimentação de recursos relacionados à estrutura investigada, sendo a quebra dos sigilos medida necessária para permitir o rastreamento da origem e destino desses valores, a identificação de eventuais beneficiários e a reconstrução da rede de relações econômicas e comunicacionais da organização.

Ademais, os fatos descritos apresentam inequívoca relação com o fenômeno do **crime organizado**, objeto central das investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, notadamente diante da presença de elementos característicos previstos na Lei nº 12.850/2013, tais como a existência de estrutura hierarquizada, divisão de tarefas, utilização de empresas para movimentação de recursos ilícitos e atuação coordenada para obtenção de vantagens indevidas e obstrução de investigações.

Diante de todo o exposto, mostram-se **adequadas, necessárias e juridicamente fundamentadas** as medidas investigativas ora requeridas, as quais permitirão o aprofundamento das apurações sobre a possível utilização da



empresa KING PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA como instrumento financeiro de atividades relacionadas à organização criminosa investigada no âmbito da Operação Compliance Zero, contribuindo para o pleno exercício da função constitucional desta Comissão Parlamentar de Inquérito no enfrentamento das atividades do crime organizado no país.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)
Presidente da CPI do Crime Organizado





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações e documentos enviados pela Polícia Federal sobre o óbito de LUIZ PHILLIPI MACHADO DE MORAES MOURÃO, investigado na Operação "Compliance Zero".

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações e documentos enviados pela Polícia Federal sobre o óbito de LUIZ PHILLIPI MACHADO DE MORAES MOURÃO, investigado na Operação "Compliance Zero".

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem como escopo central a investigação da estrutura, do financiamento e das ramificações de organizações criminosas no território nacional, com especial ênfase no *modus operandi* empregado para a lavagem de capitais e a infiltração em instituições lícitas da economia. No transcurso das atividades instrutórias, evidenciaram-se fatos de acentuada gravidade atinentes ao conglomerado financeiro Banco Master S/A, cujo colapso e subsequente liquidação extrajudicial expuseram indícios de fraudes bilionárias e vínculos diretos com facções criminosas.



Tal cenário ensejou a deflagração da Operação Compliance Zero pela Polícia Federal, em novembro de 2025, visando desarticular um esquema de corrupção sistêmica e fraude financeira na referida instituição, no qual se apuram crimes de organização criminosa, gestão fraudulenta, induzimento de investidores ao erro, manipulação de mercado e lavagem de ativos. Em decorrência das apurações, o Banco Central do Brasil determinou a liquidação extrajudicial da entidade após a identificação de um déficit patrimonial estimado em R\$ 17 bilhões, resultando na prisão preventiva de seu controlador, Daniel Bueno Vorcaro.

Em 3 de março de 2026, novas medidas restritivas de liberdade foram decretadas em desfavor do citado controlador e de outros três indivíduos, entre os quais figura Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão. Conforme decisão proferida pelo Ministro André Mendonça nos autos da Pet. 15.556, a Polícia Federal apurara que Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, identificado pelas alcunhas "Sicário" e "Felipe Mourão", desempenhava um papel central na coordenação operacional de uma milícia privada denominada "A Turma", estrutura voltada para a vigilância, coleta de informações e monitoramento de indivíduos considerados adversários do grupo econômico. No exercício dessas funções, o investigado realizava consultas e extrações de dados em sistemas sigilosos de órgãos públicos nacionais e internacionais — como a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o FBI e a Interpol — mediante o uso indevido de credenciais funcionais de terceiros.

Sua atuação abrangia ainda atividades de intimidação e coação, sendo responsável por coordenar diligências de localização e acompanhamento presencial de jornalistas e críticos, funcionando como o braço executor de ordens violentas e planos de agressão física. Adicionalmente, Mourão articulava a manipulação de conteúdo em plataformas digitais, simulando requisições oficiais para a remoção de perfis, e geria o recebimento de aproximadamente R\$ 1 milhão mensais para o custeio dessas atividades ilícitas, valores que seriam repassados por intermédio de operadores e empresas controladas pelo conglomerado financeiro.



Horas após a prisão de Felipe Mourão, em 4 de março de 2026, a Polícia Federal informou que o investigado foi encontrado tentando se suicidar na Superintendência Regional do órgão em Minas Gerais. Os agentes executaram os procedimentos de reanimação e acionaram o Serviço Móvel de Urgência. Felipe Mourão chegou a ser transferido ao hospital, mas faleceu à noite por morte encefálica.

Considerando notícias de que a Polícia Federal encaminhou todas as informações concernentes ao ocorrido ao Supremo Tribunal Federal, reputamos necessário ter acesso a esses documentos, a fim de exercer a fiscalização que constitucionalmente compete ao Parlamento. Como cabe a esta Comissão a investigação do funcionamento das organizações criminosas no país, e tendo em vista as evidências de que o investigado exercia atividade de milícia privada a serviço de complexa estrutura criminosa, cumpre averiguar as condições de seu óbito.

Ressalte-se que este Relator confia plenamente no trabalho da Polícia Federal, órgão que tem sido responsável pela investigação das mais complexas organizações criminosas ao longo dos anos no Brasil e que conta com profissionais de ilibada conduta e formação coerente com as atividades desempenhadas.

Interessa, no entanto, compreender se o falecimento de Felipe Mourão evidencia comportamento típico de integrante de verdadeira organização mafiosa, em que é preferível a alternativa fatal à condenação ou contribuição com as autoridades; e como esse tipo de conduta pode ser evitado nos estabelecimentos policiais e prisionais, que devem zelar pela integridade física e mental dos custodiados. Vivemos em um Estado Democrático de Direito em que a função do Direito Penal, para além da retribuição pelas condutas praticadas, implica na prevenção e ressocialização dos indivíduos.



Nesse sentido, contamos com o apoio dos pares para a aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)
Relator da Comissão do Crime Organizado





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Sérgio Neves de Souza, Servidor Público Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A recente decisão proferida pelo Ministro André Mendonça nos autos da Petição 15.556/DF elucidou parte do esquema criminoso operado no âmbito do Sistema Financeiro, envolvendo o Banco Master e seus representantes. O grupo descrito na decisão da "Operação Compliance Zero" apresenta as características fundamentais de uma organização criminosa, ao demonstrar uma associação estruturalmente ordenada de quatro ou mais pessoas (envolvendo pelo menos dez pessoas físicas e cinco jurídicas) com uma clara divisão de tarefas. A estrutura é dividida em quatro núcleos principais — financeiro, corrupção institucional, ocultação patrimonial/lavagem de dinheiro e intimidação/obstrução de justiça — aparentemente liderados por Daniel Bueno Vorcaro, que coordenava as estratégias e ordens, enquanto outros integrantes operacionalizavam pagamentos e ações de vigilância e coerção por meio do braço armado conhecido como "A Turma".



O objetivo do grupo era a obtenção de vantagens econômicas e institucionais mediante a prática de infrações penais graves, tais como gestão fraudulenta de instituição financeira, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e obstrução da justiça.

Conforme aponta o Ministro, com base em investigações realizadas pela Polícia Federal, o banqueiro Daniel Bueno Vorcaro tinha acesso irrestrito a servidores públicos que ocupavam importantes posições no Banco Central, autarquia responsável pela supervisão do sistema bancário nacional. Como possível decorrência desses contatos, o Sr. Daniel Vorcaro conseguia influir nas decisões do órgão regulador, favorável ao conglomerado do Master até novembro de 2025, embora o Banco estivesse adotando condutas questionáveis desde 2019. É nesse contexto em que se pleiteia a convocação de Paulo Sérgio Neves de Souza, Auditor do Banco Central que ocupava o cargo de Chefe-Adjunto do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP) no estado de São Paulo, até a data de 19 de janeiro de 2026.

Conforme o Regimento Interno do Banco Central, compete à referida unidade realizar a supervisão prudencial das instituições financeiras e de seus conglomerados prudenciais, além de verificar a aderência dos participantes aos requisitos necessários para a concessão e a alteração de limites para a realização de operações de Linhas Financeiras de Liquidez que exijam autorização específica. Durante o período em que desempenhava a função de Chefe-Adjunto, cabia a Paulo Sérgio responder pela atividade de supervisão prudencial das instituições financeiras e coordenar tais atividades, além de decidir sobre os pleitos de dispensa de auditoria das demonstrações financeiras anuais e semestrais de instituições financeiras, submetendo ao Chefe do Departamento subsídios para a tomada de decisão relativa à decretação de regime de resolução, convocação de representantes legais e controladores para prestar esclarecimentos e aplicação de medidas prudenciais, entre outras.



Enquanto ocupava a função, segundo as investigações da "Operação Compliance Zero", Paulo Sérgio atuava deliberadamente em favor dos interesses privados do grupo de Daniel Bueno Vorcaro, em total desacordo com as suas funções de servidor público no Banco Central do Brasil (BACEN). O Chefe-Adjunto agia como uma espécie de consultor estratégico informal para o Banco Master, fornecendo orientações privilegiadas e instruindo Vorcaro sobre as melhores estratégias e argumentos a serem utilizados em reuniões de cúpula, inclusive com o próprio Presidente do BACEN.

A gravidade de sua atuação manifestava-se também na manipulação direta de documentos oficiais; em um episódio específico, ele analisou e sugeriu alterações em minutas de ofícios do Banco Master antes mesmo de serem protocolados no departamento que ele próprio chefiava, visando garantir resultados favoráveis à instituição financeira. Além dessa assessoria técnica, Paulo Sérgio atuava na intermediação de negócios e operações societárias, utilizando a sua posição para facilitar tratativas de mercado e identificar compradores para ativos do grupo. Em conjunto com o investigado Belline Santana, Chefe do Departamento de Supervisão Bancária, o ora convocado participava de grupo de mensagens com Daniel Vorcaro, para facilitar a comunicação sobre assuntos de interesse da instituição financeira. As evidências apontam que essas atividades eram remuneradas por meio de vantagens indevidas, operacionalizadas através de estruturas financeiras complexas para ocultar a natureza da propina.

Devido a esses fatos, a Justiça determinou o seu afastamento imediato do cargo, a proibição de manter contato com testemunhas e investigados na Operação Compliance Zero, proibição de acesso às dependências do Banco Central, proibição de se ausentar do município e do país, a retenção do seu passaporte e a monitoração por tornozeleira eletrônica.

A lesividade das condutas descritas impõe a convocação do referido servidor a fim de que esta Comissão, representativa dos cidadãos brasileiros, possa compreender a extensão da atuação da cadeia criminoso, sua repercussão no



sistema financeiro e previdenciário, como se operavam os esquemas de lavagem de capitais e a conexão da organização com o braço estatal que propiciava a operação por anos do esquema criminoso.

Certo de contar com o apoio dos pares, submeto a apreciação deste requerimento.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Belline Santana, servidor do Banco Central e ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP), para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação fundamenta-se nos elementos descritos na decisão proferida pelo Ministro André Mendonça nos autos da Petição nº 15.556/DF, no âmbito de investigação conduzida pela Polícia Federal na denominada Operação Compliance Zero.

Segundo a referida decisão, há indícios da existência de estrutura organizada voltada à prática de crimes contra o sistema financeiro nacional, corrupção ativa e passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro, violação de sigilo funcional, fraude processual e obstrução de justiça, envolvendo pessoas físicas e jurídicas relacionadas ao conglomerado financeiro Banco Master e



a agentes públicos que teriam atuado em benefício dos interesses do grupo investigado.

A decisão judicial registra que a investigação identificou a existência de diferentes núcleos operacionais no interior da organização investigada, dentre os quais se destacaria um núcleo voltado à corrupção institucional, cujo objetivo seria influenciar ou comprometer a atuação de servidores públicos responsáveis pela supervisão do sistema financeiro nacional.

Cumprе destacar que a supervisão prudencial exercida pelo Banco Central do Brasil constitui função essencial para a preservação da estabilidade do sistema financeiro nacional, para a proteção dos depositantes e investidores e para a manutenção da confiança institucional nas autoridades regulatórias do país. Eventuais condutas capazes de comprometer a independência e a imparcialidade de agentes responsáveis por tais funções possuem, portanto, elevada relevância institucional e inequívoco interesse público.

É nesse contexto que a decisão faz referência à atuação do Senhor Belline Santana, que à época dos fatos exercia o cargo de Chefe do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP) do Banco Central do Brasil, setor responsável pela supervisão prudencial de instituições financeiras em funcionamento no país.

O Departamento de Supervisão Bancária (DESUP) constitui área estratégica da autoridade monetária brasileira, incumbida da fiscalização direta de instituições financeiras e da condução de procedimentos administrativos voltados à verificação da regularidade das operações realizadas no âmbito do sistema financeiro nacional. A atuação de seus dirigentes exige elevado grau de independência técnica, integridade funcional e estrita observância aos deveres de imparcialidade e lealdade institucional.

De acordo com os elementos reunidos na investigação e descritos na decisão judicial, o referido servidor teria mantido interlocução direta e frequente com Daniel Bueno Vorcaro, controlador do Banco Master, tratando de temas



relacionados à situação regulatória da instituição financeira e às estratégias adotadas perante a autoridade supervisora.

A decisão registra ainda que Belline Santana teria prestado consultoria estratégica informal ao controlador da instituição financeira, fornecendo orientações sobre processos administrativos em tramitação no Banco Central, sobre a condução de reuniões institucionais e sobre a elaboração de documentos que seriam posteriormente encaminhados ao próprio órgão regulador. Tais circunstâncias, caso confirmadas, podem indicar atuação incompatível com os deveres funcionais inerentes ao exercício de cargo público responsável pela supervisão bancária.

Consta também da decisão que o investigado teria revisado previamente minutas de ofícios e documentos elaborados pelo Banco Master antes de sua formalização perante o Banco Central do Brasil, circunstância que, em tese, poderia comprometer a imparcialidade exigida do agente público responsável pela supervisão bancária.

Além disso, a decisão menciona que Belline Santana integrava grupo de mensagens mantido com Daniel Vorcaro e com o servidor Paulo Sérgio Neves de Souza, no qual eram compartilhadas informações e discutidas estratégias relacionadas à atuação regulatória da autoridade monetária.

A investigação também aponta a existência de proposta de contratação simulada por intermédio da empresa Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal Ltda., estrutura que teria sido utilizada para justificar pagamentos vinculados aos serviços informais prestados pelo servidor ao controlador da instituição financeira.

Segundo os elementos constantes da decisão judicial, tal estrutura contratual teria sido concebida com o objetivo de conferir aparência formal a pagamentos relacionados às atividades desempenhadas pelo servidor em benefício



do controlador da instituição financeira, o que, em tese, poderia configurar mecanismo destinado à ocultação da natureza ilícita de vantagens indevidas.

Diante desses elementos, o Supremo Tribunal Federal entendeu presentes indícios suficientes para a imposição de medidas cautelares diversas da prisão em face do investigado, incluindo monitoração eletrônica e restrições relacionadas ao exercício de suas funções, circunstância que evidencia a gravidade dos fatos narrados na decisão judicial.

A eventual captura ou comprometimento da atuação de agentes responsáveis pela supervisão do sistema financeiro nacional representa risco institucional de elevada magnitude, podendo afetar diretamente a credibilidade do regime de regulação bancária e a confiança da sociedade nas instituições encarregadas da fiscalização do mercado financeiro.

Os elementos descritos na decisão judicial indicam, ainda, que as condutas atribuídas ao convocado estariam diretamente relacionadas à atuação do Banco Master perante a autoridade supervisora, circunstância que estabelece conexão direta entre os fatos investigados na esfera judicial e o objeto das apurações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nesse contexto, o depoimento do Senhor Belline Santana mostra-se essencial para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa compreender, sob a perspectiva institucional e administrativa, as circunstâncias em que ocorreram as comunicações mencionadas na decisão judicial, a natureza das orientações prestadas ao controlador do Banco Master e os mecanismos internos de governança e controle existentes no âmbito do Banco Central do Brasil para prevenir conflitos de interesse e preservar a independência das atividades de supervisão bancária.

A oitiva permitirá ainda esclarecer se as condutas descritas na decisão representam episódio isolado ou se revelam vulnerabilidades estruturais nos mecanismos de supervisão do sistema financeiro nacional, circunstância que



possui inequívoco interesse público e relevância para o exercício das funções fiscalizatórias do Parlamento.

Diante da gravidade dos fatos descritos na decisão judicial e da importância dos esclarecimentos que podem ser prestados, a sua convocação perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito revela-se medida necessária para o adequado desenvolvimento dos trabalhos investigativos e para o cumprimento da função constitucional de fiscalização atribuída ao Poder Legislativo.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Leonardo Augusto Furtado Palhares, administrador da empresa VARAJO CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação revela-se medida de caráter inadiável e de extrema relevância para os trabalhos desta CPI, fundamentando-se nos gravíssimos fatos descritos na decisão proferida pelo Ministro André Mendonça nos autos da Petição 15.556/DF, que impôs ao ora convocado medidas cautelares severas, incluindo monitoração eletrônica e a proibição de contato com os demais investigados no grave esquema de fraudes financeiras e corrupção.

A decisão judicial destaca que as investigações da denominada Operação Compliance Zero apontam para a existência de uma organização criminosa estruturada em múltiplos núcleos de atuação, com divisão funcional de tarefas e sofisticado sistema de coordenação entre seus integrantes.

Segundo a autoridade policial, o esquema apresentava ao menos quatro frentes principais: um núcleo financeiro responsável pela estruturação das fraudes contra o sistema financeiro nacional; um núcleo de corrupção institucional



voltado à cooptação de servidores do Banco Central; um núcleo de ocultação patrimonial e lavagem de capitais por meio de empresas interpostas; e um núcleo destinado à intimidação e obstrução da justiça, voltado ao monitoramento ilegal de adversários e autoridades públicas.

Para que este Colegiado compreenda a magnitude da necessidade desta oitiva, é preciso detalhar o contexto de instrumentalização jurídica e financeira que envolve o grupo liderado por Daniel Bueno Vercaro. Segundo as investigações da Polícia Federal, o Sr. Leonardo Palhares teria atuado na formalização documental de instrumentos contratuais simulados, utilizando a empresa Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal Ltda para dar aparência de legitimidade ao repasse de vantagens indevidas a servidores do Banco Central.

A referida pessoa jurídica teria sido utilizada como estrutura intermediária para a operacionalização e dissimulação de pagamentos investigados, destinados a garantir que a cúpula da supervisão bancária atuasse como uma espécie de consultoria privada do Banco Master, antecipando informações sigilosas e orientando a instituição sobre como contornar fiscalizações regulatórias.

Conforme descrito na decisão, os pagamentos ilícitos investigados eram realizados por meio de diferentes empresas utilizadas pelo grupo, inclusive por intermédio da Super Participações e Empreendimentos S.A., revelando a existência de uma estrutura empresarial paralela destinada à operacionalização e ocultação dos fluxos financeiros associados às vantagens indevidas.

A decisão também revela que diversas outras pessoas jurídicas eram utilizadas como instrumentos operacionais da organização criminosa, funcionando como veículos para a formalização de contratos fictícios, movimentação de recursos, ocultação patrimonial e pagamento de despesas relacionadas às atividades ilícitas. Entre essas estruturas empresariais figuram empresas



destinadas à intermediação financeira, à simulação de operações societárias e à circulação de valores entre integrantes da organização.

Neste cenário de criminalidade financeira de alta sofisticação, o papel de Leonardo Palhares não se restringe à mera formalização documental pontual, posicionando-o, conforme os indícios colhidos, como elemento central na estruturação dos instrumentos contratuais que conferiram aparência de legalidade ao esquema de pagamentos ilícitos. As investigações apontam que o convocado assinou propostas de prestação de serviços fictícias e acompanhou as tratativas para sua formalização, destinadas a justificar transferências financeiras ao então Chefe do Departamento de Supervisão Bancária, Belline Santana, sob o pretexto de elaboração de estudos técnicos que, na realidade, mascaravam a compra de influência e o acesso a dados estratégicos da autoridade monetária.

A decisão judicial também descreve que a mesma estrutura financeira utilizada para tais pagamentos ilícitos era empregada em outras frentes da organização investigada, inclusive para o repasse de valores destinados a integrantes do grupo conhecido como “Turma”, o que evidencia a existência de uma rede organizada de circulação de recursos ilícitos por meio de múltiplas empresas e operadores financeiros.

A própria decisão judicial ressalta que os crimes investigados possuem impacto potencial sobre o sistema financeiro nacional e envolvem valores de dimensão bilionária, com reflexos diretos sobre a confiança do mercado e sobre mecanismos de proteção a investidores e depositantes. Segundo os autos, enquanto o rombo financeiro produzido pelas operações investigadas repercutia no mercado e exigia atuação de mecanismos de garantia do sistema bancário, integrantes da organização criminosa continuavam a ocultar valores expressivos em estruturas patrimoniais mantidas em nome de terceiros.

O depoimento de Leonardo Augusto Furtado Palhares é indispensável para que esta CPI consiga desarticular o núcleo de suporte logístico-jurídico que permitiu ao Banco Master operar à margem da lei, lesando a poupança popular



e gerando riscos sistêmicos ao erário. É imperativo que o convocado esclareça a origem dos recursos que transitavam pela Varajo Consultoria, os detalhes das tratativas para a cooptação de servidores públicos e se a referida empresa foi utilizada para outras manobras de lavagem de capitais ou obstrução da justiça em favor da organização criminosa.

A oitiva permitirá ainda identificar se as práticas identificadas na Operação Compliance Zero são recorrentes ou se fazem parte de uma estratégia de "cegueira deliberada" imposta às instituições de controle por meio de tráfico de influência.

A gravidade das medidas restritivas impostas pelo Supremo Tribunal Federal em face de Leonardo Palhares exige que este Parlamento atue com celeridade, motivo pelo qual se roga aos eminentes pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Ana Claudia Queiroz de Paiva, sócia da empresa SUPER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação fundamenta-se nos fatos descritos na decisão proferida pelo Ministro André Mendonça nos autos da Petição 15.556/DF, no âmbito das investigações conduzidas pela Polícia Federal na denominada Operação Compliance Zero. A referida decisão impôs à ora convocada medidas cautelares diversas da prisão, incluindo monitoração eletrônica por tornozeleira e proibição de contato com os demais investigados, em razão de indícios de sua participação em estrutura organizada voltada à prática de crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As investigações apontam que o Banco Master, controlado por Daniel Bueno Vorcaro, estruturou esquema de captação agressiva de recursos mediante emissão de títulos bancários com remuneração significativamente superior à média de mercado, direcionando os valores obtidos para investimentos em ativos de maior risco e baixa liquidez. Para sustentar e ocultar esse esquema, a organização criminosa identificada pela Polícia Federal operava por meio de



diferentes núcleos funcionais, com divisão de tarefas e sofisticado sistema de coordenação entre seus integrantes.

Nesse contexto, a decisão judicial descreve que Ana Claudia Queiroz de Paiva atuava na operacionalização de movimentações financeiras relacionadas às atividades desenvolvidas por integrantes do grupo investigado, participando da estrutura responsável pela execução de pagamentos vinculados às iniciativas conduzidas por Daniel Bueno Vercaro. Sua atuação estava associada à realização de transferências e à gestão de fluxos financeiros destinados a custear atividades ilícitas desempenhadas por diferentes integrantes da organização.

Conforme registrado na decisão, Ana Claudia Queiroz de Paiva participava da realização e gestão de transferências financeiras destinadas a custear atividades desempenhadas por integrantes da estrutura informal conhecida como "A Turma", grupo responsável por executar ações de monitoramento, coleta de informações e intimidação de adversários. Esses pagamentos eram oriundos da estrutura financeira utilizada para viabilizar as atividades ilícitas conduzidas pelo grupo.

A decisão também registra que a participação de Ana Claudia Queiroz de Paiva foi além da simples execução operacional, uma vez que participava formalmente da estrutura utilizada para viabilizar a circulação de recursos destinados a terceiros envolvidos nas atividades da organização, na condição de sócia da empresa SUPER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Essa pessoa jurídica integrava o conjunto de empresas identificadas como instrumentos de lavagem de dinheiro, contribuindo para a execução das movimentações financeiras necessárias à manutenção das atividades desempenhadas pelos integrantes da organização.

Relevante destacar que a decisão aponta que a mesma estrutura financeira operacionalizada por Ana Claudia Queiroz de Paiva era empregada tanto nos pagamentos destinados a integrantes de "A Turma" quanto nas transferências ilícitas destinadas aos servidores do Banco Central envolvidos no esquema de



corrupção institucional. Segundo a decisão, os pagamentos ilícitos eram efetuados por Fabiano Campos Zettel e Ana Claudia Queiroz de Paiva, a mando de Daniel Vorcaro, principalmente por meio da empresa SUPER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Isso evidencia que a convocada ocupava posição central na engrenagem financeira da organização criminosa, sendo responsável pela circulação dos recursos que alimentavam diferentes frentes ilícitas do grupo.

A decisão judicial determinou a suspensão das atividades da empresa SUPER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., por entender que a pessoa jurídica foi criada não para produzir riqueza e gerar empregos, mas para agir na prática de ilícitos, sendo utilizada exclusivamente para viabilizar a lavagem de dinheiro e dificultar a identificação do percurso dos recursos ilícitos obtidos pela organização criminosa.

O depoimento de Ana Claudia Queiroz de Paiva é indispensável para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa compreender os mecanismos de circulação financeira utilizados pela organização criminosa investigada, identificar os destinatários finais dos recursos movimentados por meio da empresa SUPER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. e rastrear os fluxos de pagamentos que sustentavam as diferentes frentes ilícitas do grupo. A oitiva permitirá ainda esclarecer a extensão da estrutura financeira montada para operacionalizar e ocultar os repasses realizados tanto em favor de integrantes do núcleo de intimidação quanto dos servidores públicos cooptados, contribuindo para o cumprimento da função constitucional de fiscalização atribuída ao Poder Legislativo.

A gravidade das medidas restritivas impostas pelo Supremo Tribunal Federal em face da convocada exige que este Parlamento atue com celeridade,



motivo pelo qual se roga aos eminentes pares a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 4 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marilson Roseno da Silva, Escrivão de Polícia Federal aposentado, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com as investigações da "Operação Compliance Zero", Marilson Roseno da Silva, Escrivão de Polícia Federal aposentado, foi identificado como um integrante relevante da estrutura paralela de monitoramento e intimidação vinculada ao grupo liderado por Daniel Bueno Vorcaro. Ele fazia parte do grupo informal denominado "A Turma", destinado à obtenção clandestina de informações sigilosas, ao monitoramento de indivíduos considerados adversários e à execução de ações de intimidação para proteger os interesses do núcleo central da organização criminosa. Em virtude da gravidade de sua atuação e do risco concreto de interferência nas investigações, foi decretada a sua prisão preventiva.

Segundo a Polícia Federal, Marilson atuava como um dos principais operadores desse núcleo de coerção, valendo-se de sua experiência e dos contatos decorrentes de sua carreira policial para auxiliar na obtenção de dados sensíveis e na realização de atividades de vigilância e monitoramento de alvos específicos. Ainda, de acordo com notícias, o antigo policial se valia de seus contatos para comprar senhas de acesso aos sistemas da Polícia Federal, que



proporcionavam à organização criminosa monitorar desafetos e se antecipar às investigações realizadas. Há o possível envolvimento do convocado no acesso aos dados do inquérito que proporcionaram que Daniel Bueno Vorcaro se antecipasse à determinação de prisão e peticionasse nos autos da investigação, quando ainda em trâmite na 10ª Vara Federal de Brasília.

Os fatos relatados demonstram conduta que possivelmente se insere no âmbito de organização criminosa e de milícia privada. Considerando que faz parte do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito "apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o modus operandi de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor", entendemos que se torna necessária a convocação de Marilson Roseno da Silva para relatar como se dava a operação da organização criminosa envolvida no caso do Banco Master.

A convocação se insere no âmbito de investigação desta CPI, que "se propõe a fazer um rigoroso diagnóstico da situação atual da criminalidade organizada no Brasil, da infraestrutura e arcabouço legal disponíveis para o combate ao crime e das experiências exitosas dentro e fora do país na prevenção e repressão à ação das Organizações Criminosas", conforme o Plano de Trabalho. Assim, o convocado poderá especificar detalhes sobre os participantes da organização, como funcionava o esquema de lavagem de dinheiro e o possível envolvimento de autoridades, entre outros.



Nesses termos, contamos com o apoio dos colegas para a aprovação do requerimento.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda, CNPJ nº 36.944.533/0001-79, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.



f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e



configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); eEmail ou telefone cadastrado para recuperação de senha..

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

j) telemático (7), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome



de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

k) telemático (8), oficiando-se a empresa Bytedance Brasil Tecnologia Ltda para que forneça, a respeito da plataforma TikTok: dados cadastrais (nome, e-mail e telefone); logs de acesso com IP, data, hora e fuso horário; conteúdo de mensagens diretas, vídeos publicados e rascunhos; e lista de seguidores e contas seguidas.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo a decretação da quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ nº 36.944.533/0001-79, diante da existência de elementos informativos que indicam a possível utilização da referida pessoa jurídica no contexto da estrutura empresarial vinculada à organização criminosa investigada no âmbito da denominada Operação Compliance Zero.

As informações que fundamentam o presente pedido constam de decisão proferida pelo Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Petição nº 15.556, instaurada a partir de representação da Polícia Federal para adoção de medidas cautelares no âmbito da referida investigação. Na decisão, o Ministro relator registrou a existência de robustos indícios da atuação de uma organização estruturada em múltiplos núcleos operacionais voltados à prática de crimes financeiros, corrupção, lavagem de dinheiro, ocultação patrimonial e obstrução da justiça.



Segundo consignado na decisão judicial, a investigação aponta que o empresário Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, mantinha estrutura organizada destinada à obtenção clandestina de informações, monitoramento de indivíduos e intimidação de adversários ou potenciais denunciante.

No âmbito dessa estrutura, a decisão menciona a utilização de diversas pessoas jurídicas que integrariam o conjunto empresarial associado ao grupo investigado, utilizadas para operacionalização financeira, movimentação de recursos e eventual ocultação patrimonial. Entre essas empresas encontra-se a King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda., que foi incluída entre as pessoas jurídicas atingidas pelas medidas cautelares determinadas no âmbito da investigação.

A relevância investigativa da empresa também se evidencia pelo fato de que seu sócio-administrador é Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão, identificado nas investigações pelo codinome “Sicário” e apontado como operador responsável pela coordenação de núcleo encarregado de atividades de monitoramento clandestino, obtenção de informações sigilosas e ações de intimidação no interesse da organização investigada. Registre-se, ainda, que Mourão veio a falecer enquanto se encontrava sob custódia estatal, nas dependências da Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte, circunstância que reforça a necessidade de aprofundamento das investigações.

Com efeito, a morte de um dos principais operadores da estrutura investigada compromete a obtenção direta de esclarecimentos que poderiam ser prestados por ele, tornando ainda mais relevante a análise da movimentação financeira e das comunicações vinculadas à pessoa jurídica por ele administrada. Nesse contexto, a quebra dos sigilos da empresa apresenta-se como instrumento essencial para a reconstrução do fluxo de recursos e para a compreensão do *modus operandi* da organização investigada.

Diante desses elementos, verifica-se a existência de indícios concretos de conexão entre a empresa King Motors Locação de Veículos e Participações



Ltda. e a estrutura investigada, circunstância que justifica a adoção de medidas investigativas destinadas a esclarecer a eventual utilização da pessoa jurídica para movimentação de recursos, ocultação patrimonial ou suporte operacional às atividades da organização criminosa.

A quebra dos sigilos bancário e fiscal mostra-se necessária para permitir o rastreamento da movimentação financeira da empresa, a identificação da origem e do destino de recursos e a verificação de eventuais vínculos econômicos com pessoas físicas ou jurídicas relacionadas à estrutura investigada.

Da mesma forma, a quebra dos sigilos telefônico e telemático revela-se medida investigativa relevante para a identificação de eventuais comunicações mantidas entre os integrantes da organização e para verificar a possível utilização de meios digitais para coordenação das atividades investigadas.

No plano jurídico-constitucional, a adoção das medidas ora requeridas encontra fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, que confere às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, bem como no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que autoriza a quebra de sigilos quando presentes elementos mínimos que indiquem a pertinência da medida para a investigação parlamentar.

No caso concreto, encontram-se presentes os requisitos de necessidade, adequação e proporcionalidade, uma vez que a empresa mencionada foi expressamente citada no contexto da investigação conduzida pela Polícia Federal e considerada relevante no âmbito das medidas cautelares analisadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Diante de todo o exposto, a decretação das medidas investigativas ora requeridas revela-se adequada, necessária e juridicamente fundamentada, permitindo o aprofundamento das investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito acerca da possível utilização da empresa King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda. (CNPJ nº 36.944.533/0001-79) no contexto



da estrutura empresarial vinculada à organização criminosa investigada na Operação Compliance Zero.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requeiro, com base no art. 5º, XII e art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001, no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), no art. 198, §1º, I e II da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 e no art. 7º, II e III, art. 10, §2º e art. 22 da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão "Sicário", CPF nº 046.166.396-12, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026.

Sendo assim, requer-se transferência de sigilo:

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos



a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.



f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e



configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e email ou telefone cadastrado para recuperação de senha.

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

j) telemático (7), oficiando-se a empresa Twitter Brasil Rede de Informacao Ltda para que forneça: nome, sobrenome, senha, email e nome



de usuário; localização, foto da conta e do fundo; número de celular para recebimento de SMS e catálogo de endereços; tweets, as contas seguidas, tweets favoritos; coordenadas exatas da localização dos tweets; endereços IPs, data/hora/fuso; navegador utilizado; domínio referente; páginas visitadas; operadora do dispositivo móvel; IDs de aplicativos e termos de buscas; e links visitados e quantidade de vezes que foi clicado.

k) telemático (8), oficiando-se a empresa Bytedance Brasil Tecnologia Ltda para que forneça, a respeito da plataforma TikTok: dados cadastrais (nome,email e telefone); logs de acesso com IP, data, hora e fuso horário; conteúdo de mensagens diretas, vídeos publicados e rascunhos; e lista de seguidores e contas seguidas..

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo a decretação da quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de **Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão**, indivíduo identificado nas investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da denominada Operação Compliance Zero como operador central de estrutura voltada à execução de atividades ilícitas relacionadas à obtenção clandestina de informações, monitoramento de indivíduos e ações de intimidação direcionadas a pessoas consideradas adversárias do grupo investigado.

Os fatos foram objeto de análise em decisão proferida pelo Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Petição nº 15.556, instaurada a partir de representação da Polícia Federal para adoção de medidas cautelares no âmbito de investigação criminal. Na referida decisão, o Ministro relator destacou a existência de robustos elementos indiciários apontando para a atuação de estrutura organizada dedicada à coleta clandestina de informações, monitoramento de pessoas e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses da organização investigada.



De acordo com os elementos descritos na decisão judicial, Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão, conhecido nas investigações pelo codinome “Sicário”, exercia papel de destaque na coordenação de núcleo responsável pela execução de atividades voltadas à obtenção de informações sigilosas, vigilância de indivíduos e realização de ações de intimidação. Conforme consignado pelo Ministro relator, Mourão atuava diretamente vinculado ao empresário Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, sendo apontado como responsável pela coordenação de uma estrutura operacional informal denominada “A Turma”, composta por indivíduos encarregados de atividades de monitoramento e coleta clandestina de informações.

Ainda segundo os elementos constantes da investigação, Mourão recebia pagamentos mensais da ordem de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) destinados ao financiamento das atividades do referido núcleo de intimidação e monitoramento, valores que, conforme registrado na decisão judicial, eram operacionalizados por intermédio de pessoas vinculadas ao empresário investigado.

A relevância investigativa de **Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão** evidencia-se pelo fato de ter sido apontado nas investigações como articulador operacional da estrutura responsável pela execução das atividades ilícitas descritas na decisão judicial. Registre-se, ademais, que Mourão veio a falecer enquanto se encontrava sob custódia estatal nas dependências da Superintendência da Polícia Federal em Belo Horizonte, circunstância que reforça a necessidade de aprofundamento das investigações. Com efeito, a morte de um dos principais operadores da estrutura investigada compromete a obtenção direta de esclarecimentos que poderiam ser prestados por meio de depoimento ou interrogatório, tornando ainda mais relevante a análise de sua movimentação financeira, comunicações e registros digitais. Nesse contexto, o acesso aos dados bancários, fiscais, telefônicos e telemáticos do investigado constitui medida essencial para a reconstrução da dinâmica operacional da organização criminosa, possibilitando identificar eventuais coautores, rastrear fluxos financeiros e



compreender os mecanismos de financiamento e coordenação das atividades ilícitas descritas na decisão judicial.

Nesse contexto, a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático apresenta-se como medida investigativa imprescindível para a reconstrução do fluxo financeiro associado às atividades da organização investigada, bem como para a identificação de eventuais interlocutores, operadores financeiros, financiadores e beneficiários das atividades ilícitas descritas na investigação. Trata-se, portanto, de diligência destinada a permitir a compreensão do "modus operandi" da estrutura criminosa e a identificação de seus mecanismos de financiamento, coordenação e execução.

Sob o ponto de vista jurídico, encontram-se plenamente presentes os requisitos objetivos e subjetivos que autorizam a adoção das medidas investigativas requeridas. Os elementos constantes da decisão judicial e das investigações conduzidas pela Polícia Federal constituem indícios consistentes da participação de Mourão em estrutura organizada voltada à prática de ilícitos, evidenciando a existência de justa causa para a adoção das medidas de quebra de sigilo. Ademais, as diligências requeridas mostram-se necessárias, adequadas e proporcionais para o esclarecimento dos fatos investigados, uma vez que os dados pretendidos possuem relação direta com a apuração das atividades da organização criminosa.

Cumprе ressaltar que, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo determinar diligências e requisitar informações e documentos necessários à elucidação dos fatos investigados. No mesmo sentido, o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal autoriza a determinação de quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático quando presentes elementos mínimos que indiquem a pertinência da medida para a investigação parlamentar.

Por fim, ressalta-se que os fatos investigados apresentam inequívoca relação com o fenômeno do crime organizado, objeto central desta Comissão



Parlamentar de Inquérito. A estrutura descrita nas investigações, marcada pela divisão de tarefas, financiamento sistemático de operadores, utilização de estruturas empresariais para movimentação de recursos e coordenação de ações de monitoramento e intimidação, apresenta características típicas de organizações criminosas estruturadas, nos termos da Lei nº 12.850/2013.

Diante de todo o exposto, mostram-se adequadas, necessárias e proporcionais as medidas investigativas ora requeridas, sendo a quebra dos sigilos de **Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão** instrumento essencial para o aprofundamento das investigações e para a completa elucidação das atividades da organização criminosa investigada no âmbito da Operação Compliance Zero.

Sala da Comissão, 5 de março de 2026.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Martha Graeff, empresária e influenciadora digital, apontada como companheira do Sr. Daniel Vorcaro, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o objetivo de investigar a estrutura, o financiamento e os mecanismos de atuação do crime organizado no Brasil, bem como eventuais conexões com agentes do sistema financeiro, estruturas empresariais e pessoas de seu círculo mais próximo.

Nesse contexto, vieram a público informações e reportagens que indicam a existência de diálogos mantidos entre o Sr. Daniel Vorcaro e a Sra. Martha Graeff, nos quais teriam sido mencionadas tratativas e comentários envolvendo o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

Tais comunicações levantam questionamentos relevantes acerca da natureza dessas interlocuções, das circunstâncias em que ocorreram e de eventuais desdobramentos relacionados a investigações, decisões judiciais ou estratégias envolvendo interesses financeiros e institucionais.



Em investigações complexas envolvendo possíveis redes de influência e estruturas financeiras de grande porte, relações pessoais, interlocuções privadas e trocas de mensagens podem revelar elementos essenciais para compreender a dinâmica de atuação e os fluxos de informação entre os envolvidos.

Diante da gravidade dos fatos noticiados e da necessidade de que o Senado Federal exerça plenamente seu dever constitucional de fiscalização, a oitiva da Sra. Martha Graeff mostra-se necessária para esclarecer o teor desses diálogos, o contexto em que ocorreram e eventuais fatos de seu conhecimento que possam contribuir para o avanço das investigações conduzidas por esta Comissão.

Assim, em respeito ao interesse público, à transparência e à necessidade de esclarecimento completo dos fatos, requer-se a convocação da Sra. Martha Graeff para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sala da Comissão, 6 de março de 2026.

Senador Marcos do Val
(PODEMOS - ES)
Senador





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Martha Graeff, influenciadora digital, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação encontra amparo sólido no conjunto probatório reunido no âmbito da Operação Compliance Zero, conduzida pela Polícia Federal, que investiga Daniel Vorcaro — ex-controlador do Banco Master, atualmente recolhido à Penitenciária Federal de Brasília — por suspeitas de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de organização criminosa, invasão de dispositivos informáticos e ameaças.

Nesse contexto, Martha Graeff emerge como testemunha de importância singular e insubstituível, não por figurar como investigada — e este ponto merece ser sublinhado com clareza —, mas precisamente por ser apontada, segundo os elementos informativos colhidos no âmbito da investigação, como interlocutora frequente e destinatária de relatos feitos por Daniel Vorcaro ao longo de período relevante das apurações, circunstância que pode contribuir para o esclarecimento dos fatos sob investigação.



A dimensão do acervo probatório que fundamenta esta convocação é, por si só, reveladora, por ser resultado de extração de dados autorizada judicialmente pela autoridade competente e realizada com ferramentas periciais utilizadas pela Polícia Federal, capazes inclusive de recuperar arquivos previamente deletados dos dispositivos analisados. Trata-se, portanto, de material com plena validade técnica e jurídica, que reflete com fidelidade os registros espontâneos de um homem que, ao longo de extenso período, narrou à sua então companheira sua agenda, seus contatos, seus temores e suas articulações com agentes públicos dos mais variados escalões. As conversas com Martha Graeff constituem, portanto, o registro mais direto e espontâneo acerca dos fatos sob apuração, e ela é a única pessoa que pode, perante esta Comissão, confirmar, contextualizar ou contestar cada um dos relatos que lhe foram feitos.

O material colhido pela Polícia Federal reúne conversas privadas entre Vorcaro e Martha Graeff, entre fevereiro de 2024 e agosto de 2025, nas quais o empresário relata encontros, articulações, viagens e contatos com autoridades dos Três Poderes, incluindo nomes de alto escalão da política e do Judiciário. Martha Graeff não era uma ouvinte passiva. Era a destinatária escolhida por Vorcaro para relatos que não faziam parte de nenhum registro oficial, que não constavam em agendas públicas e que, por seu conteúdo, evidenciam que o investigado concebia essas interações como naturais e rotineiras dentro do seu projeto de influência institucional.

As conversas mostram um tom de ostentação de influência e proximidade com o poder, e o conteúdo indica que Vorcaro compartilhava esse tipo de relato diretamente com Martha Graeff, frequentemente destacando sua proximidade com autoridades e reuniões de alto nível. Em uma das conversas, ele justifica não poder falar com ela por estar recebendo interlocutores identificados como "Hugo", "Ciro" e "Alexandre". A naturalidade com que esses nomes surgem nas mensagens — sem sobrenome, sem cargo, como referências óbvias para ambos — revela que Martha Graeff não apenas recebia essas informações, mas



as compreendia, as contextualizava e, em diversas oportunidades, reagia a elas de modo a demonstrar que acompanhava de perto os bastidores da atuação do banqueiro.

Um dos episódios que suscitam questionamentos relevantes para o esclarecimento dos fatos investigados envolve a menção reiterada ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Em mensagem de 19 de abril de 2025, Vorcaro escreveu à namorada que estava indo se encontrar com "Alexandre Moraes" perto de sua residência. Ao ser questionado se o interlocutor estaria em viagem ou teria ido exclusivamente para visitá-lo, Vorcaro respondeu que estava "passando feriado" na região de Campos (ao que tudo indica, trata-se de Campos do Jordão/SP, mesma cidade em que a empresa Lex Instituto de Estudos Jurídicos, de titularidade do ministro, possui apartamento duplex de 365 metros quadrados, adquirido por R\$ 4 milhões).

O caráter informal do encontro — descrito durante um feriado, na vizinhança da residência do banqueiro — levanta questões que só podem ser esclarecidas mediante depoimento: tratava-se de uma visita de natureza social? Havia pauta institucional envolvida? Martha Graeff recebeu esse relato em tempo real e pode contribuir decisivamente para a reconstrução do contexto em que ele foi feito.

A segunda menção aparece em 29 de abril de 2025. Após uma ligação de vídeo com a então namorada, Martha Graeff perguntou quem era a pessoa que aparecia ao fundo da conversa, e Vorcaro respondeu simplesmente: "Alexandre Moraes". A circunstância de Martha Graeff ter estado presente — ainda que remotamente, por videochamada — em um momento em que Vorcaro estava com o ministro, e de ter tido, segundo os relatos, um contato visual com ele, torna seu depoimento ainda mais relevante. Ela não está narrando apenas o que ouviu: está, potencialmente, narrando o que ela própria presenciou.

Outro episódio de extrema relevância diz respeito a uma reunião realizada no Palácio do Planalto em dezembro de 2024. Em 4 de dezembro de



2024, pela manhã, Martha Graeff desejou boa sorte ao namorado e afirmou torcer para que ele alcançasse seu objetivo no encontro. Pouco antes das 14h, Vorcaro respondeu: "Acabou agora. Foi ótimo. Muito forte. Ele chamou o presidente do Banco Central que vai entrar e três ministros." O encontro não constou da agenda oficial da Presidência. Registros indicam ainda que Vorcaro esteve no Palácio do Planalto ao menos quatro vezes entre 2023 e 2024 em compromissos que não foram registrados na agenda pública.

O fato de Martha Graeff ter sido informada, em tempo real, sobre o teor de uma reunião extraoficial realizada na mais alta instância do Executivo Federal — envolvendo o chefe de Estado, ministros e o então indicado à presidência do Banco Central — é de enorme gravidade institucional. Ela recebeu esse relato no exato momento em que ele ocorria e pode, portanto, iluminar aspectos que nenhum outro depoente reuniria condições de detalhar: os objetivos que Vorcaro perseguia, as expectativas que expressou e as conclusões que tirou da reunião.

O depoimento de Martha Graeff é igualmente relevante no que diz respeito a episódios que evidenciam a faceta mais violenta da organização investigada. Segundo despacho do ministro André Mendonça, a investigação indica que Vorcaro emitia ordens diretas de atos de intimidação contra pessoas como concorrentes empresariais, ex-empregados e jornalistas. A PF apontou indícios de um grupo — apelidado de "A Turma" — dedicado à obtenção ilegal de informações sigilosas, ao monitoramento de adversários e à prática de coação. A existência desse aparato de intimidação é um dos pilares da acusação de formação de organização criminosa. Martha Graeff, na condição de destinatária de relatos cotidianos de Vorcaro, pode ter recebido informações sobre a atuação desse grupo, sobre seus alvos e sobre as ordens que o banqueiro emitia — e essa possibilidade só pode ser verificada mediante depoimento.

O caso ora em análise se enquadra inequivocamente no objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A investigação em torno de Daniel Vorcaro não diz respeito a ilícitos isolados ou a desvios individuais de conduta. Diz respeito,



segundo a própria Polícia Federal, a uma organização criminoso estruturada, com divisão interna de tarefas, hierarquia definida, financiamento robusto e capacidade demonstrada de infiltração em instituições do Estado. Essa é exatamente a espécie de fenômeno que esta CPI foi criada para investigar. A sofisticação do esquema corresponde ao modelo mais acabado e mais perigoso de criminalidade organizada, aquele que não opera às margens do Estado, mas dentro dele, valendo-se das suas estruturas para se perpetuar e se proteger.

Ante o exposto, roga-se aos eminentes pares apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 10 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Pedro Gonçalves Taques, ex-governador do estado do Mato Grosso, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação ora proposta se faz necessária para que esta Comissão compreenda a real extensão das condutas ilícitas imputadas ao grupo controlador do Banco Master, instituição recentemente atingida por rigorosas medidas judiciais no contexto da Operação Compliance Zero.

O convocado, Senhor Pedro Taques, possui trajetória de destaque na vida pública brasileira: foi Senador da República, Governador do Estado de Mato Grosso e construiu sólida carreira no Ministério Público. Esse conjunto de experiências lhe confere conhecimento técnico aprofundado sobre o funcionamento do aparato estatal e sobre as conexões entre o sistema financeiro e a administração pública, tornando seu depoimento de elevado interesse probatório para esta Comissão, especialmente no que diz respeito ao intrincado sistema de crédito consignado voltado a servidores públicos.

Além disso, o Pedro Taques passou a atuar como representante de entidades sindicais de servidores públicos estaduais em denúncias envolvendo



irregularidades no consignado operado no Estado de Mato Grosso. Amplamente divulgadas pela imprensa local ao longo de 2025, essas denúncias apontam fortes indícios de fraudes em contratos firmados com a empresa Capital Consig, com prejuízos estimados que afetaram aproximadamente 14 mil servidores. Os relatos indicam algo de extrema gravidade: que tais operações contaram com a participação financeira e operacional do conglomerado Banco Master e de empresas e agentes a ele ligados, responsáveis pela estruturação e viabilização dessas carteiras de crédito. Na qualidade de advogado dos sindicatos, o convocado protocolou representações perante o Ministério Público Federal, o Ministério Público estadual, o Tribunal de Contas do Estado e o Banco Central do Brasil.

É essencial que esta Comissão compreenda, pela perspectiva de quem administrou a máquina pública e deliberou sobre temas sensíveis, de que forma a referida instituição financeira conseguiu operar volumosas carteiras de crédito consignado, frequentemente em ambientes de fragilidade regulatória ou mediante práticas agressivas de captação, hoje apontadas pela Polícia Federal como potencialmente fraudulentas. O depoimento do convocado poderá iluminar se a gestão desses ativos serviu à lavagem de recursos ilícitos ou se houve instrumentalização de influências políticas para a manutenção de contratos em prejuízo do interesse público e da proteção da poupança popular.

A oitiva se justifica, ainda, pela urgência em superar o travamento investigativo provocado por decisões que suspenderam requerimentos desta CPI, ao mesmo tempo em que as autoridades policiais avançam na apuração de danos bilionários e na identificação de estruturas de milícias privadas. A vivência institucional do convocado será valiosa para que este Parlamento identifique falhas sistêmicas nos mecanismos de conformidade e elabore soluções legislativas capazes de impedir que o crédito público seja utilizado como instrumento de enriquecimento por organizações criminosas.

Considerando a relevância do depoimento para o avanço das investigações e do compromisso desta Casa com a transparência, a aprovação do



presente requerimento é medida indispensável ao pleno êxito dos trabalhos desta Comissão.

Sala da Comissão, 11 de março de 2026.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA SORAYA THRONICKE

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Frederico Murta, Delegado de Polícia, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as atividades de combate ao crime organizado e as operações especiais conduzidas pela Polícia Civil.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo convidar o Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, **Frederico Murta**, atual titular da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE) da Polícia Judiciária Civil daquele Estado, para contribuir com os debates desta Casa sobre temas relacionados à segurança pública e ao enfrentamento do crime organizado.

Delegado de Polícia desde 2014, com atuação anterior também no Estado do Amapá, Frederico Murta possui ampla experiência na investigação e no combate a organizações criminosas, tendo integrado e coordenado unidades estratégicas da Polícia Civil de Mato Grosso, como a Gerência de Operações Especiais (GOE), a Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO), a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), além de atuar em delegacias especializadas, como a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa e a Delegacia de Repressão a Entorpecentes.



À frente da CORE, unidade tática responsável por operações de alto risco e pelo enfrentamento direto ao crime organizado, o delegado tem coordenado ações relevantes no combate a crimes violentos e organizações criminosas no estado, contribuindo para o fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança.

Sua formação acadêmica e profissional também merece destaque. Bacharel em Direito, com pós-graduação em Ciências Criminais e em Gestão Estratégica Aplicada à Segurança Pública, o delegado foi selecionado para a **National Academy do Federal Bureau of Investigation (FBI)**, nos Estados Unidos, um dos mais reconhecidos programas internacionais de capacitação em liderança e investigação policial, reservado a profissionais com experiência e destaque em suas instituições.

Além da atuação operacional, Frederico Murta contribui para a formação de novos profissionais da segurança pública, atuando como professor da Academia da Polícia Civil de Mato Grosso (ACADEPOL) e coordenador de diversos cursos operacionais voltados ao aperfeiçoamento técnico de policiais.

Diante de sua experiência prática no enfrentamento ao crime organizado, de sua formação especializada e de sua atuação na capacitação de profissionais da segurança pública, a presença do Delegado Frederico Murta certamente contribuirá para o aprofundamento do debate nesta Casa, trazendo informações técnicas relevantes e a perspectiva de quem atua diretamente na linha de frente das ações de segurança pública no país.



Assim, considerando a relevância de sua experiência e a contribuição que poderá oferecer aos trabalhos legislativos, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 11 de março de 2026.

Senadora Soraya Thronicke
(PODEMOS - MS)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Roberto Campos Neto exerceu a presidência do Banco Central do Brasil entre 2019 e janeiro de 2025, acumulando ao longo desse período uma experiência técnica e institucional singular sobre o funcionamento da autoridade monetária e regulatória do país.

A presente convocação não lhe atribui *a priori* qualquer responsabilidade pelos fatos objeto desta investigação. Seu depoimento é requerido neste momento exclusivamente na condição de testemunha qualificada, cujo conhecimento sobre os procedimentos, os instrumentos e as práticas institucionais do Banco Central pode contribuir de forma relevante para os trabalhos desta Comissão.

Um dos aspectos sobre os quais o depoimento de Roberto Campos Neto pode ser de grande utilidade diz respeito aos procedimentos adotados pelo Banco Central para autorizar o ingresso de novos controladores no sistema financeiro nacional. A compreensão técnica desses processos — os critérios de análise de idoneidade, as etapas de instrução dos pedidos, os requisitos regulatórios exigidos e os mecanismos de acompanhamento posterior à autorização — é fundamental para que esta Comissão avalie, com a precisão necessária, de que forma instituições



financeiras podem ser utilizadas como veículo para atividades ilícitas e quais são os pontos de vulnerabilidade nos processos de controle regulatório.

Igualmente relevante é o esclarecimento sobre o funcionamento dos mecanismos de supervisão contínua exercidos pelo Banco Central sobre as instituições financeiras em operação. Como ex-presidente da autarquia, Roberto Campos Neto está em condições de explicar a esta Comissão como se estrutura o processo de monitoramento prudencial das instituições do sistema financeiro, de que forma alertas sobre fragilidades patrimoniais ou de liquidez são recebidos, processados e escalonados internamente, quais são as medidas regulatórias disponíveis em cada estágio de deterioração de uma instituição e segundo quais critérios técnicos são adotadas decisões como a concessão de prazos para saneamento, a imposição de restrições operacionais ou a decretação de intervenção e liquidação extrajudicial.

Outro tema sobre o qual a experiência de Roberto Campos Neto pode iluminar os trabalhos desta Comissão diz respeito aos mecanismos internos de integridade e compliance do próprio Banco Central. Compreender como a autarquia estrutura seus controles para prevenir e detectar eventuais conflitos de interesse ou desvios de conduta entre seus servidores, de que forma são tratadas suspeitas de comprometimento da independência funcional de integrantes das áreas de fiscalização e supervisão, e quais são os canais e procedimentos institucionais para a apuração dessas ocorrências são questões de natureza eminentemente técnica e institucional sobre as quais um ex-presidente do Banco Central reúne condições únicas de prestar esclarecimentos.

Por fim, a experiência acumulada por Roberto Campos Neto à frente do Banco Central o coloca em posição privilegiada para contribuir com uma dimensão prospectiva igualmente importante para esta Comissão: a identificação de lacunas regulatórias e a proposição de aperfeiçoamentos institucionais que possam fortalecer a capacidade do sistema financeiro nacional de resistir à infiltração de organizações criminosas. Esta CPI tem entre seus objetivos não apenas a apuração



de fatos passados, mas a formulação de recomendações legislativas e regulatórias concretas — e para esse fim, o conhecimento técnico de quem presidiu a principal autoridade regulatória do país por seis anos é um recurso de valor inestimável.

Esta CPI foi instalada com o propósito de investigar a crescente e sofisticada infiltração de organizações criminosas nos mercados legais do país, fenômeno que se caracteriza pela utilização de instituições formalmente constituídas e supervisionadas pelo Estado como instrumento para a prática de ilícitos de grande magnitude. Compreender em profundidade como os mecanismos regulatórios funcionam, onde residem suas vulnerabilidades e como podem ser aperfeiçoados é tarefa que demanda o concurso de testemunhas com experiência técnica e institucional de primeiro nível. Roberto Campos Neto reúne essas condições de forma singular, e sua contribuição será de grande valia para que esta Comissão cumpra integralmente o mandato que lhe foi conferido.

A contextualização do caso que motivou a instalação desta CPI é igualmente relevante para compreender a pertinência da convocação. Daniel Vercaro buscou ingressar no sistema financeiro nacional ao longo de toda a década de 2010, sem êxito. Em outubro de 2019, a diretoria colegiada do Banco Central autorizou a transferência de controle do Banco Máxima para Vercaro — instituição que, nos anos seguintes, foi rebatizada como Banco Master e se tornou o principal veículo do esquema investigado. A partir dessa autorização, o Banco Master expandiu de forma acelerada sua base de captação junto a investidores pessoas físicas, lastreada em Certificados de Depósito Bancário cobertos pelo Fundo Garantidor de Créditos, ao mesmo tempo em que acumulava, segundo as apurações em curso, uma estrutura de ativos que as autoridades passaram a apontar como gravemente deteriorada. O resultado foi um rombo estimado em dezenas de bilhões de reais e o acionamento do Fundo Garantidor de Créditos na maior operação de sua história, culminando na liquidação extrajudicial do banco em novembro de 2025.

No curso das investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Compliance Zero, emergiram indícios de que a organização



investigada teria se valido, entre outros meios, da atuação de servidores da própria autarquia regulatória para proteger seus interesses dentro do Banco Central. As apurações apontam que Paulo Sérgio Neves de Souza — que comandou a Diretoria de Fiscalização do Banco Central entre 2019 e 2023 — e Bellini Santana teriam atuado, em paralelo às suas funções oficiais, como interlocutores dos interesses do Banco Master dentro da instituição, revisando documentos, sugerindo estratégias para reuniões com o regulador e fornecendo informações estratégicas ao banco fiscalizado. Esse tipo de captura de agentes públicos posicionados em áreas sensíveis do aparato regulatório é, precisamente, um dos fenômenos que esta CPI foi criada para investigar.

É nesse contexto que o depoimento de Roberto Campos Neto adquire particular relevância. Não como responsável pelos fatos apurados, mas sim como testemunha qualificada, em razão da grande experiência e conhecimento ameadados durante o período em que exerceu a presidência do Banco Central.

Ante o exposto, roga-se aos nobres pares apoio para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 10 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly, informações e a identificação completa dos beneficiários finais de fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Banco Master ou pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), de janeiro de 2022 até o presente.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly, informações e a identificação completa dos beneficiários finais de fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Banco Master ou pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), de janeiro de 2022 até o presente.

Nesses termos, requisita-se:

1. Relação de Fundos: A listagem completa de todos os fundos de investimento caracterizados como exclusivos ou restritos, que tenham o Banco Master, a REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e



Valores Mobiliários), ou suas subsidiárias/controladas, figurando como gestores, administradores ou custodiantes, compreendendo o período de janeiro de 2022 até a presente data. Requer-se, adicionalmente, a indicação do tipo de fundo, inclusive Fundos de Investimento em Participações (FIPs), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), fundos multimercado, fundos estruturados ou quaisquer outros veículos regulados pela CVM, bem como a identificação dos respectivos administradores fiduciários, gestores, custodiante e auditores independentes.

2. **Beneficiários Finais:** A identificação completa de todos os beneficiários finais que detêm ou detiveram a titularidade, direta ou indireta, das cotas dos referidos fundos. Requer-se ainda que sejam informadas as participações indiretas eventualmente mantidas por intermédio de pessoas jurídicas, fundos estrangeiros, veículos offshore, trusts ou quaisquer outras estruturas fiduciárias ou societárias utilizadas na cadeia de titularidade das cotas.

3. **Estrutura Societária:** O detalhamento da cadeia de controle e eventuais veículos de investimento intermediários (offshores, holdings, trusts) utilizados na estrutura de titularidade das cotas. Requer-se igualmente a indicação das jurisdições de constituição de tais veículos intermediários, bem como a identificação dos administradores, diretores ou representantes legais dessas entidades quando situadas no exterior.

4. **Processos Sancionadores:** A discriminação exata de eventuais processos administrativos, inquéritos ou termos de compromisso no âmbito da CVM que envolvam esses fundos específicos por suspeita de lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio ou infração a normas de compliance. Requer-se, adicionalmente, a indicação de eventuais comunicações realizadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) ou a outros órgãos de supervisão financeira, relacionadas às estruturas de investimento ora mencionadas, bem como a remessa de cópias integrais de tais comunicações, sem prejuízo de informações



acerca de eventuais procedimentos de supervisão, fiscalização ou análise de risco conduzidos pela CVM em relação a tais fundos ou seus prestadores de serviço.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito tem como um de seus objetivos investigar a complexa estrutura de financiamento de organizações criminosas, bem como suas sofisticadas ramificações no Sistema Financeiro Nacional e no mercado de capitais.

Nesse contexto, as investigações em curso têm revelado o uso recorrente de engenharias financeiras complexas para dissimular a origem, a natureza e a propriedade real de recursos ilícitos. O envolvimento da instituição financeira Banco Master em supostas fraudes bilionárias, culminando em sua liquidação extrajudicial pelo Banco Central e alvo da recente Operação Compliance Zero da Polícia Federal, somado às fundadas suspeitas que recaem sobre a estruturação de operações pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), exige desta Comissão um escrutínio rigoroso sobre os veículos de investimento a eles vinculados.

É sabido que fundos de investimento, especialmente aqueles estruturados como fundos exclusivos ou de forma restrita, constituem instrumentos legais que, não raro, são desvirtuados para fins criminosos. A extrema personalização e a flexibilidade desses veículos permitem a chamada "blindagem patrimonial" e a "estratificação" (layering), fases clássicas da lavagem de capitais. Nesses cenários, o capital ilícito é inserido no mercado financeiro formal e distanciado de sua origem criminosa por meio de sucessivas transações aparentemente regulares no mercado de capitais, dificultando severamente o rastreo pelas autoridades de controle.

A figura do beneficiário final torna-se, portanto, a peça-chave desta investigação. Estruturas criminosas e agentes envolvidos em fraudes financeiras



frequentemente se valem de interpostas pessoas ("laranjas"), cadeias societárias opacas, empresas sediadas em jurisdições de tributação favorecida (offshores) ou estruturas fiduciárias (trusts) para figurarem como cotistas formais e superficiais desses fundos, ocultando os verdadeiros detentores do poder de controle e do proveito econômico. Sem a identificação inequívoca do beneficiário final, as reais conexões financeiras da organização criminosa permanecem nas sombras.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na qualidade de entidade autárquica responsável por disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários, detém o poder regulatório necessário para exigir dos gestores, administradores fiduciários, custodiante e demais participantes do mercado a adequada identificação dos investidores e beneficiários finais.

Sendo assim, o requerimento em tela não representa mera formalidade, mas sim medida imperativa e inafastável para que esta CPI possa cumprir seu *munus* constitucional. O mapeamento exaustivo dos verdadeiros donos do capital alocado nos fundos administrados, geridos ou de alguma forma vinculados ao Banco Master e à REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) permitirá a esta Comissão desvendar a rede de relacionamentos financeiros dos investigados, identificar o eventual proveito econômico decorrente das práticas investigadas e adotar as medidas legais cabíveis, confrontando os dados fornecidos pela CVM com os elementos probatórios já colhidos.

Adicionalmente, tais informações permitirão a esta Comissão identificar eventuais conexões entre estruturas de investimento domésticas e veículos financeiros constituídos no exterior, prática frequentemente observada em esquemas complexos de ocultação patrimonial e circulação transnacional de ativos.



Roga-se aos nobres pares o apoio para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 11 de março de 2026.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, CNPJ nº 41.240.321/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026. .

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, CNPJ nº 41.240.321/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026. .

Nesses termos, requer-se a transferência de sigilo:



a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as



operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.

e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.

f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/ Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs



de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e Email ou telefone cadastrado para recuperação de senha.

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e



informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário); logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, CNPJ nº 41.240.321/0001-40, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026, assim como a prestação de informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira que façam menção à empresa.

Fundamenta-se o requerimento no emprego criminoso de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para a lavagem de dinheiro de crimes das mais variadas espécies, tudo quanto já investigado pela Polícia Federal no âmbito das Operações Compliance Zero e Carbono Oculto, por meio da REAG Investimentos, administradora do Fundo Laguz I.

Sabe-se que a gestora de fundos REAG Investimentos, uma das maiores do país e liquidada pelo Banco Central do Brasil em janeiro último, operava em franca desconformidade com o arcabouço regulatório do Sistema Financeiro Nacional e serviu de meio para o inflacionamento artificial de ativos do Banco Master, a fim de fraudar balanços e ludibriar o mercado e o Estado quanto à capacidade do Banco de honrar seus compromissos a partir da agressiva e temerária captação de recursos via CDB, ao mesmo tempo em que era parte na



ocultação de patrimônio ilícito decorrente da infiltração da maior facção criminosa do país no mercado de combustíveis. Neste contexto, a REAG chegou a ter sob 352 bilhões de reais sob sua administração.

Representado então por Silvano Gertzel, suspeito de ligações com a facção criminosa PCC, o Fundo Laguz I por sua vez figura 396 vezes em comunicações de operações financeiras suspeitas reportadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras conexas com a REAG investimentos, conforme documentos recebidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Segundo matéria do Estadão, atualmente o Fundo Laguz I é administrado por pessoa ligada a Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal, que definiu dois indicados para vagas no Conselho Fiscal do BRB com atuação entre 2024 e 2025, mesmo período em que o banco público adquiriu títulos podres do Banco Master.

Estes fatos, portanto, instigam o dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito de aprofundar as investigações e as conexões que permitiram a cooptação do sistema financeiro para práticas ilícitas com dano sistêmico, como é o caso das fraudes do Master. Soma-se a isto a intrínseca necessidade da medida invasiva de transferência de sigilos, porquanto não haja outros meios de trazer a luz operações ilícitas praticadas por meio de operações financeiras. Por este motivo, autoriza a Lei Complementar n.º 105, de 2001, em seu § 4.º, a quebra do sigilo financeiro nas investigações sobre crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de capitais e organizações criminosas, do mesmo modo que a Lei 9.296, de 1996 autoriza a quebra do sigilo de comunicações, desde que a medida seja referida à presença de indícios de autoria e à singularidade da necessidade da prova, ambas presentes na situação concreta.



A medida é imperativa para que o Senado Federal exerça seu poder de fiscalização sobre o que o Ministério da Fazenda já classificou como a "maior fraude bancária da história brasileira".

Sala da Comissão, de de .

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CLÍNICA MAIS MÉDICOS SA, CNPJ nº 29.788.616/0001-50, no período de 1º de janeiro de 2021 à 13 de março de 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CLÍNICA MAIS MÉDICOS SA, CNPJ nº 29.788.616/0001-50, no período de 1º de janeiro de 2021 à 13 de março de 2026.

a) bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em Instituições Financeiras.

b) fiscal, por meio do seguinte dossiê integrado com amparo, no que couber, nas seguintes bases de dados: Extrato PJ ou PF (extrato da declaração de



imposto de renda de pessoa física ou pessoa jurídica); Cadastro de Pessoa Física; Cadastro de Pessoa Jurídica; Ação Fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada); Compras e vendas de DIPJ de Terceiros; Rendimentos Recebidos de PF (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa física); Rendimentos Recebidos de PJ (todos os valores recebidos a título de rendimento de pessoa jurídica); DIPJ (Declaração de Informações Econômico- Fiscais da Pessoa Jurídica); DIRPF (Declaração de Imposto de Renda das Pessoas Físicas); DECRED (Declaração de Operações com Cartões de Crédito); DMED (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde); DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira); DCPMF (Declaração de Não Incidência da CPMF); DIMOB (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias); DOI (Declaração sobre Operações Imobiliárias); DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte); DITR (Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural); DERC (Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais); DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais); CADIN (Cadastro Informativo de Débitos não Quitados); DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais); DAI (Declaração Anual de Isento); DASN (Declaração Anual do Simples Nacional); DBF (Declaração de Benefícios Fiscais); PAES (Parcelamento Especial); PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição ou Ressarcimento e da Declaração de Compensação); SIAFI (Serviço Federal de Processamento de Dados); SINAL (Sistema de Informações da Arrecadação Federal); SIPADE (Sistema de Parcelamento de Débito); COLETA (Sistema Integrado de Coleta Sinco).

c) telefônico, incluindo-se o registro e a duração das ligações telefônicas originadas e recebidas (remetente e destinatário), oficiando-se as operadoras de telefonia Oi, Claro, Vivo, Tim, Nextel, Algar, Surf Telecom e demais em operação no país.

d) telemático (1), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito da plataforma Instagram: dados cadastrais; localização; mensagens; comentários; e curtidas.



e) telemático (2), oficiando-se a empresa Meta Platforms, Inc. para que forneça, a respeito das plataformas Facebook e Facebook Messenger: dados cadastrais do usuário, incluindo nome completo, endereço, telefone e e-mail; logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo de mensagens, posts, fotografias e vídeo.

f) telemático (3), oficiando-se a empresa WhatsApp Inc. para que forneça: número do terminal telefônico; nome do usuário; modelo do aparelho; versão do aplicativo; data inicial e final; status da conexão; data da última conexão; endereço de e-mail; informações do cliente WEB; informações dos grupos de que participa, incluindo data de criação, descrição, identificador de grupo (Group ID), foto, quantidade de membros, nome do grupo e participantes; mudanças de números; contatos (incluindo contatos em que o alvo tem o número do contato em sua agenda e o contato tem o número do alvo na sua, e aqueles em que apenas um dos dois possui registro na agenda); foto do perfil; status antigos; registro de IP; e histórico de chamadas efetuadas e recebidas.

g) telemático (4), oficiando-se a empresa Google Brasil Internet Ltda para que forneça: dados cadastrais; registros de conexão (IPs); informações de Android (IMEI); conteúdo de Gmail; conteúdo de Google Fotos, com os respectivos metadados (EXIF); conteúdo de Google Drive; lista de contatos; lista de contatos; histórico de localização; histórico de pesquisa; histórico de navegação; conteúdo de Waze; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo de contas de Gmail; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de criação e acesso em determinado período de tempo em canal do YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; logs de acesso com IP/Data/Hora e fuso horário de acesso para a veiculação de vídeo veiculado no YouTube especificado por meio da URL do vídeo ou do canal; dados armazenados na 'Sua linha de tempo' do Google Maps e outras informações de localização; histórico de exibição, histórico de pesquisas, curtidas e comentários do Youtube; histórico de pesquisas no Google Pesquisa (termos pesquisados); imagens armazenadas no



Google Fotos; dados armazenados no Google Drive, incluindo backup do WhatsApp e de outros aplicativos de comunicação que realizem backup por intermédio do Google; caixa de entrada, enviados, rascunhos e lixeira do Gmail, bem como dados cadastrais, registros de acessos, contendo data, horário, padrão de fuso horário e endereçamento IP; histórico de navegação do Google Chrome sincronizados com a conta do Google; informações sobre tipo e configurações de navegador, tipo e configurações de dispositivo, sistema operacional, rede móvel, bem como interação de apps, navegadores e dispositivos com os serviços do Google; informações sobre aplicativos adquiridos e instalados por meio da PlayStore; caso o alvo utilize os serviços do Google para fazer e receber chamadas ou enviar e receber mensagens, a empresa deve apresentar as informações que possuir; informações de voz e áudio caso o alvo utilizar recursos de áudio; pessoas com quem o alvo se comunicou e/ou compartilhou conteúdo; e históricos de alteração de conta e os respectivos e-mails anteriores para recuperação de conta.

h) telemático (5), oficiando-se a empresa Telegram Messenger Inc. para que forneça: Registro de logs de acesso (IP, data, hora e fuso GMT); Lista de Contatos Sincronizados; Dados cadastrais (nome, e-mail, telefones vinculados); e Email ou telefone cadastrado para recuperação de senha.

i) telemático (6), oficiando-se a empresa Apple Computer Brasil Ltda para que forneça: registro de dispositivos, incluindo nome, e-mail, endereço e telefone (fornecidos pelo usuário); registro de atendimento ao cliente pela Apple; dados do iTunes, incluindo nome, endereço físico, endereço de e-mail e número de telefone (fornecidos pelo usuário), conexões e transações de compra/download do iTunes, conexões de atualização/novo download e registro de conexões e informações do assinante iTunes, com endereços IP; compras em lojas físicas (mediante número do cartão de crédito) e compras em lojas online (mediante número do cartão de crédito ou Apple ID) - informam, inclusive, o endereço físico da entrega; informações de backup de aparelhos; dados cadastrais do iCloud, incluindo nome completo, endereço, telefone e email (fornecidos pelo usuário);



logs de acesso, com IP, data, hora e horário GMT/UTC; e conteúdo do iCloud, incluindo fotos, vídeos, mensagens SMS, MMS ou iMessage, e correio de voz, documentos, contatos, calendários, favoritos, histórico de navegação do Safari, e backup de dispositivos iOS.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento trata da transferência de sigilo quanto a informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa CLÍNICA MAIS MÉDICOS SA, CNPJ nº 29.788.616/0001-50, no período de 1º de janeiro de 2021 à 13 de março de 2026.

A Clínica Mais Médicos S A, segundo apurações da imprensa e da Polícia Federal, funcionou como negócio fraudulento no esquema de Daniel Vorcaro e do Banco Master que empregou como laranja a Senhora Valdenice Pantaleão, beneficiária do auxílio emergencial, na posição de presidente da empresa. As medidas requeridas mostram-se necessárias, adequadas e proporcionais diante dos elementos objetivos já publicizados que vinculam a empresa a operações incompatíveis com sua capacidade econômica e destinadas à ocultação e dissimulação da origem, titularidade e circulação de recursos.

Em decisão tornada pública no âmbito das investigações sobre o Banco Master, o ministro Dias Toffoli registrou que a Clínica Mais Médicos S.A. emitiu R\$ 361.147.355,00 em notas comerciais sem quaisquer garantias, embora apresentasse capital social integralizado zero e receita operacional bruta anual de apenas R\$ 54.079,64 em 2023, situação descrita como manifestamente incompatível com qualquer parâmetro de viabilidade econômica. Na mesma decisão, consignou-se, ainda, que a presidente e sócia da empresa teria figurado como interposta pessoa, havendo também menção a vínculos com outras estruturas empresariais que reproduziriam o mesmo padrão operacional. O próprio relator afirmou



existirem indícios consistentes de organização criminosa voltada, entre outros delitos, à gestão fraudulenta de instituição financeira e à lavagem de capitais.

A Polícia Federal, por sua vez, informou oficialmente que a segunda fase da Operação Compliance Zero, deflagrada em 14 de janeiro de 2026 por ordem do STF, teve por objeto apurar crimes de organização criminosa, gestão fraudulenta de instituição financeira, manipulação de mercado e lavagem de capitais, com bloqueio de bens superior a R\$ 5,7 bilhões. Reportagens posteriores apontaram que houve diligências inclusive na própria Clínica Mais Médicos, em Contagem/MG, diante da suspeita de recebimento de recursos por meio de operações atípicas e da evidente desproporção entre a estrutura física e o vulto financeiro movimentado.

Em comunicação ao COAF referente ao período de 01/01/2020 a 31/12/2025, foi reportado que a Clínica Mais Médicos recebeu recursos expressivos de Fundo CITY - 02 FIDC (R\$ 366,4MM), administrado pela SEFER INVEST. DTVM e CONFIANCE LIFE CORRETORA DE SEGUROS (R\$ 21,6MM), ao passo que enviou recursos expressivos para Fundo ASTRALO 95 (R\$ 67,5MM), administrado pela REAG TRUST DTVM, Fundo CITY FIDC (R\$ 8,6MM), administrado pela SEFER INVEST. DTVM, Fundo DUAS RODAS FIDC (R\$ 2,4MM), administrado pela SEFER INVEST. DTVM, B3R CAPITAL e PARTNERS (R\$ 623.457), empresa sem aparente relação com a proponente, e CAROLINA GOULART MODESTO GUIMARAES (R\$ 519.547), PEP Relacionada de CASTELLAR MODESTO GUIMARAES NETO (Irmão e sócio dela), que foi senador por Minas Gerais em 2024, quando assumiu temporariamente a vaga senador Carlos Viana (Podemos), quando se licenciou para disputar a Prefeitura de BH".

Destaque-se que ao lado da REAG Investimentos, suspeita de relacionamento criminoso com a maior facção criminosa do país, a SEFER Investimentos já foi alvo da Operação Fundo Fake -- que investiga gestão fraudulenta em fundos previdenciários municipais, e da segunda fase da Operação Compliance Zero.



Esse quadro evidencia que não se trata de devassa prospectiva ou genérica, mas de providência circunscrita à pessoa jurídica nominalmente identificada, cuja movimentação financeira, estrutura societária, capacidade operacional e relações negociais apresentam, em tese, sinais objetivos de desconformidade. A medida visa rastrear o fluxo do dinheiro, identificar beneficiários finais, verificar eventual simulação de operações, mapear a cadeia de circulação de recursos entre fundos, instituições financeiras, administradores, procuradores e terceiros, bem como aferir a aderência entre a realidade econômica da empresa e os valores por ela emitidos, recebidos ou movimentados.

Estes fatos, portanto, instigam o dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito de aprofundar as investigações e as conexões que permitiram a cooptação do sistema financeiro para práticas ilícitas com dano sistêmico, como é o caso das fraudes do Master. Soma-se a isto a intrínseca necessidade da medida invasiva de transferência de sigilos, porquanto não haja outros meios de trazer a luz operações ilícitas praticadas por meio de operações financeiras. Por este motivo, autoriza a Lei Complementar n.º 105, de 2001, em seu § 4º, a quebra do sigilo financeiro nas investigações sobre crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de capitais e organizações criminosas, do mesmo modo que a Lei 9.296, de 1996 autoriza a quebra do sigilo de comunicações, desde que a medida seja referida à presença de indícios de autoria e à singularidade da necessidade da prova, ambas presentes na situação concreta.

A medida é imperativa para que o Senado Federal exerça seu poder de fiscalização sobre o que o Ministério da Fazenda já classificou como a "maior fraude bancária da história brasileira".

Sala da Comissão, de de .

Senador Humberto Costa
(PT - PE)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 1º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência dos seguintes sigilos da empresa PRIME AVIATION PARTICIPACOES E SERVICOS S.A., CNPJ 10.534.900/0001-72, compreendendo o período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

1. Sigilo Bancário: Todas as informações sobre movimentações financeiras, incluindo extratos de contas correntes e de investimento, aplicações financeiras, transferências (TED, DOC, PIX), depósitos, saques e quaisquer outras operações realizadas junto a instituições financeiras no Brasil e no exterior.

2. Sigilo Fiscal: Todas as informações constantes das bases de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, incluindo Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF), e Declaração de Operações com Cartões de Crédito (DECRED).

3. Sigilo Telefônico: Registros de todas as chamadas telefônicas (originadas e recebidas), com data, hora, duração e número de destino/origem, junto a todas as operadoras de telefonia fixa e móvel do país.



4. Sigilo Telemático: Dados cadastrais e registros de conexão (data, hora, endereço IP) junto aos provedores de aplicação de internet, incluindo Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp), Google, Telegram, Apple e Twitter.

JUSTIFICAÇÃO

É importante esclarecer que essa medida não exorbita os limites do plano de trabalho desta CPI, que estabelece como escopo o ingresso do crime organizado nos mercados aparentemente lícitos, fenômeno conhecido como “novos ilegalismos”. Vejamos, o trecho retirado do referido plano de trabalho:

"Merecerá atenção especial o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, conhecido como ‘novos ilegalismos’, torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores e advogados, bem como a criação de empresas de fachada para efetivar a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas das facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.”

Destaca-se, ainda, que entre os eixos temáticos estabelecidos no plano de trabalho constam: a) lavagem de dinheiro; b) corrupção ativa e passiva em todos os setores e esferas. Nesse sentido, a CPI do Crime Organizado possui capacidade de investigar as ilegalidades decorrentes das operações do Banco Master e da infiltração de criminosos nas instituições públicas e nos mercados lícitos.

Imperioso lembrar que as investigações revelaram que o Banco Master e a Reag Investimentos teriam movimentado cerca de R\$ 2,8 bilhões em operações de câmbio para empresas suspeitas de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).



Relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou que a empresa PRIME AVIATION PARTICIPACOES E SERVICOS S.A. realizou uma transação de R\$ 5.300.000,00 para a FRACTION 024 ADMINISTRACAO DE BEM PROPRIO S.A., empresa que também recebeu recursos do advogado Willer Tomaz e da Fraction 032, via Trustee DTVM.

A Prime Aviation tem em seu quadro societário Flávio Daniel Aguetoni, sócio da Trustee DTVM e de fundos ligados ao Banco Master. A complexa teia de relações entre as empresas e pessoas mencionadas, todas com conexões diretas ou indiretas com o Banco Master e o esquema de fraudes no INSS, levanta fortes suspeitas de que a PRIME AVIATION seja parte de uma estrutura de lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio. A quebra de sigilo é, portanto, medida indispensável para rastrear o fluxo de recursos, identificar os beneficiários finais e desvendar a engenharia financeira utilizada para movimentar valores de origem ilícita.

Sala da Comissão, 13 de março de 2026.

Senador Humberto Costa





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº DE - CPICRIME

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 1º, § 4º, da Lei Complementar nº 105, de 2001, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a transferência dos seguintes sigilos da empresa FRACTION 024 ADMINISTRACAO DE BEM PROPRIO S.A., CNPJ 41.934.366/0001-15, compreendendo o período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

1. Sigilo Bancário: Todas as informações sobre movimentações financeiras, incluindo extratos de contas correntes e de investimento, aplicações financeiras, transferências (TED, DOC, PIX), depósitos, saques e quaisquer outras operações realizadas junto a instituições financeiras no Brasil e no exterior.

2. Sigilo Fiscal: Todas as informações constantes das bases de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, incluindo Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF), e Declaração de Operações com Cartões de Crédito (DECRED).

3. Sigilo Telefônico: Registros de todas as chamadas telefônicas (originadas e recebidas), com data, hora, duração e número de destino/origem, junto a todas as operadoras de telefonia fixa e móvel do país.

